



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

LARISSA MORAIS VANZELA

**A QUEDA PELOS HOLOFOTES:**  
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS TENDÊNCIAS  
JORNALÍSTICAS SOBRE O GOVERNO DA EX-PRESIDENTE  
DILMA ROUSSEFF (PT), ATRAVÉS DAS REVISTAS VEJA E  
CARTA CAPITAL (2011-2016)

LARISSA MORAIS VANZELA

**A QUEDA PELOS HOLOFOTES:**  
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS TENDÊNCIAS  
JORNALÍSTICAS SOBRE O GOVERNO DA EX-PRESIDENTE  
DILMA ROUSSEFF (PT), ATRAVÉS DAS REVISTAS VEJA E  
CARTA CAPITAL (2011-2016)

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Arias Neto

Londrina  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

V285q Vanzela, Larissa Moraes.

A queda pelos holofotes: : uma análise comparativa das tendências jornalísticas sobre o governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), através das revistas Veja e Carta Capital (2011-2016) / Larissa Moraes Vanzela. - Londrina, 2023.  
225 f. : il.

Orientador: José Miguel Arias Neto.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Dilma Rousseff - Tese. 2. Veja - Tese. 3. Carta Capital - Tese. 4. Imprensa - Tese. I. Arias Neto, José Miguel. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 93

LARISSA MORAIS VANZELA

**A QUEDA PELOS HOLOFOTES:**  
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS TENDÊNCIAS  
JORNALÍSTICAS SOBRE O GOVERNO DA EX-PRESIDENTE  
DILMA ROUSSEFF (PT), ATRAVÉS DAS REVISTAS VEJA E  
CARTA CAPITAL (2011-2016)

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Arias Neto  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dra. Silvia Cristina Martins de Souza  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dra. Natally Vieira Dias  
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Londrina, 24 de fevereiro de 2023.

À minha *família* e a todos os almoços recheados  
de boa comida e política.

## **AGRADECIMENTOS**

Aproveito essa oportunidade para agradecer a todos os que contribuíram com a minha trajetória no desenvolvimento dessa pesquisa, um caminho que começou muito antes do ingresso no mestrado. Em primeiro lugar, sou eternamente grata a minha família pelo incentivo, interesse e disposição em me acompanhar nessa empreitada. Às minhas irmãs, Alana e Janaina, que enxergaram potencial em mim quando eu mesma duvidei, e a meus pais, Alzira e José, pelos conselhos e a paciência quando ouviram o mesmo assunto, repetidas vezes, com a mesma atenção da primeira vez.

Agradeço também aos meus amigos, especialmente a Tainara Egídio, que me acompanhou durante a graduação, nos momentos felizes e naqueles nem tanto, que sonhou comigo a finalização dessa etapa, mesmo estando em um lugar em que era difícil florescer. À Guilherme Heerdt, pela atenção quando acolheu as minhas inseguranças e, ainda assim, me deu seu apoio incondicional. À Debora da Costa, que dividiu comigo o mesmo sonho e dúvidas sobre o mestrado e que sempre me incentivou a continuar a estudar.

Sou grata ao meu orientador, José Miguel Arias Neto, por ter acreditado nesta pesquisa e aceitado desenvolvê-la comigo, através de suas correções e conselhos que contribuíram para meu aperfeiçoamento enquanto pesquisadora. À professora Natally Vieira Dias, por ter apresentado a fonte de imprensa ainda durante o período da graduação e ter despertado um interesse pela pesquisa.

Aos meus amigos e colegas de equipe na Seção Pedagógica de Assuntos Estudantis (SEPAE) no IFPR-Campus Ivaiporã, que estiveram na seção durante a minha ausência, para que eu pudesse me dedicar integralmente ao mestrado: Thamires, Dayani, Cássia, Jaison, Luciana e Aline, sou grata a todos vocês.

“[...] meus queridos brasileiros e brasileiras,  
pela decisão soberana do povo, hoje será a  
primeira vez que a faixa presidencial cingirá o  
ombro de uma mulher”

Dilma Rousseff, no discurso de posse,  
1 jan. 2011.

## RESUMO

VANZELA, Larissa Morais. **A queda pelos holofotes**: uma análise comparativa das tendências jornalísticas sobre o governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), através das revistas *Veja* e *Carta Capital* (2011-2016). 2023. 225 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

O objetivo deste estudo foi compreender as formas de representação criadas pela imprensa de revista, acerca dos dois mandatos presidenciais exercidos por Dilma Rousseff, entre o período de 2011 a 2016. As fontes históricas adotadas foram as revistas de informação "*Veja*" e "*Carta Capital*", analisadas em uma abordagem comparativa. Como metodologia foi utilizada a Análise Temática de Conteúdo, que forneceu os instrumentos necessários para identificar que tipo de discurso foi publicado pelas revistas e em qual período cada temática esteve inserida (BARDIN, 2011). A análise dos órgãos de imprensa, especificamente, das revistas de informação interessa a pesquisa histórica, porque a produção desse material está diretamente relacionada ao poder. À medida que a imprensa desempenha sua função de mediadora da informação, ela assume uma posição ativa no social e disputa a construção de sentidos sobre os acontecimentos que pretende narrar. Sendo assim, é possível concebê-la enquanto um ator político (BORRAT, 1989; CAPELATO, 1988, 1991). Esse entendimento é concordante com o modelo teórico da história política, que visa compreender como o poder se manifesta em suas variadas formas e espaços (REMOND, 2003). O tema abordado também implicou um olhar da pesquisadora sobre o tempo presente, um período histórico em que as trajetórias dos eventos não estão completamente consolidadas, sendo permeadas pelo confronto de perspectivas que constituem a memória social. Diante do exposto, esta pesquisa se encontra estruturada a partir das seguintes temáticas analisadas: primeiramente foi pretendido identificar como foi criado o discurso sobre a presidente Dilma Rousseff, enquanto uma figura pública durante o início de seu mandato, entre os anos de 2011 e 2012. A seguir, a discussão esteve voltada para a construção do discurso sobre as manifestações de junho (2013) e a deflagração da operação Lava Jato (2014), episódios compreendidos como precipitadores de instabilidade no governo. Por último, foi examinada a construção do discurso sobre a crise político-econômica que conduziu ao processo de *impeachment*, durante o segundo mandato da presidente entre os anos de 2015 e 2016, um acontecimento responsável por interromper a série dos governos petistas.

**Palavras-chave:** Dilma Rousseff; *Veja*; *Carta Capital*; história política; análise temática de conteúdo

## ABSTRACT

VANZELA, Larissa Morais. **The fall for the spotlight:** a comparative analysis of journalistic trends about the government of former president Dilma Rousseff (PT), through the magazines *Veja* and *Carta Capital* (2011–2016). 2023. 225 p. Dissertation (Master in Social History) – State University of Londrina, Londrina, 2023.

The objective of this study was to understand the forms of representation created by the magazine press, about the two presidential terms exercised by Dilma Rousseff, between the period from 2011 to 2016. The historical sources adopted were the information magazines "*Veja*" and "*Carta Capital*", analyzed in a comparative approach. As a methodology, the Thematic Content Analysis was used, which provided the necessary instruments to identify what type of discourse was published by the magazines and in which period each theme was inserted (BARDIN, 2011). The analysis of the press, specifically, the information magazines is of interest to historical research, because the production of this material is directly related to power. As the press performs its role as mediator of information, it assumes an active position in society and disputes the construction of meanings about the events it intends to narrate. Therefore, it is possible to conceive it as a political actor (BORRAT, 1989; CAPELATO, 1988, 1991). This understanding is consistent with the theoretical model of Political History, which aims to understand how power manifests itself in its various forms and spaces (REMOND, 2003). The topic addressed also implied a look by the researcher on the present time, a historical period in which the trajectories of events are not completely consolidated, being permeated by the confrontation of perspectives that constitute social memory. In view of the above, this research is structured from the following analyzed themes: first, it was intended to identify how the discourse about President Dilma Rousseff was created, as a public figure during the beginning of her mandate, between the years 2011 and 2012. Next, the discussion focused on the construction of the discourse on the demonstrations in June (2013) and the outbreak of the Lava Jato operation (2014), episodes understood as precipitators of instability in the government. Finally, the construction of the discourse on the political-economic crisis that led to the impeachment process during the second term of the president between 2015 and 2016, an event responsible for interrupting the series of PT governments, was examined.

**Key-words:** Dilma Rousseff; *Veja*; *Carta Capital*; political history; content analysis.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – Revistas <i>Veja</i> (junho de 2013) .....</b>	<b>82</b>
--	-----------

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Profissionais/Convidados na revista <i>Carta Capital</i> (Divisão por gênero).....	32
<b>Gráfico 2</b> – Profissionais e Convidados na revista <i>Veja</i> (Divisão por gênero) .....	33
<b>Gráfico 3</b> – Distribuição das reportagens no tempo (2011–2012). Categoria “Perfil Dilma Rousseff” .....	40
<b>Gráfico 4</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Veja</i> (jan./jun. de 2011).....	43
<b>Gráfico 5</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Veja</i> (jul./dez. de 2011) .....	47
<b>Gráfico 6</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Veja</i> (jan./jul. de 2012).....	51
<b>Gráfico 7</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Veja</i> (ago./dez. de 2012) .....	53
<b>Gráfico 8</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Carta Capital</i> (jan./mai. de 2011) .....	56
<b>Gráfico 9</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Carta Capital</i> (jun./dez. de 2011) .....	60
<b>Gráfico 10</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Carta Capital</i> (jan./dez. de 2012) .....	63
<b>Gráfico 11</b> – Distribuição das reportagens no tempo (jun./jul. de 2013). Categoria “Manifestações de junho” .....	75
<b>Gráfico 12</b> – Distribuição das reportagens no tempo (2014). Categoria “Lava Jato” .....	76
<b>Gráfico 13</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Veja</i> (jun. de 2013) .....	77
<b>Gráfico 14</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Veja</i> (jul. de 2013).....	83
<b>Gráfico 15</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Carta Capital</i> (jun. de 2013).....	87
<b>Gráfico 16</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Carta Capital</i> (jul. de 2013).....	91
<b>Gráfico 17</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Veja</i> (2014) .....	95
<b>Gráfico 18</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Carta Capital</i> (2014) .....	102
<b>Gráfico 19</b> – Popularidade da presidente Dilma Rousseff (2015–2016).....	111
<b>Gráfico 20</b> – Distribuição das reportagens no tempo (jan. de 2015 a ago. de 2016). Categoria “Crise/Impeachment” .....	119
<b>Gráfico 21</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Veja</i> (jan./mai. de 2015).....	121
<b>Gráfico 22</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Veja</i> (jun./ago. de 2015) .....	125
<b>Gráfico 23</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Veja</i> (set./nov. de 2015).....	130
<b>Gráfico 24</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Veja</i> (dez. de 2015 a abr. de 2016) .....	133
<b>Gráfico 25</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Veja</i> (mai./ago. de 2016).....	139
<b>Gráfico 26</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Carta Capital</i> (jan./ mai. de 2015) .....	146
<b>Gráfico 27</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Carta Capital</i> (jun./nov. de 2015).....	151

<b>Gráfico 28</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Carta Capital</i> (dez. de 2015 a abr. de 2016) .....	157
<b>Gráfico 29</b> – Ênfase discursiva na revista <i>Carta Capital</i> (mai./ago. de 2016).....	162

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Lista de profissionais/convidados na revista Carta Capital .....	31
<b>Tabela 2</b> – Lista de profissionais/convidados na revista <i>Veja</i> .....	31
<b>Tabela 3</b> – Quantitativo de reportagens por Revista: Categoria “Perfil Dilma Rousseff” (2011–2012).....	40
<b>Tabela 4</b> – Índice de confiança nas Instituições Brasileiras Pesquisa IBOPE (Julho de 2013) .....	69
<b>Tabela 5</b> – Quantitativo de reportagens por revista: Categoria “Manifestações de junho” (2013).....	75
<b>Tabela 6</b> – Quantitativo de reportagens por revista: Categoria “Lava Jato” (2014).....	75
<b>Tabela 7</b> – Quantitativo de reportagens por revista: Categoria “Crise/ <i>Impeachment</i> ” (2015–2016).....	118

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BC	Banco Central
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DEM	Democratas
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
IHTP	Instituto de História do Tempo Presente
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPI	Imposto sobre produtos industrializados
MBL	Movimento Brasil Livre
MEI	Microempreendedor Individual
MEP	Movimento Ética na Política
MPL	Movimento Passe Livre
MTST	Movimento dos Trabalhadores sem Teto
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEN	Partido Ecológico Nacional
PIL	Programa de Investimento em Logística
PM	Polícia Militar
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Progressistas
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRN	Partido de Reconstrução Nacional
PROS	Partido Republicano da Ordem Social

PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
SD	Solidariedade
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1	METODOLOGIA: A ANÁLISE TEMÁTICA DE CONTEÚDO .....	17
<b>2</b>	<b>QUANDO A NOTÍCIA SE TORNA FONTE HISTÓRICA: A IMPRENSA COMO OBJETO DO HISTORIADOR</b> .....	19
2.1	O GÊNERO DE REVISTA E AS REVISTAS DE INFORMAÇÃO <i>VEJA</i> E <i>CARTA CAPITAL</i> .....	25
<b>3</b>	<b>CONSTRUINDO DILMA ROUSSEFF: O DISCURSO A RESPEITO DOS PRIMEIROS ANOS DE MANDATO DA PRESIDENTE (2011-2012)</b> .....	34
3.1	O EXAME DOS DADOS .....	39
3.2	UMA PRESIDENTE “MULHER” SOBE A RAMPAS DO PLANALTO: O DISCURSO ELABORADO POR <i>VEJA</i> .....	41
3.3	UMA PRESIDENTE “MULHER” .....	42
3.4	A “FAXINA” ÉTICA DE DILMA ROUSSEFF: A VASSOURA VARRE O QUÊ?.....	46
3.5	NOVO ANO, VELHAS CRENÇAS: A IMAGEM DE DILMA ROUSSEFF EM 2012 .....	50
3.6	QUEM É A PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF NA REVISTA <i>VEJA</i> ?.....	53
3.7	UMA “PRESIDENTA” NO PLANALTO: O DISCURSO ELABORADO PELA <i>CARTA CAPITAL</i> .....	54
3.8	A CHEGADA DE DILMA AO PODER: A CONTINUIDADE E A NOVIDADE .....	55
3.9	A SEGUNDA POSSE DE DILMA: É POSSÍVEL FALAR EM AUTONOMIA DA PRESIDENTE? .....	59
3.10	QUEM É A PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF NA REVISTA <i>CARTA CAPITAL</i> ?...63	
<b>4</b>	<b>AS TENSÕES DO PRIMEIRO MANDATO: O DISCURSO SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO E A OPERAÇÃO LAVA JATO (2013-2014)</b> .....	65
4.1	O EXAME DOS DADOS .....	73
4.2	AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO ATRAVÉS DA REVISTA <i>VEJA</i> .....	76
4.3	DE BADERNEIROS A VÂNDALOS: A REVOLTA DOS JOVENS .....	77

4.4	O POVO BRASILEIRO VESTE VERDE E AMARELO: NOVOS GRUPOS SE JUNTAM AOS PROTESTOS .....	79
4.5	A POLÍTICA EM MOVIMENTO: O EFEITO DAS MANIFESTAÇÕES PÓS-JUNHO .....	83
4.6	AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO ATRAVÉS DA REVISTA <i>CARTA CAPITAL</i> .....	86
4.7	REBELDES COM CAUSA: OS JOVENS NAS RUAS .....	87
4.8	AS MARCHAS VIRARAM À DIREITA: NOVOS GRUPOS SE JUNTAM AOS PROTESTOS .....	89
4.9	A POLÍTICA EM MOVIMENTO: EFEITOS DAS MANIFESTAÇÕES PÓS-JUNHO .....	91
4.10	A LAVA JATO ATRAVÉS DA REVISTA <i>VEJA</i> .....	93
4.11	DO “MENSALÃO” AO “PETROLÃO”: A GÊNESE DO ESQUEMA DE CORRUPÇÃO PETISTA .....	94
4.12	“ELES SABIAM DE TUDO”: A LAVA JATO EM PERÍODO ELEITORAL .....	97
4.13	A LAVA JATO ATRAVÉS DA REVISTA <i>CARTA CAPITAL</i> .....	100
4.14	A LAVA JATO COMO ARMA ELEITORAL CONTRA O GOVERNO PETISTA .....	101
4.15	DO GOLPE ELEITORAL AO GOLPE PARLAMENTAR: O USO DAS INFORMAÇÕES DA LAVA JATO.....	103
<b>5</b>	<b>A QUEDA PELOS HOLOFOTES: O PROCESSO DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF (2015-2016)..</b> .....	<b>108</b>
5.1	O EXAME DOS DADOS. ....	117
5.2	DA CRISE AO IMPEACHMENT: O FIM DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF ATRAVÉS DA REVISTA <i>VEJA</i> .....	119
5.3	AS DIFICULDADES DO INÍCIO DO SEGUNDO MANDATO: O NASCIMENTO DA CRISE .....	120
5.4	GOVERNOS FRACOS PODEM SER DERRUBADOS: O CASO COLLOR EM PERSPECTIVA.....	124
5.5	UMA PRESIDENTE MERAMENTE “DECORATIVA”: O ISOLAMENTO DE DILMA. ....	130
5.6	A SAÍDA PARA A CRISE: O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF .....	133
5.7	O GOVERNO QUE REUNIFICA TODOS: MICHEL TEMER COMO INTERINO.....	138
5.8	UM GOLPE ANUNCIADO: O FIM DO GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF ATRAVÉS DA REVISTA <i>CARTA CAPITAL</i> .....	144
5.9	OS PROBLEMAS DO SEGUNDO MANDATO: “DESAJUSTE FISCAL”, PMDB E OPOSIÇÃO .....	145

5.10	O GOLPE DE ONTEM E HOJE: 1964 EM PERSPECTIVA .....	150
5.11	PRIMEIRO A DILMA, DEPOIS O LULA E O PT: O IMPEACHMENT NA CÂMARA COMO UMA ETAPA DO GOLPE .....	156
5.12	PLEBISCITO JÁ! A SOLUÇÃO CONTRA A CRISE.....	161
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	167
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	177
	<b>APÊNDICES</b> .....	189
	APÊNDICE A – REVISTA <i>VEJA</i> (2011-2012) .....	189
	APÊNDICE B – REVISTA <i>CARTA CAPITAL</i> (2011-2012) .....	193
	APÊNDICE C – REVISTA <i>VEJA</i> (JUN. A JUL. DE 2013).....	196
	APÊNDICE D – REVISTA <i>CARTA CAPITAL</i> (JUN. A JUL. DE 2013) .....	198
	APÊNDICE E – REVISTA <i>VEJA</i> (2014) .....	200
	APÊNDICE F – REVISTA <i>CARTA CAPITAL</i> (2014) .....	202
	APÊNDICE G – REVISTA <i>VEJA</i> (2015-2016) .....	204
	APÊNDICE H – REVISTA <i>CARTA CAPITAL</i> (2015-2016) .....	214
	<b>ANEXOS</b> .....	225
	ANEXO A – IMPEACHMENT DILMA – COMO VOTARAM OS DEPUTADOS DE CADA PARTIDO (EM NÚMEROS ABSOLUTOS).....	225

## 1 INTRODUÇÃO

Quando Dilma Rousseff recebeu a faixa presidencial do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no ano de 2011, era possível dizer que a história estava sendo escrita ainda sob a observação dos espectadores. O momento se tornou emblemático devido à chegada, pela primeira vez, de uma mulher ao mais alto cargo do poder Executivo no Brasil.

Por ocasião da cerimônia de posse, a revista *Veja* dedicou sua primeira edição de janeiro de 2011<sup>1</sup> à presidente, ao descrever suas primeiras impressões a respeito do governo que estava por vir: [...] o discurso de Dilma no Congresso Nacional, bem como sua elegância litúrgica durante todas as formalidades que compuseram sua posse, foi auspicioso (VEJA, 05/01/2012, p. 57). Do mesmo modo, a revista *Carta Capital* lembrou seu apoio à candidatura da presidente em sua edição<sup>2</sup>: “Dilma aposta no Brasil e Carta Capital aposta em Dilma. Fomos os primeiros a enxergar nela a candidata petista à Presidência” (CARTA CAPITAL, 12/01/2011, p. 24).

Cinco anos e oito meses depois, as mesmas revistas estamparam o fim do segundo mandato de Dilma Rousseff, interrompido abruptamente durante o inverno de 2016, acusada de cometer um crime de responsabilidade fiscal<sup>3</sup>. O afastamento da presidente de suas funções no Executivo foi acompanhado de intenso debate público fomentado, em grande medida, pela ação da imprensa nacional.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem por objetivo investigar as formas de representação elaboradas pelas revistas de informação *Veja* e *Carta Capital* a respeito do período dos dois mandatos da presidente Dilma Rousseff, um intervalo que compreendeu os anos de 2011 a 2016. Entende-se por “representação”<sup>4</sup> o modo

---

<sup>1</sup> Edição n° 2198, de 5 de janeiro de 2011, “A batalha dos 100 dias”.

<sup>2</sup> Edição n° 628, de 12 de janeiro de 2011, “As 100 horas de Dilma”.

<sup>3</sup> No parecer emitido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, consta a infração da presidente às violações do cargo, sendo estas diretamente relacionadas ao dever fiscal, a saber: 1) a edição de decretos que autorizaram a abertura de créditos suplementares, sem a prévia autorização do Congresso Nacional, e 2) das chamadas “pedaladas fiscais”, como resultado da não efetivação dos repasses financeiros, aos bancos nacionais, de verbas destinadas à manutenção de programas Federais (BRASIL, 2016).

<sup>4</sup> O conceito aplicado aqui foi desenvolvido por Roger Chartier, representante da História Cultural. Entende-se por “representação” a identificação das formas como “determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 17). Dessa forma, a representação pode ser concebida como uma maneira de apresentação do mundo social, que se impõe como a verdadeira realidade, apesar das diferenças entre o que é apresentado e o elemento original. O conceito permite ao pesquisador compreender pelo menos três modalidades dos discursos: a primeira é o entendimento de como eles são produzidos, ou seja, os esquemas de recortes e hierarquizações sobre o real, organizados pelos diferentes grupos sociais; a segunda, as práticas que permitem fazer reconhecer

como certas imagens, ideias e símbolos são construídos e organizados pelos diferentes grupos sociais, ou seja, como são elaborados os esquemas que produzem sentido e que possibilitam deixar o mundo “[...] inteligível e o espaço ser decifrado (CHARTIER, 2002, p.17)”. Essa forma de elaboração discursiva se aproxima do poder à medida que cada representação sobre o social é produzida por um grupo. Cada grupo elabora e busca fazer valer determinada forma de ler a realidade sobre outras formulações. Assim, as representações nunca correspondem a discursos neutros, pelo contrário, elas são sempre objetos de intencionalidade (CHARTIER, 2002, 1991).

Para a realização dessa tarefa, foi adotada uma perspectiva comparativa entre as reportagens publicadas pelas duas revistas ao longo dos anos de 2011-2016, sendo o *corpus* da pesquisa composto por 492<sup>5</sup> edições. De acordo com Barros (2007), a prática de comparar dois objetos no tempo pode ser resumida como o ato de “iluminar um objeto a partir de outro” (BARROS, 2007, p. 5). Sendo assim, o historiador que se apoia na História Comparada planeja abordar dois ou mais objetos no espaço e no tempo, duas realidades socioeconômicas, políticas ou culturais distintas, tanto aquilo que os objetos possuem de semelhante quanto o diferente<sup>6</sup>. Nesta pesquisa foi adotada a perspectiva de uma comparação recíproca, em que os dois objetos não conhecidos são apresentados mutuamente um pelo outro.

A opção pela análise do gênero revista, especificamente as revistas de informação, ocorreu por compreender neste tipo de impresso o desempenho de uma função diferente da exercida nos jornais diários. Estes últimos utilizam uma cronologia quase imediata ou o tempo do “furo de reportagem”, assim como buscam a comunicação com questões sensíveis ao público local. Simultaneamente, as revistas de informação também se distinguem de suas congêneres quanto às formas de

---

esse discurso como uma forma de identidade, de ser no mundo, própria de um grupo; e por último, como os “representantes” de grupo marcam, através das representações, modos simbólicos e visíveis de uma distinção de outros grupos. Em resumo, esse discurso é produtor do mundo social, quando considerado sua capacidade indutora de atos coletivos e individuais. O que não significa dizer que essas representações sejam produtos exclusivos das classes sociais ou que sejam compreendidas literalmente por aqueles que as recebem. Ao contrário, elas podem ser compartilhadas por diferentes grupos sociais, a partir de usos variados, bem como podem ser apreendidas e compreendidas conforme a capacidade de interpretação daqueles que as recebem, podendo, assim, gerar novos significados (CHARTIER, 2002, 1991).

<sup>5</sup> Um total de 246 edições da revista *Veja* e 246 edições da revista *Carta Capital*.

<sup>6</sup> Um método que não está isento de armadilhas como o anacronismo, a analogia enganadora e a generalização indevida. Ainda conforme o mesmo autor, pode-se exercer a comparação entre dois objetos por meio de diversas perspectivas de análise: 1) a partir de um objeto mais conhecido para o menos conhecido; 2) através da comparação recíproca, em que os dois objetos não conhecidos são apresentados mutuamente um pelo outro; e 3) a observação comparativa de duas realidades dinâmicas ainda em transformação (BARROS, 2007).

segmentação e diagramação, ao dar centralidade à notícia (AREND, 2014; CORRÊA, 2013; LUCA, 2008; MIRA, 1997).

Assim, esse gênero de revista ocupa um espaço no mercado editorial como voz que busca produzir uma interpretação dos eventos cotidianos aos seus leitores, a partir de um distanciamento temporal de seus objetos, seja por meio de tiragens semanais, quinzenais ou mensais. Por outro lado, por tratar de assuntos gerais, sobre o país e o mundo, esse modelo é atrativo para um público amplo, ao oferecer um farto cardápio de assuntos informativos e de opinião, ao mesmo tempo que desempenham uma função formativa do leitor (AREND, 2014; CORRÊA, 2013; LUCA, 2008; MIRA, 1997).

A revista *Veja* é na atualidade um dos maiores periódicos do gênero nacional, com índice de tiragem aproximado de 1 milhão de exemplares até o ano de 2014, segundo dados da própria revista. Ela também foi uma das pioneiras no segmento de informação, criada no ano de 1968, e a sua experiência abriu portas para outras no mercado editorial, como a *Carta Capital*, lançada como uma revista semanal de informação concorrente no ano de 1994. Os dois títulos seguiram um perfil ideológico diferente, sendo *Veja* identificada à direita do espectro político e *Carta Capital* por um discurso localizado à esquerda (CORREA, 2013; MIRA, 1997).

Da perspectiva da investigação histórica, o período que compreendeu o presente recorte temporal e que tem por tema o intrincado governo da ex-presidente Dilma Rousseff apresentou uma variada gama de objetos sobre a política nacional. O que significou partir de um modelo de história, que tem por objetivo compreender através do político aquilo que ele pode revelar sobre o social, do comportamento de um povo e de suas relações com o poder (REMOND, 2003). De igual modo, o interesse pelo tema significou um foco no presente, um estudo que partiu de trajetórias que ainda não são estabelecidas, com presença ativa dos agentes em questão, do trabalho com a memória social, em um período caracterizado pelas rupturas. Uma forma de história que pretende apresentar respostas, ainda que provisórias, sobre os acontecimentos contemporâneos (DELGADO; FERREIRA, 2013; ROUSSO, 2016).

No que diz respeito à escolha do tema, a experiência dos governos petistas se tornou pessoalmente interessante, principalmente pela capacidade de mobilização popular em torno da política nacional. Ainda como jovem secundarista, assisti à deposição da presidente Dilma Rousseff, sem os instrumentos teóricos suficientes para compreender o significado daquele processo. Atualmente, como mestrandia,

posso me dedicar a entender o percurso político que atravessou o Brasil, desmistificando algumas certezas construídas na época, à medida que é pretendido contribuir para a construção do conhecimento na área, sobretudo quanto às formas de representação divulgadas pela imprensa.

### 1.1 METODOLOGIA: A ANÁLISE TEMÁTICA DE CONTEÚDO

Como metodologia de pesquisa, foi utilizado o modelo de análise temática de conteúdo (BARDIN, 2011), adaptado para a investigação dos componentes discursivos de determinados enunciados e a verificação da frequência dessas aparições no tempo. Nesse sentido, o uso deste método serviu de instrumento para responder à seguinte questão: como identificar o que foi publicado pelo impresso e quando cada ocorrência apareceu no tempo?

Observa-se que, no interior das revistas de informação *Veja* e *Carta Capital*, as edições foram estruturadas em seções temáticas, que repartiram e organizaram os assuntos tratados em suas páginas. Quando consideradas as características de redação dessas seções, foi possível agrupá-las em grupos de “matérias noticiosas”<sup>7</sup>, de “opinião dos leitores”<sup>8</sup> e “colunas de opinião”<sup>9</sup>. Para a realização da análise, foi utilizado apenas o conteúdo presente nas matérias noticiosas que, dos grupos citados, compõem o maior quantitativo de escritos.

A preferência pelo grupo de matérias noticiosas também resulta da intenção de demonstrar que esses textos, apesar de seguirem uma padronização que orienta a escrita objetiva<sup>10</sup>, possuem, de fato, uma intencionalidade que traduz a agenda

<sup>7</sup> As matérias noticiosas da revista *Veja* aparecem dispostas nas seções de título: “Carta ao Leitor”, “Entrevista”, “Blogosfera”, “Panorama”, “Brasil”, “Especial”, “Economia”, “Internacional”, “Geral” e “Artes & Espetáculos”. Na revista *Carta Capital*, as seções de matérias noticiosas correspondem aos títulos: “Editorial”, “Rosa dos Ventos”, “A semana”, “Seu País”, “Economia”, “Nosso Mundo”, “Nós e nosso mundo”, “Lances e Apostas”, “Plural”, “Ideias” e “QI”.

<sup>8</sup> A seção dedicada à opinião dos leitores na revista *Veja* chama-se “Leitor”. Na *Carta Capital* essa seção é denominada “Cartas Capitais”.

<sup>9</sup> As colunas de opinião na *Veja* recebem o nome do colunista convidado a contribuir para a edição. Já na *Carta Capital*, as colunas são chamadas de “Vox Populi”, “Sextante”, “Contracorrente”, “Antítese”, “Linha de Frente”, “Pênalti”; “Fronteiras”. Em ambas as revistas não existe uma regularidade da publicação quanto à frequência das colunas.

<sup>10</sup> De acordo com Ribeiro (2000), o padrão de apresentação da notícia informativa adotada no Brasil seguiu o modelo norte-americano dos *stylebooks*, construídos na década de 1950, que indicavam a passagem para um jornalismo “moderno”. Essa padronização generalizou procedimentos editoriais, tipográficos e de escrita jornalística, e entre essas mudanças é possível citar: a adoção da impessoalidade, para tornar a comunicação referencial, com o uso predominante da terceira pessoa, adjetivos e apontamentos subjetivos retirados dos textos. No interior das redações foi prescrita a separação entre opinião e fato, e o jornalista se tornou um profissional mediador e desinteressado.

defendida pelo periódico. Uma intencionalidade que perpassou igualmente toda a construção do impresso, de maneira mais ou menos explícita ao leitor.

Sendo assim, as etapas da análise de textos noticiosos foram operadas da seguinte maneira:

- 1) Leitura flutuante das matérias e posterior seleção dos textos, independentemente de seu tamanho, que se referiram à gestão de Dilma Rousseff com termos como “governo federal”, “presidente/presidenta” e “Dilma Rousseff”.
- 2) Elaboração das categorias de contexto, definidas a partir da leitura flutuante, para classificar os temas recorrentes que fizeram referência ao governo e que favoreceram a comparação entre os dois impressos.
- 3) Para a presente pesquisa foram eleitas as seguintes categorias de contexto: “Perfil de Dilma Rousseff”; “Manifestações de junho”; “Lava Jato” e “Crise/*Impeachment*”.
- 4) Classificação das matérias noticiosas, conforme as categorias de contexto, organizadas mensalmente em uma tabela de registro elaborada pela pesquisadora. Cada matéria jornalística foi considerada uma unidade de medida (1 reportagem = 1 ocorrência).
- 5) Interpretação dos dados finais e apresentação dos resultados.

Os dados levantados sobre as duas revistas estão disponíveis nos Gráficos, que poderão ser visualizados conforme a apresentação dos resultados em cada capítulo da pesquisa e que intencionam demonstrar a frequência das reportagens no tempo. Essas informações também se encontram organizadas nos Quadros de Análise Temática, no campo de Apêndices.

## 2 QUANDO A NOTÍCIA SE TORNA FONTE HISTÓRICA: A IMPRENSA COMO OBJETO DO HISTORIADOR

A relação entre os historiadores e a pesquisa por meio da fonte de imprensa, nem sempre ocorreu com a mesma disponibilidade reconhecida na atualidade. Até a segunda metade do século XX, esse tipo de produção foi alvo de certa desconfiança no campo da disciplina, principalmente, pela volatilidade que representavam. Enquanto “diários cotidianos”, jornais e revistas poderiam ser publicados ao sabor das mais variadas correntes de influência social, e, portanto, eram considerados materiais inadequados para a recuperação do passado.

Essa restrição sobre a fonte de imprensa, atingiu igualmente outros objetos, que também se distanciavam do modelo de documento ideal, respectivamente, aquele que poderia fornecer ao historiador um meio para a construção de um conhecimento “objetivo”. Dentre os arranjos teóricos que favoreceram essa perspectiva no interior da disciplina, De Luca (2008), aponta a influência do modelo de história tradicional, predominante no século XIX, responsável por organizar as práticas no campo:

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa dever-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo (DE LUCA, 2008, p.112).

Somente a partir da década de 1970, que o olhar sobre a imprensa foi ressignificado, em virtude de um conjunto de discussões que permearam o campo da disciplina e das demais Ciências Humanas e modificaram a relação com a pesquisa e seus objetos. No campo da história, as mudanças de abordagens representaram uma maior atenção para as problemáticas relativas à cultura e o social. Na França, a terceira geração dos historiadores Annales propôs a inclusão de novos objetos, problemas e abordagens para a disciplina, o que resultou na diversificação de temas analisados pelo historiador, como o inconsciente, o mito, as mentalidades, as mulheres, a festa e o corpo. Uma abertura que foi beneficiada pela aproximação com outras disciplinas ao emprestar novos objetos e conceitos, antes pouco explorados

pelo historiador.

No mesmo período, os temas ligados à política foram retomados a partir de novas bases. Desde 1929, a história política havia sido marginalizada na disciplina, em razão das limitações no campo de investigação no que dizia respeito ao conjunto de suas problemáticas, centradas no exame da dinâmica institucional e do Estado. Entre 1970 e 1980, o domínio atravessou uma reformulação que transformou a maneira como historiadores tratavam seus objetos, agora com um interesse sobre as massas ou a história vista “de baixo”.

Com a retomada do político, na segunda metade do século XX, foi incorporada uma nova forma de conceber a relação com o poder – ou, em melhor medida, dos poderes – em suas diversas configurações e espaços, sejam estes das relações familiares, das escolas, das prisões, dos asilos ou das fábricas. Uma mudança de conceito beneficiada pelos trabalhos de Michel Foucault (1926-1984), que desempenhou um papel fundamental para essa renovação através de sua teoria sobre a “microfísica do poder” (FALCON, 1997). Assim, a virada teórica que incorporou novamente o político aos estudos históricos possibilitou o reconhecimento das dinâmicas que envolvem a disputa e a conquista do poder, em seus mais variados aspectos.

Outro avanço relevante, que contribuiu para repensar as bases teóricas da disciplina, foi a habilitação do estudo dos objetos localizados no tempo presente. Embora o interesse pela história de seu tempo não seja um fenômeno inteiramente novo<sup>11</sup> no campo, esse tipo de abordagem enfrentou certa resistência por parte dos historiadores, em certa medida, por compreender na disciplina uma ciência que estuda somente o passado<sup>12</sup>. Uma das iniciativas mais importantes para a habilitação ocorreu na França, com a criação do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP)<sup>13</sup>, liderado

---

<sup>11</sup> Narrar a história de seu tempo é uma prática que remonta desde a Antiguidade, Tucídides foi um dos primeiros a valer-se dos relatos orais do presente, para reconstituição dos acontecimentos, em meio à guerra do Peloponeso (FERREIRA, 2000).

<sup>12</sup> A resistência dos historiadores quanto ao tempo presente está ligada ao modelo de história institucionalizado a partir do século XIX, que deteve grande influência sobre a organização das práticas da disciplina e do método histórico. Desta perspectiva, o que separava o saber histórico “científico” da prática de historiadores amadores era o distanciamento temporal do objeto, que possibilitava ao profissional enxergar com clareza, longe das paixões e vícios do presente, a verdade objetiva dos fatos históricos. Portanto, o historiador poderia entrar em cena, apenas quando todos os atores tivessem deixado o evento em estudo (DELGADO; FERREIRA, 2013; FERREIRA, 2000).

<sup>13</sup> Criado em 1978, como resultado do Comitê de História da II Guerra Mundial, tinha como objetivo desenvolver os estudos sobre a história recente da França e dos países estrangeiros (FERREIRA, 2018).

inicialmente por François Bédarida (1926-2001). No Brasil, esse interesse se manifestou pouco mais tarde, por volta da década de 1990, com uma atenção para análise das fontes orais (FERREIRA, 2018).

De acordo com Rousso (2016), o historiador do tempo presente se interessa “por um tempo que é o seu, em um contexto em que o passado não está nem acabado, nem encerrado, sendo o sujeito da sua narração um ‘ainda-aí’” (ROUSSO, 2016, p. 18). O que implica considerar uma abordagem na qual os objetos são contemporâneos ao historiador, sendo ele mesmo atuante em seu tempo. Segundo Bédarida (2006), é possível acrescentar a essa definição a característica de um tempo feito de “moradas provisórias”, em que o saber se encontra “inacabado”. Ou seja, trata-se de um conhecimento em permanente construção, que está sujeito a revisões futuras, conforme é confrontado por novas evidências e seus objetos revisitados. Uma abordagem que aspira responder, ainda que inicialmente, às demandas dos sujeitos na contemporaneidade.

Essa variedade de deslocamentos no interior do campo da história contribuiu para a modificação da noção de “documento/fonte”, quando passou a ser incluída uma variedade de novos elementos, que eram pouco ou nada explorados pelos historiadores, entre eles a própria imprensa periódica. Antes reconhecida com desconfiança, a imprensa passou a ocupar um espaço importante na disciplina, como um meio que possibilita ao pesquisador recuperar mudanças no cotidiano, sobretudo enquanto um espaço em que são construídas e divulgadas representações múltiplas do real, elaboradas a partir de certas práticas e por sujeitos pertencentes a uma determinada época.

Para Martins e Luca (2013), a imprensa nacional se converteu em um importante material para compreensão da história do Brasil, como parte integrante da formação do país:

Os impressos que por aqui circularam em duzentos anos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte integrante da formação do país. Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimenta-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições [...] (DE LUCA, 2013, p.8).

Posto isso, dos trabalhos que têm na imprensa sua fonte central, é possível

reconhecer dois modos de abordagens principais, que, por vezes, se coadunam na interpretação dos eventos, a saber, uma história *da* e *através* da imprensa (LUCA, 2008). A primeira linha se trata da análise e caracterização dos órgãos de imprensa em determinado período, enquanto a segunda abordagem tem no impresso a sua principal fonte histórica (ZICMAN, 1985).

A incorporação do material jornalístico como fonte possibilitou uma constelação de novos objetos por meio da análise de diversos gêneros de impressos, sejam estes jornais da grande imprensa, de revista, impressos produzidos regionalmente ou de uma imprensa alternativa, voltados para uma segmentação de público específica, conforme o gênero, idade, classe social ou ocupação. Com o avanço da internet, a própria notícia passou por uma transformação no que diz respeito ao suporte e distribuição na sociedade contemporânea, impulsionada pelo tempo cada vez mais imediato da informação (MARTINS; LUCA, 2013).

Quando se trata do acesso a arquivos de imprensa, existem diversos acervos destinados ao tratamento e salvaguarda das fontes jornalísticas e, a depender do material analisado, o historiador também detém a possibilidade de curadoria de acervos pessoais. Esse tipo de registro pode beneficiar a identificação sobre a atividade de jornais que não pertencem à grande imprensa e que tratam de assuntos locais ou regionais, além do mapeamento de uma imprensa alternativa que produz impressos, muitas vezes de maneira informal, sem padrão de diagramação e tiragem específica. Todavia, se a análise de imprensa pode ser definida pela riqueza material, por outro lado, ela demanda um rigor metodológico para que o profissional historiador não seja consumido pelo excesso de informações a que tem acesso.

No que diz respeito ao trabalho com a fonte, existe um consenso entre pesquisadores na área de história sobre a importância de se conceber o material analisado naquilo que ele possui “dentro” e “fora”. Isso significa considerar tanto o trabalho com o conteúdo divulgado, ou seja, as formas de diagramação, apresentação, recursos gráficos e o texto, assim como a avaliação de elementos externos ao impresso, como o corpo de editores, o lugar social ocupado pelo periódico, a relação com outros atores sociais, entre eles o próprio leitor. Todos esses elementos podem determinar o produto da imprensa (CAPELATO, 1988, 1991; LUCA, 2008; ZICMAN, 1985). Igualmente relevante é considerar a função desempenhada pela materialidade dos impressos, que inauguram expectativas e modos de leitura específicos, logo no primeiro contato com o material (CHARTIER,

1991, 2002; LUCA, 2008).

Sendo a imprensa uma fonte histórica fértil, que apresenta múltiplas possibilidades de trabalho e que favorece o exame de diversos objetos que permeiam o cotidiano dos indivíduos, nesta pesquisa interessa compreender de que modo ela pode ser relacionada ao político. Em outras palavras, de que maneira o jornalismo periódico pode se converter em um agente que exerce e disputa o poder com outros no social.

Segundo Borrat (1989), o papel desempenhado pelos órgãos de imprensa pode ser assemelhado ao de um ator político em disputa com outros. Entende-se por “ator” todo agente capaz de exercer sua influência, de modo a interferir no curso de tomada de decisões no sistema político. Desta perspectiva, ao desempenhar a tarefa de mediador da informação, os periódicos conseguem exercer a sua influência sobre outros atores, de modo a alcançar seus próprios interesses. Por meio dos temas que publicam, os órgãos de imprensa podem constranger/afetar governos, partidos políticos e demais sujeitos, incluindo seus concorrentes.

Como sua atuação é a de exercer influência sobre outros atores, a imprensa como ator político utiliza diversas estratégias durante a construção de suas notícias, de modo a conduzir a sua audiência em determinado sentido. Sendo assim, o produto jornalístico (a notícia) se trata de um objeto produzido com uma intencionalidade definida, apontada para os interesses particulares daquele grupo. Durante a tarefa de escrita, jornais e revistas *excluem, incluem e hierarquizam* a informação de acordo com a sua prioridade, para enquadrar/fazer ver determinado recorte sobre o social em detrimento de outro. Sendo assim, é imprescindível compreender que a notícia que chega até nos cotidianamente não é um dado factual, pelo contrário, ela é fruto de um processo de construção elaborado por um grupo de profissionais, que incide sobre um pequeno recorte do real. As decisões tomadas no interior das redações e que perpassam as notícias podem não ser captadas pelo leitor, isso porque dificilmente se encontram explícitas (BORRAT, 1989).

Outro fator que precisa ser considerado em relação à atuação dos órgãos de imprensa, enquanto construtores da notícia, é apontado por Capelato (1991, 1989): a sua condição social de empresa privada. Desta perspectiva, jornais e revistas distribuem cotidianamente uma “mercadoria política”, o que significa pensar a notícia como produto de uma intencionalidade, sendo a mais imediata o lucro. No ambiente das redações, é difícil separar os interesses dos donos dos jornais (interesse privado)

do material compartilhado publicamente por ele (direito público de acesso à informação).

Assim, é possível dizer que a atuação da imprensa se encontra na interseção entre o público e o privado, quando se insere como um agente que busca levar a informação básica aos leitores e que possui, em simultâneo, interesses privados como uma empresa que planeja agir no social com motivações particulares. Por intermédio de uma escrita persuasiva, jornais e revistas pretendem conquistar “corações e mentes”, ao fazer prevalecer determinada perspectiva sobre seus adversários, políticos ou concorrentes. Assim, é possível dizer que a prática jornalística se relaciona com exercício do poder, porque pretende disputar a narrativa do acontecimento e fazer reconhecer no âmbito público determinado modo de compreender a realidade (CAPELATO, 1991, 1989).

Quando se trata do exame da fonte de imprensa no tempo presente, como o praticado nessa pesquisa, a escrita do profissional jornalista e do historiador tendem a ser confundidas. Como dito anteriormente, a história do tempo presente se insere no espaço provisório de explicação dos acontecimentos recentes, que requerem a inteligibilidade histórica próxima. À primeira vista, essa tarefa também pode ser desempenhada pela imprensa, que busca por meio da escrita jornalística informar e, por vezes, interpretar os eventos aos seus leitores (CAPELATO, 1988, 1991).

Todavia, ainda que historiadores e jornalistas compartilhem semelhanças na escolha de seus objetos, é importante esclarecer que as práticas que envolvem a escrita de cada profissional são diferentes. Nesse sentido, o discurso jornalístico representa um produto da memória social, elaborado conforme técnicas e orientações específicas, referentes ao lugar de produção ocupado por aquele órgão de imprensa, que busca intervir no social, enquanto um ator político. Um terreno movediço em que se mesclam interesses privados nem sempre claros aos leitores, como o próprio lucro editorial. A notícia produzida pela imprensa faz parte da memória social sobre os eventos e é uma fonte para o historiador (CAPELATO, 1988, 1991).

Já sobre o discurso do historiador, embora este profissional não almeje alcançar uma objetividade, é esperado que por meio do método histórico ele possa esclarecer as lacunas que permeiam a produção da imprensa, pela confrontação de diversos testemunhos sobre um mesmo fato e um exame mais detido das fontes disponíveis. Desse modo, é esperado que ele colabore para desmistificar certos temas e esclarecer possíveis erros construídos sobre os eventos, através da recuperação e

o tratamento de novas informações.

É função do historiador que tem na imprensa sua principal fonte, compreendê-la como um ator social ativo, sendo necessário estabelecer uma relação dialética entre o material e seu lugar de produção, de modo a tornar visível seu processo de construção (BORRAT, 1989; CAPELATO, 1988, 1991, CHARTIER, 1991).

## 2.1 O GÊNERO DE REVISTA E AS REVISTAS DE INFORMAÇÃO *VEJA* E *CARTA CAPITAL*

Na presente pesquisa foram utilizadas como fontes históricas as revistas de informação *Veja* e *Carta Capital*, ambas com tiragem semanal. Quando se trata da categoria “revista”, é importante ter em mente que existe uma multiplicidade de títulos que variam conforme a segmentação de público, além do fato desse tipo de impresso exercer uma função diferente da desempenhada pelos jornais diários.

No que diz respeito ao segmento das revistas de informação, o percurso de assimilação do gênero no Brasil se entrelaça com a trajetória das chamadas revistas ilustradas e de variedades, um tipo de impresso que priorizava o entretenimento em suas páginas, principalmente por meio do recurso da imagem. As revistas ilustradas se inspiravam nos modelos europeus de *magazines* e passaram a se multiplicar no país entre os séculos XIX e XX<sup>14</sup> (MIRA, 1997). Como o nome sugere, essa era uma opção mais agradável de leitura, com grande apelo à ilustração/fotografia, assim como explica Luca (2008):

Com apresentação cuidadosa, de leitura fácil e agradável, diagramação que reservava amplo espaço para as imagens e conteúdo diversificado, que poderia incluir acontecimentos sociais, crônicas, poesias, fatos curiosos do país e do mundo, instantâneos da vida urbana, humor, conselhos médicos, moda e regras de etiqueta, notas policiais, jogos, charadas e literatura para crianças, tais publicações forneciam um lauto cardápio que procurava agradar a diferentes leitores, justificando o termo variedades (LUCA, 2008, p. 121).

Um dos maiores sucessos do gênero foram as revistas semanais *O Cruzeiro*<sup>15</sup>

<sup>14</sup> De acordo com Mira (1997), o primeiro nome de revista a surgir no Brasil decorreu da iniciativa do editor português estabelecido em Salvador, Antônio da Silva Serva, em 1812, com o título *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, após a vinda da família real em 1808. A partir do século XX, iniciou-se um surto de novas publicações, como *A Revista da Semana* (1900), *A Ilustração Brasileira* (1901), *O Malho* (1902), *A Avenida* (1903), *Os Anais* (1904), *Fon-Fon* (1907), *Careta* (1908), *A Cigarra* (1913) e *Dom Quixote* (1917).

<sup>15</sup> De acordo com Mira (1997), a revista *O Cruzeiro* tornou-se uma das mais vendidas do gênero em

(1928-1975) editada pelos Diários Associados, conglomerado jornalístico de Assis Chateaubriand (1892-1968), e a *Manchete*<sup>16</sup> (1952-2000), da editora Bloch. Mais tarde, em 1966, foi lançada no mercado a revista *Realidade*<sup>17</sup> (1966-1976), editada pela Abril, com periodicidade mensal, mas que, apesar do sucesso da publicação, logo foi retirada de circulação (CORREA, 2013; LUCA, 2008; MIRA, 1997).

Devido à modernização dos jornais e a novidade representada pela televisão, as revistas ilustradas e de variedades perderam pouco a pouco o espaço no cotidiano dos leitores e reduziram as impressões a partir da década de 1960. Logo, foram substituídas pelas revistas de informação nos moldes americanos e europeus, que tinham a prioridade de levar a notícia ao leitor, invertendo a lógica de entretenimento (MIRA, 1997). A chegada desse impresso no mercado editorial refletiu o processo de industrialização e modernização nacional, além do aprimoramento das técnicas de impressão<sup>18</sup> ao buscar compor projetos “modernos” de jornalismo, como o praticado internacionalmente. Com o novo formato, os textos deixaram de ser o apêndice das imagens e se tornaram elementos centrais na composição da notícia<sup>19</sup>, investindo em novos arranjos de diagramação, como explica Barbosa (2014, p. 8):

[...] revistas semanais de informação [...] modelo que ainda não tinha circulado no Brasil e que tomara como inspiração as suas congêneres norte-americanas e europeias, significará a construção de um novo modelo de jornalismo, agora semanal. Além disso, podemos dizer que o aparecimento das revistas semanais de informação produziu a

---

sua época. Da marca inicial de 50 mil exemplares, chegou a alcançar cerca de 700 mil, em edição histórica. A revista atravessou as décadas de 1930-1960 e foi responsável por fazer a crônica social, política e artística nacional e do mundo. Visualmente, a publicação era feita em papel *couchê* e repleta de fotografias que ilustravam assuntos de cinema, rádio e TV, futebolistas, políticos, mulheres e anúncios. A revista também introduziu o padrão “repórter-fotógrafo”, que corresponde a uma reportagem precedida de uma grande fotografia nas páginas dos impressos.

<sup>16</sup> A partir de 1952, Adolpho Bloch (1908-1995) investiu em uma revista que concorreria com *O Cruzeiro*, nomeada *Manchete*, ambas investiram no padrão de apresentação de fotojornalismo.

<sup>17</sup> A revista *Realidade* nasceu durante o período do regime militar e logo esbarrou com a censura. O expediente adotava o modelo de fotojornalismo, acrescido de um levantamento material que adensava a matéria, aproximando-a da história e da sociologia. Cada reportagem envolvia toda a redação e demorava cerca de dois meses para ser finalizada, desde a reunião de pauta até a data da impressão. Os temas tratados por edição incluíam doze eixos: perfil, esporte, *show*, entrevista, depoimento, conto-reportagem, ensaio fotográfico, humor, pesquisa, mulher, criança, sexo, aventura, polícia e ciência (MIRA, 1997).

<sup>18</sup> É possível apontar como processo de modernização do mercado jornalístico na década de 1950 as inovações tecnológicas que permitiram o desenvolvimento do *offset* e de outras possibilidades editoriais e gráficas, bem como a produção com custo reduzido de diversos tipos de papéis e das novas estruturas das redações jornalísticas, com editorias especializadas em determinados temas (AREND, 2014).

<sup>19</sup> Por exemplo, a diagramação da *Manchete*, revista ilustrada, previa na organização de suas páginas 20% de texto, 30% de títulos e espaços em branco e 50% de fotografia. O que mostra o apelo ao recurso imagético, diferente do que seria praticado nas revistas de informação (MIRA, 1997).

ressignificação do sentido de revista para o público. Se desde o século XIX, o público identificava o padrão revista a alguns modelos claramente delimitados — dos quais a ilustração em profusão era a marca mais enfatizada e que resultou no desenvolvimento das chamadas revistas ilustradas —, com as revistas semanais abre-se a possibilidade de introduzir uma síntese informativa de um cardápio de acontecimentos que os meios de comunicação atribuem como passíveis de serem explorados do ponto de vista informacional e interpretativo (BARBOSA, 2014, p. 8).

Com textos mais longos e densos somados à interpretação dos fatos e à busca por romper com as barreiras regionais de circulação da notícia, as revistas de informação também se diferenciaram do jornalismo praticado nos jornais diários, conforme explica Arend (2014):

[...] as novas revistas semanais [...] pretenderam-se capazes de dar conta das vastas dimensões do país e de assegurar que leitores de diferentes regiões estivessem aptos a compreender o noticiário. Enquanto os jornais permaneciam, em grande medida, presos às suas praças e mercados regionais, as revistas apresentaram-se como se fossem de todo o país. Assim, ganharam legitimidade como instâncias discursivas organizadoras do social ao definir os acontecimentos memoráveis (ARENDA, 2014, p. 12).

De acordo com Mira (1997), as revistas de informação passaram a cumprir uma função relevante no cotidiano do leitor contemporâneo ao oferecer a informação básica de assuntos diferentes, em um curto espaço de tempo, sejam estas notícias econômicas, políticas ou culturais. Assim, elas se assemelhavam “[a]o mesmo lugar que o *fast food* em relação aos hábitos alimentares: [...] um novo hábito de leitura que se introduz num momento de modernização econômica das sociedades atuais” (MIRA, 1997, p. 86). Em outras palavras, é admissível reconhecer nesse tipo de impresso uma função formativa, capaz de instrumentalizar o leitor sobre os assuntos relevantes do cotidiano.

O modelo mais notável de revista de informação brasileira foi proposto pela Editora Abril em 1968, com a publicação de *Veja e Leia*<sup>20</sup>. O sucesso posterior da revista, que já foi uma das mais lidas do gênero no mundo, foi atravessado por uma história de fracasso inicial que quase custou a publicação do periódico. Idealizada por Roberto Civita (1936-2013) – filho de Victor Civita (1907-1990), dono da Editora Abril

---

<sup>20</sup> Inicialmente, a revista foi denominada como *Veja e Leia* porque já existia um registro de nomenclatura semelhante, que pertencia à revista americana *Look*. Após a falência da *Look*, a revista brasileira deteve o direito do nome *Veja* (MIRA, 1997).

–, que convenceu o pai a lançar um novo projeto compreendido como uma lacuna no mercado editorial brasileiro, de uma revista semanal de informação ao estilo da *Time* americana. A ideia foi desenvolvida após Roberto retornar dos estudos nos Estados Unidos em 1958. Para colaborar com o projeto editorial, a Abril convidou o jornalista Mino Carta, que já tinha experiência com revistas, pois já trabalhou no projeto da *Quatro Rodas*, editada na mesma empresa (CORREA, 2013; MIRA, 1997).

Apesar da intensa campanha de divulgação<sup>21</sup> que envolveu o projeto *Veja*, o formato da revista não agradou ao público que esperava um editorial composto por menos texto e com mais imagens, como as revistas ilustradas no modelo da *Manchete*. Para Mira (1997), o próprio nome dado à revista sugeria que se tratava de um periódico voltado para a ilustração, o que decepcionou o leitor brasileiro, até então, pouco acostumado com esse novo formato que privilegiava o texto.

Assim, *Veja* operou por meses no vermelho, com índices de tiragem cada vez mais baixos<sup>22</sup>, o que resultou em algumas modificações do projeto gráfico, que ampliou o uso de fotografias, cores, mapas e diagramas, para se adaptar melhor ao mercado editorial nacional, mas sem retornar ao modelo de ilustração. As próprias revistas ilustradas sofriam financeiramente ao competir com a influência da TV, um dos motivos que fez com que a Abril não recorresse a esse modelo (MIRA, 1997).

Com o objetivo de melhorar os índices de tiragem, a Editora Abril tratou de investir em algumas estratégias como o sistema de assinaturas, que se tornaria o padrão de vendas da empresa. Em 1971, a editora montou um departamento especializado de *marketing* para cooptar assinantes, como já praticado pelas revistas semanais americanas. Esse sistema existia no Brasil, mas ainda funcionava de forma um tanto precária, operado muitas vezes pelos próprios jornaleiros (CORREA, 2013; MIRA, 1997). Por outro lado, a editora também se preocupou com a definição de um público leitor, aquele que a revista deveria prestar um serviço<sup>23</sup>. Como não existiam pesquisas de opinião, por exemplo, as praticadas na atualidade, todo o processo se

---

<sup>21</sup> Que incluiu tempo de TV às 22h, transmitindo imagens do processo de fabricação do impresso e do expediente dos jornalistas, aliado ao grande esquema de distribuição e logística montado, especialmente, para entregar a revista em todo o país, até o início da semana (MIRA, 1997).

<sup>22</sup> Durante os primeiros cinco anos, *Veja* assistiu à sua vendagem despencando dos 650 mil exemplares do primeiro número até 20 mil exemplares, uma situação financeira considerada insustentável para uma revista da Editora Abril (MIRA, 1997).

<sup>23</sup> Até a década de 1960, os grandes jornais diários não investiam em uma segmentação específica de público leitor e atendia, em simultâneo, homens, mulheres, jovens, profissionais liberais, empresariado, entre outros, o que os diferenciou do modelo praticado pelas revistas, que buscavam afinar suas publicações a um público, oferecer um serviço e preencher uma demanda cotidiana (CORRÊA, 2013).

dava intuitivamente através da leitura de cartas, depoimentos e correspondências com a editora. Com base nessas informações, a Abril tentou imprimir menos a personalidade dos jornalistas em suas páginas e apresentar um perfil que identificava como aquele que agradava o leitor. Entender quem era o leitor indicava um potencial de venda maior, fato que beneficiava os anunciantes que desejavam se projetar nacionalmente e, conseqüentemente, investiam financeiramente na revista (CORREA, 2013).

Por ser um veículo de informação que nasceu durante o período do regime militar (1964-1985), a revista não escapou à censura da imprensa, que se intensificou com a imposição do Ato Institucional nº 5<sup>24</sup> que atingiu jornais e jornalistas da época. Nesse período, a *Veja* teve diversas páginas vetadas e edições apreendidas nas bancas e, por um tempo, adotou como uma das estratégias para a denúncia sobre a intervenção nas publicações, o lançamento de figuras de anjos e demônios no espaço aberto pelos censores.

No entanto, a revista *Veja* abandonou a posição combativa frente ao governo militar na década de 1979, o que levou ao encerramento das colaborações do jornalista e editor Mino Carta. Um desligamento que não ocorreu de forma pacífica, uma vez que o regime teria pressionado a Editora Abril, no sentido da demissão do jornalista. Em solidariedade a Mino, vários outros colegas de trabalho encerraram a participação no periódico (MIRA, 2013).

A partir de 1973, as tiragens de *Veja* começaram a atingir as expectativas dos editores, até alcançar o posto de revista com maior faturamento da Editora Abril. Atualmente, ela segue como uma das revistas semanais de informação mais lidas no país, com tiragem aproximada de 1 milhão de exemplares, até o ano de 2014, segundo dados da própria revista. A experiência de *Veja* abriu portas para o surgimento de outras do mesmo segmento, como a *IstoÉ* (1976) e a *Carta Capital* (1994) (MIRA, 1997).

Segundo Görden (2009), a Editora Abril ocupava até o ano de 2009 o sétimo lugar no *ranking* de conglomerados de mídia, de acordo com dados levantados no portal *Donos da Mídia*<sup>25</sup>, sendo a mais expressiva no quesito mídia impressa. Além da produção e distribuição de um conjunto de aproximadamente 58 revistas, a editora também controlava emissoras de TV, rádios, além de serviços de logística. O que

---

<sup>24</sup> O Ato Institucional nº 5 foi baixado no dia 13 de dezembro de 1968.

deve ser reconhecido como um ponto relevante no que diz respeito ao poder de distribuição de seu conteúdo a nível nacional e, principalmente, no dimensionamento do espaço social ocupado por esse órgão de imprensa. Nesse caso, é admissível dizer que a revista *Veja*, como parte integrante do Grupo Abril, pertence a uma indústria já bastante consolidada economicamente no país.

Em relação à revista *Carta Capital*, o impreso foi um projeto comandado por Mino Carta em 1994 e passou por diversas reformulações durante os anos. Desde seu lançamento, pretendeu tratar apenas de questões financeiras, com uma tiragem mensal. Foi reprojeta em 1996 e começou a adotar temas políticos, com tiragem quinzenal. Em 2001, foi readequada para tratar de assuntos culturais, políticos e econômicos e passou a ser impressa semanalmente em um formato que se mantém até o presente. Até o ano de 2016, ela era impressa pela Editora Confiança, com tiragem mensal de aproximadamente 66 mil exemplares, de acordo com dados divulgados pela própria revista. Em comparação com a revista *Veja*, *Carta Capital* possui um público leitor menor, o que significa também um alcance reduzido de seu discurso jornalístico. Assim, quando considerado o mercado editorial, apesar de ambas as revistas adotarem um modelo semelhante, o lugar social de que partem para a formulação de seu discurso é diferente.

Em relação à distribuição dos exemplares, ambas as revistas mantiveram o formato impresso, assim como houve um investimento no sistema de assinatura das versões digitais com conteúdo *online*. O valor médio das duas assinaturas pode variar de acordo com os recursos disponibilizados aos leitores e do conteúdo dos pacotes. Na revista *Veja*, o pacote mais completo, que contém a edição impressa e o acesso ao conteúdo digital, o custo médio mensal é de R\$ 39,90. Já a assinatura da *Carta Capital* atinge um preço médio de R\$ 66,65, em um pacote semelhante, que prevê a edição impressa e o acesso ao conteúdo digital. O que torna ambas as revistas direcionadas a um público econômico de classe média, dado o preço elevado da assinatura, principalmente no caso da revista *Carta Capital*.

Para avaliar a composição do corpo de profissionais que contribuíram para a redação de cada uma das revistas, foi realizado um levantamento da autoria/assinatura em cada reportagem que integrou o *corpus* de pesquisa. Essa indicação apareceu inserida no rodapé e cabeçalho de cada publicação. Desse levantamento, foram identificadas 58 contribuições de profissionais jornalistas/convidados na revista *Veja* e 47 jornalistas/convidados na revista *Carta*

*Capital*, de acordo com as tabelas 1 e 2, abaixo:

**Tabela 1 – Lista de profissionais/convidados na revista *Carta Capital***

Anderson Medeiros	Raimundo Rodrigues Pereira	Jonathan Watts
André Barrocal	Pedro Estevam Serrano	Renan Truffi
Antônio Delfim Netto	Celso Amorim	Alfredo Bosi
Carlos Drummond	Jonathan Watts	Roberto Requião
Carlos Lessa	Roberto Amaral	Fábio Konder
Clarisse Meireles	Eduardo Graça	Pedro Estevam Serrano
Cynara Menezes	Anderson Medeiros	Miguel Martins
Fábio Serapião	Roberto Requião	Raimundo Rodrigues Pereira
Leandro Fortes	Antônio Luiz M. C. Costa	Celso Amorim
Marcos Coimbra	René Ruschel	Eduardo Graça
Maurício Dias	Miguel Martins	Antônio Luiz M. C. Costa
Mino Carta	Fábio Serapião	Pedro Serrano
Rodrigo Martins	Alfredo Bosi	Roberto Amaral
Sérgio Lirio	Pedro Serrano	Luiz Gonzaga Belluzzo
Vladimir Safatle	Gabriel Galípolo	René Ruschel
Wanderley dos Santos	Guilherme Luiz Gonzaga Belluzzo	

Fonte: revista Carta Capital (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016).

**Tabela 2 - Lista de profissionais/convidados na revista *Veja***

Fabricio Lobel	Alexandre Hisayasu	Ana Clara Costa
Daniel Pereira	Diogo Schelp	Malu Gaspar
Lauro Jardim	Cauê Marques	Marcelo Sakate
Paulo Celso Pereira	Felipe Patury	Vera Magalhães
Érico Oyama	Natália Luz	Policarpo Junior
Juliana Linhares	Renata Lucchesi	Juliana Linhares
JR. Guzzo	Leonardo Coutinho	Eduardo Gonçalves
Roberto Civita	Carolina Rangel	Giuliano Guandalini
Júlio Cesar de Barros	Alexandre Aragão	Marcela Mattos
Otávio Cabral	Bela Megale	Eduardo Gonçalves
Laura Diniz	Álvaro Leme	Adriano Ceolin
André Petry	Pieter Zalis	Alexandre Salvador
Gustavo Ribeiro	Sergio Rodrigues	Ana Luiza Daltro
Fábio Portela	Leslie Leitão	Carlos Graieb
Rinaldo Gama	Natalia Cuminale	Thiago Bronzatto
Giuliano Guandalini	Mariana Barros	Hugo Marques
Nathalia Watkins	Thaís Oyama	Robson Bonin
Pedro Dias Leite	Bianca Alvarenga	Rodrigo Rangel
Kalleo Coura	Fernanda Allegretti	
Thaís Oyama	Duda Teixeira	

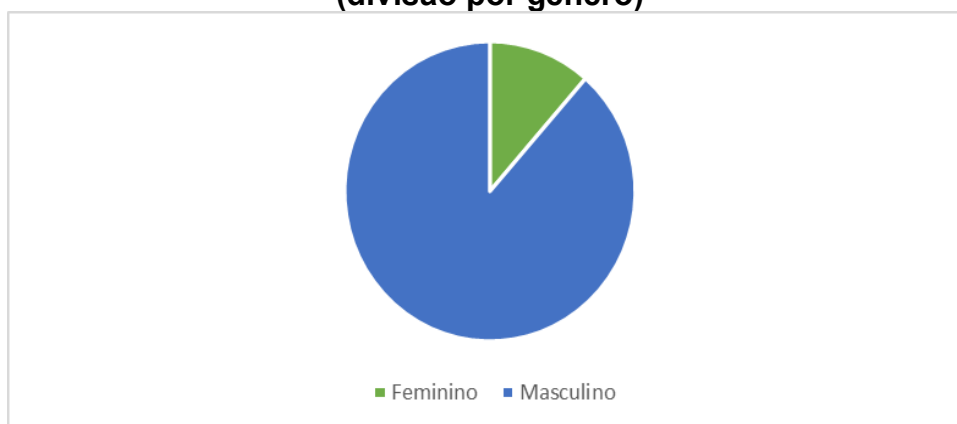
Fonte: revista Veja (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016).

Dos dados extraídos das tabelas, é possível inferir que o corpo de

profissionais/convidados que contribuíram para a redação nas revistas alcançou um número maior na revista *Veja* do que na *Carta Capital*. Uma tendência que demonstra a sua posição econômica como empresa, que detém a capacidade financeira de manutenção de um corpo de profissionais mais variado do que em outras revistas. Essa divisão do trabalho também permite a elaboração de uma variedade de notícias em um tempo menor de trabalho. Embora a *Carta Capital* tenha por característica editorial um corpo de profissionais reduzido, os textos selecionados na pesquisa tiveram por característica uma escrita mais densa do que as reportagens de *Veja*, conferindo outra experiência de leitura, com uma menor variedade de assuntos, porém por meio de um tratamento aprofundado dos temas.

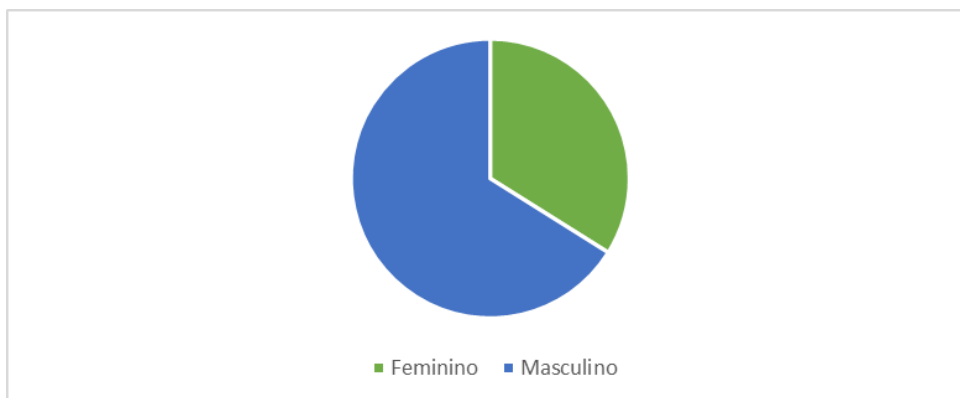
Ainda no que diz respeito ao corpo de profissionais/convidados, foi realizada outra abordagem dos dados encontrados, buscando identificar a divisão desses profissionais, a partir de um recorte por gênero. O resultado pode ser visualizado nos gráficos 1 e 2, a seguir:

**Gráfico 1 - Profissionais e convidados na revista *Carta Capital* (divisão por gênero)**



Fonte: revista Carta Capital (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016).

**Gráfico 2 - Profissionais e convidados na revista *Veja* (divisão por gênero)**



Fonte: revista *Veja* (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016).

Embora a revista *Veja* possua um índice maior de participação feminina na redação de suas reportagens, se comparada a *Carta Capital*, ambas as revistas não alcançaram a metade do total com a inclusão de mulheres. O que demonstra que o discurso jornalístico produzido no interior dessas revistas é majoritariamente masculino, principalmente quando se trata de temas políticos.

### **3 CONSTRUINDO DILMA ROUSSEFF: O DISCURSO A RESPEITO DOS PRIMEIROS ANOS DE MANDATO DA PRESIDENTE (2011-2012)**

Quando subiu a rampa do Palácio do Planalto, no dia 1º de janeiro de 2011, Dilma Rousseff (PT) recebeu de seu antecessor e colega de partido Luiz Inácio Lula da Silva (PT) um país com índices de desenvolvimento promissores: PIB em expansão, baixas taxas de desemprego e diminuição significativa da pobreza. No plano político, o Partido dos Trabalhadores (PT) havia garantido 88 cadeiras na Câmara dos Deputados, a maior bancada da casa, e contava ainda com a ampla coalizão com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), selada com a indicação do vice-presidente Michel Temer. Fatos que indicavam um suposto trânsito suave das medidas de governo em votações no Legislativo (ABRANCHES, 2018; AVRITZER, 2016; SINGER, 2018).

Sob essas condições favoráveis, Dilma pôde empreender grandes mudanças estruturais em seu governo, no plano econômico e no político, transformações que puderam ser percebidas logo nos primeiros dois anos de gestão (ABRANCHES, 2018; AVRITZER, 2016; SINGER, 2018). Como aponta Singer (2018), a presidente e sua equipe econômica almejavam estimular uma aliança entre os setores industriais e os trabalhadores, com o intuito de reindustrializar o país, uma área atrasada, por meio de uma plataforma de ação de acordo com um modelo econômico desenvolvimentista, conforme o autor explica:

Quando se observa o conjunto das ações contidas na ‘nova matriz’[...] percebe-se o seu viés desenvolvimentista [...] A desobstrução de caminhos para a retomada industrial, os esforços pela industrialização integral, a crença no papel indispensável do planejamento estatal, a desconfiança das forças espontâneas do mercado, a decisão por parte do Estado dos setores que devem se expandir e o papel público em seu financiamento – todos os fatores estiveram presentes no ‘plano Dilma’ (SINGER, 2018, p. 41).

Nesse sentido, a presidente adotou um receituário que foi de encontro às políticas neoliberais, em busca de promover um maior ativismo estatal, um processo acelerado devido ao agravamento da crise econômica internacional, que trouxe prejuízos financeiros, sobretudo aos países europeus, como foi observado no caso da

Grécia<sup>26</sup>. Para conter os efeitos desse processo no Brasil e manter a linha de crescimento do período anterior, o governo implementou uma série de medidas semelhantes ao praticado no ano de 2008 (SINGER, 2018).

Dessa forma, diminuiu a taxa básica de juros (SELIC), do patamar de 12,5% foi reduzida a 7,25% ao ano, para tornar as taxas nacionais semelhantes às praticadas em grandes economias internacionais. A redução do índice também contribuiu para estimular o consumo dos brasileiros, de maneira a não estagnar a economia. Com as linhas de crédito em bancos nacionais cada vez mais baratas ao consumidor, os bancos privados foram forçados à concorrência para não perder correntistas, o que levou o governo à queda de braço rumo à redução do spread bancário em instituições privadas (SINGER, 2018).

A equipe econômica também apostou em uma política de incentivos que favoreceu especialmente a indústria. Em 2011, a presidente lançou o Plano Brasil Maior, que incluiu a ampliação de crédito via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para empresas, a redução de impostos de produtos industrializados (IPI), a elevação dos tributos sobre produtos com menos de 65% de conteúdo nacional, além da ampliação do Microempreendedor Individual (MEI). No ano seguinte, foi a vez das desonerações da folha de pagamento para quinze setores de mão de obra, considerado um dos entraves ao investimento no país ou o chamado “custo Brasil” ao empresariado (SINGER, 2018).

Outra medida que favoreceu o setor industrial foi a proposta de reforma do setor elétrico, que barateou a tarifa de energia em pelo menos 20% e promoveu maior competitividade aos produtos nacionais frente aos importados. Em contrapartida, a medida não ocorreu sem resistências por parte das empresas subsidiárias de energia elétrica, que viram seu valor de mercado cair até pela metade em alguns casos. Isso rendeu acusações, por parte de investidores e empresas de energia, de uma suposta interferência do governo na economia (SINGER, 2018).

A Presidência também investiu em infraestrutura para o escoamento da produção nacional, o que compreendeu melhorias de ferrovias e da malha viária. A

---

<sup>26</sup> Em agosto de 2011, os mercados ao redor do mundo foram surpreendidos por uma crise de proporções semelhantes à que ocorreu nos Estados Unidos em 2008, a crise do *subprime*. Dessa vez, o centro da crise não mais apontava para Wall Street, mas diretamente para o continente europeu. As nações europeias credoras, lideradas pela Alemanha, impuseram uma conduta recessiva aos países devedores, em particular a Grécia, provocando redução das atividades na zona do euro (SINGER, 2018).

partir de 2012, o governo lançou um pacote de concessões de obras à iniciativa privada, através do Programa de Investimento em Logística (PIL) (SINGER, 2018).

Para proteger a moeda nacional da entrada de capital especulativo, a equipe econômica e, principalmente, o ministro da Fazenda Guido Mantega trabalharam rumo a uma desvalorização da moeda nacional. A partir de 2012, o Ministério da Fazenda, aliado ao Banco Central (BC), agiu para elevar o câmbio a R\$ 2,05 o dólar. Além disso, promoveu o controle sobre a entrada de dinheiro estrangeiro no país, que poderia fragilizar a política cambial e desvalorizar o real. Isso foi regulado por meio de instrumentos como a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em transações internacionais (SINGER, 2018).

De todo modo, a nova matriz econômica do governo Dilma constituiu um plano singular. Para Singer (2018), ela se destacou de uma tradição liberal na economia brasileira, a ponto de entrar em choque com interesses não mais acomodados como os do capital financeiro e do grande empresariado, que viu seus rendimentos restritos na época. Em outras palavras, a presidente começou a se distanciar da maneira de governar de Lula e assumiu um posicionamento próprio, nem sempre confortável do ponto de vista do relacionamento com interesses divergentes.

Embora o plano econômico fosse audacioso, de acordo com Abranches (2018), as medidas adotadas pelo governo para contornar a desaceleração do crescimento nacional acabaram por alimentar a inflação. Ainda que a presidente buscasse evitar um período de recessão, a economia não respondeu conforme as expectativas de sua equipe, em parte, devido à resistência da crise econômica internacional. Os tropeços na gestão econômica iriam assombrar o governo durante os anos seguintes.

Já no que diz respeito ao plano político, a presidente contou com uma ampla coalizão de partidos<sup>27</sup>. Essa grande adesão ao governo implicou na administração de agendas políticas diversas, a qual exigiu um domínio da gestão por parte de Dilma Rousseff, que nem sempre foi bem operado (ABRANCHES, 2018; AVRITZER, 2016).

De acordo com Abranches (2018), os problemas com os partidos da base tiveram início no momento da composição dos ministérios do governo. Assim, a presidente optou pela ocupação dos cargos centrais da gestão por membros do PT, de maneira a compor um cordão de isolamento que dificultou a relação com outros

---

<sup>27</sup> A coligação eleitoral de Dilma Rousseff, denominada “Para o Brasil seguir mudando”, contou com dez partidos, de acordo com os dados eleitorais do TSE, no ano de 2010, a saber: PC do B, PDT, PMDB, PR, PRB, PSB, PSC, PT, PTC e PTN (TSE, 2021).

partidos. O PT ocupou cargos que antes estavam à disposição ou que eram esperados na distribuição aos outros partidos que apoiavam o governo. Nesse sentido, a medida atingiu de forma contrária as expectativas aliadas, principalmente do PMDB que aguardava uma maior participação nos cargos de primeiro escalão.

Para Avritzer (2016), Dilma herdou o modelo de coalizão do presidente anterior, que incluiu o peemedebismo no governo para garantir a governabilidade. No entanto, o autor apresentou outra abordagem quanto aos atritos do partido com o governo. Desse modo, embora o PMDB tenha conquistado um poder maior na nova gestão do que o proporcionado em alianças anteriores, as denúncias de irregularidades que recaíram sobre ministros indicados pelo partido – e a posterior demissão desses quadros no ano de 2011 – colocaram em dúvida as relações com o governo. Assunto que será tratado mais adiante.

Dessa forma, conclui-se que a relação entre o PMDB e o PT esteve sempre em ebulição, o que criou divisões cada vez mais irreversíveis logo nos primeiros passos da nova administração. Isso pode ser observado em votações no Legislativo, momento em que o PMDB ameaçou retaliar o governo em troca de cargos. A primeira discussão ocorreu em torno da pauta do aumento do salário mínimo, nessa ocasião o PMDB ameaçou propor um valor mais alto de reajuste do que o proposto pelo governo, o que impactaria o corte de gastos da União. A queda de braço foi vencida pela presidente, que ameaçou vetar a proposta caso ela fosse aprovada (ABRANCHES, 2018).

Mais tarde, Dilma perdeu a votação de outra matéria sensível à gestão, a saber, a do Código Florestal, que apresentava retrocessos como à anistia ao desmatamento efetuado até o ano de 2008. De interesse da bancada ruralista do Congresso, a votação foi de 410 votos favoráveis, contra 63 contrários. O que demonstrava que a coalizão não votou consoante às recomendações feitas aos partidos, o que colocou em dúvida a ideia de “rolo compressor” atribuída ao apoio majoritário do governo entre os parlamentares (ABRANCHES, 2018).

Ainda que os embates no Legislativo tenham se acirrado, os desafios da nova gestão encontraram nos ministérios do governo um ponto de convergência, que se deu com a demissão de vários agentes do primeiro escalão (ABRANCHES, 2018; AVRITZER, 2016).

O primeiro caso ocorreu em 2011, com o desligamento de Antonio Palocci do Ministério da Casa Civil, acusado de enriquecimento ilícito, além da negativa em ceder

informações a respeito de seu patrimônio. O governo tentou mantê-lo nos quadros da gestão, inclusive com a intercessão do ex-presidente Lula através da articulação política, mas a presidente decidiu pela sua demissão, em junho daquele ano, e, em seguida, convidou a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) para ocupar o cargo (ABRANCHES, 2018).

Também em 2011, uma investigação atingiu o Ministério dos Transportes, com suspeita de corrupção no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), comandado pelo Partido Progressista (PP). Novas substituições foram realizadas por parte da presidente, que nomeou para o cargo interino o Secretário Executivo do Ministério, Paulo Sérgio Passos (PR) (ABRANCHES, 2018).

Em agosto, ocorreu uma nova rodada de demissões, que resultou na saída de Wagner Rossi (PMDB-SP), desta vez no Ministério da Agricultura, comandado pelo PMDB. A presidente também teve um desentendimento com o ministro da Defesa Nelson Jobim (PMDB-RS), que entre outras discordâncias, efetuou uma declaração infeliz ao criticar o trabalho de duas outras ministras próximas à Presidência, Gleisi Hoffmann e Ideli Salvatti, o que levou à demissão de Jobim (ABRANCHES, 2018).

No Ministério do Esporte, sob a acusação de recebimento de propina, foi retirado do cargo o ministro Orlando Silva (PCdoB-SP). Um ministério que foi destaque para o governo naquele momento, devido ao planejamento de eventos internacionais como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas em 2016. Em dezembro de 2011, Carlos Lupi (PDT-RJ) foi demitido do Ministério do Trabalho, sob recomendação da Comissão de Ética da Presidência da República, que pediu seu afastamento (ABRANCHES, 2018).

O único ministro que a presidente não demitiu, investigado por suposto enriquecimento ilícito, foi Fernando Pimentel (PT). Em 2012, o ministro das Cidades, Mário Negromonte (PP-PE), entregou sua carta de demissão ao enfrentar denúncias de irregularidades, desde o ano de 2011 (ABRANCHES, 2018).

Devido às eleições municipais, a presidente substituiu Fernando Haddad (PT-SP) do Ministério da Educação, para que o ministro concorresse à disputa eleitoral na cidade de São Paulo, e em seu lugar convidou Aloizio Mercadante para assumir a pasta. O mesmo sucedeu com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, pois com a saída de Iriny Lopes para disputar as eleições e no lugar dela, Dilma convidou a socióloga Eleonora Menicucci (PT-SP), companheira de luta política de longa data (ABRANCHES, 2018).

A sucessão de trocas nos ministérios, provocadas pela Presidência, indicou uma postura de “tolerância zero” com as irregularidades, o que teve como consequência um aumento da popularidade de Dilma Rousseff. Perante a população brasileira, se somados os percentuais de “bom” e “ótimo”, ao final de 2011 e início de 2012, a presidente obteve um índice de aprovação de 61,7% (DATAFOLHA, 2012).

O apoio popular forneceu sustentação às ações promovidas no governo, como a execução das políticas públicas e a blindagem a reações mais incisivas de parlamentares nas disputas pontuais no Legislativo. Todavia, tal condição não impediu que aumentasse o número de descontentes com a gestão na base aliada, que compreendia desde o PMDB, o PR e até mesmo setores do PT. Fatores que ameaçavam a dispersão da coalizão (ABRANCHES, 2018).

Uma fase de estresse que diminuiu em 2012, quando a atenção dos parlamentares e da Presidência se voltou para os trabalhos da primeira CPI que investigou um esquema de corrupção envolvendo a construtora Delta e beneficiamento de políticos. Também nesse período, a agenda no Planalto esteve mobilizada para a votação das eleições municipais e o julgamento da Ação Penal 470, conhecida por “Mensalão” (ABRANCHES, 2018).

Sobre o Mensalão, ao final do julgamento, dos 37 réus do caso, 25 deles foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), incluindo os de setores do PT, como José Dirceu. A preocupação do PT era que a repercussão do julgamento afetasse os pleitos eleitorais municipais, mas o partido se saiu bem e aumentou o número de prefeituras naquele ano, de 557 para 638. Outro feito do partido se deu com a eleição de Fernando Haddad (PT) para a prefeitura de São Paulo, uma região considerada, até então, como um reduto tucano (ABRANCHES, 2018).

### **3.1 O EXAME DOS DADOS**

Diante do exposto, este capítulo se propõe a examinar como a figura da presidente Dilma Rousseff foi representada nas páginas das revistas semanais *Veja* e *Carta Capital*.

Para esta tarefa, foram selecionadas apenas reportagens noticiosas que apresentaram os termos “presidente/presidenta”, “Dilma Rousseff”, “Dilma” e “governo federal”, os quais pretenderam atribuir características sobre a figura pública da governante. Entende-se, por isso, a presença de definições sobre uma forma

específica de governar, comentários sobre a personalidade da presidente ou das demais observações a respeito de sua vida privada.

Encerrada a seleção dos textos, na etapa seguinte, cada matéria jornalística foi considerada uma unidade de medida (1 reportagem = 1 ocorrência), contabilizada e lançada em uma tabela de registro elaborada pela pesquisadora. Posteriormente, os dados extraídos foram agrupados na categoria de contexto denominada “Perfil de Dilma Rousseff”.

Nesse sentido, o acompanhamento da respectiva categoria se tornou relevante, uma vez que a presidente se inseriu na cena política como uma candidata sem passagem eleitoral, e, pela primeira vez, uma mulher foi eleita para o mais alto cargo do poder Executivo. Portanto, o exercício do mandato constituiu um campo aberto de possibilidades para a construção de diversos discursos.

De igual maneira, as representações criadas em relação a Rousseff também revelam ao pesquisador quais foram os limites e as expectativas projetados pelas revistas em relação à atuação do novo governo. Igualmente, a representação contra a presidente não terminou quando foi efetivada, mas foi retomada em ocasiões de crise, como o processo de *impeachment*, que se iniciou em 2015 perdurando até 2016.

Para demonstrar os dados quantitativos sobre as reportagens que abordaram o tema em questão, foi elaborada a Tabela 3, que contém o volume de textos extraídos de cada uma das revistas ao longo do recorte de 2011 a 2012.

**Tabela 3** – Quantitativo de reportagens por revista:  
categoria “Perfil Dilma Rousseff” (2011-2012)

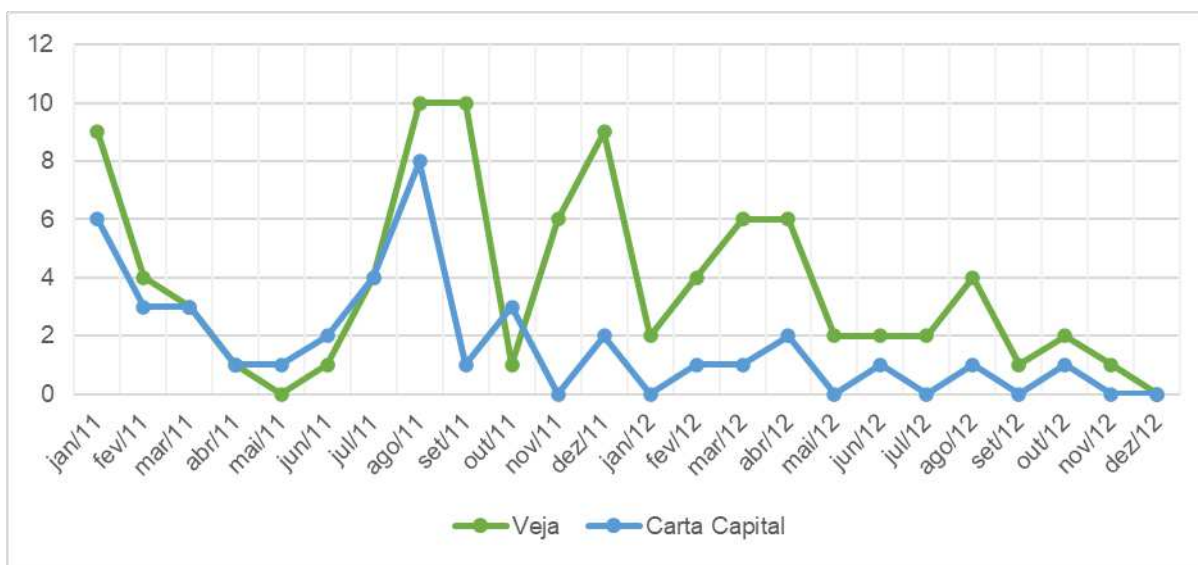
Revista	Total de Edições	de Reportagens 2011	Reportagens 2012
Veja	103	58	32
Carta Capital	103	34	7

Fonte: a autora, a partir das revistas *Veja* (2011-2012) e *Carta Capital* (2011-2012).

Como mostra a tabela, é possível notar que as reportagens que se enquadraram na categoria “Perfil de Dilma Rousseff” foram predominantes na revista *Veja*, com um total de 90 artigos, enquanto *Carta Capital* teve um número menor, com 41 textos. Abaixo, pretendeu-se demonstrar, no Gráfico 3, como esses números se distribuíram no recorte dos anos de 2011 e 2012:

**Gráfico 3** – Distribuição das reportagens no tempo (2011-2012)

### Categoria “Perfil Dilma Rousseff”



Fonte: a autora, a partir das revistas *Veja* (2011-2012) e *Carta Capital* (2011-2012).

Com base nos dados dispostos no gráfico, foi possível reconhecer que a frequência de publicações nas duas revistas se desenvolveu em ciclos mais ou menos síncronos, o que favoreceu a comparação dos temas. Nas seções seguintes, será examinado mais detidamente como se exerceu o processo de construção discursiva da nova presidente no interior de cada periódico.

### 3.2 UMA PRESIDENTE “MULHER” SOBE A RAMPA DO PLANALTO: O DISCURSO ELABORADO PELA VEJA

A análise da revista de informação *Veja* teve como objetivo compreender como Dilma Rousseff foi apresentada a seus leitores, ou seja, de que forma foi construída a representação da presidente e quais características foram atribuídas a ela. Os dados foram coletados nos anos de 2011 e 2012, respectivamente, os dois primeiros anos da gestão da presidente. Das edições publicadas no período, tivemos acesso a 103, destas, foram selecionadas 90 reportagens, com 58 textos editados em 2011 e 32 em 2012.

Na etapa de tratamento do material, foi possível reconhecer a recorrência de algumas tendências discursivas. Essas repetições originaram padrões de apresentação da notícia, por meio das seguintes abordagens: 1) Atenção para aspectos “femininos”; 2) Dilma é uma gestora diferente de Lula; 3) Dilma é autoritária;

4) Dilma tem altos índices de popularidade; 5) Dilma está fazendo uma “faxina” contra a corrupção; 6) Dilma não compactua com malfeitos; 7) “Aparelhamento” de cargos públicos; 8) Dilma tem dificuldade com o Congresso; e 9) Dilma assume uma postura ideológica.

O leitor verá cada um desses itens nos gráficos inseridos no texto, que permitem visualizar a frequência de aparição de cada elemento no tempo. Igualmente, os registros mais minuciosos estão disponíveis nos quadros de análise temática, no Apêndice – A.

Sendo assim, a apresentação dos resultados está dividida em dois momentos principais. No primeiro é abordado o discurso da revista *Veja*, de janeiro a junho de 2011, que apontou para formas de representação da mulher no campo político. A partir de estereótipos de gênero, foi dada ênfase à vida pessoal e familiar da presidente ou a assuntos relacionados ao campo do privado. Ainda no respectivo recorte, está a administração do governo federal. Essa discussão retomou o modo como a candidata à Presidência foi retratada durante a campanha de 2010, em que as duas figuras, Lula e Dilma, estiveram associadas como parte da estratégia eleitoral do PT.

No que concerne ao segundo momento, em junho de 2011, Antônio Palocci, ministro da Casa Civil, foi objeto de investigação, acusado, naquele momento, de enriquecimento ilícito. Posteriormente, foi destituído de seu cargo de alto escalão no governo pela presidente. Esse episódio transformou a maneira como Dilma Rousseff estava sendo caracterizada na revista *Veja* até o momento. Ao agir no sentido da demissão de Palocci, reconhecido como uma peça imprescindível nas relações institucionais do governo, a presidente foi relacionada ao combate da corrupção na administração pública federal. Essa forma de abordagem se manteve durante as demissões de outros ministros no decorrer de 2011.

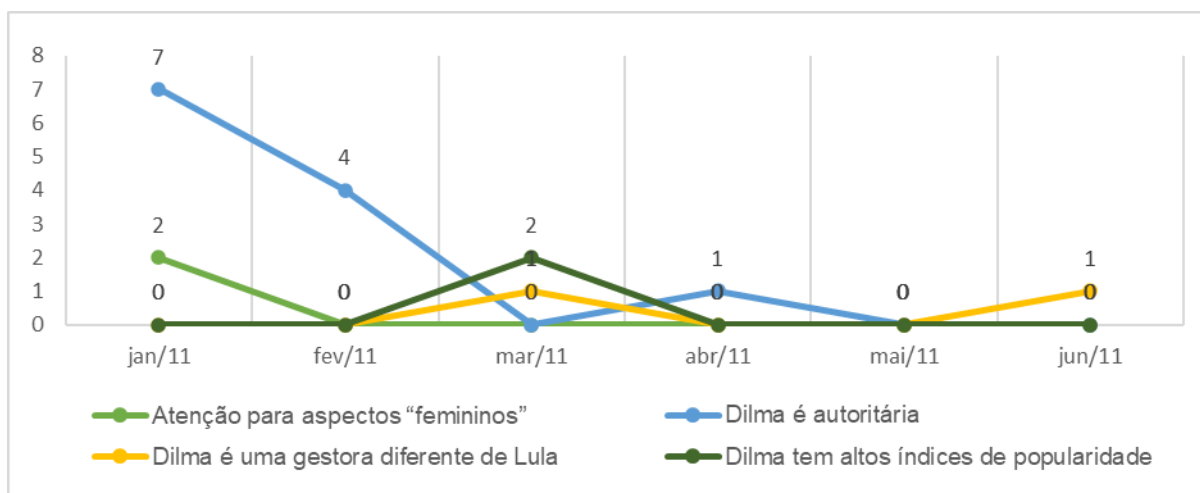
Destarte, as duas formas de representação predominantes, tanto sobre os estereótipos de gênero quanto ao combate da corrupção, não necessariamente sobrepujaram uma à outra no recorte analisado, pelo contrário, ambas estiveram ativas simultaneamente.

### **3.3 UMA PRESIDENTE “MULHER”**

Para interpretar a primeira parte dos resultados, foi construído o Gráfico 4, que abarcou o recorte temporal entre os meses de janeiro a junho de 2011. Nesse

intervalo, foram predominantes as seguintes formas de abordagens noticiosas sobre a presidente: 1) Atenção para aspectos “femininos”; 2) Dilma é uma gestora diferente de Lula; 3) Dilma é autoritária; e 4) Dilma tem altos índices de popularidade.

**Gráfico 4 – Ênfase discursiva na revista *Veja* (jan./jun. 2011)**



Fonte: a autora, a partir da revista *Veja* (2011).

Conforme os dados apresentados, é possível visualizar que o número de publicações sobre a presidente Dilma se tornou mais recorrente ao longo dos meses de janeiro, fevereiro e março. Essa concentração correspondeu às notícias sobre a cerimônia de posse no Palácio do Planalto e a avaliação dos primeiros cem dias de gestão, considerado um período decisivo para os novos governos. Desta perspectiva, durante os primeiros cem dias, são dimensionadas a implementação de propostas de campanha e a detecção do que é chamado de “efeito saudade”, que se trata da comparação entre a gestão recém-eleita e os feitos políticos do governo anterior.

Ao abordar separadamente cada um desses períodos, foi possível visualizar as particularidades quanto às formas de abordagens utilizadas pela revista. Em janeiro, a ênfase foi direcionada ao temperamento da presidente, retratada como uma personalidade autoritária, principalmente com subordinados. A esse respeito foram encontradas ocorrências como: “A presidente tem um jeito conhecido de trabalhar: deixar subordinados – ou não – em estado permanente de terror” (VEJA, 05/01/2011, p. 82).

Ainda no mês de janeiro, durante a cobertura da posse da presidente, as notícias apresentaram aspectos de sua vida privada e amorosa, assim como nas observações adiante: “[...] Dilma é divorciada e não terá um cavalheiro a seu lado

para fazer figuração em compromissos oficiais” (VEJA, 05/01/2011, p. 80) e:

[...] Dilma pediu, com toda a razão, uma equipe feminina para atendê-la no avião presidencial. Que mulher quer olhos masculinos estranhos enquanto repousa, tira os sapatos e a maquiagem (VEJA, 05/01/2011, p. 80).

Em fevereiro, a atenção recaiu sobre o suposto temperamento autoritário da presidente, ela chegou a ser comparada com o general militar Ernesto Geisel (1907-1996), fato que causava constrangimentos perante a equipe de trabalho e parlamentares. A revista apresentou uma declaração apócrifa e se referiu ao locutor como “um político com décadas”, colocação entendida como suficiente para fundamentar a sentença: “De um político com décadas de intimidade com o Palácio do Planalto, sobre a relação entre Dilma Rousseff e sua equipe: ‘Desde o Geisel, não vejo ministros temerem tanto um presidente’” (VEJA, 09/02/2011, p. 54).

De acordo com Miguel e Biroli (2011), as mídias detêm o poder de criar e divulgar certas representações da realidade social que tendem a confirmar ou naturalizar compreensões de hierarquias de gênero, resultando tanto na divulgação de estereótipos quanto na baixa presença da mulher nesses espaços de discussão pública. Esta dinâmica está baseada na histórica associação da mulher ao espaço privado, às rotinas domésticas, ao cuidado de familiares, práticas que foram historicamente consideradas “femininas”, enquanto os homens são relacionados ao espaço público e ao trabalho, convenções construídas historicamente como “masculinas”.

Quando se trata da presença de mulheres na mídia, essas divisões aparecem mais claramente na vinculação diferenciada dos sexos a determinados assuntos compreendidos como “masculinos” e “femininos”, de modo que as mulheres são constantemente apresentadas em notícias sobre beleza, maternidade, cuidado da casa e da vida amorosa, obtendo maior atenção noticiosa, quanto mais próximas aparecem destes temas (BIROLI; MIGUEL, 2011).

Essa forma de associação potencializa ideias de pertencimento ou não a certos campos, o que inclui aqueles que devem ou não estar em espaços de poder, além de reproduzirem a permanência dessas representações no social (BIROLI; MIGUEL, 2011).

No caso das reportagens sobre Dilma Rousseff, depreende-se que, embora o evento noticiado tenha sido a cerimônia de posse e o exercício de seu mandato, a

abordagem proposta pela revista *Veja* trouxe temas ligados ao espaço privado, das rotinas de cuidado pessoal da presidente e da especulação sobre sua vida amorosa. Outra forma de tratamento presente foi o destaque a uma suposta postura autoritária da presidente, sendo a autoridade extremada, uma das poucas formas encontradas pelo periódico para concebê-la naquele campo de atuação política.

Dessa forma, compreende-se que o caminho de construção das representações em torno da presidente refletiu os complexos modelos do “feminino” que podem ser observados nos espaços de fala jornalísticos, com mulheres às vezes relacionadas a estereótipos tradicionais naturalizados, às vezes a partir de comportamentos “masculinizados” para poderem ter acesso ao espaço público. Da mesma forma, apenas o surgimento de vozes femininas nos periódicos não é elemento bastante para questionar os papéis de gênero ali presentes, uma vez que essa presença costuma estar de acordo com os padrões convencionais e limitadores (BIROLI, 2010).

Durante o mês de março de 2011, *Veja* discutiu a respeito das diferenças entre o atual governo e o anterior, exercido pelo ex-presidente petista, Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 a 2010. A discussão a respeito da proximidade dos dois políticos foi objeto da imprensa nacional em momentos anteriores, principalmente durante a campanha eleitoral que conduziu Dilma à Presidência. Embora não seja o objetivo debater o mérito sobre as estratégias político-partidárias em 2010 e de que forma se exerceu o noticiamento sobre a campanha, o retorno a essa temática se faz importante para compreensão do que representou a retomada desse discurso na revista.

Desse modo, alguns autores concordam com a ideia de simbiose entre as figuras de Lula e Dilma como uma estratégia eleitoral (AMARAL, 2010; SANTOS, 2016). O ex-presidente foi um agente importante durante a campanha em 2010 e utilizou de seu capital político e partidário no lançamento da candidatura de Dilma, que não detinha experiência eleitoral e era pouco conhecida pelos brasileiros, de forma que a transferência de votos de um para o outro foi significativa. Para alguns órgãos de imprensa, essa proximidade significou não só a permanência do PT no poder, mas do próprio presidente Lula, que supostamente continuaria no governo através da candidatura de Rousseff.

A insegurança quanto à possibilidade de Lula estar nos bastidores do governo também se fez presente nas páginas da *Veja*, e as reportagens elaboradas pretenderam marcar as diferenças entre as figuras do ex e da atual presidente. Em

certa medida, essa distinção foi operada por meio da desqualificação do ex-presidente Lula, em comparação com Dilma Rousseff, como pode ser visualizado nas seguintes sentenças: “Popular sem populismo. A presidente Dilma começa a impor a sua marca pessoal ao governo” (VEJA, 30/03/2011, p. 64) e “[...] Dilma chamou a atenção por anunciar decisões e assumir uma postura diametralmente oposta ao que pregava seu antecessor” (VEJA, 30/03/2011, p. 64).

Desses excertos, depreende-se que a revista buscou definir a atuação dos dois sujeitos simultaneamente: ao priorizar o trabalho burocrático, reduzir as aparições públicas e a realização de discursos considerados “morosos”, Rousseff se afastou de uma postura comum para a gestão anterior. Ela demonstrava ser “popular sem populismo”, característica apontada como predominante em Lula.

De maneira semelhante, no mês de junho de 2011, a revista assinalou diferenças entre Dilma e o PT. Na ocasião, o periódico parabenizou a presidente pelo envio de uma carta aberta a Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em que destacava o legado positivo do ex-presidente, que possuía um histórico de oposição ao PT: “A presidente Dilma Rousseff dá uma demonstração de grandeza política ao enviar uma carta aberta a Fernando Henrique Cardoso em que reconhece as conquistas de seu governo – que o PT sempre tentou esconder” (VEJA, 22/06/2011, p. 76). A revista, em simultâneo, caracterizou negativamente o partido, que, supostamente, “esconderia” os bons resultados políticos da oposição.

Sobre essa forma de tratamento, é possível inferir que a revista não apenas evidenciou uma descontinuidade entre Lula e Dilma, mas, também atuou enquanto sentinela dessa proximidade entre os petistas, enxergada com desconfiança.

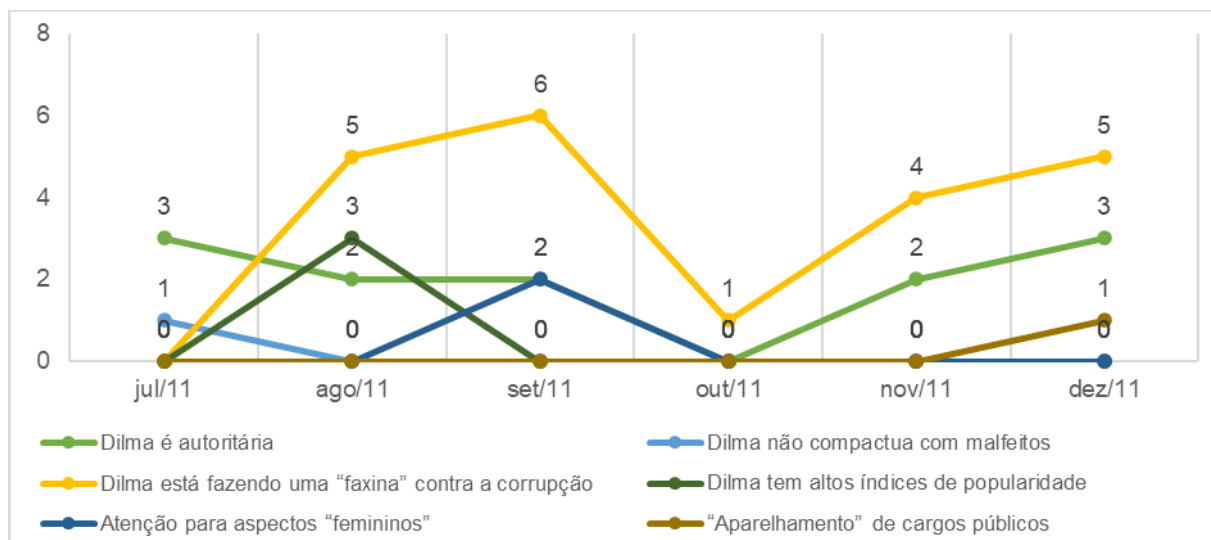
### **3.4 A “FAXINA” ÉTICA DE DILMA ROUSSEFF: A VASSOURA VARRE O QUÊ?**

Em junho de 2011, apareceram as primeiras notícias sobre a investigação do ministro da Casa Civil Antonio Palocci, que terminou com sua demissão naquele mesmo mês. Como já havia sido dito, a forma como Dilma lidou com o episódio resultou em uma mudança na maneira como a presidente foi retratada na revista *Veja* até aquele momento.

Nesse período, *Veja* apresentou as seguintes formas de tratamento da notícia, conforme o Gráfico 5: 1) Dilma está fazendo uma faxina contra a corrupção; 2) Dilma não compactua com malfeitos; 3) Dilma é autoritária; 4) Dilma tem altos índices de

popularidade; 5) “Aparelhamento” de cargos públicos; e 6) Atenção para aspectos “femininos”.

**Gráfico 5 – Ênfase discursiva na revista *Veja* (jul./dez. 2011)**



Fonte: a autora, a partir da revista *Veja* (2011).

Conforme a gráfico acima, foi possível verificar a permanência de notícias sobre o temperamento da presidente, durante o mês de julho, agosto, setembro, novembro e dezembro, a partir de enunciados como “Temor Reverencial. A propósito, a maioria dos ministros ainda fica em estado de tensão máxima nas audiências com Dilma Rousseff” (VEJA, 27/07/2011, p. 54) ou “[...] O temperamento de pugilista da presidente” (VEJA, 28/12/2011, p. 24). Essa forma de representação apareceu como uma constante em todo o discurso da revista.

Com a repercussão da demissão do ministro Palocci, as reportagens elaboradas a seguir pretenderam representar a presidente pela ótica do bom funcionamento da máquina pública: “[...] A presidente Dilma agiu com rapidez [nas demissões ministeriais] e, com isso, abriu caminho para que a intolerância com a corrupção deixe de ser episódica e se torne a regra” (VEJA, 13/07/2011, p. 12). Até esse momento, a ideia central demonstrava que a presidente não compactuava com o fisiologismo na administração pública.

No entanto, esse tipo de tratamento assumiu novas formas a partir de agosto, com a introdução da ideia de “faxina” contra a corrupção, em relação às sucessivas demissões de funcionários investigados por tal crime, seguida de reportagens que atestavam o aumento da popularidade da presidente. Dessa forma, toda notícia sobre

corrupção, envolvendo Dilma Rousseff, não seria publicada sem a inclusão da “limpeza na administração pública”, até o final de 2011. De acordo com a *Veja*, a presidente deveria continuar “[...] a operação de faxina que ela desencadeou em Brasília contra os corruptos que infestam a máquina pública” (VEJA, 31/08/2011, p. 59); e a ela foi atribuída à “[...] esperança de diferentes segmentos [sociais] de ver um país livre da rouboalheira e da impunidade” (VEJA, 14/09/2011, p. 59).

Conseqüentemente, a ideia de uma “limpeza” na administração pública por parte de políticos pode ser encontrada em outros momentos da história nacional, logo é possível dizer que não se trata de uma ideia completamente original. Embora a revista *Veja* não exerça diretamente essa forma de associação, os discursos elaborados pelo impresso se assemelham às representações presentes na campanha de Jânio Quadros à Presidência da República, durante a década de 1960. O próprio *slogan* de campanha de Quadros “Jânio vem aí...” trazia como elemento simbólico a representação da vassoura, em que o político prometia varrer a corrupção do país, em um discurso moralizador.

O símbolo havia sido usado pela primeira vez por Jânio durante as eleições para a Prefeitura de São Paulo e, posteriormente, foi resgatado na campanha presidencial. De acordo com Grossi (2001), a vassoura somente adquiriu grande repercussão nacional porque Jânio soube articular seu discurso político moralizador como uma mensagem que poderia ser compreendida por um grande público, a saber: “[...] O instrumento adotado por JQ, na linguagem metafórica, serviria então para expulsar do poder público os maus cidadãos, aqueles que não se alinhavam ao seu trabalho de moralização do país” (GROSSI, 2001, p. 8). Um discurso sensível tanto às classes altas como às populares, de forma que a própria vassoura, enquanto objeto simbólico, estava presente em todos os lares.

Alves (2018) também indica isso ao afirmar que o símbolo da vassoura pode ser interpretado como a limpeza da crise moral que havia no país naquela época. Assim, Quadros se encarregaria de conduzir o país em direção a um futuro austero, no qual todos os habitantes da nação se uniriam sob um mesmo ideal, uma vez superadas as práticas do governo anterior.

Todavia, ainda que as abordagens sobre o tema da corrupção sejam semelhantes entre os dois eventos no tempo, ela não deve ser transportada literalmente. Além disso, o emprego do termo “faxina” não foi uma particularidade da *Veja*, sendo adotado por outros órgãos de imprensa nacional, no mesmo período. Isso

torna necessário localizar o periódico no tempo e no espaço, de maneira a questionar como esse discurso se coaduna com os interesses sociais definidos pela revista, que ideias foram validadas pela representação sobre a “faxina” do governo ou, em outras palavras: a vassoura colocada nas mãos da presidente Dilma Rousseff varre o quê?

Em uma investigação das publicações posteriores, foram encontradas algumas pistas durante o mês de outubro. Ao tratar do tema do combate da corrupção, a revista prescreveu as causas e as formas de superação da prática no país por meio do presente enunciado:

[...] As principais causas da corrupção são velhas conhecidas: instituições frágeis, hipertrofia do estado, burocracia e impunidade. [...] a vitória contra a corrupção passa também pela racionalização tributária, pela simplificação do estado cartorial brasileiro e pela diminuição do estado que consome 40% da riqueza nacional e não devolve em serviços um décimo disso (VEJA, 26/10/2011, p. 80).

Portanto, do excerto acima se entende que o caminho para superação da prática da corrupção estava atrelado à redução da burocracia e da interferência do Estado na vida pública, sendo os serviços oferecidos de péssima qualidade e custosos, conforme o periódico.

À vista disso, a presidente deveria agir tanto para afastar suspeitos de corrupção quanto para diminuir o número de ministérios do governo e, assim, evitar ocorrências desses casos no futuro. Para a revista, o número elevado de pastas ministeriais era um resultado da prática de “loteamento” público, caracterizado pela distribuição de cargos de primeiro escalão em troca de apoio parlamentar, o que não necessariamente resultava em uma melhoria na administração pública. Pelo contrário, funcionava apenas para fomentar o fisiologismo e atender aos interesses privados de políticos. Um tipo de discurso que desqualificava a política institucional.

As reportagens divulgadas em dezembro confirmavam a mesma opinião. Para a *Veja*, a presidente Dilma Rousseff promoveu um “aparelhamento” do governo por políticos do PT. Dessa forma, para preencher as cadeiras do alto escalão ministerial, a governante usou critérios tendenciosos ao dar preferência à filiação partidária em vez da competência técnica dos futuros ocupantes dos cargos, de modo a favorecer seus “companheiros” de partido. Nas palavras do periódico:

[...] de que adianta mudar os titulares se permanecem no sistema básico de loteamento do governo e seu aparelhamento com duas

dezenas de milhares de companheiros mal qualificados? (VEJA, 28/12/2011, p. 254).

De acordo com Abranches (2018), tornou-se comum compreender no sistema de coalizão brasileiro o resultado de distorções que enfraquecem a democracia, a exemplo dos casos de corrupção que imergem nas relações institucionais, quando, na verdade, essas formas de contravenção resultam da formação de alianças ilegítimas e desconhecidas pela população. Sendo o território brasileiro socialmente diverso e com interesses conflitantes, os quadros partidários tendem a representar essa pluralidade social, refletindo na organização da política institucional. Assim, a governabilidade depende da acomodação desses projetos políticos divergentes, que dão origem às coalizões e às consequentes distribuições de cargos ministeriais<sup>28</sup>.

Embora Avritzer (2016) reconheça na prática da corrupção um dos limites ao presidencialismo de coalizão, segundo o mesmo autor, é pouco provável dimensionar quando ela esteve mais ou menos presente nos governos brasileiros, porque se trata de um fenômeno secreto. Existem índices que medem a presença da corrupção a partir da percepção que os sujeitos têm sobre o fenômeno, que podem variar conforme ele é combatido e os casos são expostos à população.

Dessa forma, não é possível afirmar que a corrupção tenha sido mais recorrente durante o governo Dilma ou que tenha se tornado institucionalizada com a delegação de ministérios, como a revista *Veja* planejou demonstrar.

### **3.5 NOVO ANO, VELHAS CRENÇAS: A IMAGEM DE DILMA ROUSSEFF EM 2012**

Durante o ano de 2012, Dilma Rousseff anunciou a proposta de reforma ministerial para reorganizar os quadros de primeiro escalão, sem comprometer a governabilidade. Assim, cessaram as demissões em ministérios como ocorreu no ano anterior, que comprometeram publicamente os partidos da base. Como mencionado no início deste capítulo, as demissões de políticos dos ministérios criaram uma distância nas relações com o Executivo, o que, a médio ou longo prazo, poderia prejudicar o apoio parlamentar em votações e limitar o poder da nova gestão.

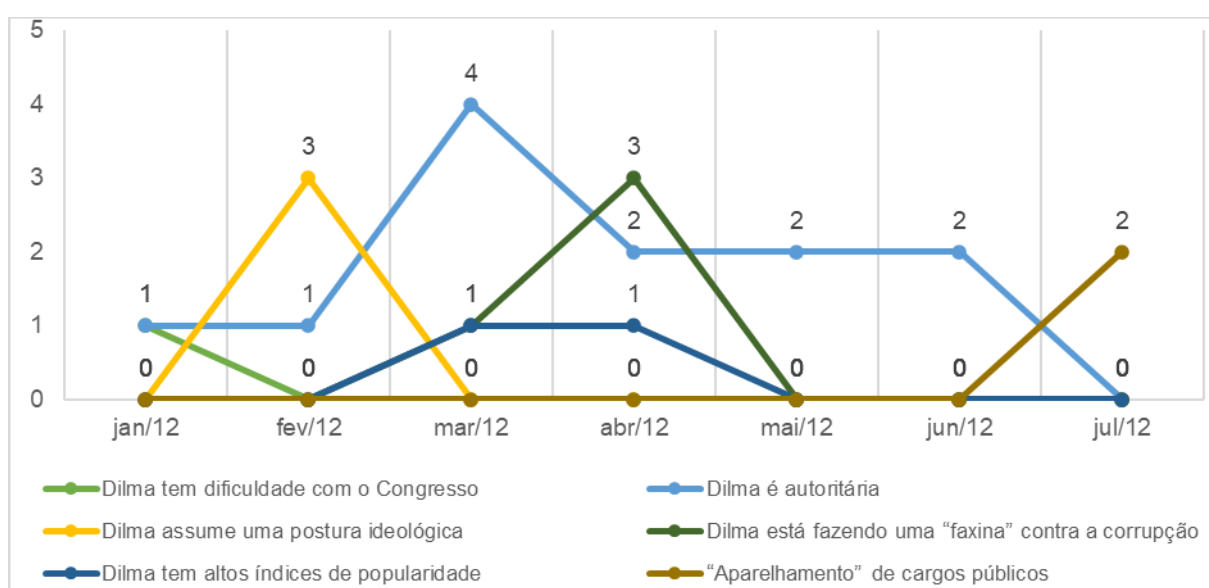
Dessa forma, apesar de a presidente ter tomado medidas para incentivar o

---

<sup>28</sup> O que não significa dizer que o presidencialismo de coalizão não careça de reparos, por isso a democracia não deve ser encarada como um ponto de chegada, mas como um processo que leva a revisões (ABRANCHES, 2018).

diálogo com o Parlamento, a revista *Veja* ainda elaborou matérias nos mesmos padrões de antes, sobretudo no que diz respeito à forma de representação da mandatária. As principais abordagens encontradas nas notícias foram, conforme o Gráfico 6: 1) Dilma tem dificuldade com o Congresso; 2) Dilma é autoritária; 3) Dilma está fazendo uma “faxina” contra a corrupção; 4) “Aparelhamento” de cargos públicos; 5) Dilma assume uma postura ideológica; e 6) Dilma tem altos índices de popularidade.

**Gráfico 6 – Ênfase discursiva na revista *Veja* (jan./jul. 2012)**



Fonte: a autora, a partir da revista *Veja* (2012).

Durante o mês de janeiro, a revista *Veja* comentou a respeito da dificuldade da presidente Dilma no gerenciamento das relações institucionais do governo, ao elaborar a seguinte publicação:

[...] Muita gente deve achar que os momentos mais desconfortáveis de Dilma Rousseff em seu primeiro ano foram as sete quedas de ministros em sete meses. Menos a própria Dilma. [...] a ocasião que mais abomina no dia a dia como presidente é quando tem de negociar com o Congresso (VEJA, 04/01/2012, p. 34).

Com base no trecho acima, a revista reconheceu as demissões de ministros durante o primeiro ano como um período crítico no governo ou, no mínimo, o “momento mais desconfortável” de 2011. A faxina realizada pela presidente foi representada como um processo gerador de instabilidade na base governista. Em

contrapartida, a presidente não detinha habilidade política para lidar com as relações institucionais, ao evitar as conversas de bastidores ou a negociação pessoal com políticos. Fato que agravava a situação do governo.

Em fevereiro, a revista abordou a agenda internacional de Dilma Rousseff, que incluiu uma viagem a Cuba, ocasião em que havia um encontro marcado com Fidel Castro. O evento foi noticiado como uma visita à “ditadura cubana”. Ainda nesse período, a presidente convidou Eleonora Menicucci para assumir a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, ambas participaram da resistência à ditadura militar e foram detidas no período. Eleonora também era publicamente relacionada à discussão sobre a legalização do aborto, uma pauta rejeitada pelo periódico. A aproximação temporal desses dois eventos levou a revista a apontar uma filiação ideológica do governo com ideias de esquerda, que poderiam afetar outras decisões institucionais, de forma a ameaçar o exercício das liberdades individuais e os valores tradicionais. Uma postura reconhecida por sua periculosidade ao considerar a posição de poder da Presidência da República, sendo relevante qualquer sinalização em favor de determinada ideia política.

Durante o mês de março, a revista retratou a presidente a partir de seu temperamento caracterizado como autoritário, em moldes semelhantes aos já analisados: “Dilma Rousseff tem horror de ser interrompida enquanto fala. Disso sabem bem os que a rodeiam – e deveriam saber todos os que lidam com ela” (VEJA, 14/03/2012, p. 57).

Ainda no mês de março, a revista apresentou novos desdobramentos sobre a “faxina” promovida pela presidente na administração federal, relacionados ao aumento da aprovação popular verificada entre os meses de março a abril, como pode ser reconhecido no seguinte exemplo:

[...] No primeiro ano de mandato, a presidente Dilma Rousseff demitiu seis ministros acusados de corrupção [...] Até agora a faxina no Executivo funcionou como um dínamo do capital político eleitoral de Dilma (VEJA, 21/03/2012, p. 61-62).

Dilma Rousseff poderia contar com a alta popularidade, que lhe dava sustentação às medidas de governo, contra reações adversas, especialmente dos setores descontentes com o processo de “faxina”.

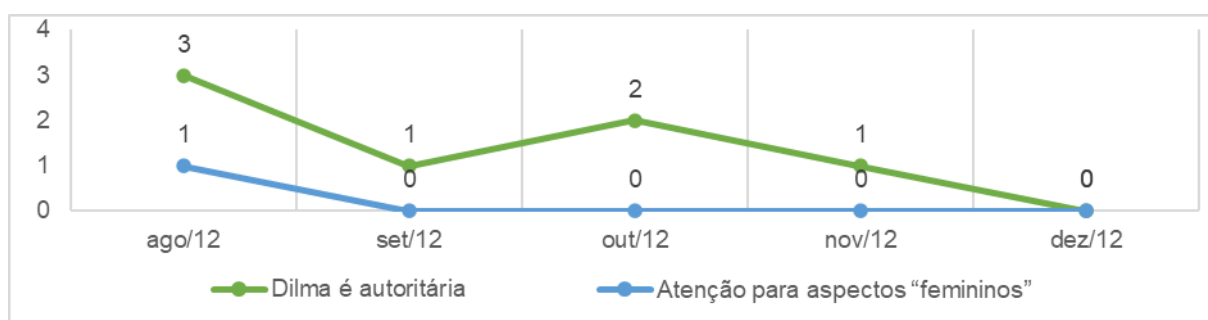
No mês de julho, foi retomada brevemente a ideia de “aparelhamento”, assim a revista denunciou a prática de favorecimento de setores petistas através da

concessão de cargos na administração federal:

[...] Lula foi muito criticado no final de seu mandato por nomear para o Supremo Tribunal Federal um ex-advogado do PT, José Antonio Dias Toffoli. Isso não impediu que a sua sucessora seguisse o exemplo (VEJA, 11/07/2012, p. 44).

Entre agosto e dezembro de 2012, a revista preferiu noticiar outros temas em detrimento da categoria “Perfil de Dilma Rousseff”, o que provocou uma queda nos números de publicações. Os temas em questão foram as eleições municipais (julho a outubro), a instauração da CPI que investigaria as relações da empreiteira Delta com setores políticos (fevereiro a dezembro) e, por último, o julgamento da Ação Penal 470, conhecida como “Mensalão” (agosto a dezembro)<sup>29</sup>. Esse decréscimo nas publicações pode ser observado no Gráfico 7, com poucas referências à presidente, que chegaram a zero até dezembro.

**Gráfico 7 – Ênfase discursiva na revista *Veja* (ago./dez. 2012)**



Fonte: a autora, a partir da revista *Veja* (2012).

### 3.6 QUEM É A PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF NA REVISTA *VEJA*?

Quanto ao discurso proposto por *Veja*, durante os dois primeiros anos de mandato da presidente, foi possível reconhecer algumas constantes no tratamento. A primeira privilegiou um recorte a partir de estereótipos de gênero, ao se referir a figura da presidente por meio de modelos tradicionais e restritivos sobre o feminino. Percebe-se que a representação de Dilma foi construída, predominantemente, com base na ideia de uma autoridade exacerbada. É necessário questionar o discurso

<sup>29</sup> Quanto ao julgamento da Ação Penal 470, o tema recebeu grande atenção noticiosa da revista *Veja*, inclusive com a montagem de uma equipe de especialistas e jornalistas dedicados a comentar o tema na revista. Dos 37 réus do caso, 25 deles foram condenados, sentença bem recebida pelo expediente da *Veja*, que assinalava um marco em defesa dos interesses públicos e no combate à corrupção.

produzido e veiculado pela imprensa, principalmente para que o leitor reconheça e não naturalize esses modelos.

Em segundo lugar, a imagem da presidente também esteve transpassada pela influência da figura do ex-presidente Lula. Esperava-se que Dilma exercesse um governo diferente do anterior e se mantivesse longe de sua influência, sendo essa relação, por vezes, enxergada com desconfiança por parte da revista.

Quando a presidente iniciou as demissões nos ministérios, outro elemento foi adicionado à sua representação, um item importante na definição de sua *persona* no periódico: a intransigência contra a corrupção. Dilma foi avaliada mais em função de suas ações do que em comparação com outros atores políticos, embora seja necessário um adendo quanto ao que significou a defesa do combate à corrupção no periódico.

Assim, através da discussão sobre o combate à corrupção, a revista encontrou uma possibilidade de prescrever um modelo específico sobre o social: o modelo liberal. Desse modo, o problema da corrupção poderia ser resolvido a partir da diminuição da participação do Estado na vida pública. É importante não perder de vista que a construção das representações de mundo divulgadas pelos periódicos não se estabelece como um espelho da realidade ou se dá de forma ingênua, mas parte de um processo de reflexão, que diz respeito ao lugar social ocupado pelo órgão de imprensa.

### **3.7 UMA “PRESIDENTA” NO PLANALTO: O DISCURSO ELABORADO PELA *CARTA CAPITAL***

A análise da revista de informação *Carta Capital* teve como objetivo compreender como Dilma Rousseff foi apresentada a seus leitores, ou seja, como foi construída a representação da presidente. Os dados foram coletados são referentes aos anos de 2011 e 2012, dois primeiros anos da gestão da presidente. Das edições publicadas no período, tivemos acesso a 103. Destas, foram selecionadas 41 reportagens, com 34 textos editados em 2011 e 7 em 2012.

Na etapa de tratamento do material, foi possível reconhecer a recorrência de algumas tendências discursivas. Essas repetições originaram padrões de apresentação da notícia, por meio das seguintes abordagens: 1) Dilma é discreta e competente; 2) Dilma não teve apoio de grupos conservadores; 3) “Efeito Dilma” em candidaturas femininas; 4) Dilma enfrenta problemas com o Congresso; 5) Dilma age

em defesa dos Direitos Humanos; 6) Dilma tem altos índices de popularidade; 7) A gestão de Dilma é uma continuação do governo Lula; 8) Dilma imprime sua marca de gestão; 9) Dilma está fazendo uma “faxina” contra a corrupção; 10) Dilma não compactua com malfeitos; 11) O tema da corrupção foi usado para prejudicar o governo; e 12) Dilma é reconhecida internacionalmente.

O leitor verá cada um desses itens nos gráficos inseridos no texto, que permitem visualizar a frequência de aparição de cada elemento no tempo. Igualmente, os registros mais minuciosos estão disponíveis nos quadros de análise temática, no Apêndice – B.

Isso posto, a apresentação dos resultados foi dividida em duas etapas. A primeira parte analisou o conteúdo da revista *Carta Capital* de janeiro a maio de 2011. Nessa fase, foram criadas matérias que procuravam correlacionar a atuação da presidenta Dilma Rousseff com a defesa dos Direitos Humanos, a partir do debate sobre o seu passado como militante durante o regime militar (1964-1985). Além disso, a publicação também apontou uma continuidade política entre os governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o de Dilma. Os dois sujeitos tiveram as figuras associadas, principalmente ao longo da campanha para a Presidência no ano de 2010.

Na segunda parte, em junho de 2011, o ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, foi investigado por enriquecimento ilícito e, posteriormente, destituído do cargo de alto escalão no governo pela presidente. Esse episódio transformou a maneira como Dilma Rousseff foi caracterizada até aquele momento no periódico. Ao se manifestar a favor da demissão do ministro Palocci, ela foi associada a um processo de luta contra a corrupção e também reconhecida como uma gestora independente diante dos desafios que a posição de chefe do Executivo apresentava.

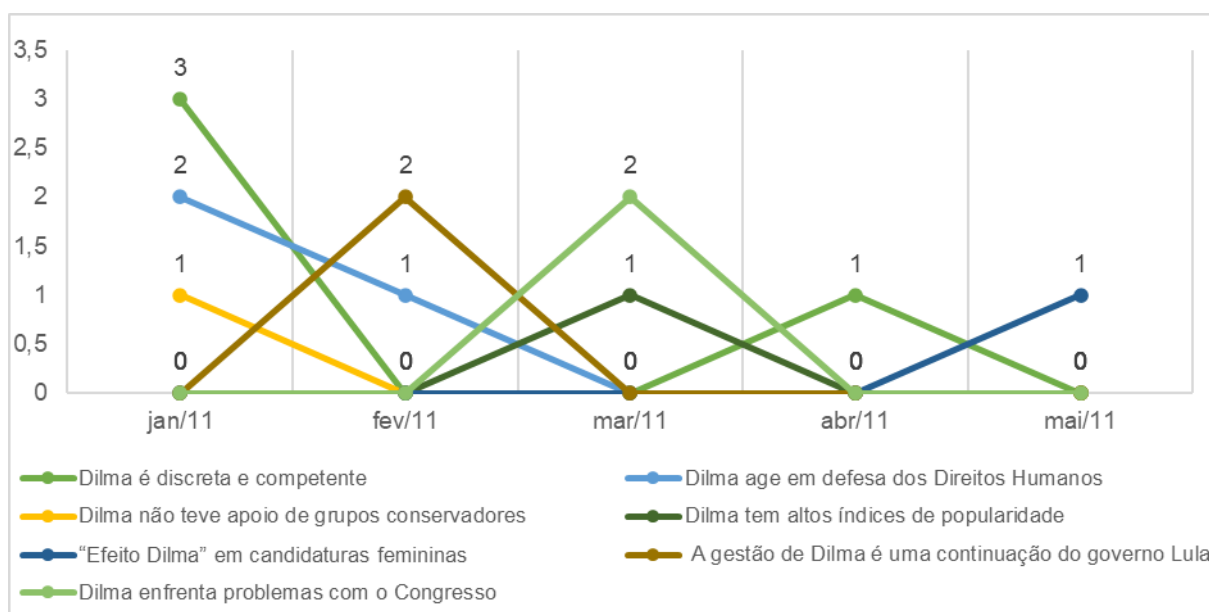
### **3.8 A CHEGADA DE DILMA AO PODER: A CONTINUIDADE E A NOVIDADE**

Para interpretar a primeira parte dos resultados, foi construído o Gráfico 8, que abarcou o recorte temporal entre os meses de janeiro a maio de 2011. Nesse intervalo, foram produzidas as primeiras reportagens sobre a presidente, retratada como uma gestora competente, comprometida com os Direitos Humanos e que daria continuidade à agenda política do PT.

Sendo assim, foram predominantes as seguintes formas de abordagens

noticiosas sobre a presidente: 1) Dilma é discreta e competente; 2) Dilma não teve apoio de grupos conservadores; 3) “Efeito Dilma” em candidaturas femininas; 4) Dilma enfrenta problemas com o Congresso; 5) Dilma age em defesa dos Direitos Humanos; 6) Dilma têm altos índices de popularidade; e 7) A gestão de Dilma é uma continuação do governo Lula.

**Gráfico 8 – Ênfase discursiva na revista *Carta Capital* (jan./maio 2011)**



Fonte: a autora, a partir da revista *Carta Capital* (2011).

Conforme os dados do Gráfico 8, foi possível visualizar que o período de maior publicação sobre Dilma Rousseff ocorreu durante os três primeiros meses de governo. Como ocorreu com a revista *Veja*, isso se justificou pela cobertura da posse e as expectativas sobre os primeiros cem dias de gestão, fase que correspondeu à implementação das propostas de campanha. No entanto, quando analisadas mais a fundo, as diferenças das abordagens realizadas por *Veja* e *Carta Capital* se acentuam.

Em primeiro lugar, durante todo o período analisado, *Carta Capital* optou por se referir a pessoa de Dilma Rousseff pelo termo “presidenta”, em substituição da palavra “presidente”, para marcar uma diferenciação à primeira mulher no poder Executivo. A adequação da palavra havia sido sugerida publicamente por Dilma Rousseff e equipe em pronunciamentos do governo como a forma preferida de tratamento.

Em janeiro, a abordagem noticiosa que teve maior ênfase foi sobre a personalidade da presidente, descrita como uma gestora “competente” e “discreta”.

Isso significou o reconhecimento de um perfil técnico por sua experiência como ministra no governo do ex-presidente Lula e da preferência manifestada pelo trabalho burocrático em desfavor das aparições públicas, conforme a revista: “[...] suas primeiras cem horas no poder representam ao público o seu velho estilo: uma dirigente focada, organizada e amante da pontualidade” (CARTA CAPITAL, 12/01/2011, p. 30) e “O discreto estilo de Dilma Rousseff” (CARTA CAPITAL, 12/01/2011, p. 30).

Ainda em janeiro, a revista *Carta Capital* também associou a presidente à ideia de proteção dos Direitos Humanos. Para tratar do tema, o jornal resgatou a história de resistência de Rousseff durante a ditadura militar e começou a projetar seus atos como governante. Assim, a expectativa era de que a presidente assumisse o compromisso de criação de políticas públicas que tratassem a respeito da memória do período, sobretudo com a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que apuraria as graves violações aos Direitos Humanos cometidos em nome do Estado, de maneira a tornar conhecido o paradeiro de pessoas desaparecidas durante o regime: “[...] A presidenta pretende destacar sua administração pela ‘defesa intransigente dos direitos humanos’ como declarou na posse. O que inclui rapidez na instalação da Comissão Nacional da Verdade” (CARTA CAPITAL, 19/01/2011, p. 26) e “[...] ao ser empossada, Dilma homenageou quem tombou ao lutar contra a ditadura” (CARTA CAPITAL, 19/01/2011, p. 27).

Destaca-se que o regime militar brasileiro se tornou um tema especialmente sensível para *Carta Capital* e o editor chefe Mino Carta, uma vez que o próprio jornalista esteve atuante no momento de censura e teve a demissão efetivada na revista *Veja*, em virtude da pressão dos militares sobre a Editora Abril.

A revista reconheceu, no início daquele ano, uma resistência por parte dos “grupos conservadores” à figura de Dilma. Entende-se por isso setores da grande imprensa, do capital financeiro e do empresariado brasileiro, retratados como um conjunto contrário à agenda programática do PT. Sendo assim, esse grupo pretendeu cerrar barreiras quanto ao avanço de políticos ligados ao partido, especificamente os que se encontravam em posição de maior destaque na política, como o ex-presidente Lula e Dilma Rousseff. Segundo a revista, o grupo expressava um descontentamento visível após a confirmação da vitória eleitoral da presidente: “[...] A boa recepção [pública] de Dilma Rousseff contrasta com o esperado azedume dos colunistas de jornais, mas coincide com as pesquisas de opinião que apontam o otimismo do País com sua chegada à Presidência” (CARTA CAPITAL, 12/01/2011, p. 30).

Destaca-se que a ideia de jornalismo, para *Carta Capital*, não compreendeu na atividade de imprensa um campo neutro na mediação da informação. Pelo contrário, a revista reconheceu no poder da imprensa a capacidade de atuação política e de influência sobre o público leitor. A própria não escondeu seu posicionamento político de apoio à candidatura de membros do PT, fato que lhe rendeu a pecha de “jornalismo chapa branca”, termo que se refere a grupos de imprensa que agiam em defesa ou pró-governo, independentemente das circunstâncias. Em contrapartida, o periódico criticou outros grupos de imprensa nacional, que, apesar de terem consciência da função política que desempenhavam, não se posicionavam claramente aos seus leitores.

Durante o mês de fevereiro, o olhar da revista se deslocou para a cobertura de outro assunto, a ideia de continuidade entre os governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff. Para *Carta Capital*, a eleição de Dilma significou a continuação do governo do ex-presidente, especialmente quanto à permanência e ampliação de políticas públicas herdadas de seu antecessor, consideradas medidas progressistas: “[...] Continuidade e novidade. Dilma vai na esteira de Lula, mas também mostra seu próprio estilo” (CARTA CAPITAL, 09/02/2011, p. 16).

Considerando o debate sobre este tema por outros veículos de comunicação nacionais e a atenção desfavorável dada à aproximação de Lula com os bastidores do governo, o periódico argumentou que este discurso sobre a figura do ex-presidente buscava enfraquecer a gestão recentemente eleita: “[...] Ela recebe afagos, e ele, pedradas. Procura-se, sem muito disfarce, cavar um fosso entre o ex e a presidenta” (CARTA CAPITAL, 23/02/2011, p. 14).

Sobre a forma de tratamento realizada por *Carta Capital*, depreende-se que, embora a presidente tenha sido retratada por sua competência técnica, a presença de Lula como auxiliar ou conselheiro do governo não é rejeitada por completo. Dessa forma, a figura de Dilma Rousseff ainda apareceria nas páginas do periódico pautada pelas conquistas de seu antecessor e pela expectativa de seguir seus ensinamentos.

Como último tópico, na edição de maio de 2011 a revista apresentou a expectativa de que a eleição da presidenta pudesse incentivar, entre os partidos brasileiros, a candidatura de mulheres:

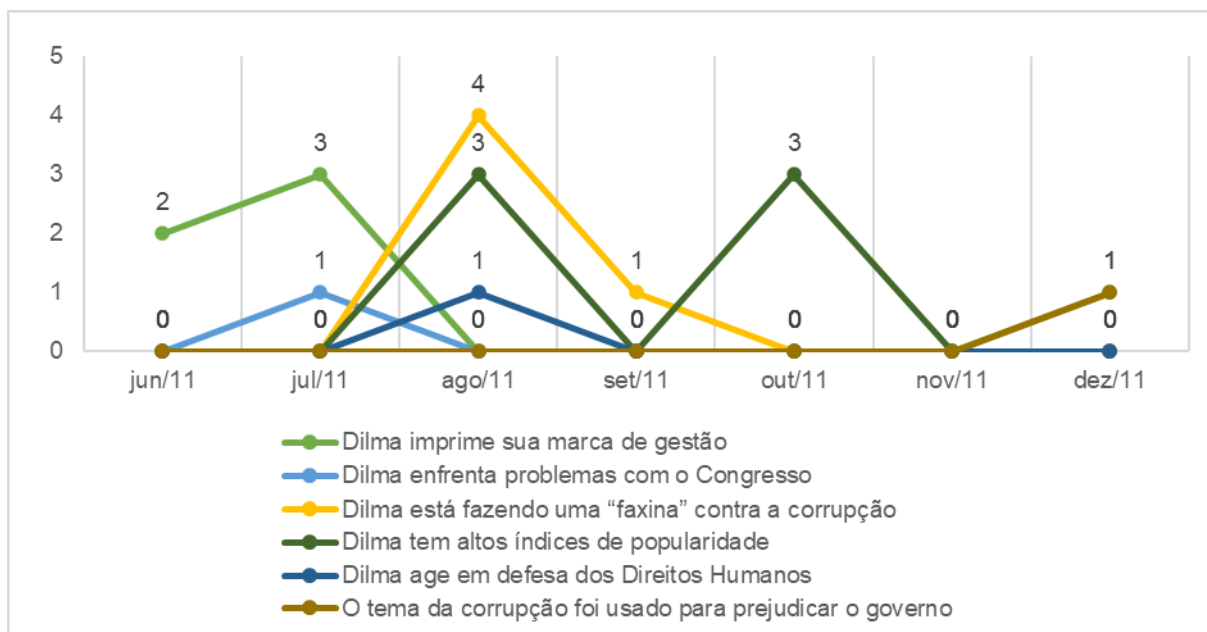
[...] O ideal seria que, influenciados por um ‘efeito Dilma’, os partidos

investissem em atrair mulheres para suas listas [...] Como isso não vai acontecer, as senadoras decidem que estratégia poderia obrigar partidos a correrem atrás de mulheres para preencher as vagas: punição ou premiação? (CARTA CAPITAL, 18/05/2011, p. 26).

Denominada por “Efeito Dilma”, a eleição da primeira presidente mulher do país surgiu como uma oportunidade na revista para exercer o questionamento a respeito da baixa representação de mulheres na política como um problema público, além de antever formas para contornar o desnivelamento nas candidaturas: “punição ou premiação?”. A revista também aspirou desmistificar a ideia de que a baixa presença feminina na política significava apenas um desinteresse por parte desse grupo, ao reforçar que os partidos deveriam elaborar estratégias para possibilitar a promoção dessas mulheres.

### **3.9 A SEGUNDA POSSE DE DILMA: É POSSÍVEL FALAR EM AUTONOMIA DA PRESIDENTE?**

Após a saída de Antonio Palocci da Casa Civil em junho de 2011, a forma como a presidente Dilma Rousseff foi descrita na revista *Carta Capital* sofreu uma alteração, passando a conter novos elementos. Nesse sentido, as abordagens mais recorrentes da notícia foram, de acordo com o Gráfico 9: 1) Dilma imprime sua marca de gestão; 2) Dilma está fazendo uma “faxina” contra a corrupção; 3) Dilma age em defesa dos Direitos Humanos; 4) Dilma enfrenta problemas com o Congresso; 5) Dilma tem altos índices de popularidade; e 6) O tema da corrupção foi utilizado para prejudicar o governo.

**Gráfico 9** – Ênfase discursiva na revista *Carta Capital* (jun./dez. 2011)

Fonte: a autora, a partir da revista *Carta Capital* (2011).

Quando a candidatura de Dilma Rousseff foi delineada durante o ano de 2010, algumas alianças com setores políticos foram adotadas para garantir a sustentação da futura gestão, o que representou a acomodação de interesses diversos na formação da coalizão. Vencida a eleição, a presidente precisou administrar as diversas agendas que perpassavam seu governo com uma bancada governista ampla. Nessa direção, o ministro Palocci havia sido uma indicação do governo anterior e significava uma aproximação com setores do empresariado.

Embora a formação dessa coalizão oferecesse o trânsito suave para as medidas propostas pelo governo no Legislativo, *Carta Capital* não esboçava simpatia pela presença do ministro da Casa Civil, assim como por outras alianças firmadas com partidos, a exemplo do próprio PMDB. Da perspectiva do periódico, a presença desses elementos desidratava a identidade ideológica do PT, podendo se tornar perigosa para o próprio governo a longo prazo.

Sendo assim, quando a presidente Dilma se manifestou a favor da destituição de Antonio Palocci, a revista defendeu o início de uma fase de autonomia do governo em relação às suas parcerias políticas, conforme o seguinte excerto: “E Dilma realmente assume. Na queda de Palocci, a presidenta mostra quem manda” (CARTA CAPITAL, 15/06/2011, p. 12) e “[...] Ao se afirmar de forma tão peremptória, a presidenta define seu poder, com um grau de independência que até dia 7 de junho

guardava a prova [...]” (CARTA CAPITAL, 15/06/2011, p. 12).

Todavia, a autonomia de governo também significava a superação de certos obstáculos. Na opinião do periódico, a primeira barreira a ser enfrentada era a administração das relações institucionais, que dependiam da capacidade de o Executivo exercer diálogo com as bases no Legislativo, rumo à defesa de seus interesses. Caso essas negociações não fossem bem conduzidas, a gestão de Dilma seria imobilizada. Para *Carta Capital*, a presidente atuava de maneira insuficiente no campo institucional, algo que era compatível com sua forma de trabalho burocrático, mas que a prejudicava enquanto chefe do Executivo, visto que as negociações políticas também implicavam o relacionamento de bastidores, encontros que Dilma não priorizava. Sem essa habilidade pessoal, a recomendação era de que a presidente buscasse seguir o exemplo político de seu antecessor, de modo a se tornar o “Lula de si própria” (CARTA CAPITAL, 15/06/2011, p. 18).

A partir dessa colocação, é possível inferir que a simbiose entre as figuras do ex e da atual presidente permanecia ativa nas páginas da revista. Desta perspectiva, Lula era o tutor e guia político da presidente, uma relação de dependência que, embora embasada em evidências concretas, também diz respeito a uma construção elaborada pelo periódico, permitindo alguns questionamentos. Se Dilma conquistava autonomia suficiente para tomar o controle de seu mandato quando exerceu mudanças nos ministérios e rejeitou nomes políticos que não eram compatíveis com os interesses do governo, a imagem pública construída pela revista ainda se encontrava dependente da associação à figura de Lula.

No mês de agosto, *Carta Capital* explorou o tema da corrupção e recorreu à ideia de “faxina”. Esta forma de representação esteve presente de maneira similar em vários órgãos de comunicação ao longo de 2011 e 2012. No discurso da revista, ele apareceu de maneira análoga à *Veja*, através do mesmo receituário moralizador da administração pública, que teria em Dilma Rousseff a principal condutora:

Dilma mostra ter menos disposição de considerar natural o que os outros achavam inevitável [...] Qual foi a última vez em que um presidente disse, sem papas na língua, que ia fazer ‘uma faxina’ nas burocracias mais famosas por sua aparente blindagem? (CARTA CAPITAL, 24/08/2011, p. 65)

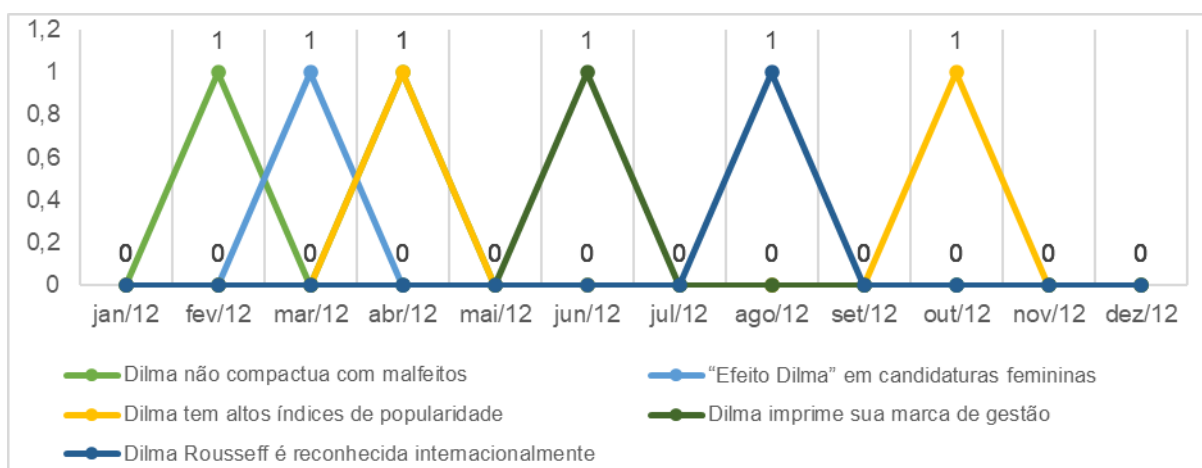
As constantes trocas nos ministérios realizadas pela presidente, sempre que surgiam denúncias na imprensa, prejudicaram a imagem dos partidos políticos

envolvidos, o que causou problemas nas relações com o governo. Esses desligamentos nos cargos foram seguidos de um aumento da popularidade da presidente, o que contribuiu para a suspeita entre os aliados políticos. Sob este contexto político, no mês de dezembro de 2011, o periódico reavaliou o uso do termo “faxina” em suas reportagens e deslocou o olhar para outra forma de abordagem; segundo a *Carta Capital*, a pauta da corrupção foi usada para atrapalhar a gestão de governo.

Nesse sentido, a ampla exploração dessa agenda, através dos meios de comunicação e por parte da oposição política, sobretudo membros do PSDB e do DEM, foi compreendida, da perspectiva do periódico, como uma maneira de atacar o governo. Isso porque a oposição pressionou a Presidência para que efetuasse uma resposta rápida e exemplar contra políticos aliados, antes mesmo da finalização das investigações sobre os delitos supostamente cometidos. Uma circunstância que teria ajudado a corroer os laços entre a Presidência e o Parlamento, sendo ela:

[...] uma campanha para fazer da corrupção um tema capaz de mobilizar a opinião pública contra o governo. Não faltaram patrocinadores, das grandes corporações da mídia a algumas associações empresariais e grupos de pressão da direita, fazia tempo que não se via tanta gente, nos principais veículos de comunicação, batendo, ao mesmo tempo, na mesma tecla (CARTA CAPITAL, 28/12/11, p. 16).

No ano de 2012, as publicações em *Carta Capital* sobre a categoria analisada foram produzidas pontualmente, com um total de 6 publicações em 12 meses. Conforme a Gráfico 10, estiveram presentes as respectivas subcategorias: 1) Dilma não compactua com malfeitos; 2) Dilma tem altos índices de popularidade; 3) Dilma é reconhecida internacionalmente; 4) Dilma imprime sua marca de gestão; e 5) “Efeito Dilma” em candidaturas femininas.

**Gráfico 10 – Ênfase discursiva na revista *Carta Capital* (jan./dez. 2012)**

Fonte: a autora, a partir da revista *Carta Capital* (2012).

### 3.10 QUEM É A PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF NA REVISTA *CARTA CAPITAL*?

Sobre o discurso proposto por *Carta Capital*, em face dos primeiros dois anos de mandato da presidente, foi possível reconhecer alguns pontos principais quanto à forma de tratamento. No que concerne à abordagem inicial sobre Dilma Rouseff, a revista buscou representá-la como uma gestora competente, de perfil técnico e mulher e soube utilizar a figura pública da presidente para propor discussões interessantes quanto à atuação de mulheres na política.

Por outro lado, a presidente também foi relacionada a uma postura em Defesa dos Direitos Humanos. Assim, *Carta Capital* planejou resgatar o passado de Dilma enquanto militante durante o regime militar e, a partir disso, projetou sentidos sobre a nova gestão de governo. A revista prescreveu medidas públicas que deveriam ser tomadas pela presidente, que se coadunavam com pautas que lhe são caras, como a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Por fim, quando a presidente prosseguiu com o processo de dispensa nos órgãos do governo, que começou na Casa Civil, a publicação fez um comentário sobre sua autonomia em relação às parcerias da coalizão. Um caminho que não seria facilmente trilhado.

Dessa forma, ela poderia contar com a experiência de Lula como aliado e conselheiro político. Assim, compreende-se que a representação de Dilma Rouseff esteve, por vezes, pautada a partir da figura do ex-presidente, mais como parte de um

legado petista, que deveria dar continuidade, do que compreendida em função de sua presença e atuação pública.

#### 4 AS TENSÕES DO PRIMEIRO MANDATO: O DISCURSO SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO E A OPERAÇÃO LAVA JATO (2013-2014)

O recado disposto em um cartaz em junho de 2013 adiantava, em parte, o desfecho das manifestações que ocorreram na capital paulistana: “Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar”. A cidade de fato parou naquele período não apenas devido ao aumento da tarifa de ônibus e metrô – uma taxa de 0,20 centavos, instituído pelo prefeito Fernando Haddad (PT) –, mas sim em função de uma variedade de demandas difusas que alcançaram uma dimensão não imaginada pelas autoridades políticas na época (SINGER, 2018).

As primeiras manifestações na cidade de São Paulo foram chamadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), um grupo constituído, principalmente, por jovens estudantes da capital que protestavam para estabelecer a tarifa zero nos transportes públicos urbanos. Esta demanda, de acordo com Tatagiba (2014), representava um item importante na pauta de mobilidade urbana, ao traduzir a vontade de ocupação do espaço público negada àqueles que não conseguiam arcar com as tarifas do transporte, sobretudo nas regiões periféricas. Esse distanciamento social é maior se considerada a extensão territorial de uma megalópole como São Paulo.

O levante conduzido pelo MPL não era inteiramente novo no quesito das reivindicações e formas de atuação, outras manifestações semelhantes já haviam ocorrido pelo país, como em Salvador (BA), na “Revolta do Buzu”<sup>30</sup>, no ano de 2003, e em Florianópolis (SC), com a “Revolta da Catraca”<sup>31</sup>, no ano de 2004. Essas primeiras manifestações serviram de repertório para a atuação dos paulistanos durante o ano de 2013, que adotaram as mesmas ideias quanto à horizontalidade, a autonomia e o apartidarismo<sup>32</sup>. Segundo a literatura especializada, essa forma de atuação é denominada como “coletivos” (ALONSO, 2017; GOHN, 2019, SINGER, 2018, TATAGIBA, 2014).

Para Gohn (2019), os coletivos fazem parte dos chamados *novíssimos* movimentos sociais emergentes a partir dos anos 2000 e se distinguem dos *clássicos*

---

<sup>30</sup> A “Revolta do Buzu” ocorreu na cidade de Salvador entre os meses de agosto a setembro de 2003. Os manifestantes promoveram o bloqueio de vias essenciais da cidade, com o objetivo de protestar contra o aumento da tarifa de transporte, um valor de R\$1,30 para R\$ 1,50.

<sup>31</sup> A “Revolta da Catraca” ocorreu um ano após a “Revolta do Buzu” e conseguiu revogar o aumento da tarifa de transporte público em Florianópolis. O movimento também conquistou o passe livre estudantil.

<sup>32</sup> Formas de ação herdeiras dos movimentos autonomistas, presentes na década de 1980, no Brasil (SINGER, 2018, GOHN, 2019).

e *novos* movimentos quanto às formas de atuação e demandas políticas<sup>33</sup>. Nesse sentido, os coletivos tinham como características o uso intensivo das redes sociais e da internet como espaço principal de divulgação de ideias e de mobilização do grupo, a horizontalidade como forma de estruturação, ao não possuírem líderes autorizados a falar em nome de todos, além de serem apartidários, ou seja, sem um vínculo com partidos e instituições, ainda que não fosse vedada a participação desses membros nos coletivos, desde que respeitada a autonomia do grupo.

O perfil dos indivíduos que participavam dos coletivos também foi transformado, ele não é o do “militante” como nos movimentos sociais clássicos, mas sim o de um “ativista”. À medida que não apresentava uma vinculação fixa com o grupo, participava de causas pontuais de seu interesse, do mesmo modo que rejeitava outras formas hierarquizadas de ação política, como as que ocorrem na participação social institucional (GOHN, 2019).

Por outro lado, alguns autores também não descartaram a influência de movimentos internacionais sobre o caso brasileiro. No que lhe concerne, essa aproximação pode ser reconhecida a partir de formas de ação semelhantes, seja no uso das redes sociais como instrumentos para a mobilização, na ocupação das ruas como forma principal de protesto ou na predominância de um público jovem. Este foi, por exemplo, o modelo visto na mobilização estadunidense organizada contra o setor financeiro de Manhattan, pelo *Occupy Wall Street*<sup>34</sup> em 2011 (ALONSO, 2017; GOHN, 2019; TATAGIBA, 2014).

Ao compreender as formas organizacionais desses novíssimos movimentos, foi possível esclarecer o que ocorreu nas manifestações de junho de 2013. De acordo com Singer (2018), embora o MPL tenha sido o primeiro grupo a ocupar as ruas, o seu discurso foi atravessado por outras reivindicações de sentidos opostos que

---

<sup>33</sup> Sendo assim, apesar de caracterizá-los como a esquerda do espectro político, os *clássicos* movimentos sociais estariam organizados a partir de sindicatos, sem-terra, estudantes, sem teto, movimentos comunitários e de bairros, entre outros. Os *novos* movimentos sociais caracterizam-se pela luta ou expansão de direitos, em torno de questões relacionadas à identidade e lutas simbólicas, a partir de pertencimentos originários. Já os *novíssimos* movimentos estão ligados a reivindicações práticas, independentemente do pertencimento originário de seus membros, de modo a se organizarem e atuarem de forma pontual (GONH, 2019).

<sup>34</sup> De acordo com as informações da página oficial do grupo na *web*: *Occupy Wall Street* é um movimento que se iniciou em setembro de 2011, na *Liberty Square* no Distrito Financeiro de Manhattan, e se espalhou por 100 cidades nos Estados Unidos [...] “#ows está lutando contra o poder corrosivo dos grandes bancos e corporações multinacionais acima do processo democrático, e toda a Wall Street que criaram um colapso econômico responsável por causar a maior recessão em gerações” (OCCUPY WALL STREET. **About Occupy Wall Street**. Estados Unidos. Disponível em <<http://occupywallst.org/about/>> Acesso em: 25 nov. 2022, tradução nossa).

dominaram os eventos, principalmente nos dias finais de protestos. Desse ponto de vista, foi possível falar em pelo menos “dois junhos” e “duas classes” que competiram para a definição das manifestações.

Na primeira etapa dos protestos, que compreenderam os dias 6, 10, 11 e 13 de junho, o público nas ruas tinha o objetivo central de contestar o aumento da tarifa de ônibus e metrô, reajustada pela prefeitura no dia 2 de junho. Para a prefeitura, esse ajuste era inevitável, uma vez que a inflação represada já alcançava 17% sobre o valor da tarifa (SINGER, 2018).

Ainda assim, o MPL paralisou as principais vias do centro paulista, mesmo que sob forte repressão policial, cujo auge ocorreu no dia 13 de junho, autorizada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP), ocasião em que jornalistas e moradores que não participavam das manifestações foram atingidos pela ação da polícia. Uma repórter da *Folha de S.Paulo* foi atingida no olho por projéteis disparados pela polícia durante a cobertura do evento (SINGER, 2018).

A partir dos dias 17, 18, 19 e 20 de junho ocorreu a massificação dos protestos, em certa medida, provocada pelo efeito da repressão policial nos dias anteriores. Quando o MPL convocou a manifestação do dia 17, muitas pessoas protestaram contra a ação da polícia, assim como novas demandas imergiram em meio à multidão, dessa vez, alinhadas à insatisfação com políticos e à política em geral, contra a PEC 37<sup>35</sup>, que reduzia o poder do Ministério Público sobre as investigações criminais e contra os gastos efetuados na Copa do Mundo (ALONSON, 2017; SINGER, 2018).

Houve também a adesão de grupos conservadores pró-ditadura militar e contra a corrupção. Essa última reivindicação atingiu, principalmente, o PT, ainda identificado com o julgamento do Mensalão, que ocorreu no ano de 2012 (ALONSO, 2017; SINGER, 2018).

Logo, as manifestações se espalharam por diversas cidades em todo o país (Brasília, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro) de maneira a elevar a insatisfação popular. Para Singer (2018), a própria forma de mobilização executada por meio da internet conduziu ao alastramento das manifestações sem controle e sem a percepção das autoridades governamentais, que demoraram a reconhecer os

---

<sup>35</sup> A proposta previa a inclusão de novo parágrafo (§10) ao Artigo 144 da Constituição Federal, que trata da Segurança Pública, de forma a definir a competência de investigação criminal pela Polícia Federal e Civil dos Estados e do Distrito Federal. A autoria da proposta foi do deputado federal Lourival Mendes (PTdoB).

acontecimentos e responder publicamente aos manifestantes.

No dia 19 de junho, a prefeitura de São Paulo decidiu atender à reivindicação do MPL e revogou o aumento da tarifa do transporte, mas esta era uma resposta tardia. O próprio coletivo de estudantes anunciou a retirada das ruas, devido à adesão de grupos identificados como de direita às mobilizações.

Em contrapartida, as manifestações continuaram ocorrendo até pelo menos o dia 20 de junho. Militantes de esquerda foram expulsos das ruas, por estarem com bandeiras e trajados com camisetas de partidos, por manifestantes que vestiam a camisa da seleção verde e amarela (SINGER, 2018).

De acordo com Singer (2018), foi possível identificar a presença de dois públicos nos protestos: a classe média ligada à direita e os estudantes de esquerda. O comparecimento desses dois grupos produziu uma encruzilhada ideológica na disputa pelas ruas: “A direita trouxe, portanto, para a segunda fase das manifestações o problema da corrupção, e a esquerda ampliou o das iniquidades urbanas” (SINGER, 2018, p. 121).

Nesse sentido, pode-se afirmar que cada uma das classes representou, à sua maneira, a insatisfação quanto à experiência dos governos petistas. Os grupos de esquerda foram as ruas desejosos da ampliação de políticas públicas e um melhor funcionamento dos serviços do Estado, enquanto os grupos de direita, refratários a essas mesmas políticas públicas, protestavam em função de ideias moralizadoras da administração pública e pela manutenção de sua estabilidade econômica (SINGER, 2018).

Na avaliação de Alonso (2017), as manifestações, que, até então, partiram de expressões difusas e genéricas contra os governos em geral, tiveram como saldo, no final daquele mês, a progressiva expressão do antipetismo. Uma tendência que se agravaria nos anos seguintes, com a ação de grupos de direita, como Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua e os Revoltados *Online*, que coordenaram novas ondas de protestos no ano 2015 (ALONSO, 2017, SINGER, 2018).

De acordo com Gohn (2019), um dos efeitos mais visíveis das manifestações de junho foi a legitimação dos protestos nas ruas como formas de alcançar mudanças sociais efetivas, ao se tornarem cada vez mais recorrentes. É possível acrescentar a isso a difusão da ideia da “não política” como um valor, o que resultou em um enfraquecimento progressivo dos canais democráticos e de participação institucional. Este é um item interessante, pois se conecta à desconfiança sobre as instituições

brasileiras e à ameaça à democracia, tão presente atualmente.

Nessa linha de raciocínio, uma pesquisa do Instituto Ibope, realizada no mês de julho de 2013, logo após os protestos, avaliou o grau de confiança dos brasileiros em relação às mais variadas instituições sociais. Foi perguntado aos entrevistados qual o grau de confiabilidade em instâncias como o Congresso Nacional, Partidos políticos, Corpo de bombeiros, Igrejas, Meios de comunicação e a Presidente da República, com o respectivo resultado disposto na Tabela 4:

**Tabela 4** – Índice de confiança nas Instituições Brasileiras da Pesquisa IBOPE (julho de 2013)

Instituição	Nenhuma confiança	Quase nenhuma confiança	Alguma confiança	Muita confiança	Não sabe/não respondeu
Congresso Nacional	40,3%	31,0%	23,3%	3,2%	2,2%
Partidos Políticos	48,6%	28,9%	18,3%	2,6%	1,6%
Corpo de Bombeiros	4,7%	8,7%	35,5%	49,1%	1,9%
Igrejas	9,4%	16,9%	38,8%	34,0%	0,9%
Meios de Comunicação	11,8%	23,3%	47,6%	16,1%	1,2%
Presidente da República	30,3%	23,5%	33,9%	10,8%	1,5%
Total da Amostra					<b>2002</b>

<sup>1</sup> Pesquisa realizada ao nível nacional.

Fonte: a autora, a partir dos dados do Ibope (2013).

Quando somado os índices de rejeição de “nenhuma confiança” e “quase nenhuma confiança”, depreende-se desta pesquisa que as instituições políticas como Congresso Nacional (71,3%), Partidos Políticos (77,5%) e a Presidência da República (53,8%) alcançaram índices de rejeição muito superiores do que as Igrejas (26,3%), Corpo de Bombeiros (13,4%) ou os Meios de Comunicação (35,1%). Fato que demonstra como esses canais de representação foram percebidos pela população após os protestos, corroborando a ideia de descrença institucional descrita por Gohn (2019).

Durante o final do mês de junho e no período subsequente, a presidente Dilma Rousseff ofereceu respostas aos protestos. Primeiro, propôs uma reunião com prefeitos e governadores, a fim de ouvir as demandas de cada região. Prometeu agir

em defesa da estabilidade econômica e no controle da inflação, além de buscar o fortalecimento do combate à corrupção, quando promulgou a Lei nº 12.850<sup>36</sup>, um elemento que adquiriu papel importante para o andamento da operação Lava Jato, no ano de 2014 (SINGER, 2018).

Para atender à população que sofria com atendimento de saúde precário, ela lançou o programa Mais Médicos, um acordo que previa trazer profissionais de saúde cubanos para atuar no país, em lugares com déficit de profissionais. O programa não foi bem recebido por parte da corporação médica nacional e se tornou objeto de repúdio da classe (SINGER, 2018).

Já para responder ao problema da representação política, assunto que adquiriu grande dimensão nas mobilizações de junho, a presidente propôs um plebiscito que trabalharia em uma reforma no sistema político, em uma Constituinte dedicada ao tema. Apesar do comprometimento da Presidência com a reforma, a proposta foi ignorada pelo Congresso, que temia a alteração das regras eleitorais próximo ao pleito de 2014. Logo, a ideia sobre o plebiscito foi esvaziada até a sua superação (SINGER, 2018).

O governo saiu desgastado da experiência das manifestações em 2013, sendo a primeira grande instabilidade enfrentada por Dilma Rousseff, que viu sua popularidade, até então relativamente estável, decair a patamares muito baixos. Segundo avaliação do Datafolha (2013), no início de junho, a aprovação da presidente correspondia, em índices de “bom e ótimo”, ao patamar de 57%. No final do mesmo mês, o índice despencou para apenas 30% de aprovação, de maneira a enfraquecer uma importante engrenagem na condução do governo: a aprovação popular.

O ano seguinte não foi menos desafiador. Em 2014, ocorreu a realização do processo eleitoral para a Presidência da República e, sendo assim, o PT optou pelo lançamento de Dilma Rousseff como candidata à reeleição, frente a candidaturas de oposição como de Eduardo Campos, pelo PSB – posteriormente substituído por Marina Silva<sup>37</sup> – e Aécio Neves, pelo PSDB. Em segundo lugar, o governo teria de lidar com a repercussão midiática sobre a investigação federal denominada Lava Jato.

---

<sup>36</sup> A Lei 12.850 define o que são organizações criminosas, dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. De forma específica, trata da regulamentação da “colaboração premiada” (BRASIL, 2013).

<sup>37</sup> O candidato à Presidência e ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos, faleceu em 13 de agosto de 2014, em um trágico acidente aéreo, sendo substituído por Marina Silva, na época candidata à vice-presidente, pela mesma chapa, no Partido Socialista Brasileiro (PSB).

A respeito dessa operação, a Lava Jato se iniciou no mês de março de 2014<sup>38</sup>, quando a Polícia Federal examinou uma série de transações financeiras realizadas por um doleiro<sup>39</sup>, em um posto de gasolina e redes de lava jato, localizado em Brasília. O caso, que aparentava se tratar somente de lavagem de dinheiro, acabou por descortinar um sistema muito mais complexo que envolveu a estatal Petrobras, empresas do ramo da construção civil e políticos do alto escalão do Legislativo brasileiro.

O doleiro citado era Alberto Youssef. Com o avanço das investigações foi identificada uma ligação entre ele e o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, que atuou na empresa entre 2004 e 2012. Costa foi preso em 2014, quando colaborou com a investigação por meio do recurso de delação premiada. As revelações do ex-diretor foram fundamentais para o desdobramento da operação e o indiciamento de outros beneficiados pelo esquema, de maneira a transformar a Lava Jato em uma megaoperação (SINGER, 2018).

Os desvios na estatal funcionavam por meio de uma rede de cooperação, que envolveu partidos, servidores públicos, empreiteiras e doleiros. Caberia aos partidos indicar os nomes para as diretorias estratégicas na estatal. Em troca, os servidores indicados se comprometiam em colaborar com as legendas políticas. Essa parceria contava com a participação de empresas responsáveis por executar obras na petroleira.

As empresas se organizavam em formato de cartel e decidiam, previamente<sup>40</sup>, quais delas seriam responsáveis por executar obras na estatal. Os servidores, posicionados em diretorias e outros cargos estratégicos garantiam que essas empresas celebrassem esses contratos posteriormente. A cada empreendimento se acrescentava um sobrepreço<sup>41</sup> que, em seguida, era direcionado aos doleiros

---

<sup>38</sup> De acordo com Singer (2018), a investigação federal começou um pouco antes, em meados de 2013, com a desarticulação de pequenas organizações voltadas para a lavagem de dinheiro. Um monitoramento telefônico realizado em março de 2014 teria desviado a operação para a influência de Alberto Youssef, doleiro responsável por lavar o dinheiro no esquema da Petrobras e empresas do ramo da construção civil.

<sup>39</sup> Agentes operadores do mercado paralelo de câmbio.

<sup>40</sup> Segundo o Ministério Público, os preços dos contratos oferecidos à Petrobras eram calculados e ajustados em reuniões secretas nas quais era definido qual empresa ganharia o contrato e qual seria o preço. O cartel tinha um regulamento que simulava regras de um campeonato de futebol, para definir como as obras seriam distribuídas. Para disfarçar o crime, o registro da distribuição das obras era feito como se fosse a distribuição de prêmios de bingo. (MINISTÉRIO PÚBLICO. **Entenda o caso**. Brasília. Site do Ministério Público Federal. Disponível em: <<https://www.mpf.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 16 de out. de 2021).

<sup>41</sup> De acordo com o Ministério público, esse acréscimo poderia variar de 1% a 5% em cada contrato

responsáveis pela lavagem e entrega do dinheiro, aparentemente legal, aos agentes envolvidos.

Conforme a delação prestada por Costa, os principais partidos implicados pertenciam à base governista, respectivamente, o PT, PP e PMDB (SINGER, 2018). No entanto, de acordo com Bertran e outros (2022), a lista de pessoas que se tornaram réus na Lava Jato abrangeu um universo de agremiações políticas maior, composto por dezessete partidos<sup>42</sup>.

Ainda durante a fase de apuração, a Lava Jato se tornou amplamente divulgada nos principais noticiários brasileiros, em parte, devido à envergadura política e econômica dos citados nas delações premiadas. Para alguns autores, era aceitável dizer que a operação logo adquiriu a forma de um “escândalo-político-midiático” em razão da megaexposição do caso na mídia que narrou, quase diariamente, o trabalho executado pela Polícia Federal, Ministério Público e cortes de Justiça (CIOCCARI, 2015; SINGER, 2018).

Por outro lado, a discussão também apontava para o processo denominado como “judicialização da política”. A prática ocorre quando tribunais de justiça, no exercício de suas funções, interferem no campo político e representativo. Essa interferência pode se dar indiretamente como resultado da condenação de agentes políticos isoladamente, assim como pode ser exercida por via direta, com o envolvimento da própria classe política. Por exemplo, ao não solucionar problemas ideológicos por meio das instituições competentes, os atores políticos transferem a responsabilidade da tomada de decisão para as cortes de justiça ou buscam a criminalização das ações dos adversários, expondo-os, seja qual for o resultado judicial posterior.

Isso não significa tratar de contravenções com leniência, mas tem em vista questionar quando a decisão judicial se torna politizada e como ela pode alterar o jogo democrático (ABRANCHES, 2018; ENGELMANN, 2016; SANTOS, 2003; SINGER, 2018). Sendo assim, foi questionável o modo como trechos de delações prestadas por

---

celebrado por empreiteiras. (MINISTÉRIO PÚBLICO. **Entenda o caso**. Brasília. Site do Ministério Público Federal. Disponível em: <<https://www.mpf.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 16 de out. de 2022).

<sup>42</sup> Foram estes: Solidariedade; Democracia Cristã (DC); Partido dos Trabalhadores (PT); Cidadania; Partido Progressista (PP); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Democratas; Partido Trabalhista Cristão (PTC); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Avante; Partido Democrático Trabalhista (PDT); Patriota; Partido Liberal (PL); Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); e Partido da Mobilização Nacional (PMN) (BERTRAN, *et al.*, 2022).

acusados, mantidas sob sigilo de justiça, foram sendo expostos ao público com ajuda da imprensa, especialmente em datas próximas ao pleito eleitoral<sup>43</sup> (ENGELMANN, 2016; MOTTA, 2018; SINGER, 2018).

Conforme as manchetes foram sendo tingidas de vermelho, a reeleição de Dilma Rousseff se tornava incerta. A disputa seguiu para o segundo turno contra o ex-governador Aécio Neves (PSDB), derrotado pela então presidente, em um resultado apertado de 51,6% dos votos válidos dirigidos à petista, contra 48,3% do conquistado pelo tucano. Após as eleições, o governo teria que lidar com os estragos na imagem pública do partido. O PT colheu um saldo bastante negativo do envolvimento de parte de seus membros em casos de corrupção, principalmente devido ao seu histórico de constituição, enquanto um partido-movimento, catalisador da causa operária. Entre esses reveses, destaca-se a diminuição de prefeituras alcançadas pela legenda já no período de 2016<sup>44</sup>.

As fases seguintes da Lava Jato iriam atingir o governo durante os anos de 2015 a 2016, até a interrupção abrupta do segundo mandato de Dilma Rousseff, decorrente do processo de *impeachment*, que colocou um intervalo na experiência dos governos petistas.

#### 4.1 O EXAME DOS DADOS

No presente capítulo, analisou-se como as manifestações de 2013 e a operação federal da Lava Jato foram abordadas pelas revistas de informação *Veja* e *Carta Capital*, sobretudo como esses dois temas estão relacionados ao governo de Dilma Rousseff.

Dado que a investigação abrangeu dois temas, a coleta de dados foi realizada

---

<sup>43</sup> Trechos da delação de Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef foram divulgados pela imprensa, no final do ano de 2014. As eleições para a Presidência da República ocorreram no mesmo ano, no mês de outubro.

<sup>44</sup> De acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao comparar no tempo a porcentagem de votos válidos obtidos em eleições municipais, durante os pleitos de 2008, 2012 e 2016, observa-se um recuo no número de prefeituras alcançadas pelo PT. No ano de 2008, os partidos mais votados a nível nacional foram, respectivamente: PMDB (18,58 %); PT (16,55%) seguido de PSDB (14,61%). No ano de 2012, a lista abrange: PT (16,73); PMDB (16,19%) e PSDB (13,44%). Em 2016, ocorreu uma alteração na classificação, com a inclusão do Partido Socialista Brasileiro (PSB) dentre os três primeiros colocados, a saber: PSDB (17,11%); PMDB (14,58%) e PSB (8,4%). Ainda em 2016, o PT passou a figurar na quinta colocação, com apenas 6,61% dos votos válidos. Ver mais em: TSE. **Resultados**. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-resultados/partidos?session=103172808094150>. Acesso em: 24 nov. de 2022.

em duas etapas. Na primeira etapa foram recolhidos textos sobre as manifestações de junho de 2013. Na segunda etapa, foram selecionadas as publicações que trataram da investigação federal Lava Jato, a partir de 2014. Como o objetivo foi identificar a relação do governo petista com cada contexto, integraram o *corpus* de pesquisa somente os textos que apresentaram termos específicos como: “presidente/presidenta”, “Dilma Rousseff”, “Dilma” e “governo federal”.

Encerrada a seleção dos textos, na etapa seguinte, cada matéria jornalística foi considerada uma unidade de medida (1 reportagem = 1 ocorrência), que foi contabilizada e lançada em uma tabela de registro elaborada pela pesquisadora. Posteriormente, os dados extraídos foram agrupados em duas categorias de contexto denominadas “Manifestações de junho” e “Lava Jato”.

Durante a análise dos dois temas, surgiram limitações no que diz respeito ao recorte espacial e temporal, requerendo uma explicação metodológica. Na análise das manifestações de 2013, foram tratadas, especificamente, das edições publicadas nos meses de junho e julho daquele ano, período em que cada revista tratou dos protestos com centralidade. No que lhe concerne ao período, o campo de observação esteve limitado geograficamente aos encontros ocorridos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, em razão da cobertura jornalística localizada das revistas, ainda que as manifestações tenham se espalhado por outras regiões do país.

Esta pesquisa acompanhou as notícias sobre a Operação Lava Jato desde sua oficialização pela Polícia Federal, em março, até o final de 2014, o primeiro ano de atuação da operação. Contudo, a investigação prosseguiu até o ano de 2021.

Diante dos fatos apresentados, a análise dos temas foi relevante, pois o período representou um momento de instabilidade no governo petista. Em primeiro lugar, as manifestações de junho levaram à súbita queda na popularidade da presidente Dilma Rousseff, quando a aprovação popular representava um importante alicerce na fundamentação da gestão. Além disso, a ocupação das ruas pelos manifestantes insatisfeitos com o governo petista não terminou em junho, mas forneceu um repertório político para os encontros promovidos nos anos seguintes, até a deposição da presidente. A respeito da Lava Jato, ainda que bastante recente, a repercussão em torno da investigação representou um obstáculo significativo ao governo, em pleno ano eleitoral.

Dessa forma, a fim de demonstrar os dados quantitativos em cada uma das categorias temáticas, foram elaboradas as Tabela 5 e Tabela 6, abaixo:

**Tabela 5** – Quantitativo de reportagens por revista:  
Categoria “Manifestações de junho” (2013)

Revista	Total de Edições (junho a julho)	Reportagens (junho a julho)
Veja	9	42
Carta Capital	9	26

Fonte: a autora, a partir das revistas Veja e Carta Capital (2013).

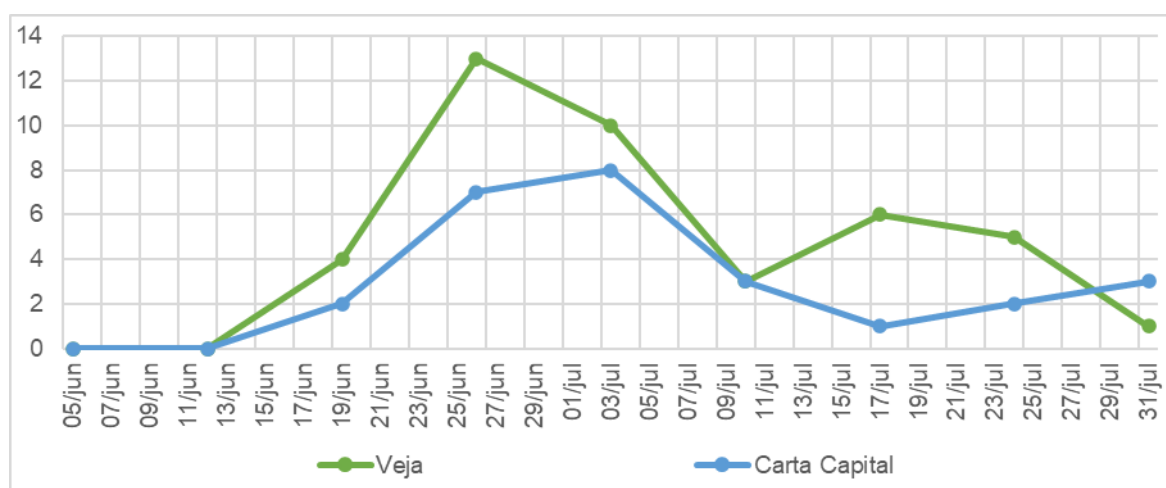
**Tabela 6** – Quantitativo de reportagens por revista:  
Categoria “Lava Jato” (2014)

Revista	Total de Edições (2014)	Reportagens (2014)
Veja	50	29
Carta Capital	50	23

Fonte: a autora, a partir das revistas Veja e Carta Capital (2014).

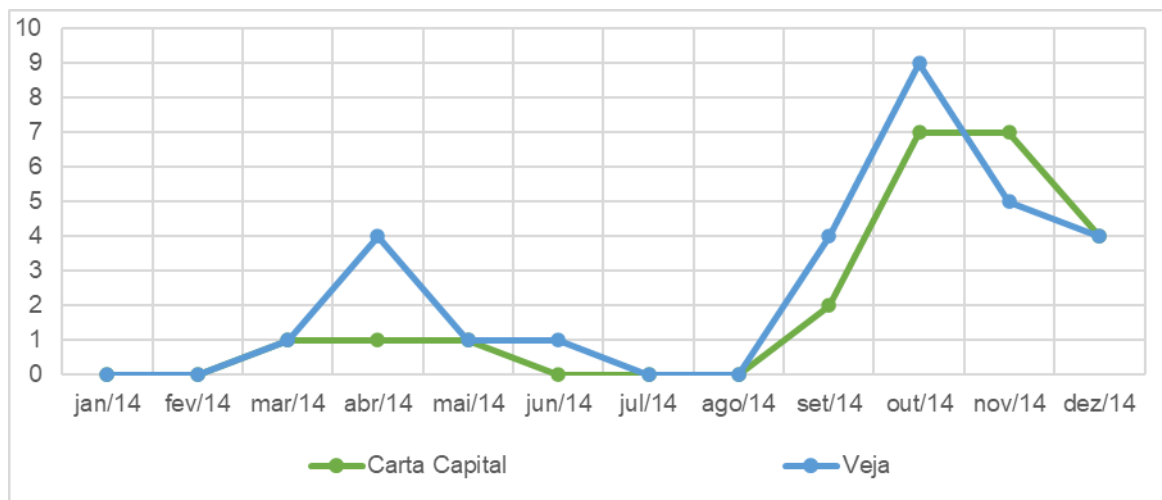
Conforme pode ser visualizado nas tabelas, depreende-se que a revista *Veja* exerceu um número superior de publicações sobre as manifestações de junho. Em relação ao tema da Lava Jato, o número de notícias se aproximou nas duas revistas. Para demonstrar como esses números se distribuíram no recorte dos anos de 2013 e 2014, foram construídos os Gráficos 11 e 12, a seguir:

**Gráfico 11** – Distribuição das reportagens no tempo (jun./jul. 2013)  
Categoria “Manifestações junho”



Fonte: a autora, a partir das revistas Veja (2013) e Carta Capital (2013).

**Gráfico 12** – Distribuição das reportagens no tempo (2014)  
Categoria “Lava Jato”



Fonte: a autora, a partir das revistas *Veja* (2014) e *Carta Capital* (2014).

Nas seções seguintes, será examinado mais detidamente como se exerceu o processo de construção discursiva sobre os dois temas, no interior de cada periódico.

#### 4.2 AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO ATRAVÉS DA REVISTA *VEJA*

A análise da revista de informação *Veja* teve como objetivo compreender como foi construído o discurso sobre as manifestações de junho de 2013 e como ele esteve relacionado ao governo da presidente Dilma Rousseff. Os dados foram coletados correspondem aos meses de junho e julho de 2013. Das edições publicadas no período, tivemos acesso a 9, e destas foram selecionadas 42 reportagens.

Na etapa de tratamento do material, foi possível reconhecer a recorrência de algumas tendências discursivas. Essas repetições originaram padrões de apresentação da notícia, por meio das seguintes abordagens: 1) Manifestantes: estudantes de classe média e partidários; 2) Manifestantes: o “povo brasileiro”; 3) Motivações: gastos públicos, Copa e PEC37; 4) Motivações: insatisfação com o governo; 5) Motivações “ocultas”; 6) Efeitos das manifestações na política; e 7) Dilma atende aos manifestantes.

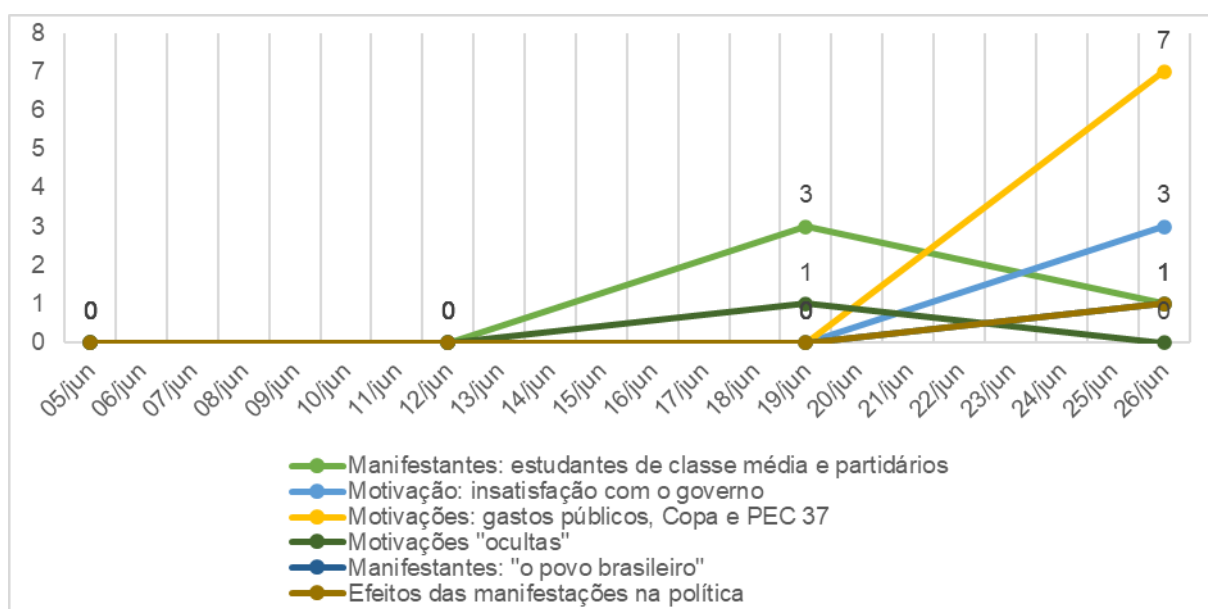
O leitor verá cada um desses itens nos gráficos inseridos no texto, que permitem visualizar a frequência de aparição de cada elemento no tempo. Igualmente, os registros mais minuciosos estão disponíveis nos quadros de análise temática, no Apêndice – C.

Das reportagens publicadas pela *Veja*, foi possível identificar duas formas de abordagem sobre o tema no mês de junho. Na primeira ocorreu uma desqualificação do público nas manifestações, e na segunda, uma valorização dos personagens e reivindicações. Adiante, é mostrado como o periódico dimensionou os efeitos dos protestos sobre a política nacional, em relação ao trabalho dos parlamentares, e sobre a eleição presidencial que ocorreria em 2014.

#### 4.3 DE BADERNEIROS A VÂNDALOS: A REVOLTA DOS JOVENS

Para interpretar a primeira parte dos resultados foi construído o Gráfico 13, que compreendeu o recorte temporal do mês de junho. Nesse período ocorreram os primeiros protestos localizados na cidade de São Paulo, até o processo de massificação e espalhamento dos encontros por diversas cidades brasileiras, especialmente na semana final daquele mês. Em relação aos manifestantes, a revista adotou duas posturas diferentes: a identificação de um ato promovido por “baderneiros” e, posteriormente, o prevaletimento do “povo brasileiro” nas ruas.

**Gráfico 13 – Ênfase discursiva na revista *Veja* (jun. 2013)**



Fonte: a autora, a partir das edições nº 2324; 2325; 2326 e 2327 da revista *Veja* (2013).

Segundo os dados do gráfico, as abordagens utilizadas na edição do dia 19 foram: 1) Manifestantes: estudantes de classe média e partidários e 2) Motivações “ocultas”. Nesse período, a revista tratou das mobilizações ocorridas durante a

segunda semana do mês de junho, que correspondeu aos encontros chamados pelo MPL, na cidade de São Paulo.

Segundo a revista *Veja*, o público manifestante naquela semana foi identificado como pertencente ao campo ideológico de esquerda, sendo esses estudantes de classe média da região paulistana e de militantes de partidos. Essa forma de caracterização pode ser visualizada nos seguintes comentários: “Eles têm em comum principalmente o fato de pertencer às classes médias e ricas” (VEJA, 19/06/2013, p. 12) e:

[...] As minorias que participaram ativamente do quebra-quebra são os suspeitos de sempre: militantes de partidos de extrema esquerda (PSTU, PSOL, PCO e PCdoB), militantes radicais de partidos de centro-esquerda (PT e PMDB) (VEJA, 19/06/2013, p. 86).

Para além dessa identificação inicial, a revista incorporou outras características que também foram utilizadas para desqualificar os manifestantes e, conseqüentemente, as reivindicações de grupo, tanto no que diz respeito ao MPL como os demais militantes partidários. Assim, *Veja* comentou a respeito da incompatibilidade entre a pauta da “tarifa zero” – principal bandeira do MPL – e a posição de classe do público nas ruas, considerado representante de uma elite paulistana.

Desse ponto de vista, os usuários do transporte público eram somente aqueles pertencentes às classes baixas e a massa de trabalhadores da região, perfil que se diferenciava dos estudantes de “elite” nos protestos. Uma vez que as classes ricas, supostamente, não utilizavam desse serviço, não haveria motivos suficientes para uma insurgência do MPL contra o aumento da tarifa de transporte. A partir dessa lógica, o grupo foi caracterizado como contraditório, juvenil e portador de uma revolta passageira, conforme o seguinte trecho: “Há uma grande chance de que boa parte da rapaziada que, na semana passada, foi às ruas esteja apenas dando vazão às pressões hormonais pelo exercício passageiro do socialismo revolucionário” (VEJA, 19/06/2013, p. 86).

Além disso, segundo a *Veja*, os militantes partidários protagonizaram ações violentas e depredaram o patrimônio público. A ênfase dada à violência justificou a necessidade da repressão dos atos por parte da Polícia Militar, uma vez que os policiais deveriam garantir a proteção dos cidadãos transeuntes e da infraestrutura local.

Em suma, o texto da referida revista questionou as reivindicações e os atores nos protestos. A forma como esses grupos foram retratados colaborou para silenciar essas vozes, ao mostrar a diferença de classe e do movimento (classe média *versus* trabalhadores) e o tipo de ação violenta supostamente praticada pela esquerda (depredação de patrimônio público). Dessa forma, é importante não ignorar que essa rejeição atingiu os grupos que, segundo o periódico, estão no campo da esquerda. Esse é um ponto relevante para a presente discussão. Como será visto adiante, essa forma de abordagem irá contrastar com a dos novos manifestantes, no final de junho.

Apesar de reconhecer o objetivo da mobilização, que era o reajuste das tarifas de transporte, a revista sugeriu a existência de outros motivos ainda não definidos ou uma insatisfação que ultrapassava o aumento das passagens, como no seguinte trecho: “Os jovens já marcharam pela paz, democracia e liberdade. Os de agora vão às ruas para baixar o preço das passagens. Mas isso é tudo?” (VEJA, 19/06/2013, p. 84). Todavia, essa imprecisão não foi tratada com clareza pela revista.

#### **4.4 O POVO BRASILEIRO VESTE O TRAJE VERDE E AMARELO: NOVOS GRUPOS SE JUNTAM AOS PROTESTOS**

Após o dia 19 de junho, os integrantes do MPL anunciaram sua saída dos protestos, em certa medida, em razão da mudança do público nas ruas e da ampliação de reivindicações que não condiziam com a tarifa zero. Até o final daquele mês, os protestos abrangeram diversos temas, tais como a luta contra a corrupção, a PEC 37, os gastos com a Copa do Mundo e o antipetismo. Além disso, as manifestações se espalharam para outras cidades, o que resultou na cobertura da imprensa dos atos ocorridos tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo.

Na edição do dia 26 de junho foi possível reconhecer uma mudança da revista no que diz respeito ao público manifestante e sobre as novas reivindicações. Nesse sentido, as seguintes formas de abordagens foram visualizadas: 1) Manifestantes: “o povo brasileiro”; 2) Manifestantes: estudantes de classe média e partidários; 3) Motivações: gastos públicos, Copa e PEC 37; 4) Motivação: insatisfação com o governo; e 5) Efeitos das manifestações na política.

A revista introduziu um novo personagem às manifestações que correspondeu à representação do “povo brasileiro”. Isso significou a presença de indivíduos preocupados com o bom funcionamento da administração pública e com o gasto de

recursos da União. Este tipo de manifestante foi retratado em oposição aos participantes de esquerda, como nos exemplos a seguir:

[...] As ruas brasileiras hoje pertencem aos brasileiros que não se sentem representados por essas legendas e que fizeram questão de obrigar os militantes do PT, do PSOL e de outras agremiações a baixar suas bandeiras (VEJA, 26/06/2013, p. 13)

Assim como em: “Os organizadores do caos. Entre os vândalos que macularam os protestos há desde militantes de esquerda até *pitboys* sem causa” (VEJA, 26/06/2013, p. 88).

Os manifestantes, chamados de “povo brasileiro”, mostravam insatisfações específicas, como o excesso de gastos públicos, as reformas dos estádios da Copa do Mundo e a PEC 37, que reduziam o poder de investigação do Ministério Público, e a esse respeito a revista realizou as seguintes publicações: “[...] Os cartazes fizeram das Copas os símbolos odiados do gasto público de péssima qualidade, do desvio de dinheiro e do abuso de poder” (VEJA, 26/06/2013, p. 62) e: “Os manifestantes pediram o fim da PEC 37, a emenda que, se aprovada, limita os poderes de investigação do Ministério Público. O Congresso adiou a votação” (VEJA, 26/06/2013, p. 78).

Para o periódico, outro fator que desencadeou as manifestações foi a insatisfação geral da população com a gestão de Dilma Rousseff. A rejeição à figura da presidente colocava em risco o lançamento de sua candidatura no ano seguinte, conforme o trecho a seguir: “O poder acuado. Dilma Rousseff assistiu perplexa, do Palácio do Planalto, à maior manifestação popular desde as Diretas Já. Perdido, o governo tenta achar formas de ganhar tempo” (VEJA, 26/06/2013, p. 67). A relação entre o movimento das Diretas Já e as manifestações de junho merece uma análise mais aprofundada, especialmente em relação aos sentidos históricos retomados pela revista neste momento.

Em 1984, em um contexto de desgaste do regime militar e de crise econômica, centrais sindicais, líderes de diversas correntes políticas, movimentos sociais e estudantes foram às ruas para pressionar o Congresso na aprovação da Emenda “Dante de Oliveira”, escrita pelo deputado de mesmo nome, medida que previa a eleição direta para Presidência da República. Segundo Napolitano (2014), os comícios das diretas logo alçaram o nível de uma festa cívica e reuniram milhares de pessoas contra o regime. Nessas ocasiões de encontro, os problemas político-econômicos eram deixados de lado pela esperança popular de retomar o direito ao voto, suprimido

desde a eleição de Jânio Quadros. Todavia, a campanha foi derrotada no Congresso naquele ano, por falta de quórum necessário à votação.

De acordo com Tatagiba (2014), foi possível promover aproximações quanto aos ciclos das Diretas e aos protestos de 2013. Uma das semelhanças foi a estética presente nos dois casos, que utilizou símbolos nacionais (hino e a bandeira brasileira), de modo a expressar um sentimento de “reapropriação do Brasil” por parte dos brasileiros. No entanto, os dois acontecimentos possuem dissidências importantes. Em primeiro lugar está a função desempenhada pelos partidos na organização das manifestações. No caso das Diretas, lideranças políticas diversas buscaram a criação de uma frente suprapartidária que reunisse todas as ideologias políticas em torno de um só tema: as eleições diretas. Igualmente, essas lideranças tiveram papel fundamental na organização dos eventos e na promoção financeira das ações. O mesmo não pode ser dito de 2013, um processo iniciado pelo MPL, que não detinha vinculações partidárias, e logo com a massificação esses ativistas deixaram os protestos (TATAGIBA, 2014).

Em segundo lugar, no movimento das Diretas, os participantes buscavam influenciar o poder Legislativo através da opinião pública, assim, as instituições eram visualizadas como um canal de intermediação viável. Já no ano de 2013, a tática dos protestos se baseou em pressionar diretamente o centro do poder (prefeituras e poder Executivo), como uma forma de ação direta, sem intermédio dos parlamentares (TATAGIBA, 2014).

Depreende-se que, para além da estética do protesto ou da cifra de manifestantes presentes, a relação criada entre os dois eventos teve o propósito, por parte do periódico, de validar o processo contestatório dos manifestantes nessa segunda etapa. Sendo assim, foi possível inferir que, da perspectiva da revista, os protestos de junho expressavam um desejo de maior participação na política, de devolução da autonomia ao povo e de uma urgência das pautas defendidas, além da projeção da imagem de um governo que não atendia às expectativas da população, o que impactou o cenário político da época. Com popularidade da presidente em baixa, a revista encontrou a oportunidade para projetar a candidatura de Marina Silva à Presidência, ao descrevê-la como a representante política com menor desaprovação. De acordo com *Veja*: “[...] Há um consenso no Palácio do Planalto. Potencialmente, só houve um ganhador com as manifestações das últimas semanas, Marina Silva” (VEJA, 26/06/2013, p. 52).

Posto isso, a rápida mudança no discurso da revista *Veja*, entre as semanas dos dias 19 e 26 de junho, também pode ser visualizada no tratamento dado às capas das respectivas edições. Embora não seja o objetivo da presente pesquisa o exame dos recursos imagéticos que compõem as capas, a mudança estética ajuda a ilustrar a argumentação da análise. Na edição do dia 19 de junho, o sentido dado à imagem remeteu a violência das manifestações, na depredação do patrimônio público e na queima de objetos, e também apresentou a frase centralizada “contra o aumento”, em referência à tarifa do transporte público. Assim, a imagem localiza o leitor quanto ao objetivo e as formas de ação dos manifestantes: reação à tarifa e à prática de vandalismo.

**Figura 1 – Revistas *Veja* (jun. 2013)**



Fonte: acervo pessoal, revista *Veja* (2013).

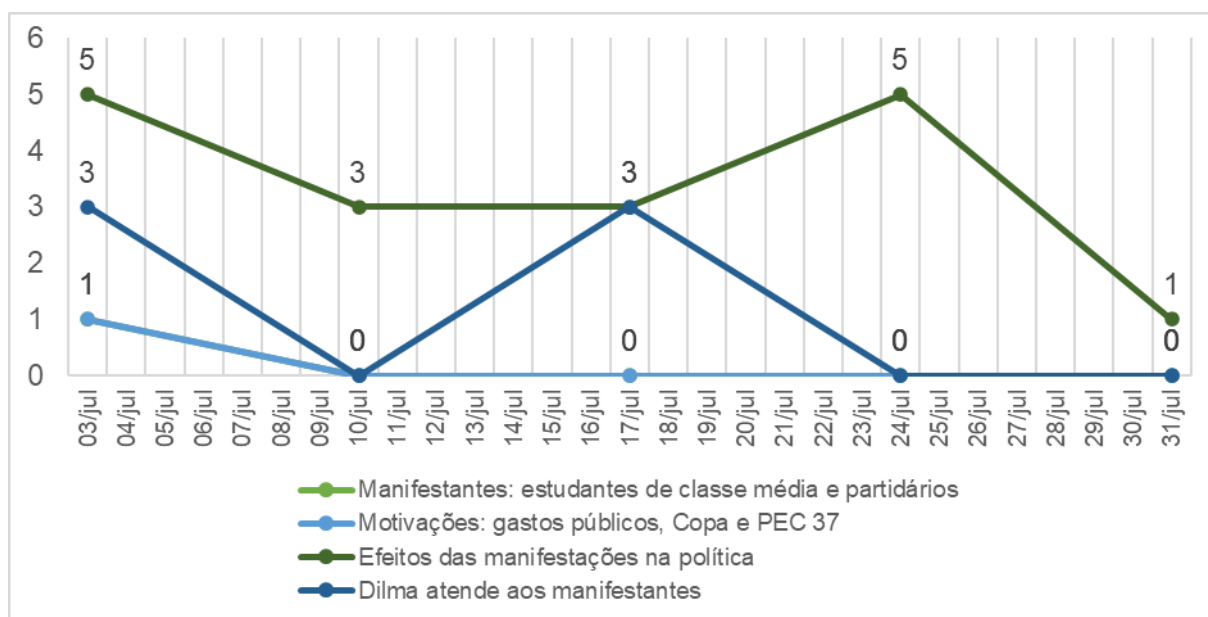
Em contrapartida, na capa de 26 de junho apareceu centralizada a imagem de um manifestante trajado com a bandeira do Brasil, que deixou à mostra o lema de “ordem e progresso”. Logo ao fundo, existe uma barricada em chamas, que representa a resistência em uma batalha campal, da qual o manifestante, localizado em primeiro plano, não é parte. Ou seja, pode-se afirmar que existem duas formas de representação da violência, na qual um público aparece diretamente implicado na prática – baderneiros –, enquanto o outro apenas resiste a ela – o povo brasileiro.

#### 4.5 A POLÍTICA EM MOVIMENTO: EFEITOS DAS MANIFESTAÇÕES PÓS-JUNHO

Durante o mês de julho, a discussão sobre as manifestações na revista *Veja* esteve direcionada para o impacto dos protestos sobre o Parlamento e os efeitos sobre a eleição presidencial que ocorreria no ano de 2014. Também foi reservado um espaço para a apreciação das medidas propostas por Dilma Rousseff, que visavam atender aos manifestantes.

Posto isto, foram recorrentes os seguintes tratamentos sobre as notícias, constantes no Gráfico 14: 1) Manifestantes: estudantes de classe média e partidários; 2) Efeitos das manifestações na política; 3) Motivações: gastos públicos, Copa e PEC 37; e 4) Dilma atende aos manifestantes.

**Gráfico 14 – Ênfase discursiva na revista *Veja* (jul. 2013)**



Fonte: a autora, a partir das edições n° 2328; 2329; 2330; 2331 e 2332 da revista *Veja* (2013).

Superada a euforia dos protestos, na edição do dia 3 de julho, a revista recobrou as afirmações sobre os ativistas do MPL e de militantes partidários, quando relacionou esses grupos à prática de vandalismo. Foi possível afirmar que esse discurso contribuiu para a criminalização dos primeiros protestos, ao tratar desse conjunto de atos somente pela ótica da violência.

Do mesmo modo, o periódico tomou partido de reivindicações específicas, quando selecionou quais delas deveriam ser atendidas pelo poder público e quais eram secundárias. Nesse sentido, compreende-se que *Veja* aderiu aos manifestantes

presentes na segunda fase, em detrimento dos primeiros grupos mobilizados pela tarifa zero, como no trecho a seguir: “Os atos de vandalismo estão espantando gente dos protestos” (VEJA, 03/07/2013, p. 21). Na publicação se reconhece uma oposição entre os dois grupos, sendo o último desejado e o primeiro repellido.

No que concerne ao efeito das manifestações sobre a política, em um primeiro momento, a revista abordou a proposta do governo que sugeriu o planejamento da reforma política, que seria executada via plebiscito. O plano presidencial era iniciar uma Constituinte própria, que teria o objetivo de tratar da reforma. Segundo o periódico, a proposta se tratava de uma estratégia eleitoral, executada em benefício do PT:

[...] o PT e o governo não estão genuinamente interessados na consulta popular. Eles querem mesmo é usar o tempo de televisão destinado à discussão das questões a serem propostas no plebiscito para colocar Lula fazendo propaganda da presidente Dilma Rousseff, a candidata do partido à reeleição em 2014 (VEJA, 03/07/2013, p. 12).

Segundo a *Veja*, o partido aproveitava igualmente a oportunidade para tentar alterar as regras eleitorais com a instituição do voto fechado em lista do partido<sup>45</sup> e o financiamento público de campanha eleitoral<sup>46</sup>. Desse ponto de vista, o financiamento público sufocaria a participação de agremiações políticas menores na aquisição de recursos do fundo eleitoral, e no caso do voto em lista fechada, esta era uma forma de cercear a autonomia dos eleitores, frente à escolha dos nomes de seus candidatos, de maneira a depender inteiramente do crivo dos partidos. Para o periódico, a discussão sobre a reforma política deveria ser rejeitada, pois: “[...] O PT tenta imprimir o verniz democrático à ideia, mas o objetivo do plebiscito é dar mais dinheiro ao partido e instituir o voto de cabresto” (VEJA, 03/07/2013, p. 66).

---

<sup>45</sup> O voto em lista fechada permite que os partidos elaborem listas com nome dos candidatos a serem eleitos, previamente. Nesse sistema, os eleitores não votam nos candidatos, mas na lista proposta pelo partido. Assim, conforme o partido recebe votos e angaria cadeiras eleitorais, a ocupação do número de assentos disponíveis ocorre através da ordem estabelecida pela lista do partido. (BLUME, Bruno. **O voto em lista fechada**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/voto-em-lista-fechada/>. Acesso em: 2 nov. 2022).

<sup>46</sup> O financiamento público eleitoral prevê que recursos públicos da União sejam utilizados em campanhas eleitorais, distribuídos aos partidos a partir de critérios que busquem garantir a equidade de recursos entre as agremiações. O fundo eleitoral seria controlado por órgão governamental competente, sendo vedado o financiamento privado às campanhas eleitorais. (SCHIOCHET, Gabriel. **Financiamento de Campanha Eleitoral: como funciona?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/financiamento-de-campanha-eleitoral-como-funciona/>. Acesso em: 2 nov. 2022).

Ainda sobre o tema da eleição presidencial, outro efeito mencionado pelo periódico foi o desgaste da imagem política de Dilma Rousseff, que se tornou uma das figuras com maior rejeição entre os manifestantes. Sendo assim, o momento era propício a candidatos da oposição que buscavam novos caminhos para a política, afastados do receituário petista:

[...] Nesse cenário, [pós-protestos] quem tem propostas tente a emergir como porta-voz e beneficiário direto da insatisfação popular. É justamente esse papel que pretendem desempenhar os principais rivais da campanha à reeleição de Dilma (VEJA, 03/07/2013, p. 70).

Sendo assim, no que dizia respeito ao trabalho dos parlamentares, a revista abordou como as reivindicações dos manifestantes eram atendidas pelo poder público, especificamente aquelas que surgiram durante a segunda fase. Desse modo, não se pode perder de vista que a revista enfatizou o cumprimento de demandas como a Lei anticorrupção, a derrubada da PEC 37 e a condenação de políticos acusados de atos ilícitos, e deixou de lado a discussão sobre a pauta da tarifa zero. O que demonstrava quais eram consideradas as pautas legítimas por parte do periódico: “O Congresso pega no tranco. Leis mais duras contra a corrupção, fim do voto secreto, cassação imediata de deputado preso, rejeição da PEC que limitava os poderes do Ministério Público” (VEJA, 03/07/2013, p. 60).

Na edição de 10 de julho, os efeitos sobre a política permaneceram como tópicos principais, a partir de abordagens semelhantes às que já foram discutidas. Especificamente na edição de 17 de julho, a revista discutiu a proposta de Dilma Rousseff relacionada ao Programa Mais Médicos. A medida provisória tinha por objetivo atender ao gargalo no setor da saúde com a contratação de médicos cubanos no país, direcionado ao atendimento na rede básica de saúde em lugares com déficit de profissionais. Ela também alterava o regime disciplinar do curso de medicina no Brasil, ao determinar que estudantes dedicassem parte de sua formação por, no mínimo, dois anos a atuação em centros de atenção básica de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), mediante recebimento de bolsa<sup>47</sup>. A revista rechaçou o programa e o caracterizou como autoritário e ineficaz:

[...] Dilma quer resolver o problema da saúde obrigando estudantes de

---

<sup>47</sup> BRASIL. **Medida provisória nº 621, de 8 de julho de 2013**. Institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências, [2013]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/mpv/mpv621.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/mpv/mpv621.htm). Acesso em: 2 de nov. de 2022.

medicina a trabalhar dois anos para o governo – mais uma proposta autoritária produzida pelo 'pensamento mágico' e destinada ao fracasso (VEJA, 17/07/2013, p. 47).

Adiante, na edição de 24 de julho, a revista comentou a queda de apoio popular e parlamentar de Dilma Rousseff, no período pós-manifestações. Segundo o periódico, a promoção da candidatura à reeleição da presidente se tornava cada vez mais insustentável, tanto da perspectiva do partido quanto dos aliados da base governista:

O ex-presidente Lula recebeu na semana passada pesquisas que mostram que a popularidade de Dilma Rousseff continua caindo e se aproxima dos 30% de aprovação — índice considerado limite para que concorra à reeleição com chance de êxito [...]. Mas se a queda for irreversível, Lula admite concorrer em seu lugar (VEJA, 31/07/2013, p. 36).

Esse índice de rejeição colocou em questão outro problema para a reeleição da petista, com a possibilidade do retorno de Lula como nome indicado pelo PT na eleição para a Presidência. O suposto enfraquecimento de Rousseff se tornou um discurso explorado pelo periódico, especialmente durante o período de pré-campanha eleitoral, no ano de 2014.

#### **4.6 AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO ATRAVÉS DA REVISTA *CARTA CAPITAL***

A análise da revista de informação *Carta Capital* teve como objetivo compreender como foi elaborado o discurso sobre as manifestações de junho de 2013 e como ele esteve relacionado ao governo da presidente Dilma Rousseff. Os dados coletados se referem aos meses de junho e julho de 2013. Das edições publicadas no período, tivemos acesso a 9, e destas foram selecionadas 26 reportagens.

Na etapa de tratamento do material, foi possível reconhecer a recorrência de algumas tendências discursivas. Essas repetições originaram padrões de apresentação da notícia, por meio das seguintes abordagens: 1) Manifestantes: MPL e outros ativistas; 2) Violência policial; 3) Manifestantes: grupos de direita; 4) O PT se distanciou do ativismo jovem; 5) Efeitos das manifestações na política; 6) Dilma atende aos manifestantes; 7) A mídia ataca o governo; e 8) Motivações: melhoria nos serviços públicos.

O leitor verá cada um desses itens nos gráficos inseridos no texto, que

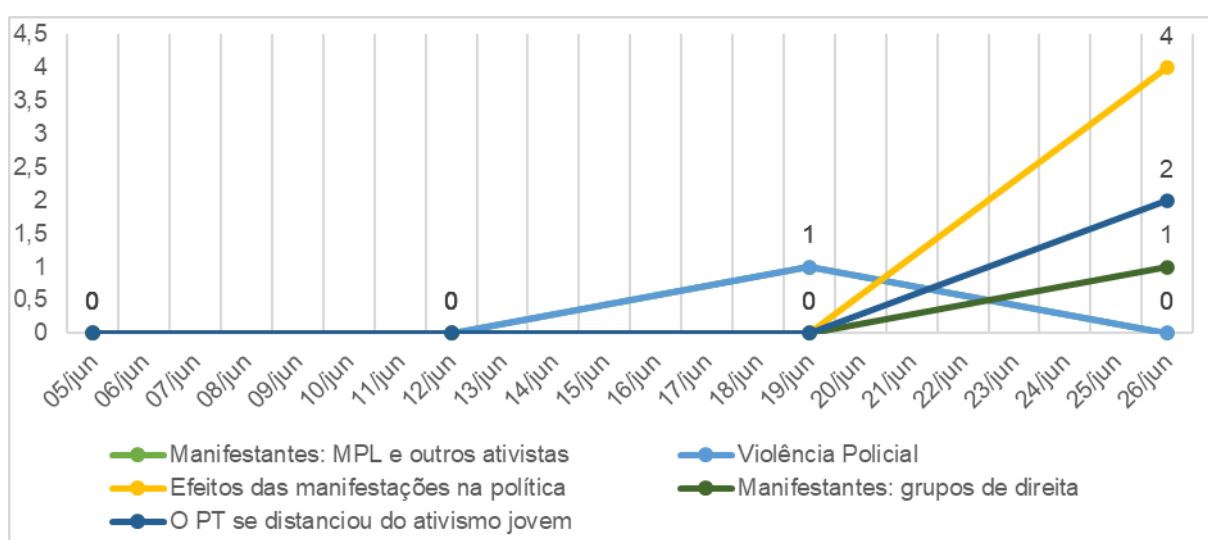
permitem visualizar a frequência de aparição de cada elemento no tempo. Igualmente, os registros mais minuciosos estão disponíveis nos quadros de análise temática, no Apêndice – D.

Das reportagens publicadas pela *Carta Capital*, compreende-se que a revista identificou dois perfis de manifestantes no mês de junho. Nos primeiros dias de protestos, o público de esquerda era predominante, mas na última semana grupos de direita se uniram nas ruas. A revista trouxe também uma discussão do que considerou uma dificuldade do PT em se conectar com os *novíssimos* movimentos sociais, após se tonarem o governo. Por fim, o jornal mediu os efeitos dos atos de protesto sobre a política nacional, em termos de como isso afetaria o trabalho dos parlamentares e a eleição presidencial de 2014.

#### 4.7 REBELDES COM CAUSA: OS JOVENS NAS RUAS

Para interpretar a primeira parte dos resultados foi construído o Gráfico 15, que compreendeu o recorte temporal do mês de junho. Nesse período foram convocadas as primeiras manifestações, por parte do MPL, na cidade de São Paulo, até o processo de massificação, que levou ao espalhamento de atos por diversas cidades brasileiras, no final daquele mês.

**Gráfico 15 – Ênfase discursiva na revista *Carta Capital* (jun. 2013)**



Fonte: a autora, a partir das edições n° 751;752; 753 e 754 da revista *Carta Capital* (2013).

Conforme os dados dispostos no Gráfico 15, as reportagens sobre as

manifestações tiveram início no dia 19 de junho, a partir das seguintes abordagens: 1) Manifestantes: MPL e outros ativistas e 2) Violência Policial. Tratava-se da cobertura jornalística dos atos convocados pelo MPL.

Em relação à identificação do público que estava nas ruas, a revista seguiu uma definição aproximada do conceito teórico de “coletivo”, ou seja, grupos compostos por jovens trabalhadores e da classe média, sem líderes oficiais e sem vínculos com partidos políticos. Destaca-se também a presença do MPL, segundo a seguinte publicação:

Com recursos próprios e sem vinculações partidárias, o grupo [MPL] reúne um número indeterminado de militantes cativos em torno de uma bandeira: a tarifa zero. Universitários, estudantes secundaristas e trabalhadores de bairros periféricos compõem a maioria do grupo com organização horizontal, sem líderes ou porta-vozes constituídos (CARTA CAPITAL, 19/06/2013, p. 32)

Por seu caráter apartidário, o periódico destacou a junção de outros grupos de esquerda junto ao MPL, identificados como militantes de agremiações políticas, feministas, *gays*, anarquistas, entre outros, o que significava uma diversidade de atores presentes naquele momento: “Unem-se a eles [MPL] militantes de partidos de esquerda, como PSOL, PSTU e PCO, além de feministas, *gays*, cicloativistas, anarquistas, *punks* e até jovens que raramente se mobilizam” (CARTA CAPITAL, 19/06/2013, p. 32).

Apesar da diversidade do público, a reivindicação principal das mobilizações, conforme o periódico, foi a instituição da tarifa zero, capitaneada pelo MPL:

[...] os jovens compartilham do mesmo inconformismo com as iniquidades sociais na cidade mais rica da América do Sul e com o precário – e caro – transporte coletivo paulistano (CARTA CAPITAL, 19/06/2013, p. 32).

Diferentemente daquilo encontrado na *Veja*, *Carta Capital* registrou episódios de violência nos atos, protagonizados pela Polícia Militar. Dessa forma, mesmo que alguns manifestantes se excedessem durante a marcha, a abordagem policial se mostrou arbitrária, o que causou ainda mais tumulto. Os policiais não identificavam, ao certo, quem eram os manifestantes e quem eram os transeuntes nas ruas do centro paulistano.

Por ocasião da cobertura jornalística do evento, um repórter da *Carta Capital*

havia sido detido por agentes policiais, por portar um frasco de vinagre. Mesmo após ter se identificado como um jornalista, o profissional foi levado a prestar esclarecimentos na delegacia com outros participantes do protesto, conforme a seguinte publicação: “Desespero e arbitrariedade. A PM prende repórter de *Carta Capital* por filmar ação contra manifestantes e por portar um frasco de vinagre” (CARTA CAPITAL, 19/06/2013, p. 35).

#### **4.8 AS MARCHAS VIRARAM À DIREITA: NOVOS GRUPOS SE JUNTAM AOS PROTESTOS**

Na segunda edição de junho, *Carta Capital* incluiu novos atores na narrativa dos protestos, a saber: os grupos de direita. Nesse sentido, as formas de abordagem que se destacaram foram: 1) Manifestantes: grupos de direita; 2) O PT se distanciou do ativismo jovem; e 3) Efeitos das manifestações na política.

Quanto a esses novos atores, para a revista, eles não estavam comprometidos com o MPL, principalmente no que diz respeito às reivindicações. Dessa forma, eles apoiavam a privatização de empresas estatais, a revogação da PEC 37, a diminuição de impostos e, até mesmo, o afastamento da presidenta Dilma Rousseff. Esse conjunto de pautas foram identificadas como pertencentes ao campo ideológico da direita, além de expressarem um delineamento do antipetismo. Essa foi também a primeira vez que o periódico abordou a possibilidade da deposição de Dilma Rousseff.

Dessa maneira, *Carta Capital* ressaltou as diferenças entre os primeiros manifestantes e suas demandas daquilo que os novos grupos de direita defendiam, o que incluiu a separação dos descontentes com os governos petistas, identificados como de direita. Isso contribuiu para debelar a ideia de que se tratava de uma revolta generalizada contra o governo. Embora o MPL e demais ativistas demonstrassem um descontentamento com os serviços públicos e suas limitações, o objetivo não era a derrubada do governo ou extinção desses serviços, pelo contrário, buscavam trabalhar para sua melhoria e ampliação.

A partir desse cenário, os manifestantes de direita foram caracterizados como “parasitas”, uma vez que, ao se juntarem às ruas, esses grupos encontraram uma oportunidade política para distorcerem o rumo das manifestações em direção a novos sentidos que não eram os originais:

[...] Os integrantes do MPL apresentaram-se como apartidários, não

como antipartidários. São militantes de esquerda, dizem, irritados com os 'parasitas' interessados em manipular os jovens mobilizados para abraçar as mais variadas bandeiras da redução de impostos ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (CARTA CAPITAL, 26/06/2013, p. 25).

A presença desse público de direita gerou tumultos e episódios de violência, conforme o excerto a seguir: “A invasão de jovens com cara pintada e nariz de palhaço, bandeiras pró-privatização ou contra a PEC 37 nas mãos gerou conflitos dentro e fora das ruas” (CARTA CAPITAL, 26/06/2013, p. 25). Ou seja, a violência nos protestos foi atribuída pela revista ao choque ideológico provocado pela inclusão da direita nas ruas. Com a redução na tarifa anunciada pela prefeitura de São Paulo, no dia 19 de junho, o MPL se retirou dos protestos nos dias seguintes.

Outra forma de recorte do tema, presente na revista, tratou da limitação dos governos petistas no diálogo com os *novíssimos* movimentos sociais. O partido se desconectou dos problemas sensíveis à camada mais jovem da população, como as questões relacionadas à identidade, transporte e expansão de direitos, quando dialogou, exclusivamente, com movimentos sociais clássicos, como os mobilizados em torno da questão do direito à terra e do trabalho: “O governo e o PT têm experiência no diálogo com movimentos sociais tradicionais, mas não sabem se relacionar com aqueles não institucionalizados” (CARTA CAPITAL, 26/06/2013, p. 30).

A recomendação da revista era de que a presidente Dilma Rousseff empreendesse esforços a fim de atender às demandas propostas pelos grupos de esquerda, uma vez que o foco do governo, até aquele momento, esteve centrado em tratar especialmente de questões relacionadas à economia e à infraestrutura, uma pauta que não integrava a população jovem à política institucional:

[...] Dilma [...] nunca se reuniu com líderes indígenas ou do movimento gay. Governa com foco total na melhoria da infraestrutura do País, iniciativa fundamental, mas sem apelo entre os jovens” (CARTA CAPITAL, 26/06/2013, p. 30).

Assim, a revista se posicionou a favor dos manifestantes de esquerda, ao sugerir que as reivindicações desses grupos eram prioritárias, em detrimento daquelas colocadas pelos grupos de direita.

Ademais, a ausência de diálogo com esses *novíssimos* movimentos poderia produzir efeitos políticos que complicariam a reeleição da presidente no ano de 2014. Para *Carta Capital*, haveria um esforço da mídia brasileira em associar as

manifestações a uma rejeição restrita ao governo de Dilma Rousseff, e não um descontentamento com o funcionamento precário dos serviços públicos:

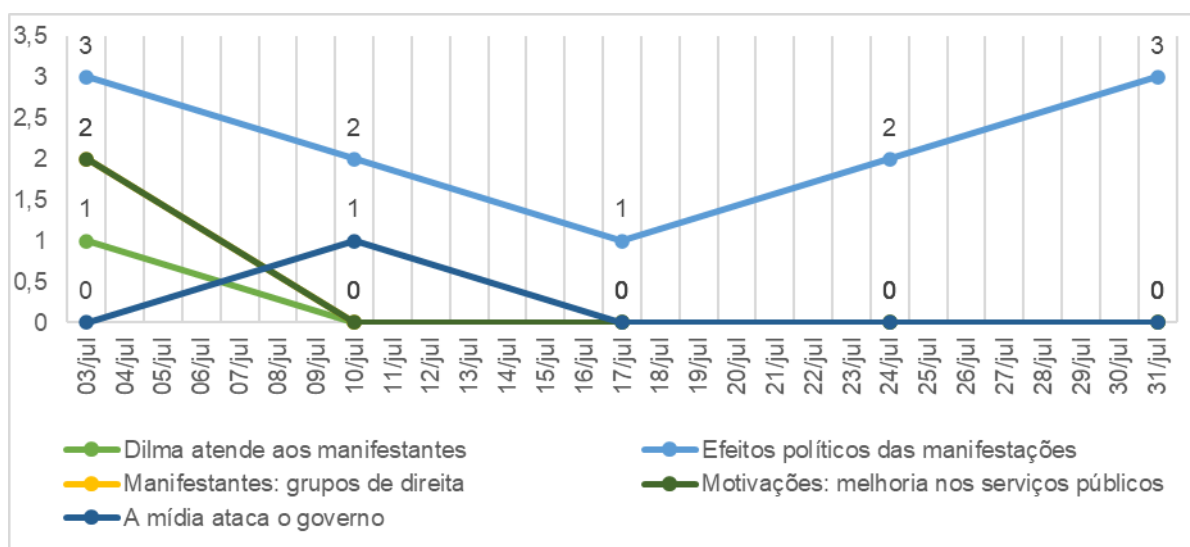
[...] Impávida, a mídia nativa, depois de recomendar repressão enérgica contra os baderneiros, percebeu a possibilidade de enganar os incautos ao sabor de sua vocação e tradição, e agora afirma com a devida veemência o caráter antigovernista das manifestações. Mira-se logo nas próximas eleições (CARTA CAPITAL, 26/06/2013, p. 20).

#### 4.9 A POLÍTICA EM MOVIMENTO: EFEITOS DAS MANIFESTAÇÕES PÓS-JUNHO

Em julho, ainda se discutia nas páginas da revista os protestos, porém com ênfase nas consequências políticas sobre o Parlamento e no impacto que teriam na eleição presidencial de 2014. A revista também dedicou um espaço para debater as medidas propostas por Dilma Rousseff, que tinham como objetivo atender às demandas dos manifestantes.

Diante do exposto, foram recorrentes os seguintes tratamentos sobre as notícias: 1) Manifestantes: grupos de direita; 2) Motivações: melhoria nos serviços públicos; 3) Dilma atende aos manifestantes; 4) Efeitos políticos das manifestações; e 5) A mídia ataca o governo.

**Gráfico 16** – Ênfase discursiva na revista *Carta Capital* (jul. 2013)



Fonte: a autora, a partir da revista *Carta Capital* (2013).

À medida que a maioria das manifestações terminava, a revista constatava que, embora pudessem ser identificados dois grupos diferentes nas ruas – um que

representava ideologicamente setores de esquerda e a posterior incorporação de grupos de direita –, as marchas foram, gradualmente, controladas pela direita que imprimiu o significado final ao movimento.

Para dizer o óbvio, quem deu o sentido das manifestações foi a classe média antipetista, predominantemente de direita [...]. Ou seja: embora tenham participado do movimento desde punks neonazistas até adolescentes apenas curiosos (e mesmo gente genuinamente progressista), seu rosto é nítido (CARTA CAPITAL, 03/07/2013, p. 29).

Ainda que os protestos tenham sido definidos dessa forma, *Carta Capital* comentou em suas páginas a respeito do problema da mobilidade urbana e da melhoria de serviços públicos como reivindicações prioritárias: “A voz das ruas’ relembra as prioridades simplesmente esquecidas pelos governos. No mundo inteiro elas se alternam” (CARTA CAPITAL, 03/07/2013, p. 30) e “[...] Há um aumento da insatisfação pela má qualidade dos serviços públicos essenciais” (CARTA CAPITAL, 03/07/2013, p. 30). Entende-se que essa foi uma forma de projetar a discussão em uma direção específica, para além da pauta das direitas.

Nesta edição, a revista abordou a proposta de plebiscito para reformar o sistema político, sugerida pela Presidência. A medida foi considerada um movimento importante para a democracia, pois, segundo *Carta Capital*, ela teve o objetivo de incorporar as vozes das ruas aos canais institucionais e de participação e avaliar as demandas da população. No entanto, segundo a mesma avaliação, o momento em que este debate foi proposto era considerado precipitado, pois qualquer alteração no processo eleitoral valeria já no pleito de 2014, e a chance de rejeição da medida era eminente entre os parlamentares:

No calor dos acontecimentos, Dilma, tocada pelas cenas transmitidas para o Brasil e para o mundo, 'juntou-se' ao movimento. Anunciou [...] a formação de uma Constituinte [...] a presidente foi freada. Recuou e não avançou (CARTA CAPITAL, 03/07/2013, p. 16).

Desse modo, embora a presidente tivesse boas intenções, a proposta do plebiscito caiu no esquecimento, tão logo quanto surgiu.

Ainda no que diz respeito aos efeitos políticos das manifestações, a revista reservou espaço para falar sobre o trabalho de senadores e deputados, na promoção de projetos que buscavam oferecer respostas aos protestos. Somou-se a isso o elogio

à agenda institucional de Dilma Rousseff, que planejou encontros com líderes do MPL em São Paulo, representantes da sociedade civil, governadores e prefeitos das principais capitais do país: “As ruas empurram o poder. Dilma Rousseff exerce a Política, o Congresso vota vários projetos e até o Supremo se mobiliza” (CARTA CAPITAL, 03/07/2013, p. 22).

Na edição do dia 10 de julho, a revista comentou a queda de popularidade da presidente Dilma, fato que poderia inviabilizar o lançamento de sua candidatura à reeleição pelo PT: “Os votos saídos de Dilma se esparramaram” (CARTA CAPITAL, 10/07/2013, p. 14). A fim de deter o avanço da rejeição, a presidente agiu no sentido de comunicar os projetos de governo à sociedade e estabelecer uma relação mais próxima com seus ministros: “A intenção de Dilma de reinventar-se na comunicação é uma das consequências mais importantes impostas ao governo pelos protestos” (CARTA CAPITAL, 10/07/2013, p. 32). A revista resgatou uma característica atribuída à presidente, ainda nos dois primeiros anos de gestão, sobre a dificuldade nas relações institucionais como pontos que deveriam ser refletidos.

Nesta mesma edição, não escapou ao periódico a avaliação sobre outros veículos de imprensa na tarefa de cobertura das manifestações. Segundo *Carta Capital*, o evento foi utilizado como uma forma de desgastar o governo próximo às eleições de 2014, devido à extensa divulgação sobre o suposto caráter antigovernista dos atos:

Seria interessante, em todo caso, avaliar até que ponto a mídia nativa influenciou as manifestações recentes. Observadores e altamente confiáveis me dizem que, passado o momento da revolta da periferia precipitada pelo aumento das passagens de ônibus, as passeatas contaram com a presença majoritária de representantes da chamada classe média. Sim, esses leem a imprensa e ligam na Globo (CARTA CAPITAL, 10/07/2013, p. 18).

Quanto às três últimas edições da revista, publicadas nos dias 17, 24 e 31 de julho, foi possível reconhecer um número reduzido de publicações na categoria analisada, que trataram, especificamente, dos efeitos políticos dos protestos na queda da popularidade da presidente, mas com a projeção de uma recuperação a longo prazo, antes das eleições de 2014.

#### **4.10 A LAVA JATO ATRAVÉS DA REVISTA VEJA**

Nesta seção será analisado como a revista *Veja* apresentou aos seus leitores a investigação federal denominada Lava Jato, quais representações foram construídas sobre o evento e de que forma o governo de Dilma Rousseff foi relacionado a ela. Os dados foram coletados no ano de 2014, durante o primeiro ano, quando foi oficializada a investigação. Das edições publicadas no período, tivemos acesso a 50, destas foram selecionadas 29 reportagens.

Na etapa de tratamento do material, foi possível reconhecer a recorrência de algumas tendências discursivas. Essas repetições originaram padrões de apresentação da notícia, por meio das seguintes abordagens: 1) A Petrobras é uma ferramenta política; 2) O “Petrolão” é uma continuação do “Mensalão”; 3) Políticos da base governista são investigados; 4) Efeitos das investigações nas eleições de 2014; e 5) O PT é o principal beneficiado pela corrupção.

O leitor verá cada um desses itens nos gráficos inseridos no texto, que permitem visualizar a frequência de aparição de cada elemento no tempo. Igualmente, os registros mais minuciosos estão disponíveis nos quadros de análise temática no Apêndice – E.

Vale lembrar que o ano de 2014 também foi atravessado pela corrida eleitoral, marcada por uma disputa acirrada, executada em dois turnos, sendo o último disputado entre o representante do PSDB e a candidata à reeleição pertencente ao PT. Sobre esse cenário, o desempenho da investigação federal poderia atingir o desenvolvimento da campanha, seja para favorecer ou para desfavorecer ambos os candidatos.

Sendo assim, das reportagens publicadas por *Veja*, foi possível identificar que o *timing* da divulgação das informações esteve atrelado à realização do pleito eleitoral de 2014, com um conteúdo que comprometeu, especialmente, o partido no poder. Ainda que a revista tenha alegado o interesse público no acesso aos desdobramentos da Lava Jato, suas publicações tiveram um importante papel de influência no curso da corrida eleitoral à Presidência.

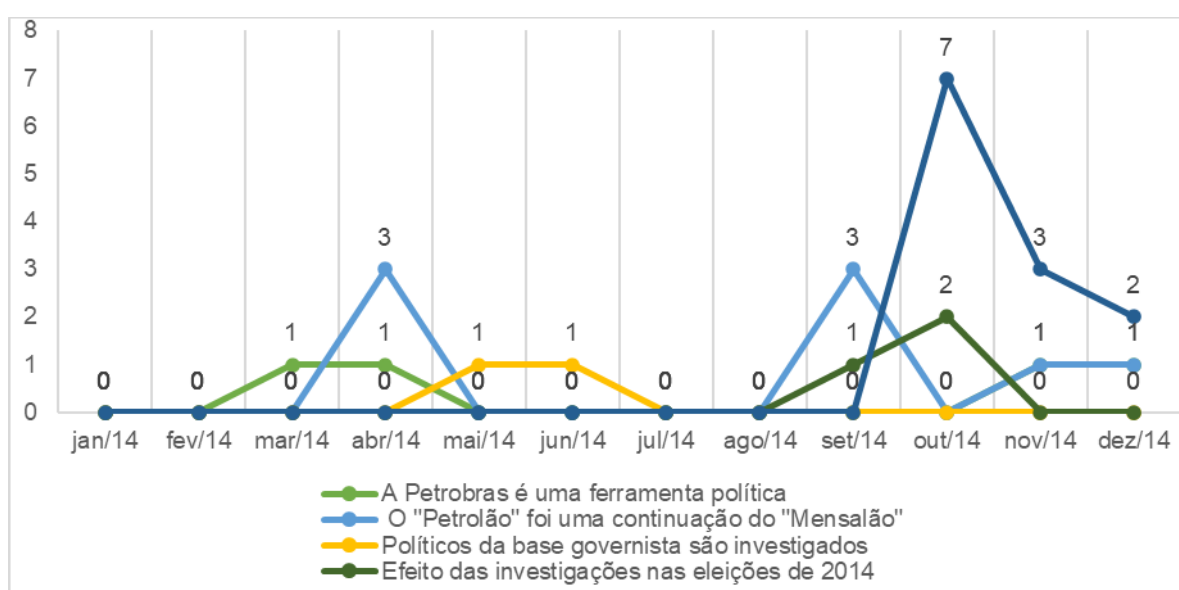
#### **4.11 DO “MENSALÃO” AO “PETROLÃO”: A GÊNESE DO ESQUEMA DE CORRUPÇÃO PETISTA**

Para interpretar a primeira parte dos resultados, foi construído o Gráfico 17, que abarcou o recorte temporal entre os meses de janeiro a dezembro de 2014. Foram

dois grandes intervalos de publicações: entre março e junho, com as primeiras revelações do caso, e entre setembro e dezembro, com a Lava Jato e a eleição presidencial.

Sendo assim, no primeiro período foram predominantes as seguintes formas de abordagens noticiosas: 1) A Petrobras é uma ferramenta política; 2) Políticos da base governista são investigados; e 3) O “Petrolão” foi uma continuação do “Mensalão”.

**Gráfico 17 – Ênfase discursiva na revista *Veja* (2014)**



Fonte: a autora, a partir da revista *Veja* (2014).

Segundo reportagens divulgadas pela *Veja*, o PT teria utilizado do sucesso financeiro da estatal Petrobras como uma forma de propaganda das realizações dos governos petistas. A partir desse entendimento, durante o governo Lula, o presidente teria se autopromovido a partir da descoberta da camada do pré-sal, uma reserva de petróleo e gás natural localizado na costa brasileira de importante valor econômico para o país. Pouco mais tarde, por ocasião da candidatura de Dilma Rousseff, uma das estratégias de campanha da petista foi apontar o seu perfil técnico como gestora da pasta de Minas e Energia, na gestão de seu antecessor. Segundo a revista: “[...] A Petrobras foi usada como vitrine para alardear a competência administrativa de Dilma Rousseff – e, antes, a sorte de Lula pela descoberta em seu governo do 'bilhete premiado' do pré-sal” (VEJA, 26/03/2014, p. 44).

Essa prática teria se repetido no governo de Dilma Rousseff, com uma

interferência da presidente na gestão financeira da estatal por meio do controle de preço dos combustíveis. Com isso, o custo de produtos como a gasolina foi congelado ao consumidor e não recebeu o ajuste decorrente da inflação, o que significou uma perda de rendimentos a acionistas privados e à União. Além disso, segundo a *Veja*, essa contenção dos preços tinha por objetivo favorecer o partido na eleição presidencial, assim como o afirmado no trecho a seguir: “[...] Transformada em braço do partido, instrumento de política econômica e foco de corrupção, a Petrobras resistirá à gestão petista, mas vai demorar para recuperar a excelência” (VEJA, 09/04/2014, p. 53).

Quando se tornou público os primeiros indícios de corrupção, revelados pela investigação operada pela Lava Jato, foi somado mais um problema que prejudicava a estatal, além dos desmandos petistas. Em outras palavras, para *Veja*, dois grandes problemas teriam acometido o desenvolvimento promissor da petroleira, são eles a interferência dos governos e os casos de corrupção identificados nas diretorias da empresa.

Sendo as diretorias dos cargos indicadas por intermédio político, a ideia de “aparelhamento” das estatais também esteve presente nas reportagens da revista. Assim, a ocupação de cargos de confiança por meio de nomeações políticas foi considerada um dos facilitadores da corrupção na administração, segundo o respectivo trecho publicado no periódico:

[...] É de consenso também que o potencial da Petrobras é tão grande que, deixada em paz pelo governo, em pouco tempo retomará a trajetória que fez dela, no auge, uma das empresas petroleiras mais valiosas do mundo. Mas abusaram do aparelhamento político da Petrobras, transformando-a em uma fonte de escândalos de corrupção (VEJA, 09/04/2014, p. 53).

Logo, a investigação atingiu políticos e partidos pertencentes à base de apoio da presidente Dilma Rousseff, como o PMDB e o PP. A ideia de um esquema de corrupção, instalado para oferecer o beneficiamento de partidos, entre outros agentes, levou a revista a noticiar os desvios investigados na Lava Jato, a partir de uma associação entre a Ação Penal 470, conhecida como “Mensalão”. O Mensalão<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> O Mensalão previa o financiamento ilegal de campanhas eleitorais, conhecido como a prática de “caixa-dois”, e a compra de votos de parlamentares em troca de um pagamento mensal. O caso se tornou público através de uma entrevista com então deputado Roberto Jefferson (PDT), ao jornal *Folha de S.Paulo*, em que confirmava pagamentos mensais a parlamentares, momento em que se

atingiu o governo Lula no ano de 2005 e quase custou o mandato do presidente na época. Dos elementos utilizados pela revista para realizar essa aproximação entre os dois casos de corrupção, foi possível reconhecer o uso de um termo semelhante, a saber: “Petrolão”, para nomear o esquema da Petrobrás. Uma forma de representação, que constrói uma continuidade interrupta entre os casos (Mensalão= Petrolão), como foi sugerido no trecho a seguir:

Na gênese do mensalão, o maior escândalo de corrupção já investigado e julgado da história política do país, funcionários públicos escolhidos a dedo por partidos políticos se posicionavam estrategicamente na máquina federal com uma meta definida: arrecadar recursos entre fornecedores que tinham contratos com o governo [...] Era de se esperar que, com a descoberta do mensalão, os saqueadores se sentissem intimidados. Mas não foi o que ocorreu. Com o passar do tempo, a Petrobras, com seus contratos bilionários, virou alvo preferencial (VEJA, 09/04/2014, p. 60).

Até esse momento, o periódico não considerava a participação da presidente Dilma Rousseff nos desvios, o que só ocorreria mais adiante, depois dos depoimentos prestados em delações premiadas. Durante os meses de julho e agosto não foram registradas ocorrências na categoria analisada.

#### **4.12 “ELES SABIAM DE TUDO”: A LAVA JATO EM PERÍODO ELEITORAL**

Entre os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro foi percebido o maior intervalo de ocorrências em matérias jornalísticas sobre o tema da Lava Jato na revista *Veja*, momento que também foi marcado pela eleição presidencial, prevista para o mês de outubro. Nesse período, as formas de abordagem predominantes visualizadas nas notícias foram: 1) O “Petrolão” foi uma continuação do “Mensalão”; 2) O PT é o principal beneficiado pela corrupção; 3) Efeito das investigações nas eleições de 2014; e 4) A Petrobras é uma ferramenta política.

Nas edições de setembro, a revista correlacionou o escândalo do Mensalão com os indícios de corrupção na Petrobras, ao construir uma ligação entre os dois eventos. Para isso, a revista se fundamentou em trechos obtidos da delação premiada

---

popularizou o termo “mensalão”. Destarte, o caso recebeu projeção através das denúncias realizadas pela revista *Veja*, que divulgou um vídeo de funcionário dos Correios, o qual negociava propina com empresários. Com o escândalo, o governo Lula foi alvo de duas CPIs, a dos Correios e a da compra de votos entre os meses de junho e julho de 2005 (BIROLI; MONTOVANI, 2014).

de Paulo Roberto Costa, cedida à Polícia Federal, em que o ex-diretor contava como eram operados os desvios na estatal e quem eram os possíveis beneficiados. Dessa forma, a ligação entre o Mensalão em 2005 e o caso da Petrobras foi estabelecida a partir da hipótese da participação ou cumplicidade de membros do PT nos dois escândalos.

Sendo assim, o partido se tornou uma figura central no esquema de corrupção, pois detinha influência sobre a nomeação das diretorias e, conseqüentemente, na contratação de serviços e empresas. Outro ponto levantado era de que o esquema teria se instalado na petroleira durante os governos de Lula e continuado na gestão de sua sucessora, além da suspeita sobre o dinheiro desviado por políticos envolvidos ter sido utilizado na compra de apoio Parlamentar, durante os governos petistas. Conforme a seguinte publicação:

[...] A Petrobras, disse PRC [Paulo Roberto Costa], foi usada nos governos de Lula e Dilma Rousseff como instrumento de corrupção para canalizar recursos para as campanhas de três partidos (VEJA, 10/09/2014, p. 13).

A revista também discutiu como a divulgação do conteúdo das delações premiadas obtidas na Lava Jato poderiam prejudicar a campanha à reeleição de Dilma Rousseff, uma vez que a presidente estava sendo tragada para dentro do escândalo: “As declarações de Paulo Roberto Costa atingiram em cheio o governo [...] há preocupação com o impacto das informações na reeleição de Dilma e na biografia de seu antecessor” (VEJA, 17/09/2014, p. 72-73). Assim, a revista tinha consciência do potencial das notícias sobre a Lava Jato e de seu impacto no âmbito público.

Durante o mês de outubro, *Veja* enfatizou a participação de membros do PT em atos ilícitos, a partir de novas delações prestadas à Polícia Federal. Desta perspectiva, o principal grupo beneficiado pela corrupção na companhia foi o dos petistas, enquanto o ex-presidente e a atual obtiveram vantagens ilícitas com o financiamento de campanhas e a compra de apoio parlamentar. Nesse momento, as contas da campanha eleitoral de 2010, que elegeram Dilma Rousseff na Presidência, foram contestadas pela revista através da divulgação de trechos de delações: “Delator diz que empreiteiras repassaram dinheiro desviado da Petrobras para a campanha presidencial do PT em 2010 e simularam contribuições legais para ocultar a fraude” (VEJA, 22/10/2014, p. 70).

A três dias do segundo turno eleitoral, protagonizado por Aécio Neves (PSDB)

e Dilma Rousseff (PT), *Veja* adiantou uma publicação no *site* da revista, uma matéria que seria divulgada em formato impresso somente no dia 29 de outubro, intitulada por “Eles sabiam de tudo”. A reportagem tinha por objetivo revelar que o ex e a atual presidente tinham ciência do esquema de corrupção construído na Petrobras e usufruíam dele. A informação foi baseada na delação de Alberto Youssef, doleiro responsável pela execução da lavagem de dinheiro desviado na Petrobras. Na edição impressa da mesma matéria, a revista publicou: “O doleiro Alberto Youssef afirma em depoimento à Polícia Federal que o ex e a atual presidente da República não só conheciam como também usavam o esquema de corrupção na Petrobras” (VEJA, 29/10/2014, p. 58).

Quando questionada sobre o *timing* da referida publicação na internet, *Veja* se justificou na edição impressa a partir do seguinte argumento: “*Veja* publica essa reportagem à véspera do turno decisivo das eleições presidenciais obedecendo unicamente ao dever jornalístico de informar os fatos relevantes” (VEJA, 29/10/2014, p. 12). Depreende-se que a revista utilizou do ideal de publicidade da informação, um direito público, para justificar a repercussão de uma acusação divulgada em período atípico e que poderia influir no curso eleitoral.

Após as eleições, o número de reportagens da categoria analisada caiu. Em novembro, *Veja* comentou sobre a publicação de outubro lançada próximo à eleição, quando disse não querer influenciar a opinião do eleitor:

VEJA não procurou criar efeitos eleitorais contra ou a favor de nenhum candidato ao publicar a capa da semana passada com a revelação de que o doleiro Alberto Youssef disse aos policiais (VEJA, 05/11/2014, p. 14).

Apesar dessa justificativa, a revista enfatizou a possibilidade de a presidente ter sido conivente com casos de corrupção na estatal, assim como apresentado a seguir: “[...] representantes de grandes empreiteiras que se juntaram para saquear a maior estatal brasileira [...] tudo isso teria se passado sob o olhar complacente do ex-presidente Lula e de sua sucessora reeleita, Dilma Rousseff” (VEJA, 19/11/2014, p. 55).

Outro ponto que mereceu atenção, ainda no mesmo mês, diz respeito à associação criada pela revista entre as figuras de Joaquim Barbosa, magistrado que agiu na condenação de políticos do Mensalão, e o juiz Sergio Moro, responsável pelo caso da Petrobras. Para *Veja*, Moro carregava o legado de Barbosa, visto que

atravessaria, de agora em diante, as mesmas barreiras políticas na condenação de agentes do alto escalão, especificamente os entraves na condenação de setores petistas: “[...] o ex-ministro Joaquim Barbosa recebe do PT a alcunha de traidor e foi atacado, de forma impiedosa, antes mesmo de decretar a prisão da cúpula do partido [...] Moro agora é quem carrega as responsabilidades que foram de Barbosa” (VEJA, 05/11/2014, p. 63).

Já em dezembro, a discussão na revista comentou o suposto enfraquecimento do governo de Dilma Rousseff, recém-eleita, devido aos desdobramentos da operação Lava Jato. Nesse sentido, a experiência eleitoral teria revelado não apenas uma rejeição popular da presidente – devido à disputa acirrada entre candidatos –, mas o fortalecimento de figuras da oposição como Aécio Neves (PSDB). Caso fosse comprovado o beneficiamento da presidente em atos ilícitos, o enfrentamento de um julgamento poderia custar o seu novo mandato:

Caso se confirme acima de qualquer dúvida que entrou dinheiro sujo para pagar despesas de campanha do PT em todos os níveis, até mesmo a presidente Dilma Rousseff teria o que temer [...] Se Dilma tiver mesmo que enfrentar questionamentos semelhantes, ela o faria enfraquecida por uma reeleição muito apertada, pelo ressurgimento da oposição e por uma economia de prospectos desanimadores (VEJA, 10/12/2014, p. 14).

A revista ainda não se referia ao processo de *impeachment* do qual a presidente seria alvo no próximo ano, mas apresentava pistas quanto ao futuro posicionamento sobre o assunto. De todo modo, para *Veja*, ainda que a presidente tivesse vencido a eleição, ela havia perdido a força política que a sustentava no poder.

#### **4.13 A LAVA JATO ATRAVÉS DA REVISTA *CARTA CAPITAL***

Nesta seção será analisado como a revista *Carta Capital* apresentou aos seus leitores a investigação federal denominada Lava Jato, quais representações foram construídas sobre o evento e de que forma o governo de Dilma Rousseff foi relacionado a ela. Os dados coletados correspondem a 2014, quando foi oficializada a investigação. Das edições publicadas no período, tivemos acesso a 50, destas foram selecionadas 23 reportagens.

Na etapa de tratamento do material, foi possível reconhecer a recorrência de

algumas tendências discursivas. Essas repetições originaram padrões de apresentação da notícia, por meio das seguintes abordagens: 1) A Lava Jato é usada contra a candidatura de Dilma; 2) Dilma é alvo de uma tentativa de golpe eleitoral; 3) Os vazamentos de informações prejudicam a Lava Jato; e 4) Dilma é alvo de uma tentativa de golpe parlamentar.

O leitor verá cada um desses itens nos gráficos inseridos no texto, que permitem visualizar a frequência de aparição de cada elemento no tempo. Igualmente, os registros mais minuciosos estão disponíveis nos quadros de análise temática, no Apêndice – F.

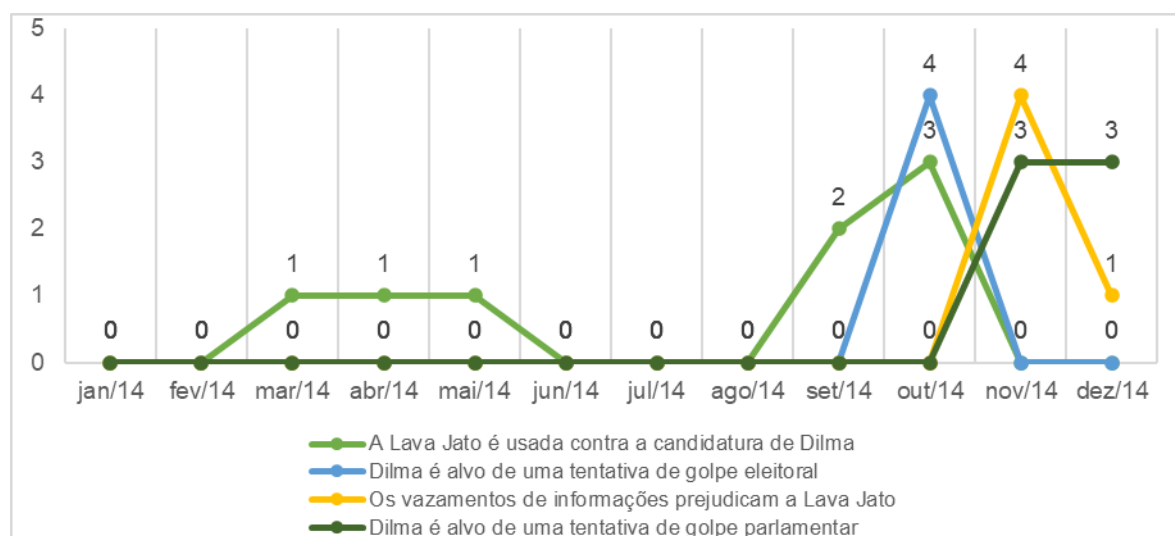
Assim como o observado na seção que tratou da revista *Veja*, é importante considerar que o ano de 2014 também foi um período marcado pela eleição presidencial, sendo a repercussão da Lava Jato um fator que poderia favorecer/desfavorecer determinado candidato no desenvolvimento de sua campanha.

Com base nas reportagens divulgadas pela *Carta Capital*, percebe-se que a revista visou demonstrar como a investigação afetou a candidatura à reeleição de Dilma Rousseff, através do que identificou como um uso eleitoral da Lava Jato por parte de seus opositores. Encerrado o período eleitoral e com a vitória da petista confirmada, a Lava Jato foi abordada pelo periódico, como um pretexto de setores da oposição interessados em derrubar o mandato da presidenta por meio de um golpe parlamentar.

#### **4.14 A LAVA JATO COMO ARMA ELEITORAL CONTRA O GOVERNO PETISTA**

Para interpretar a primeira parte dos resultados, foi construído o Gráfico 18, que abarcou o recorte temporal entre os meses de janeiro a dezembro de 2014. Foram dois grandes intervalos de publicações encontrados: entre março e junho, com as primeiras revelações do caso, e entre setembro e dezembro, com a Lava Jato e a eleição presidencial.

Sendo assim, no primeiro período, a revista utilizou a seguinte forma de abordagem em suas notícias: “A Lava Jato é usada contra a candidatura de Dilma Rousseff”.

**Gráfico 18 – Ênfase discursiva na revista *Carta Capital* (2014)**

Fonte: a autora, a partir da revista *Carta Capital* (2014).

De acordo com a *Carta Capital*, entre os meses de março a maio, os indícios de irregularidades na Petrobras foram explorados publicamente em um período favorável aos interesses da oposição política. Diante da corrida eleitoral, políticos poderiam usar os eventos como uma tática para prejudicar a imagem do governo perante o eleitorado: “[...] No Brasil, em ano eleitoral e com a possibilidade de manutenção de um mesmo partido no poder pelo quarto mandato sucessivo, o encadeamento de escândalos na Petrobras parece destinado a avolumar-se” (CARTA CAPITAL, 26/03/2014, p. 40).

Do mesmo modo, a veiculação de reportagens negativas por parte dos órgãos de imprensa local sobre a situação interna da Petrobras transmitiu uma imagem precária da estatal, quando, de fato, a empresa apresentava um bom desempenho econômico ao longo dos anos. Essa fachada de mau desempenho afastava investidores interessados na petroleira e criavam um prejuízo para o governo e para a campanha de Dilma Rousseff, como no trecho: “A sucessão de denúncias acentua a avaliação negativa de investidores estrangeiros [...] Fatos dessa gravidade atiram pedras no caminho da reeleição de Dilma Rousseff” (CARTA CAPITAL, 26/03/2014, p. 42).

O caso mais abordado foi o da compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. A refinaria se tornou objeto de investigação na Lava Jato, devido ao grande prejuízo financeiro que resultou à Petrobras, tanto relacionado ao sobrepreço pago pela estatal, na aquisição da metade do complexo, como por cláusulas contratuais

que obrigaram a União a adquirir a outra parte da refinaria. Na época da aquisição, Dilma Rousseff, então ministra da Casa Civil no governo Lula, fazia parte do Conselho de Administração da Petrobras e se posicionou favorável à compra do complexo, com base em relatório emitido pela diretoria da estatal.

Em abril, a presidente Dilma havia justificado os erros na compra de Pasadena, em razão da leitura de um parecer técnico falho, que a induziu ao erro da compra. O relatório orientava as ações do Conselho de Administração do qual fazia parte. Para a revista, ao assumir a responsabilidade da aquisição de Pasadena, a presidente abriu espaço para que políticos de oposição propusessem a abertura de uma CPI, que agiria paralelamente à investigação da Lava Jato, na apuração de irregularidades em contratos da empresa. A instauração de uma CPI, em ano eleitoral, também poderia desgastar o governo, com uma longa apuração no Congresso Nacional: “[...] Com a decisão a presidenta alimentou a cobrança de uma CPI por parte da oposição sedenta para desgastar o governo” (CARTA CAPITAL, 16/04/2014, p. 28).

Durante os meses de junho a agosto, a revista não tratou sobre a categoria analisada.

#### **4.15 DO GOLPE ELEITORAL AO GOLPE PARLAMENTAR: O USO DAS INFORMAÇÕES DA LAVA JATO**

Nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro, a revista *Carta Capital* registrou o maior número de notícias sobre a Lava Jato, o que coincidiu com o período da eleição presidencial, marcada para ocorrer em outubro. Nesse período, as formas de abordagem predominantes visualizadas nas notícias foram: 1) A Lava Jato é usada contra a candidatura de Dilma; 2) Dilma é alvo de uma tentativa de golpe eleitoral; 3) Os vazamentos de informações prejudicam a Lava Jato; e 4) Dilma é alvo de uma tentativa de golpe parlamentar.

Na edição de setembro, a revista tratou da divulgação de partes da delação de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, em que narrava como era operado o esquema de desvios na companhia. Segundo *Carta Capital*, as informações da delação vazaram para a imprensa, que publicou trechos específicos que comprometiam, sobretudo, o PT. O intuito da divulgação seletiva de informações era influenciar a corrida eleitoral que apresentava como favorita à reeleição a candidata petista: “A informação vazada e vazia de provas ocorreu em momento calculado para

embaralhar a eleição” (CARTA CAPITAL, 17/09/2014, p. 16).

A delação havia sido prestada sob sigilo de justiça e não poderia ser divulgada para não atrapalhar o trabalho de apuração dos órgãos competentes: “Oportunista e inútil. O vazamento da delação premiada de Paulo Roberto Costa por ora não afeta o cenário eleitoral, mas atrapalha as investigações da Justiça” (CARTA CAPITAL, 17/09/2014, p. 22).

As informações vazadas e divulgadas pela imprensa também haviam sido utilizadas por políticos de oposição em suas campanhas à Presidência, contra Dilma Rousseff, o que corroborava, segundo *Carta Capital*, a ideia de uso eleitoral da investigação da Lava Jato: “A oposição ainda tenta extrair do escândalo em torno da Petrobras uma maneira de derrubar Dilma Rousseff [na campanha]” (CARTA CAPITAL, 01/10/2014, p. 22); e “[...] No início do segundo turno, o escândalo da Petrobras voltou com força ao noticiário” (CARTA CAPITAL, 15/10/2014, p. 28).

Com a eleição presidencial encaminhada para o segundo turno no mês de outubro, *Carta Capital* reconheceu não somente o uso da investigação para desestabilizar o governo, mas também a tentativa de um golpe eleitoral que pretendia tirar Dilma Rousseff da disputa, ao implicá-la na investigação da Petrobras:

[...] Surgiram da delação premiada de Costa [Paulo Roberto Costa], cuja íntegra foi amputada por interesses eleitorais, pequenos trechos lançados em plena disputa pela Presidência da República. A presidenta Dilma Rousseff falou em golpe e acertou (CARTA CAPITAL, 22/10/2014, p. 18).

Ainda sobre esse assunto, *Carta Capital* criticou a atuação de setores da mídia durante o segundo turno, pelo que considerou como parcialidade na divulgação das informações, e respondeu, especificamente, à publicação realizada pela revista *Veja*, dias antes da votação nacional:

[...] a revista *Veja* noticiou na noite da quinta-feira 23, sem apresentar provas, que o doleiro Alberto Youssef teria acusado dois dias antes, em uma delação premiada, Dilma e Lula de conhecerem e autorizarem os desvios na Petrobras. O golpe era a resposta à dúvida da presidenta a respeito de como seria atacada pelo udenismo que vitimara Vargas (CARTA CAPITAL, 29/10/2014, p. 14).

A menção feita ao udenismo mereceu atenção devido ao conteúdo histórico que planejou rememorar. A União Democrática Nacional (UDN) foi uma agremiação

partidária criada em 1945, como uma reação à política getulista e ao autoritarismo do Estado Novo. De acordo com Singer (2018) e Benevides (1981), embora os membros do udenismo tenham reunido políticos de um amplo espectro ideológico em sua criação, incluindo setores da esquerda, o partido ganhou, pouco a pouco, contornos liberais e de direita.

Com a reinserção de Getúlio Vargas no poder, eleito pelo voto popular em 1950, e a consequente derrota do candidato udenista, o brigadeiro Eduardo Gomes, políticos da UDN exerceram forte oposição ao governo varguista, tanto no que concerne à atuação no Congresso como na mobilização de setores da imprensa e de militares. A reação udenista iniciou logo após a vitória de Vargas, com a contestação do resultado eleitoral. De acordo com Benevides (1981):

[...] a volta do ex-ditador [Vargas] surgia, aos olhos dos udenistas [...] como uma verdadeira armadilha da História, levando-os a duvidar, seriamente, das virtudes de uma democracia com ampla participação política: se Getúlio fora legitimamente eleito pelo voto popular, "o povo errou", diriam, inconformados. Tratava-se, então, no velho estilo das elites autoritárias, de "consertar o erro" (BENEVIDES, 1981, p. 82).

A fim de destituir o governo, a UDN flertou com reações golpistas e exerceu forte pressão parlamentar contra Vargas<sup>49</sup>. Com a crise político-econômica instaurada no ano de 1954<sup>50</sup>, Getúlio foi pressionado a abandonar o governo. Em agosto do mesmo ano, o presidente cometeu suicídio no Palácio do Catete e encerrou, como afirma Benevides (1981), a tentativa do que ficou conhecido como um "golpe branco".

Ao comparar os dois eventos no tempo, parece possível afirmar que *Carta Capital* planejou associar o cerco exercido contra Getúlio Vargas, por parte da oposição, ao momento presente, em que Dilma enfrentava acusações, sem provas, de sua suposta participação em corrupção, investigada pela Lava Jato. Uma perseguição promovida pela mídia e pela oposição partidária, que não se conformava com a possibilidade de vitória da presidente e do PT pelo quarto mandato consecutivo.

---

<sup>49</sup> Sua ação explorou denúncias de corrupção contra o presidente, a exemplo do caso do jornal *Última Hora*, investigado em uma CPI própria, assim como Getúlio recebeu dura crítica da oposição, ao nomear para o Ministério do Trabalho João Goulart, que promoveu o aumento do salário-mínimo (Benevides, 1981).

<sup>50</sup> A conjuntura da crise em 1954 foi composta pelos seguintes elementos, segundo Benevides (1981): o agravamento da crise econômica e das tensões sociais (greves, aumento de 100% no salário mínimo); a intensificação da influência militar na política (pedindo o afastamento do Ministro do Trabalho João Goulart, e a abertura do inquérito sobre o atentado a Carlos Lacerda); a radicalização da oposição parlamentar em torno do tema da corrupção (as denúncias sobre o "mar de lama"); e as diferentes tentativas de golpe contra Getúlio (*impeachment*, renúncia, licença), lideradas por civis e militares.

Nesse sentido, a revista também já adiantava a possibilidade, desses mesmos setores, de impedir a permanência da presidente no poder, caso eleita, ao colocar em questão a ideia de uma reação golpista, assim como aconteceu com Vargas. Uma forma de discurso, que já antecipava como *Carta Capital* iria se posicionar durante o processo *impeachment* nos anos seguintes, ao defender a ideia de um golpe em curso.

Uma vez concluída a eleição e a vitória de Dilma Rousseff confirmada nas urnas, *Carta Capital* discutiu como o vazamento de documentos confidenciais à investigação da Lava Jato poderiam prejudicar a apuração dos desvios na Petrobras. Desta perspectiva, era necessário identificar a origem da divulgação dessas informações. Segundo a revista, haveria indícios de que setores encarregados da investigação, como a Polícia Federal, tivessem liberado à imprensa o conteúdo das delações confidenciais: “[...] Os delegados atuaram de forma organizada, cientes da atitude ilícita, ao divulgarem material vazado” (CARTA CAPITAL, 19/11/2014, p. 21).

A fim de enfatizar a ideia de um vazamento seletivo, a revista comentou a preferência eleitoral de setores da Polícia, que se identificavam com a candidatura proposta pelos tucanos: “[...] Os federais da Operação Lava Jato, eleitores de Aécio Neves, ultrapassaram a linha que separa os direitos de cidadãos militantes partidários daqueles que não podem ser” (CARTA CAPITAL, 26/11/2014, p. 14). A revista, portanto, colocou em questão a atuação ética dos investigadores no trabalho de apuração, que supostamente tentaram interferir no processo eleitoral, por meio de informações que eram privilegiadas.

Durante os meses de novembro e dezembro, *Carta Capital* tratou da reação de políticos da oposição – principalmente Aécio Neves, ex-candidato à Presidência da República – quanto à reeleição de Dilma Rousseff. Esses setores buscavam anular o resultado eleitoral de outubro, antes mesmo da data da posse, com base em um suposto envolvimento da presidente no caso da Petrobras:

[...] Querem expor a presidente a partir da denúncia atribuída ao doleiro Alberto Youssef de que 'Lula e Dilma sabiam de tudo'. Os opositoristas acreditam que a frase é suficiente para alavancar a proposta de *impeachment* (CARTA CAPITAL, 26/11/2014, p. 15).

Em dezembro, a revista *Carta Capital* discutiu novamente a hipótese de interrupção do mandato da presidente, especulada por outros grupos sociais, além da

oposição partidária, com base nas revelações da Operação Lava Jato:

[...] Há fatias da sociedade graúda [...], dispostos a acreditar que, ao sabor do escândalo da Petrobras, o *impeachment* de Dilma Rousseff é inescapável, quando, a bem da verdade factual, a presidenta só poderia ser derrubada pelo golpe, habilitado a jogar a Constituição no lixo (CARTA CAPITAL, 17/12/2014, p. 20).

Dessa forma, como a presidente não havia sido formalmente acusada no processo de investigação, não haveria motivos jurídicos para conduzir a um processo de impedimento da mandatária. Qualquer suposição, naquele momento, sobre a presidente deixar o cargo, seria considerada uma tentativa de golpe parlamentar, por meio de uma ruptura institucional.

## 5 A QUEDA PELOS HOLOFOTES: O PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF (2015-2016)

Acabaram de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este *impeachment*. Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra meu partido. Isso foi apenas o começo [...] (informação verbal).<sup>51</sup>

Rodeada por apoiadores naquele 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff deixou o julgamento no Senado Federal disposta a fazer seu último discurso público como Presidente da República. Nessa data, foi finalizado o desgastante processo de *impeachment*, que interrompeu o segundo mandato da presidente com apenas um ano e oito meses da data da posse. Tentativas anteriores, protagonizadas pelo PSDB, tentaram abreviar a saída da presidente, mas essa via não obteve sucesso (MOTTA, 2018; SINGER, 2018).

O vice, Michel Temer, assumiu a cadeira do Executivo após o PMDB ter desempenhado um papel relevante na derrubada da parceira de chapa. Em direção oposta, os petistas se despediam do Planalto, depois de uma temporada de quatro vitórias eleitorais, para se tornarem a oposição (MOTTA, 2018; SINGER, 2018).

A trajetória política que conduziu ao episódio final de deposição de Dilma Rousseff iniciou pouco depois do resultado das eleições de 2014. O candidato da oposição, Aécio Neves (PSDB), solicitou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma auditoria dos votos da última eleição, de modo a colocar em dúvida a confiabilidade das urnas eletrônicas. Não satisfeito, no mês de dezembro de 2014, quando a chapa vencedora foi oficialmente diplomada, o ex-presidenciável entrou com outro pedido no referido Tribunal requerendo a cassação do registro da chapa adversária, ao alegar, com base em delações obtidas pela operação Lava Jato, a suposta utilização de dinheiro desviado da estatal durante a campanha presidencial.

A análise do pedido se arrastou judicialmente e alimentou a expectativa do partido e dos apoiadores quanto à possibilidade da convocação de novas eleições ou da vitória do segundo candidato mais votado, neste caso, o próprio Aécio Neves. A essa altura, já se falava em um processo de *impeachment* da presidente e o PSDB se

---

<sup>51</sup> Pronunciamento da ex-presidente Dilma Rousseff, no Palácio do Alvorada, realizado em 31 de agosto de 2016, em Brasília.

manteria dividido a respeito da viabilidade do processo<sup>52</sup>.

As iniciativas do partido encontraram guarida em diversas manifestações que ocorreram no ano de 2015, entre os meses de março a agosto (ALONSO, 2017; MOTTA, 2018; SINGER, 2018; TATAGIBA, 2018).

As camadas sociais que saíram às ruas vestidas de verde e amarelo corresponderam, predominantemente, a setores da classe média, branca e com ensino superior. Esses manifestantes organizaram marchas, bloqueio das vias públicas, atos e os novos “panelaços”<sup>53</sup>. De acordo com Tatagiba (2014, 2018), depois dos protestos de junho de 2013, as ruas foram percebidas como um dos ambientes de participação política fora dos canais institucionais, sendo assim, pode-se dizer que houve uma continuidade entre os movimentos de 2013 e 2015, principalmente pelo aumento do ativismo das direitas. Esses grupos souberam aproveitar a oportunidade política de mobilização nas ruas e a utilizaram contra o governo, principalmente, na convocação de atos via internet.

Chama a atenção o fato de essas manifestações serem organizadas por grupos sem tradição política, formados no calor da hora. Entre eles, o mais antigo, o *Revoltados Online*, que nasceu nos anos 2000, participou dos atos de 2013, associado ideologicamente à extrema-direita, mobilizados em torno de pautas como o *impeachment* e da intervenção militar. Já o Movimento Brasil Livre (MBL) foi criado em 2013 por jovens que buscavam renovar os ideais liberais e da direita no Brasil e se posicionavam de forma contrária às políticas públicas implementadas durante os governos petistas, como o Bolsa Família e as cotas nas universidades. Em 2018, o grupo conseguiu eleger alguns dos membros como deputados em São Paulo. O Vem Pra Rua, por sua vez, foi fundado em 2014 e atuou, sobretudo, na campanha presidencial de Aécio Neves (TATAGIBA, 2018).

Em comum, entre esses vários movimentos, foi possível apontar o seu caráter “antipetista”, que deu sentido e serviu como elemento aglutinador das direitas. No discurso propagado nos atos, o PT apareceu fortemente associado à prática da

---

<sup>52</sup> Segundo Singer (2018), os principais nomes políticos do PSDB, Aécio, Alckimin e Serra, mantinham posicionamentos diferentes quanto à saída de Dilma Rousseff da presidência, cada um ligado a um projeto pessoal de poder. Aécio estava dividido entre sua ação no TSE e a possibilidade da interposição de um *impeachment*; Jose Serra defendia o *impeachment* e uma aliança com o peemedebismo; e por último, Alckimin desejava desgastar o PT até as eleições de 2018, em que o PSDB poderia propor uma candidatura forte e vencer.

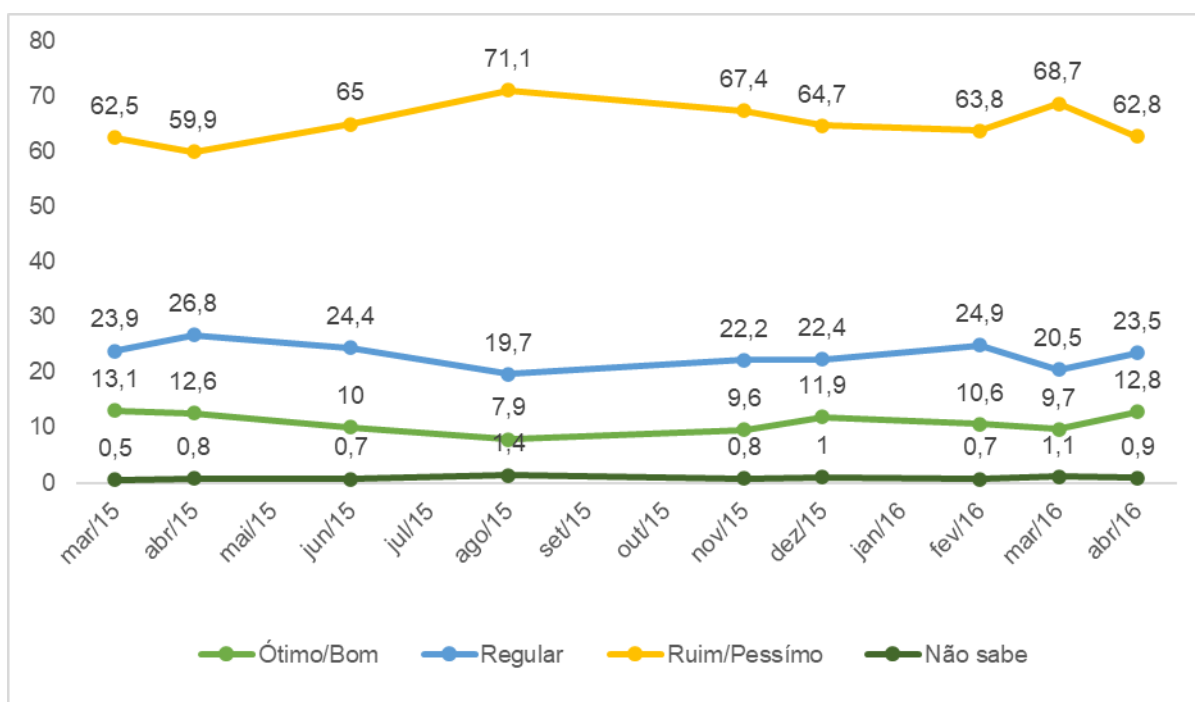
<sup>53</sup> Que consistiam no bater de panelas nas janelas e sacadas de prédios, durante pronunciamentos da presidente Dilma Rousseff, como forma de repúdio (TATAGIBA, 2014).

corrupção revelada em episódios como o “mensalão” e o “petrolão” (TATAGIBA, 2014, 2018). Da perspectiva de Tatagiba (2018), a associação entre o partido e a corrupção “ofereceu um poderoso enquadramento simbólico para o conflito: o problema do Brasil é a corrupção, a causa da corrupção são os governos do PT e a superação do problema é o ‘Fora PT’, ‘Fora Lula’ e ‘Fora Dilma’.” (TATAGIBA, 2018, p. 125). Isso fortaleceu grupos políticos que utilizaram da chamada “voz das ruas” como um pretexto para alavancar o pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Ainda que a oposição exercesse pressão sobre o governo, outros pontos determinantes no desgaste político foram a aparição dos primeiros efeitos da crise econômica e o gerenciamento desse problema por parte da presidente. A esse respeito, durante a candidatura, Dilma havia prometido não adotar políticas que atingissem os direitos da classe trabalhadora, e quando eleita, teve de retornar em sua palavra. Assim, optou por uma via ortodoxa da economia e promoveu um ajuste fiscal, além de convidar para ocupar o Ministério da Fazenda Joaquim Levy, ligado ao mercado financeiro. Logo, foi acusada de estelionato eleitoral por parte da oposição (MOTTA, 2018; SINGER, 2018).

De acordo com Singer (2018), ao optar por virar à direita na economia e implementar um plano econômico semelhante ao proposto pelos outros candidatos na eleição de 2014, a presidente minou o apoio popular que a reelegera. Havia a esperança de que a medida fosse eventual e a insegurança econômica pudesse ser superada ainda no primeiro ano. No entanto, o governo enfrentou forte resistência no Congresso, que atrasou e por vezes impediu a aprovação de medidas para combater a crise (MOTTA, 2018).

A queda na popularidade da presidente entre os anos 2015 e 2016 foi empurrada para baixo, em certa medida, pela gestão econômica (MOTTA, 2018; SINGER, 2018). Como pode ser visto no Gráfico 19, desde o início do ano, os índices de “ruim/péssimo” variaram entre 59,9% e 71,1%, de acordo com dados do Instituto Datafolha. Enquanto a aprovação manteve-se em patamares baixos, entre 7,9% e 13,1%.

**Gráfico 19** – Popularidade da presidente Dilma Rousseff (2015-2016)

Fonte: a autora, a partir dos dados obtidos do Instituto Datafolha (2015, 2016).

Quanto ao relacionamento do governo com o Congresso, a erosão dos laços políticos se tornou cada vez mais evidente a partir da eleição para a Presidência da Câmara, quando Dilma optou por não apoiar o candidato do PMDB, Eduardo Cunha. Pelo contrário, o PT lançou candidatura própria a partir do nome de Alindo Chinaglia (PT-SP), vencido por Cunha, em 1º de fevereiro de 2015.

A opção decorreu da tentativa de diminuir a dependência do governo frente à coalização com o PMDB, porém não havia uma base de sustentação política alternativa em substituição no Congresso. Assim, quando os peemedebistas buscaram retaliar, a presidente se encontrou exposta. A crise econômica somava-se aos problemas de conciliação política e a queda na popularidade (MOTTA, 2018; SINGER, 2018).

Os desarranjos com o PMDB datavam de eventos ocorridos durante o primeiro mandato de Rousseff. Desta perspectiva, Singer (2018) explica que quando a presidente decidiu por afastar dos cargos de primeiro escalão personalidades públicas que pudessem estar envolvidas em casos de corrupção – popularmente chamado por “faxina ministerial”, como discutido no capítulo três –, ela não apenas limitou os interesses do PMDB, mas de vários partidos aliados que ficaram descontentes com o rebaixamento e o distanciamento do governo. Especificamente, a presidente pediu o

afastamento de Eduardo Cunha de Furnas, em 2011. Esses parlamentares se voltaram contra o governo mais tarde não apenas durante o episódio da eleição de Cunha na Câmara, mas agiram em bloco durante a votação para o *impeachment* em 2016 (SINGER, 2018).

De acordo com Motta (2018), o distanciamento da base governista ocorreu por um conjunto de fatores em parte já explorados, como a gestão da crise econômica, a pressão de setores de direita – civil e parlamentar – e, por fim, o medo do avanço da Lava Jato sobre parte das lideranças políticas. Assim, o governo se posicionou a favor da continuação das investigações e fortaleceu órgãos públicos de controle, como o Ministério Público e a Polícia Federal, à revelia dos efeitos que o combate à corrupção poderiam causar em suas alianças. Assim:

[...] O fato é que Dilma não conseguiu desmontar os esquemas de corrupção e tampouco construiu alternativa mais estável para governar. A contradição tornou-se uma armadilha mortal (MOTTA, 2018, p. 440).

Em certos momentos, Dilma acenou em busca de uma reconciliação com o PMDB e aceitou entregar a pasta de Relações Institucionais a Michel Temer, que ocupou a função de março a agosto de 2015. Insatisfeito com o gerenciamento da crise por parte do governo, o vice-presidente fez um contundente pronunciamento à imprensa em que admitiu as dificuldades do momento, ao passo que sugeriu a iniciativa de alguém que tivesse “a capacidade de reunificar a todos” (ABRANCHES, 2018, p. 304). A declaração pública foi mal recebida pelos petistas, que enxergaram nela uma conspiração em andamento, assim como uma forma de projetar Temer como a personalidade unificadora. Após a repercussão da declaração, o peemedebista deixou a articulação política<sup>54</sup> (ABRANCHES, 2018; MOTTA, 2018; SINGER, 2018).

Em julho de 2015, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, foi acusado de receber propina para viabilizar um contrato de navios-sonda com a Petrobras. Acusado, o deputado remeteu a denúncia a uma perseguição pessoal e rompeu oficialmente as relações com o governo (ABRANCHES, 2018; MOTTA, 2018; SINGER, 2018).

---

<sup>54</sup> Em dezembro de 2015, Temer enviou uma carta pessoal endereçada a Dilma Rousseff, em que expunha o descontentamento com as condutas do governo em relação a sua pessoa e ao PMDB. De certo modo, o teor do texto já adiantava o futuro rompimento do partido com o governo. Nela o vice-presidente dizia-se decepcionado com a desconfiança da presidente relação ao PMDB. Queixava-se também da falta de protagonismo político, sendo a ele reservado apenas trabalhos secundários, apesar de sua grande experiência: “Passei os quatro primeiros anos de governo como vice” (SINGER, 2018).

Embora as conversas nas coxias parlamentares apontassem para a iminência do *impeachment*, dada a tempestade perfeita enfrentada pela presidente – crise econômica, política e desaprovação popular –, ainda era necessário apontar o motivo jurídico capaz de embasar a destituição. Essa justificativa surgiu em outubro, quando as contas do governo de 2014 foram reprovadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou práticas contábeis ilegais, as quais continuaram a ser praticadas no ano de 2015. Pouco tempo depois da decisão do Tribunal, Miguel Reale Jr., Hélio Bicudo e Janaina Paschoal apresentaram o texto final do pedido de impedimento na Câmara (SINGER, 2018).

Conforme a peça acusatória, a presidente teria cometido pelo menos três tipos de violações às competências do cargo, duas delas relacionadas ao dever de responsabilidade fiscal. Sendo assim, teria ocorrido a edição de decretos que autorizavam a abertura de créditos suplementares, sem a autorização prévia do Congresso, além das chamadas “pedaladas fiscais”, como o resultado da não efetuação de repasses financeiros a bancos nacionais de verbas destinadas ao pagamento de programas federais. Por último, segundo o entendimento dos advogados, dada a posição que a presidente ocupava como chefe do Executivo, ela estava ciente dos casos de corrupção que aconteceram na estatal Petrobras, revelados pela Lava Jato – este último ponto não foi acatado por Eduardo Cunha, quando do recebimento do pedido (BRASIL, 2016).

Cabe ressaltar que o texto também foi endossado por setores da sociedade civil, ao todo 43 organizações, entre elas os Revoltados *Online* e o Vem Pra Rua (BRASIL, 2016).

Ainda no mês de outubro foi confirmada a existência de contas na Suíça na titularidade do presidente da Câmara dos Deputados, abastecidas com recebimento ilegal de dinheiro de negócios da Petrobras. Em virtude da revelação, os partidos REDE e PSOL pediram a cassação do mandato de Eduardo Cunha no Conselho de Ética da Casa por quebra de decoro parlamentar.

Nesse momento, foi aberta a possibilidade de negociação entre Dilma Rousseff e o peemedebista, uma vez que caberia a ele aceitar o processo de *impeachment* formalmente na Câmara, enquanto o posicionamento de políticos do PT era determinante sobre uma decisão no Conselho de Ética. De acordo com Singer (2018), Dilma postergou ao máximo qualquer decisão a respeito de Cunha, na esperança de que ele fosse cassado antes de aprovar o *impeachment*: “[...] a presidente jogava nas

duas pontas: endossava, até certo ponto, a negociação com Cunha, mas também agia para que ele caísse” (SINGER, 2018, p. 226).

Em dezembro, a trégua estabelecida entre os dois partidos foi quebrada, o presidente do PT na Câmara, Rui Falcão, recomendou aos deputados que votassem a favor do processo contra Cunha. E em retaliação, no dia 2 dezembro de 2015, o deputado autorizou abertura do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff. Estava encerrado um período de ameaças veladas e a batalha jurídico-política foi iniciada (MOTTA, 2018; SINGER, 2018).

Na virada de 2016, novos desdobramentos da Lava Jato complicaram ainda mais a trajetória de Dilma, naquela altura com o processo de *impeachment* já encaminhado. No mês de fevereiro, foi anunciada a prisão de João Santana, marqueteiro que atuou na campanha da presidente e era próximo ao PT. Em março, o depoimento prestado pelo senador Delcídio do Amaral relatou que Lula e Dilma sabiam do esquema de corrupção na Petrobras. As investigações também se aproximavam do ex-presidente Lula, que se tornou réu em diversos processos. Na vigésima quarta fase da operação Lava Jato, nomeada por *Aletheia* (busca da verdade), policiais conduziram coercitivamente o ex-presidente para prestar esclarecimentos (MOTTA, 2018; SINGER, 2018).

Embora, como lembra Singer (2018), a condução coercitiva fosse um meio excepcional que não se aplicava ao contexto do ex-presidente, pois ele não havia se negado a depor à Polícia, a ação causou grande comoção popular e da imprensa e resultou em diversas manifestações, especialmente as que ocorreram contra o ex e a então presidente, na data de 13 de março de 2016.

Após esse período, Dilma convidou Lula para assumir o cargo de ministro da Casa Civil sob a justificativa de coordenar a articulação política e reverter a situação na votação do *impeachment*. Poucas horas depois, interceptações de chamadas telefônicas entre os dois petistas com comentários sobre a posse vazaram na imprensa. As gravações foram realizadas a pedido da Lava Jato e não poderiam ter sido divulgadas por prerrogativa de foro privilegiado da interceptada. Moro precisou apresentar explicações sobre o caso. E Lula teve a posse suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF), como suspeito de tentar obstruir as investigações da Lava Jato (MOTTA, 2018; SINGER, 2018). Para Singer (2018), a atuação de Moro, nessa conjuntura, era um símbolo da judicialização extremada da política, devido à influência de cortes de justiça em processos políticos.

Restava à presidente voltar-se para a cooptação de parlamentares que pudessem votar de forma contrária ao impedimento, antes da votação oficial. Em março, o PMDB aprovou a saída do partido da coalizão com o PT e, em reunião no Diretório Nacional, os ministros entregaram os cargos que possuíam no governo. Com um dos maiores partidos oficialmente fora da coalizão, a permanência de Dilma Rousseff no poder se tornou cada vez mais delicada (SINGER, 2018). Por outro lado, o PMDB deixava nas entrelinhas o comprometimento com outro projeto: a interinidade.

Em 17 de abril de 2016, iniciou na Câmara dos Deputados a sessão de avaliação do *impeachment*, com votação aberta, em que cada deputado detinha um tempo limitado para proferir o seu voto. As justificativas utilizadas na votação foram das mais variadas e escapavam ao escopo da acusação formal contra Rousseff. Da perspectiva de Abranches (2018):

Teve tudo naquela sessão, menos comportamento cívico, ou o que chamam de decoro [...] Foram votos disparatados, ao longo de quase seis horas e meia, sem noção da gravidade ou das consequências [...] (ABRANCHES, 2018, p. 313).

No final da sessão, foi dada a autorização para o pedido por 367 votos a favor e 137 contrários, conforme o Anexo A.

A partir desse momento, o processo seguiu para a avaliação do Senado Federal. Em 12 de maio, durante uma sessão de pelo menos vinte horas, o processo foi novamente autorizado pelos senadores presentes, por 55 votos a favor e 22 contrários. Naquela data, a presidente Dilma Rousseff estava oficialmente afastada do cargo para aguardar julgamento, substituída interinamente pelo vice-presidente Michel Temer (ABRANCHES, 2018; SINGER, 2018).

Temer foi notificado do afastamento da presidente e fez o seu primeiro discurso como interino pouco tempo depois. Sua aprovação popular começou em patamares tão baixos quanto o da presidente Dilma Rousseff<sup>55</sup>, devido às circunstâncias em que assumiu, com a imagem pública associada a uma conspiração.

Quando Dilma foi a julgamento no Senado Federal teve de enfrentar uma longa sessão, entre os dias 25 e 31 de agosto. A presidente foi oficialmente destituída do

---

<sup>55</sup> De acordo com pesquisa do Datafolha (2016), Temer detinha o seguinte índice de aprovação: Bom/Ótimo (14%); Regular (42%); Ruim/Péssimo (30,7%); e Não sabe/Não respondeu (13,4%). (DATAFOLHA. **Avaliação do presidente interino Michel Temer**. 2013. Disponível em: [https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/4248](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4248). Acesso em: 19 jan. 2023).

cargo por um saldo de 61 a favor e 20 contrários, mas os senadores mantiveram a vigência de seus direitos políticos. A conclusão do impedimento de Rousseff representou um intervalo na sucessão dos governos petistas, que só seria retomado nas eleições de 2022 – ano desta pesquisa –, com o terceiro mandato de Lula. Até esse período, o país foi comandado por governos de centro-direita e extrema-direita, respectivamente o mandato de Temer (2016-2017) e de Jair Bolsonaro (2018-2022).

A saída da presidente do poder também colocou em discussão o caráter de seu afastamento, por vezes chamado de “golpe” ou somente de “*impeachment*”, como uma forma de remeter ao instrumento previsto em Constituição, portanto juridicamente legal. A própria defesa adotou o conceito de golpe em julgamento, e a presidente Dilma Rousseff se pronunciou diversas vezes denunciando a existência de uma conspiração em curso (ABRANCHES, 2018; MOTTA, 2018; SINGER, 2018). Como o impedimento é um processo jurídico-político, o debate se tornou pertinente porque não se tratava apenas de comprovar uma ilegalidade, mas do juízo que os parlamentares faziam dela e do contexto em que estavam inseridos.

De acordo com Abranches (2018), embora o *impeachment* possa ser pensado como um evento traumático para as democracias, ele não deve ser considerado enquanto golpe de estado:

Nem toda deposição é golpe, embora toda deposição seja institucional e politicamente traumática. Fratura a convivência democrática. O *impeachment* é uma forma de deposição constitucional-legal e legítima, porém, traumática. Leva a lapso institucional. O governo do vice, por pior que fosse, seria também constitucional. Ele foi escolha de Lula, Dilma e do PT, em combinação com o PMDB (ABRANCHES, 2018, p. 313).

A partir de outra perspectiva, Napolitano (2019) retoma outros eventos disruptivos na história política brasileira, de modo a analisar como períodos de crise política têm sucedido a tentativas de golpe de estado, como os ocorridos na crise de 1954 até o suicídio de Vargas e durante o golpe civil-militar (1964). Ao discutir as semelhanças entre esses eventos, o autor propõe o que definiu como “golpismo atávico”:

Em biologia, atavismo define a manifestação de uma característica ascendente que pode ficar latente por muito tempo, mas se impõe por hereditariedade biológica. Figurativamente transposto, é como se o golpismo atávico voltasse a se manifestar de tempos em tempos,

alimentado por utopias autoritárias e valores elitistas receosos dos avanços democráticos e populares (NAPOLITANO, 2019, p. 407).

Napolitano (2019) considera que, ao aumentar a participação social das classes baixas, incorporar as suas demandas à política e criar agendas reformistas moderadas, setores elitistas e autoritários, que percebiam o Estado de outra maneira ou sentiram-se ameaçados por uma mudança na ordem social, entraram em conflito para impedir essas mudanças, por vezes através de métodos antidemocráticos. Sendo assim, o golpe cometido contra Dilma em 2016 pode ser reconhecido como um dos exemplos dessa dinâmica que se pensava superada:

[...] não hesito em dizer que o que ocorreu em 2016 foi um Golpe de Estado político. No nosso sistema presidencialista, *impeachment* é um instrumento constitucional, frequentemente utilizado como *recall* ou voto de desconfiança ao chefe do Poder Executivo por parte do Parlamento (Perez-Liñan, 2007). Além disso, o “crime de responsabilidade” que derrubou Dilma Rousseff, as famosas “pedaladas fiscais”, era praticado sem maiores traumas pelos antecessores, o que por si enfraquece a matéria técnico-jurídica que levou ao processo de deposição, dada a falta de isonomia na matéria julgada, e o reforça como opção política discricionária e direcionada (NAPOLITANO, 2019, p. 411).

Como pode ser visualizado através dos posicionamentos apresentados, o uso do conceito ainda não é um consenso acadêmico, demonstrando como a história do tempo presente se encontra em exame permanente, como um acontecimento vivo. O que não significa que, por ser objeto de controvérsias, o evento deva ser evitado. Pelo contrário, a esse respeito, o que pode ser identificado como um ponto relativamente assente entre pesquisadores é que a deposição da presidente Dilma Rousseff, em 2015 e 2016, se transformou em um evento traumático na história brasileira e que evidencia a estrutura em permanente construção de nossa recente democracia (ABRANCHES, 2018; MOTTA, 2018; NAPOLITANO, 2019; SINGER, 2018).

## 5.1 O EXAME DOS DADOS

Diante do exposto, este capítulo se propõe a examinar como foi construído o discurso sobre a crise que atingiu o governo até o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff durante o segundo mandato.

Sendo assim, uma vez que o período denominado “crise” – que envolveu

problemas econômicos, políticos e de apoio social, em maior ou menor grau – precipitou o pedido oficial de *impeachment* contra a presidente, não foi possível separar esses dois elementos da análise. Ou seja, foi necessário considerar a continuidade entre os dois processos.

Portanto, durante a coleta de dados foram consideradas todas as reportagens noticiosas que trataram sobre o processo de crise – o que variou conforme o entendimento de cada revista –, assim como aquelas publicações que citavam especificamente o processo de *impeachment* da presidente e seu desenvolvimento em instâncias competentes, respectivamente, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Como objetivo foi identificar a trajetória de deposição da presidente, integraram o *corpus* da pesquisa somente os textos que apresentaram termos específicos, como: “presidente/presidenta”; “Dilma Rousseff”; “Dilma”; e “governo federal”. Encerrada a seleção dos textos, cada matéria jornalística foi considerada com uma unidade de medida (1 reportagem = 1 ocorrência), essa contagem foi lançada em uma tabela de registro elaborada pela pesquisadora. Posteriormente, os dados extraídos foram agrupados na categoria temática denominada por “*Crise/Impeachment*”.

A análise do tema foi relevante porque o período representou um processo de ruptura de um governo recém-eleito, fato que gerou grande comoção nacional em sentido contrário e favorável. A legitimidade do processo, nesse sentido, foi discutida extensivamente e, até o presente, ele pode ser considerado um evento em disputa. Além de a queda do governo ter significado um hiato na condução de governos de caráter progressista no país, tendo sido sucedido por outros mandatos de centro-direita e extrema-direita, respectivamente, do presidente Michel Temer (2016-2017) e de Jair Bolsonaro (2018-2022).

Para demonstrar os dados quantitativos sobre as reportagens que abordaram o tema em questão, foi elaborada a Tabela 7, que contém o volume de textos extraídos de cada uma das revistas ao longo do recorte de 2015 a agosto de 2016:

**Tabela 7** – Quantitativo de reportagens por revista:  
categoria “*Crise/Impeachment*” (2015-2016)

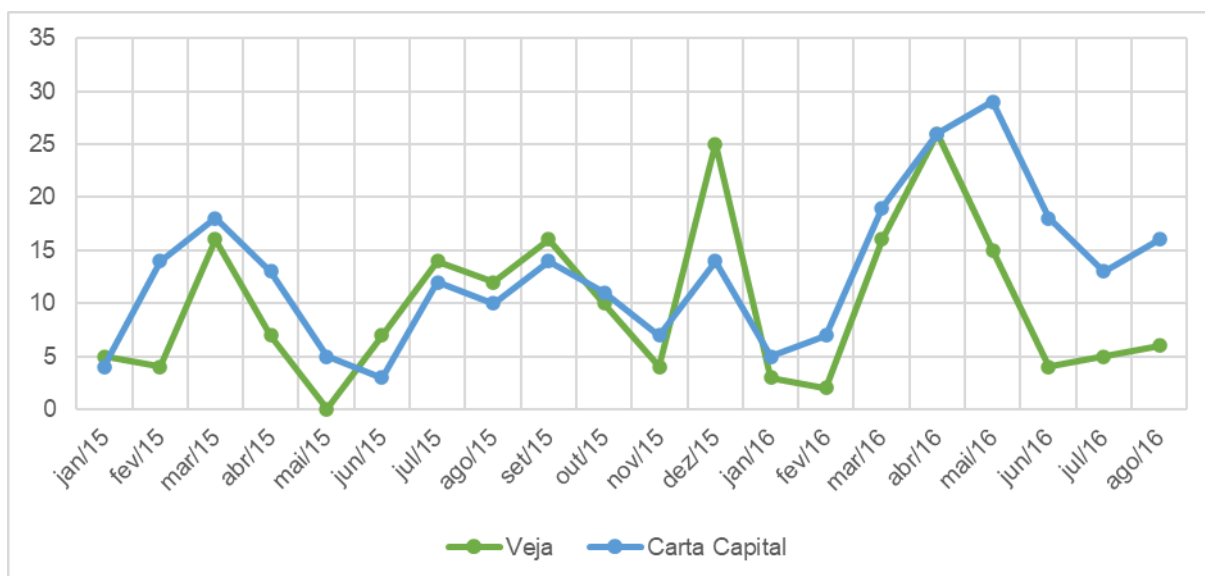
Revista	Total de Edições (2015-2016)	Reportagens 2015	Reportagens 2016 (jan. a ago.)
Veja	84	120	75
Carta Capital	84	125	132

Fonte: a autora, a partir das revistas *Veja* (2015, 2016) e *Carta Capital* (2015, 2016).

Segundo os dados obtidos no levantamento, depreende-se que a revista *Carta Capital* exerceu um número superior de publicações sobre a crise e o processo de *impeachment*, se comparado à revista *Veja*. Um quantitativo que se acentuou principalmente durante a reta final, entre a primeira votação no Senado Federal até o julgamento da presidente Dilma.

Quando analisada a disposição dessas publicações no tempo, percebe-se que, apesar da diferença de saldo de reportagens, as revistas apresentaram uma trajetória bastante semelhante, o que favoreceu a comparação entre as publicações, como pode ser visualizado no Gráfico 20, a seguir:

**Gráfico 20** – Distribuição das reportagens no tempo (jan. 2015 a ago. 2016): categoria “Crise/*Impeachment*”



Fonte: a autora, a partir das revistas *Veja* (2015, 2016) e *Carta Capital* (2015, 2016).

Nas seções seguintes, será avaliado como se exerceu o processo de construção discursiva sobre a crise de governo que conduziu ao *impeachment* da presidente Dilma, no interior de cada periódico.

## 5.2 DA CRISE AO IMPEACHMENT: O FIM DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF ATRAVÉS DA REVISTA VEJA

A análise da revista de informação *Veja* teve como objetivo compreender como

foi construído o discurso a respeito da crise de governo até o processo de *impeachment* que interrompeu o segundo mandato de Dilma Rousseff. Os dados coletados são do ano de 2015 até o mês de agosto de 2016, período em que o processo foi finalizado pelo Senado Federal. Das edições publicadas nesse intervalo, tivemos acesso a 84. Destas, foram selecionadas 195 reportagens, com 120 textos editados em 2015 e 75 em 2016.

Na etapa de tratamento do material, foi possível reconhecer a recorrência de algumas tendências discursivas. Essas repetições originaram padrões de apresentação da notícia, por meio das seguintes abordagens: 1) Comparação entre os dois mandatos de Dilma; 2) A oposição está articulada contra o governo; 3) Manifestações/Polarização de massa; 4) Sobreposição de crises; 5) O PMDB está articulado contra o governo; 6) O *Impeachment* é um instrumento constitucional; 7) Dilma perdeu o poder político; 8) Comparação entre Dilma e Collor; 9) Dilma reage à crise; e 10) Temer é o protagonista do governo.

O leitor verá cada um desses itens nos gráficos inseridos no texto, que permitem visualizar a frequência de aparição de cada elemento no tempo. Igualmente, os registros mais minuciosos estão disponíveis nos quadros de análise temática, no Apêndice – G.

Das reportagens publicadas pela revista *Veja*, foi possível verificar que o governo petista começou debilitado, tanto do ponto de vista político quanto econômico. A incapacidade de Dilma Rousseff de reverter a situação caracterizou uma crise sem precedentes, que não seria facilmente superada, o que autorizou a especulação da revista quanto à continuação da petista no poder.

A crise enfrentada pelo governo Dilma também foi comparada ao cenário instável que precedeu a deposição de Fernando Collor de Mello (1992), elemento usado como precedente de uma ação de *impeachment* contra um governo politicamente debilitado. Por fim, durante o período em que Michel Temer esteve no poder, a revista *Veja* se pronunciou de maneira favorável ao peemedebista.

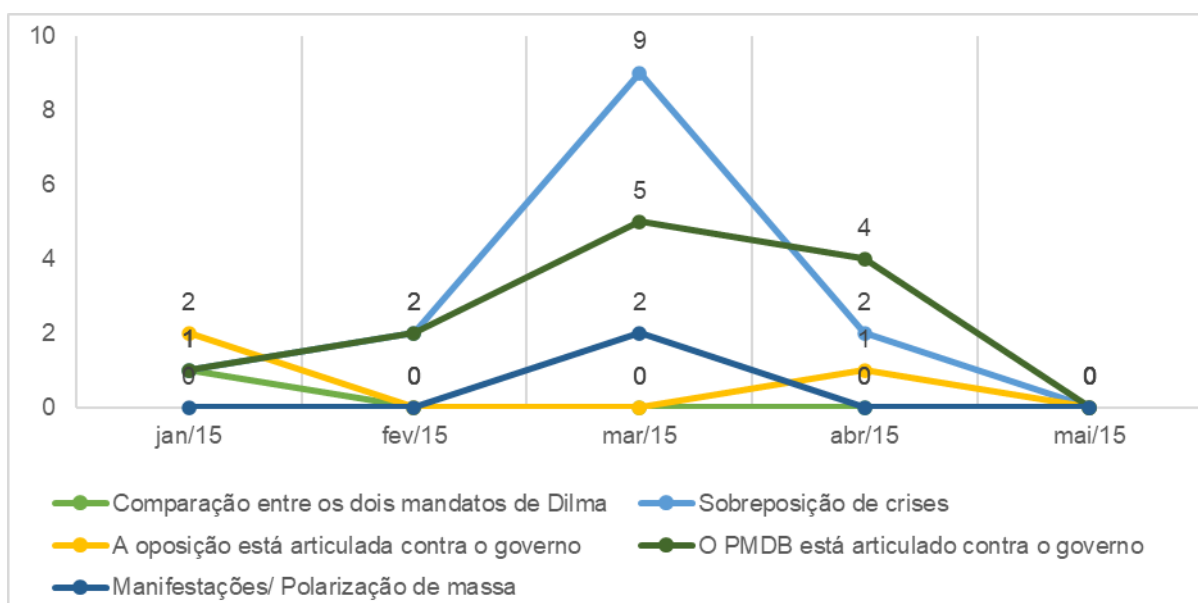
### **5.3 AS DIFICULDADES DO INÍCIO DO GOVERNO: O NASCIMENTO DA CRISE**

No período entre os meses de janeiro a maio, o cenário descrito pela revista retratava o início de uma gestão fragilizada. A sucessão de eventos como as divergências entre petistas e peemedebistas, as críticas da oposição, a retração na

economia e as novas manifestações anti-Dilma passaram a caracterizar uma “crise sem precedentes”. Essa vulnerabilidade possibilitou a discussão a respeito da continuidade ou interrupção da gestão, nas páginas do periódico.

Para interpretar a primeira parte dos resultados foi construído o Gráfico 21, que mostra as seguintes formas de abordagens da notícia: 1) Comparação entre os dois mandatos de Dilma; 2) A oposição está articulada contra o governo; 3) Manifestações/Polarização de massa; 4) Sobreposição de crises; e 5) O PMDB está articulado contra o governo.

**Gráfico 21** – Ênfase discursiva na revista *Veja* (jan./maio 2015)



Fonte: a autora, a partir da revista *Veja* (2015).

Em janeiro, ao tratar da cerimônia de posse da presidente, a revista fez uma comparação entre a festa realizada durante o primeiro mandato e o comedimento popular visualizado no segundo evento, de modo a sinalizar que a nova gestão petista já se iniciava fragilizada no quesito de aprovação popular. Para corroborar essa perspectiva, foi mencionada a posse do ex-presidente Lula, que mesmo no segundo mandato havia sido prestigiado por um grande grupo de espectadores civis, enquanto a segunda posse de Dilma era um fracasso de público:

[...] Em frente ao parlatório, [...] 10.000 pessoas ouviram Dilma, em cena de melancólica audiência, no avesso da extraordinária empolgação da primeira posse de Lula – e mesmo da segunda e da inaugural de Dilma (VEJA, 07/01/2015, p. 38).

Dessa perspectiva, apesar de reeleita, a presidente estava colhendo os frutos de uma gestão ineficiente praticada desde 2011, principalmente no campo da economia. Por outro lado, o escândalo de corrupção, que foi tornado público através da Lava Jato durante o ano de 2014 em diante, colaborou para um retraimento do apoio popular à presidente: “[...] O Brasil que Dilma herdou da gestora exemplar que passara pelo Ministério de Minas e Energia e pela chefia da Casa Civil de Lula pede uma ampla arrumação tanto na economia quanto do ponto de vista ético” (VEJA, 07/01/2015, p. 38).

Quando vieram a público as primeiras medidas tomadas no campo econômico, a oposição reagiu em desaprovação. Conforme as reportagens do periódico, Dilma foi acusada de estelionato eleitoral por parte dos dois ex-presidenciais Marina Silva (PSB) e Aécio Neves (PSDB): “[...] Marina Silva e Aécio Neves vêm apontando as contradições de Dilma. Em entrevista a VEJA, Aécio condenou aquilo que chamou de ‘estelionato eleitoral sem precedentes’ [...]” (VEJA, 21/01/2015, p. 40). Para *Veja*, o campo de forças entre os candidatos havia se alterado desde a última eleição e a oposição havia ganhado resistência em relação à presidente, por isso qualquer questionamento sobre o governo recém-eleito se tornava potencialmente perigoso para a nova gestão.

Como saldo dessa mudança, no mês de abril, o PSDB flertou com a hipótese de *impeachment*. Como discutido no início do capítulo, o partido também havia investido em outra frente para derrubar o governo recém-eleito por meio do TSE, em busca da anulação dos votos petistas em 2014 e da promoção de novas eleições. Segundo a *Veja*, a opção do impedimento se tornou vantajosa aos tucanos graças ao enfraquecimento da presidente e dos petistas: “[...] A situação é que ficou diferente, afirmam [os tucanos]. A popularidade de Lula despencou, a população foi às ruas, gritou ‘Fora Dilma’ e bateu panelas contra a presidente” (VEJA, 22/04/2015, p. 60).

Não obstante, diante das acusações da oposição, Dilma também confrontou o PMDB, devido à aproximação da eleição para a Presidência da Câmara no mês de fevereiro. Conforme o periódico, o temor de Rousseff era a possibilidade de que Eduardo Cunha vencesse entre os deputados e colocasse em discussão um processo de *impeachment*, o que também demonstrava uma cisão na base governista e dificuldades para o próprio governo em gerenciar as relações institucionais.

Com a confirmação da vitória de Eduardo Cunha na Câmara, o periódico deu ênfase ao súbito fortalecimento político do PMDB, que controlava, na época, as duas

Casas Parlamentares e a vice-presidência. Tamanho era o poder dos peemedebistas, que ocasionou no esvaziamento do poder político da presidente, a qual se encontrava dependente desse relacionamento com a agremiação, conforme a publicação no mês de abril:

[...] o poder abomina o vácuo, o que em Brasília significa que, quando o Palácio do Planalto vacila, o centro gravitacional da República começa a atravessar a Praça dos Três Poderes e migrar para o Congresso [...] (VEJA, 15/04/2015, p. 12).

A partir de março, as dificuldades do governo se tornaram mais agudas, porque se juntavam com as manifestações através de movimentos anti-Dilma, insuflados também pelo comportamento da oposição partidária. Na abordagem do periódico, o recado das ruas era claro, Dilma havia perdido a legitimidade política e a população havia pedido sua saída do poder: “[...] Muitas pessoas que vão às ruas se manifestarem neste domingo acreditam que a única saída para a crise é a renúncia ou mesmo a destituição da presidente por um processo de *impeachment*” (VEJA, 18/03/2015, p. 12).

Essa sucessão de eventos descritos até então – divergências na base governista, fortalecimento da oposição, manifestações contra a presidente e as críticas sobre a nova direção na política econômica – levou a revista a caracterizar a existência de uma sobreposição de crises enfrentadas pelo governo recém-eleito, de acordo com publicação emitida em março:

O Brasil está passando por três crises. Na economia, uma nova equipe tenta minimizar as consequências do apagão de racionalidade do primeiro governo de Dilma Rousseff, que devastou as contas públicas, arruinou a credibilidade do país e lançou a atividade produtiva em uma recessão que ameaça ser profunda [...] Na política, o Executivo e o Legislativo travam uma guerra particular em que as decisões de cada lado são tomadas por motivações em que apenas raramente o interesse nacional é o objetivo [...] No campo social, a paz das ruas esconde uma tensão montante nas redes sociais, nas quais as pessoas estão combinando extravasar sua insatisfação em manifestações convocadas para o próximo domingo, dia 15. Em nenhuma dessas frentes, a economia, política e a social, esperam-se melhoras significativas a curto prazo. Ao contrário, a sensação geral é que os próximos meses serão piores (VEJA, 11/03/2015, p. 12).

Assim, depreende-se que existiam pelo menos duas grandes problemáticas que precisavam ser enfrentadas pelo governo, referentes ao campo econômico e

político. Quanto ao primeiro, percebe-se que a revista apoiou a nova equipe econômica conduzida por Joaquim Levy, quando retratou que o ministro era o responsável por consertar os problemas da gestão anterior, a saber, a “nova matriz econômica” proposta pelo ex-ministro Guido Mantega. Ressalta-se que a revista nunca se mostrou favorável à implementação da plataforma de Mantega, a qual responsabilizava pelos efeitos da contração econômica de 2015.

No campo político, a revista colocou em discussão as divergências entre petistas e peemedebistas, com ênfase sobre a atuação do novo presidente da Câmara. Sendo assim, uma das características do trabalho de Eduardo Cunha era exercer jogo duro na aprovação de medidas substanciais ao governo. E por último, as manifestações anti-Dilma demonstravam, na perspectiva do periódico, um descontentamento popular generalizado contra Rousseff. Posto isso, no cenário desenhado por *Veja*, a presidente estava imobilizada, sem o prognóstico de demover a instabilidade que a cercava. Pelo contrário, a aposta era de que haveria uma piora naquele contexto.

De modo geral, parece aceitável para o periódico falar em *impeachment* como uma consequência iminente do processo de crise exposto acima:

[...] são quatro os fatores de instabilidade que levam à queda de presidentes: problemas na economia, mobilizações de rua, queda de popularidade e perda de maioria no Congresso. A presidente Dilma enfrenta todos esses em maior ou menor grau (VEJA, 25/03/2015, p. 58).

Apesar de enveredar por esse caminho e reconhecer na crise uma forma de autorização informal para a especulação sobre esse assunto, a revista também considerou que somente o mau desempenho do governo não era suficiente para iniciar um processo de *impeachment* juridicamente. Era preciso partir de uma justificativa legal.

No mês de maio não foram registradas ocorrências na categoria analisada.

#### **5.4 GOVERNOS FRACOS PODEM SER DERRUBADOS: O CASO COLLOR EM PERSPECTIVA**

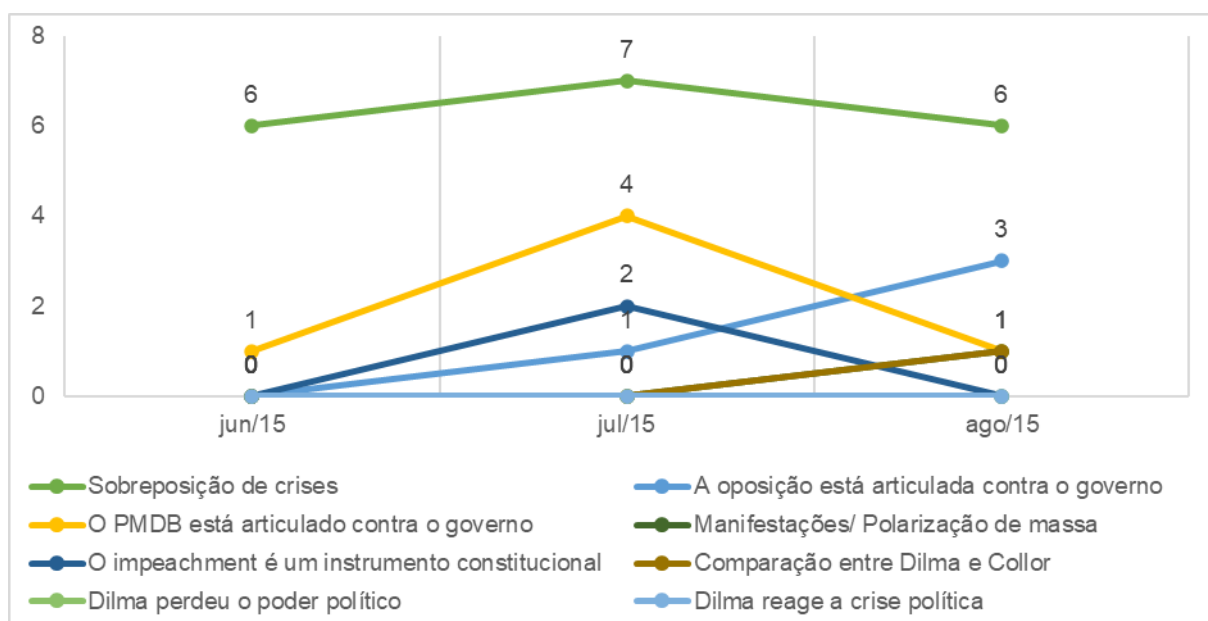
Durante o intervalo que correspondeu ao mês de junho a agosto, a revista *Veja* deu prosseguimento na publicação de notícias sobre a crise na gestão petista. No entanto, um novo elemento foi colocado em jogo, com a possibilidade da justificativa

legal para o impedimento, através da rejeição das contas do governo pelo TCU.

Com as especulações sobre a permanência da presidente no cargo, *Veja* correlacionou o período de instabilidade enfrentado por Dilma Rousseff ao processo de *impeachment* de Fernando Collor de Mello em 1992. O caso representava um precedente da queda de governos enfraquecidos.

Como mostra o Gráfico 22, as reportagens seguiram as seguintes formas de abordagem: 1) Sobreposição de crises; 2) A oposição está articulada contra o governo; 3) O PMDB está articulado contra o governo; 4) Manifestações/Polarização de massa; 5) *Impeachment* é um instrumento constitucional; 6) Comparação entre Dilma e Collor; 7) Dilma reage à crise; e 8) Dilma perdeu o poder político.

**Gráfico 22** – Ênfase discursiva na revista *Veja* (jun./ago. 2015)



Fonte: a autora, a partir da revista *Veja* (2015).

Durante o mês de junho, a revista divulgou pesquisas de opinião que confirmavam a queda majoritária na popularidade da presidente, fato que indicou o agravamento da crise política. Quadro semelhante foi visto no mês de julho, em que o periódico enfatizou não apenas a rejeição, mas o apoio a um eventual processo de *impeachment* pela população. O índice elevado nas pesquisas mostrava que a revista planejou indicar que até mesmo os eleitores da presidente em 2014 estavam insatisfeitos com a gestão petista e desejavam que ela deixasse o cargo:

O percentual de brasileiros favoráveis a um processo que afaste a presidente Dilma Rousseff do poder foi de 59%, em março, para 63%,

neste mês, segundo pesquisa CNT (VEJA, 29/07/2015, p. 40).

Segundo *Veja*, além da redução no apoio popular, Dilma também havia perdido a capacidade de conduzir as relações institucionais entre o governo e a sua base de apoio, especialmente com o rebelde PMDB, que insistia em colocar em discussão, no plenário, assuntos que prejudicavam o governo. Em julho, a ligação entre a Câmara e o Planalto se desfez oficialmente, quando Eduardo Cunha decidiu pelo rompimento com o governo: “[...] Acusado por um delator do petrolão de cobrar 5 milhões de dólares em propina, Cunha interpretou a ação como parte de uma conspiração, rompeu com o governo e quer rifar a petista da Presidência” (VEJA, 29/07/2015, p. 66). A publicação demonstrou o clima de desconfiança entre PT e PMDB, que favorecia a queda da presidente.

No mês seguinte, a revista apresentou um balanço da convivência entre os dois partidos, sendo aquela legislatura parlamentar a que teve menos aprovações de projetos em acordo com o governo, desde a eleição presidencial de 2011. A atuação dos peemedebistas havia desarticulado a grande bancada que deu sustentação à Dilma no primeiro mandato.

Em junho, o TCU solicitou explicações à presidente quanto aos indícios de irregularidades nas contas do governo correspondentes ao ano de 2014. Rousseff precisava esclarecer, entre outros problemas, o caso das chamadas “pedaladas fiscais”. De acordo com *Veja*:

[...] Nunca antes uma ordem semelhante [esclarecimentos das contas] foi imposta a um presidente – e isso indica o tamanho do descrédito que pesa sobre as contas de um governo que, nos quatro primeiros anos de mandato, foi prodigo em ‘pedaladas’, truques contábeis e voluntarismo no uso do dinheiro público – [...] uma sentença desfavorável no tribunal pode criar as condições políticas, hoje inexistentes, para que Dilma se veja enredada num processo por ato de improbidade administrativa, ou mesmo numa ação de *impeachment* (VEJA, 24/06/2015, p. 55-56).

Ao analisar a publicação acima, foi possível inferir que a presidente foi convocada a prestar esclarecimentos ao TCU devido ao que foi considerado uma gestão temerária executada no primeiro mandato, com gastos feitos à revelia do interesse nacional e do “voluntarismo no uso do dinheiro público”. Ou seja, a revista se referia à plataforma da nova matriz econômica, proposta no primeiro mandato, que impôs uma agenda que ia de encontro com os interesses neoliberais (SINGER, 2018).

Desse modo, a gestão havia perdido a “credibilidade” econômica, além da tentativa deliberada do governo em esconder os maus resultados na economia, por meio de “truques contábeis”. Portanto, ressalta-se que a revista não só concordava com a ideia de reprovação das contas, como advogou aos seus leitores no mesmo sentido, quando construiu, de forma explícita, um cenário negativo que justificava a interposição formal de um processo de *impeachment*.

Ao tratar sobre o tema do impedimento, a revista o abordou como um recurso legal que poderia ser aplicado a presidentes que estavam comprovadamente envolvidos em irregularidades, mesmo antes de o TCU emitir um relatório sobre as contas do governo, o que só ocorreu em outubro de 2015. Nesse sentido, a especulação de setores da oposição política e de manifestantes sobre a continuidade do mandato de Dilma Rousseff era considerada um processo comum, dadas as circunstâncias em que o governo se encontrava, não sendo possível caracterizar o impedimento como um golpe de estado:

O *impeachment* que se pede nas ruas é, até aqui, expressão de mau-humor e legítima decepção com Dilma. Isso não é golpe. Nem dos tucanos, nem dos manifestantes. A própria Dilma passou recibo da má situação [...]. Mas suspeitas e impopularidade não são razões para a anulação de um mandato presidencial (VEJA, 15/07/2015, p. 55).

Portanto, parece seguro afirmar que a discussão travada até aqui se refere mais sobre o que irá caracterizar a queda da presidente do que o juízo sobre a necessidade ou não de um impedimento. Dito de outra forma, já se admitia a saída da presidente, em virtude das dificuldades enfrentadas pelo governo e pelas más práticas no campo econômico.

Entre os meses de julho e agosto, segundo o periódico, o PSDB ainda jogava em duas frentes para derrubar o governo de Dilma Rousseff, as alternativas eram a via TSE, com a cassação da chapa Dilma-Temer, e a possibilidade de um processo formal de *impeachment* na Câmara:

[...] Aécio está certo de que será quase impossível a Dilma Rousseff retomar as condições mínimas de governabilidade [...] para quem um eventual processo de *impeachment* da presidente, não pode ser chamado de golpe (VEJA, 12/08/2015, p. 17).

Em agosto, *Veja* abordou uma nova rodada de manifestações contra Dilma, que, segundo a revista, além de insatisfação com o governo, os manifestantes

queriam pressionar o TCU a rejeitar as finanças de 2014: “Depois do protesto de domingo, movimentos tentam reforçar apoios políticos, planejam ações para pressionar o TCU e partem em busca da classe C” (VEJA, 26/08/2015, p. 63).

Ainda no mesmo mês, por ocasião das manifestações, a revista fez uma comparação entre o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, em 1992, e a conjuntura enfrentada por Dilma Rousseff, em 2015, como pode ser visualizado no excerto abaixo:

[...] Em duas dezenas de cidades brasileiras, centenas de milhares de pessoas saíram às ruas 'para protestar contra a corrupção, o abuso de poder, os privilégios, o tráfico de influência, a mentira' — assim, a Carta ao Leitor de VEJA descreveu a data que entrou para a história como 'domingo negro'. Calma gente! Estamos falando de 1992, o fim da era Collor, o presidente afastado do poder por um processo de *impeachment*. Vinte e três anos depois, de novo em um domingo, 16, milhares de brasileiros estarão nas ruas para protestar contra o governo, desta vez o de Dilma Rousseff. As razões para a indignação popular de 1992 — 'a corrupção, o abuso de poder, os privilégios, o tráfico de influência, a mentira' — são muito parecidas com as de agora (VEJA, 19/08/2015, p. 56).

O evento histórico que o trecho acima planejou rememorar merece uma avaliação mais detida, devido às representações que buscou correlacionar ao presente momento. Dessa maneira, é preciso compreender qual foi a intencionalidade da revista ao utilizar o período de governo exercido por Collor, em comparação com o momento de crise político-econômica enfrentado pela presidente Dilma Rousseff.

Fernando Collor de Mello foi eleito para a Presidência da República em 1989, sendo o primeiro governante após a redemocratização. Segundo Sallum Jr. (2018), com a realização das eleições livres, a expectativa era de que o ideal de democracia defendido durante o movimento das Diretas Já se tornasse finalmente uma realidade.

Contudo, o desfecho do mandato de Collor demonstrou um presidente enfraquecido e acusado de envolvimento em um esquema de corrupção. Em 1992, ele foi denunciado pelo irmão mais novo, Pedro Collor, em duas entrevistas cedidas à revista *Veja*, de ter se beneficiado de atividades irregulares do tesoureiro de campanha PC Farias. Após acusação do irmão, os partidos PT, PSDB e PMDB formaram ampla coalizão que aprovou a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que se propôs a investigar as irregularidades no governo. Nesse sentido, os parlamentares foram apoiados por organizações da sociedade civil, como entidades religiosas, organizações de classe, sindicatos e outros que

compunham o Movimento pela Ética na Política (MEP), descontentes com a gestão de Collor (SALLUM JR., 2018; SALLUM JR; CASARÕES, 2011).

Poucos dias antes da formalização do processo de *impeachment* na Câmara pela frente partidária, o presidente Collor convocou o povo para que saíssem às ruas em defesa de seu mandato. Todavia, conseguiu atrair manifestantes contrários ao governo, acontecimento que ficou conhecido como “Domingo Negro”. Nesse dia, uma série de protestos que contou com a participação do MEP e só se encerrou no mês de setembro, quando o *impeachment* foi oficializado na Câmara dos Deputados. De acordo com Sallum JR. (2018), o “Domingo Negro” foi importante para precipitar a crise política que conduziu a queda de Collor em 1992.

Até aquele momento, a presidente Dilma não havia sido implicada em nenhuma prática capaz de fundamentar legalmente um processo de *impeachment*. Mesmo as contas do governo só foram reprovadas oficialmente no mês de outubro, muito menos que estivesse envolvida diretamente em alguma atividade suspeita. Diferentemente de Collor, que enfrentava denúncias de corrupção, formuladas pelo irmão mais novo Pedro Collor. Sendo assim, qual o sentido dessa comparação exercida pelo periódico?

Depreende-se que um dos significados mais imediatos que a associação sugeriu foi um roteiro que se repete: assim como Collor enfrentou manifestações de massa, com um governo que se tornava cada vez mais instável, decorrente do contexto político e econômico, a gestão de Dilma Rousseff repetia os mesmos passos.

Por outro lado, a associação entre os dois eventos também sugeriu a prática de um processo constitucional de *impeachment*. Assim, o caso Collor marcou um precedente que justificava um eventual processo contra Dilma, sendo possível demover um presidente dentro das balizas constitucionais, sem maiores traumas institucionais.

Por último, ao trazer para a discussão o episódio do “Domingo Negro”, o periódico equiparou as duas manifestações, ocorridas em 1992 e 2015, respectivamente. No primeiro evento, a insatisfação geral da população demonstrava um governo debilitado, reforçando a advertência de que governos debilitados podem acabar sendo derrubados. Mesmo que cada cenário guarde diferenças importantes, elas foram desconsideradas pelo periódico. Por exemplo, o PT contava com uma ampla capilaridade social, sendo um dos maiores partidos do país, além do apoio de movimentos sociais na base do partido, diferentemente do pequeno Partido da Reconstrução Nacional (PRN), do qual Collor era filiado. Apesar de Dilma Rousseff

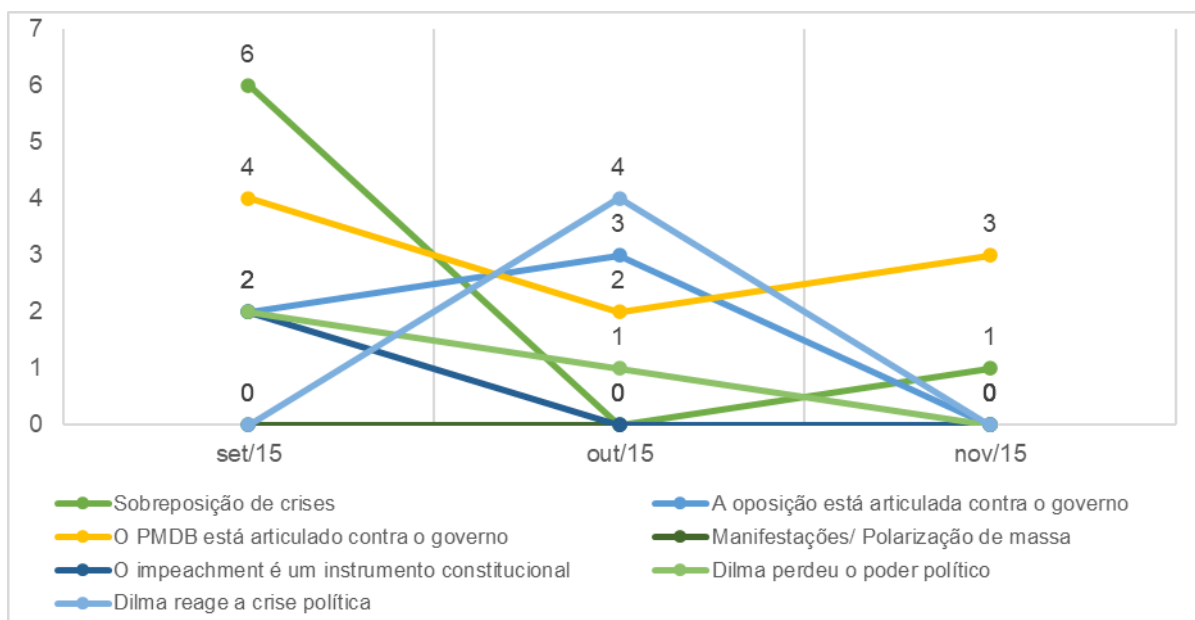
ser contrariada pelas medidas do ajuste fiscal, setores da esquerda formaram uma frente ampla em sua defesa, principalmente em 2016, quando o *impeachment* se tornou eminente.

### 5.5 UMA PRESIDENTE MERAMENTE “DECORATIVA”: O ISOLAMENTO DE DILMA

Entre os meses de setembro a novembro, na véspera do *impeachment*, a revista *Veja* tratou a respeito do isolamento da presidente, em um cenário político em que já se discutia um período “pós-Dilma”. Para o periódico, a dificuldade no gerenciamento da crise político-econômica resultou no desgaste da petista a ponto de ela se tornar uma mandatária meramente “decorativa”.

Como mostra o Gráfico 23, as formas de tratamento da notícia seguiram as seguintes temáticas: 1) Sobreposição de crises; 2) A oposição está articulada contra o governo; 3) O PMDB está articulado contra o governo; 4) Manifestações/Polarização de massa; 5) O *impeachment* é um instrumento constitucional; 6) Dilma perdeu o poder político; e 7) Dilma reage à crise.

**Gráfico 23** – Ênfase discursiva na revista *Veja* (set./nov. 2015)



Fonte: a autora, a partir da revista *Veja* (2015).

Segundo o periódico, no mês de setembro, Lula, companheiro de partido e mentor político da presidente, alertou sobre a gravidade do cenário enfrentado devido à evolução da crise político-econômica. A popularidade de Dilma estava em baixa, e

entre os petistas ela aparecia com um dos piores índices de rejeição. Segundo tabela apresentada no início do capítulo, a partir dos dados obtidos pelo Datafolha (2015, 2016) entre os meses de agosto e novembro, a rejeição da presidente oscilou entre 71,1% e 67,4%. Apesar da diminuição, o índice ainda era considerado alto.

Em relação ao PMDB, a revista abordou a iniciativa do vice Michel Temer no abandono da tarefa de articulação institucional do governo. Como discutido no início do capítulo, Temer ocupou a função entre março e agosto de 2015. O vice-presidente mudou de opinião após a repercussão negativa de sua declaração à imprensa, quando disse ser necessário alguém que “unificasse a todos” à frente do governo. Segundo a publicação de setembro:

Os dois [Dilma e Temer] mal se falavam desde que o vice-presidente concedeu uma surpreendente entrevista em que reconheceu a gravidade da crise instalada no governo e, ao que parecia, desincumbia a presidente da tarefa de conciliadora (VEJA, 02/09/2015, p. 45).

Com o afastamento de Temer da função no governo, a revista já anunciava a possibilidade de rompimento do PMDB, na totalidade. Para o periódico, no interior do partido já era esperado um período “pós-Dilma”, com o vice-presidente à frente do governo interino. Assim, a revista deu destaque à fala de apoiadores que pregavam em favor do rompimento da sigla: “O PMDB tem de ser a solução. O senador [Romero Jucá] defende o rompimento da sigla com o governo, diz que ela é a única capaz de protagonizar a transição em caso de *impeachment* [...]” (VEJA, 07/10/2015, p. 15). Posteriormente, o próprio senador Romero Jucá teve divulgada uma conversa interceptada, em que revelava o interesse no fim do governo de Dilma Rousseff. Não somente políticos do PMDB, mas, conforme o periódico, o próprio PSDB estava organizado para um período “pós-Dilma”, no qual o partido apoiaria majoritariamente os peemedebistas. A iniciativa foi capitaneada pelo tucano José Serra, que esperava ocupar um cargo ministerial de destaque no governo interino.

Diante do exposto, de acordo com a *Veja*, a presidente Dilma Rousseff havia perdido o pouco que lhe restava da capacidade de governar, ela teria se tornado uma governante meramente decorativa, visto que aliados e a oposição discutiam e negociavam abertamente o fim de seu governo:

Dilma Rousseff perdeu a força política, a credibilidade e o apoio necessários para guiar o país rumo a superação da crise. Está cada

vez mais sozinha e, por isso mesmo, cada vez menos presidente da República [...] (VEJA, 16/09/2015, p. 49).

Assim, a presidente não tinha a força necessária para continuar no poder e muito menos para superar a crise político-econômica.

Em outubro, foi advertido que, além de estar enfraquecida, Rousseff havia buscado fortalecer a articulação política por meio da influência de Lula. Isso foi caracterizado como uma forma de “terceirização do governo”, uma vez que o ex-presidente interferiria nas decisões políticas relevantes por meio da nomeação de cargos de primeiro escalão. Para *Veja*, Lula nunca havia saído dos bastidores do governo e, agora, iniciava o seu terceiro mandato através da ingerência comprovada de Dilma; assim, a presidente:

[...] aceitou transferir a tarefa de governar [...] renunciou de fato e passou a batuta ao antecessor. Depois de meses de pressão, o criador, enfim, dobrou a criatura – e o terceiro mandato de Lula começou (VEJA, 7/10/2015, p. 50).

Ainda no mês de outubro, a iminência do *impeachment* na Câmara levou a presidente a acenar em favor de uma trégua com o peemedebista Eduardo Cunha. Para *Veja*, os dois se encontravam em situações semelhantes, com os mandatos em jogo e qualquer passo em falso poderia desestabilizar o equilíbrio da relação. Além disso, a possibilidade de a presidente promover uma negociação que beneficiasse os dois políticos, simultaneamente, foi noticiada como uma forma de fisiologismo por parte da petista, conduta que manchava a imagem incorruptível que construiu no primeiro mandato: “[...] Dilma deu uma demonstração daquela moral de conveniência que tanto desacredita os políticos: autorizou seus ministros a negociar um acordo de salvação mútua com o mesmo Eduardo Cunha [...]” (VEJA, 21/10/2015, p. 61). Assim, o governo estava encurralado do ponto de vista moral.

Por último, no mês de novembro, o periódico já delineava como seria um futuro governo de Michel Temer:

O vice-presidente se prepara para a cada vez mais presente eventualidade de a titular ser afastada do poder. Ele conversa com políticos, juristas, empresários. Tem um plano para si e para o Brasil pós-Dilma. Não vê conspiração, mas cautela (VEJA, 18/11/2015, p. 45).

Percebe-se que, ao longo do governo interino, a revista se comportou de forma

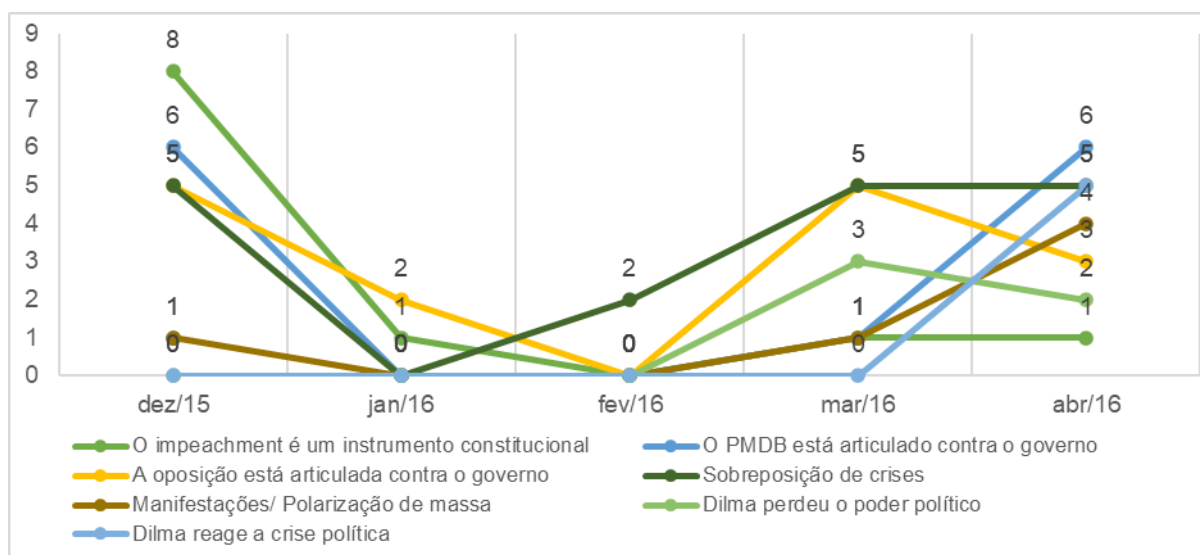
muito mais simpática com o vice-presidente do que em relação à Dilma Rousseff.

## 5.6 A SAÍDA PARA A CRISE: O *IMPEACHMENT* DE DILMA NA CÂMARA

O período entre os meses de dezembro a abril foi decisivo para a autorização e aprovação do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados. Também representou o momento em que mais se discutiu a respeito da viabilidade de um impedimento do governo recém-eleito, no âmbito da revista. Para *Veja*, em virtude do enfraquecimento de Dilma Rousseff e dos resultados insatisfatórios na economia, o *impeachment* era visto como uma saída constitucional para um governo incapacitado.

Conforme mostra o Gráfico 24, as formas de abordagens sobre a notícia foram: 1) O *impeachment* é um instrumento constitucional; 2) A oposição está articulada contra o governo; 3) Dilma perdeu o poder político; 4) O PMDB está articulado contra o governo; 5) Sobreposição de crises; 6) Manifestações/ Polarização de massa; e 7) Dilma reage à crise política.

**Gráfico 24** – Ênfase discursiva na revista *Veja* (dez. 2015 a abr. 2016)



Fonte: a autora, a partir da revista *Veja* (2015, 2016).

Nos meses que se seguiram, de dezembro a abril, *Veja* tratou com recorrência sobre o tema da crise econômica. Em parte, isso se deveu ao fato de a presidente Dilma Rousseff ter optado por substituir o então Ministro da Fazenda Joaquim Levy pelo nome de Nelson Barbosa, o que foi mal recebido por setores do mercado (SINGER, 2018). Por outro lado, o governo também teve as contas reprovadas pelo

TCU no mês de outubro, o que estava relacionado diretamente à gestão da economia durante o primeiro mandato.

Sobre a substituição de Joaquim Levy, a revista reprovou a medida por compreender, na saída do ministro, um sinal de que o governo não cumpriria com as promessas de corte nos gastos públicos que havia estabelecido através do ajuste fiscal: “[...] A derrota de Levy carrega significados profundos. Dilma sinaliza que o ajuste nas contas públicas, que mal começou a ser executado, deverá ser postergado” (VEJA, 23/12/2015, p. 78). Sendo assim, a chegada de Barbosa na Fazenda repetia a fórmula semelhante adotada durante a implementação da nova matriz econômica de Guido Mantega, que havia produzido, segundo o periódico, gastos descompromissados, responsáveis por minar o crescimento no país.

A gestão econômica imprudente do primeiro mandato de Dilma Rousseff também foi responsável por dar início às chamadas “pedaladas fiscais” reprovadas pelo TCU, manobras contábeis que fundamentaram o processo de *impeachment*: “[...] uma análise da área técnica do órgão [TCU] [...] concluiu que a presidente Dilma Rousseff atrasou repasses a bancos públicos para financiar programas do governo” (VEJA, 10/02/2016, p. 50).

A revista deu ênfase ao campo econômico e projetou, no âmbito público, o discurso de que a recessão enfrentada pela população era derivada somente dos gastos públicos praticados imprudentemente pelo governo. Em outras palavras, quem estava pagando pela crise era somente a população, principalmente os mais pobres. Sendo assim, a presidente iria responder justificadamente ao processo de *impeachment* pelos erros contábeis cometidos, como pode ser visto no seguinte excerto: “A retração na economia entre 2014 e 2016 vai empobrecer os brasileiros [...] Culpa da incompetência de Dilma Rousseff e da miopia ideológica de seus gurus econômicos. Como sempre, quem vai pagar a conta é o povo trabalhador [...]” (VEJA, 09/03/2016, p. 61).

No mês de abril, com a votação de *impeachment* já encerrada na Câmara e com Dilma condenada nessa instância política, a revista mostrava sinais de retomada econômica: “No mercado financeiro, a valorização das ações e a queda no dólar antecipam o fim dos anos Dilma” (VEJA, 20/04/2016, p. 67). Dessa forma, pode-se dizer que a revista criou um discurso que reconheceu a recessão como uma consequência da administração do PT, sem considerar a crise internacional, e a presidente Dilma Rousseff deveria ser punida pelas ações que prejudicaram o país,

tomadas em seu governo. A deposição da presidente era um sinal de que a produtividade seria retomada.

Ao tratar do processo de *impeachment*, o periódico sugeriu que a saída da presidente era a melhor solução para debelar a crise político-econômica:

A beleza do processo de *impeachment* está no fato de que, ao ser concluído, e seja qual for seu desfecho, o Brasil terá a chance de ter de volta um presidente e um Congresso não mais devotados a saber quem quer vingar o quê (VEJA, 09/12/2015, p. 14).

A revista afirmava que o *impeachment* se tratava de um dispositivo Constitucional e legítimo, não sendo possível compará-lo com um golpe de estado, ato que rompia com o princípio da legalidade: “*Impeachment* não é guerra’. Também não é golpe. O *impeachment* é previsto na Constituição brasileira e seus termos estão definidos em lei desde 1950” (VEJA, 9/12/2015, p. 14). Para a revista, Dilma havia cometido um crime contábil, comprovado por relatório técnico, suficientemente forte para legitimar o processo, apesar da fala de apoiadores do contrário.

Além disso, de acordo com uma publicação realizada em abril, mesmo com a controvérsia em torno do crime contábil da presidente, era uma questão de tempo até que fosse comprovada a participação dela no esquema de corrupção da Lava Jato, que àquela altura cercava seus apoiadores. Como a deposição se tratava de um processo igualmente político, Dilma também era avaliada por sua conduta moral, sendo este um ponto determinante na decisão dos parlamentares:

A defesa de Dilma não fala em golpe no sentido militar, naturalmente. Refere-se mais ao fato de que a acusação contra ela – as pedaladas fiscais – nunca foi usada para cassar o mandato de outros presidentes que também pedalaram. Seria, nesse sentido, um 'golpe parlamentar'. Que a acusação é frágil para ceifar seu mandato é uma questão que rende debate. O terreno em que não há margem para dúvida é o fato de que, além das pedaladas fiscais, Dilma está ficando cada vez mais encalacrada no próprio petrolão [...]. Pode-se alegar que essas acusações não constam da base jurídica do *impeachment*, mas é evidente que constam da base política – e o impedimento é instrumento da política (VEJA, 27/04/2016, p. 55).

Em dezembro, movimentos pró e contra o *impeachment* foram às ruas para protestar. Até aquele momento a revista havia abordado em suas páginas somente as manifestações anti-Dilma, ocorridas entre março e agosto de 2015. O novo enfoque trouxe a polarização popular como eixo central da argumentação. Entre os meses de

março e abril, a revista abordou as agressões mútuas entre manifestantes, tanto nas redes sociais quanto nas ruas. Todavia, o que chamou a atenção na forma de apresentação da notícia foi a responsabilidade atribuída ao PT, como grandes incitadores da violência entre os manifestantes:

[...] Em boa medida, o ambiente de intolerância que se registra no país é responsabilidade do próprio PT. Primeiro, porque os escândalos de corrupção vieram demonstrar de modo acachapante o grau de cinismo do partido quando pregava a 'ética na política' como bandeira essencial. Segundo, porque sua liderança máxima, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, insistiu em fracionar o país no binarismo rudimentar do 'nós' e 'eles' (VEJA, 30/03/2016, p. 10).

O mesmo enquadramento não foi visto no tratamento das manifestações apoiadas pelo PSDB, no início de 2015. Pelo contrário, conforme o discutido nos tópicos anteriores, os movimentos anti-Dilma foram caracterizados como legítimos e uma forma de expressão geral de descontentamento que deveria ser ouvida pelas autoridades políticas, seja nas reivindicações de *impeachment* ou na renúncia da presidente.

No mês de abril, o governo negociou com parlamentares dispostos a votar contra o *impeachment* na Câmara, e ainda assim Dilma não conseguiu reverter o quadro de desvantagem perante os deputados. Essa tratativa política foi noticiada pelo periódico como uma “queima de estoque” de cargos comissionados, dirigida à cooptação de pequenas legendas, reduto em que o PT poderia demonstrar alguma influência, vista a dissolução da base governista. Apesar de ter sido reconhecida como uma prática usual em outros mandatos presidenciais, *Veja* alertava para a velha reprodução do fisiologismo:

[...] A troca de cargos por votos em Brasília não é nova, todos os governos da era democrática recorreram a esse recurso para cabalar apoio no Congresso, mas sua aplicação é tão danosa que não se pode deixar de denunciá-la (VEJA, 06/04/2016, p. 12).

Mesmo com o processo de *impeachment* na Câmara, o PSDB ainda apostava em sua ação movida no TSE. Para a revista, o partido tinha a intenção de provocar novas eleições: “Embora apoie o *impeachment*, o PSDB ainda aposta na ação para cassar a chapa Dilma-Temer na Justiça Eleitoral [...]” (VEJA, 16/12/2015, p. 52). Era curioso o fato de o PSDB ter sinalizado uma aproximação com Temer, de olho no

governo interino, e, simultaneamente, ter agido para a cassação de seu mandato via TSE. Já no caso de Marina Silva, a senadora não apoiava o *impeachment*, mas defendia a ação promovida no TSE pelo PSDB, favorável à convocação de novas eleições, ela mesma havia obtido bons resultados na última eleição, embora não tenha disputado o segundo turno.

A expectativa de novas eleições foi frustrada pouco adiante, em abril, quando pesquisas de opinião mostraram uma rejeição ao PSDB e à Marina Silva. Segundo o periódico: “Enquanto o governo afunda, a oposição... Afunda também. Os três principais nomes do PSDB despencam nas pesquisas para a Presidência e Marina Silva não sai do lugar” (VEJA, 20/04/2016, p. 65). Com a aprovação em baixa, Aécio Neves encampou de vez o processo de *impeachment* na Câmara.

Já setores do PMDB buscavam pressionar abertamente parlamentares pela votação favorável ao afastamento da presidente, de acordo com publicação no mês de dezembro: “Aliados do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, vão pôr carros de som em frente à casa de deputados contrários ao *impeachment* de Dilma Rousseff. A ideia é alertar vizinhos para que pressionem os parlamentares [...]” (VEJA, 09/12/2015, p. 50).

Nesse mesmo período, segundo a *Veja*, Michel Temer se preparava para a hipótese de assumir o governo e selava alianças políticas com os partidos. O vice-presidente foi caracterizado como “discreto” em sua atuação, ao passo que já era sugerido a saída do PMDB da coalizão com o PT, fato que só seria concretizado no mês de março:

[...] Temer já se preparava havia algum tempo, com a discrição e a reserva que lhe são peculiares, para a hipótese de ter de assumir o comando do país [...] deu sinais claros aos peemedebistas de que a hora de desembarcar do governo está próxima [...] (VEJA, 16/12/2015, p. 70).

Em abril, ainda em tom simpático ao peemedebista, a revista noticiava que, apesar dos obstáculos a serem enfrentados pelo futuro governo interino – todos criados pela má gestão do PT –, Temer detinha as qualidades fundamentais para debelar a crise político-econômica.

No mês de março, como discutido no início do capítulo, a presidente havia convidado Luiz Inácio Lula da Silva para assumir o cargo de Ministro da Casa Civil. Contudo, após o vazamento de interceptações telefônicas entre ele e Dilma Rousseff, obtidas antes da nomeação, Lula ficou impedido de assumir o cargo pelo STF. Para a

revista *Veja*, estava clara a tentativa de Dilma de interferir nas investigações da Lava Jato, que iminentemente recairiam sobre o ex-presidente, seu aliado.

Destarte, ao empossar Lula na Casa Civil, Dilma também concluía o processo de transferência de poder para o petista, que se tornava o presidente “de fato” ao tomar as decisões políticas por detrás de sua companheira de partido:

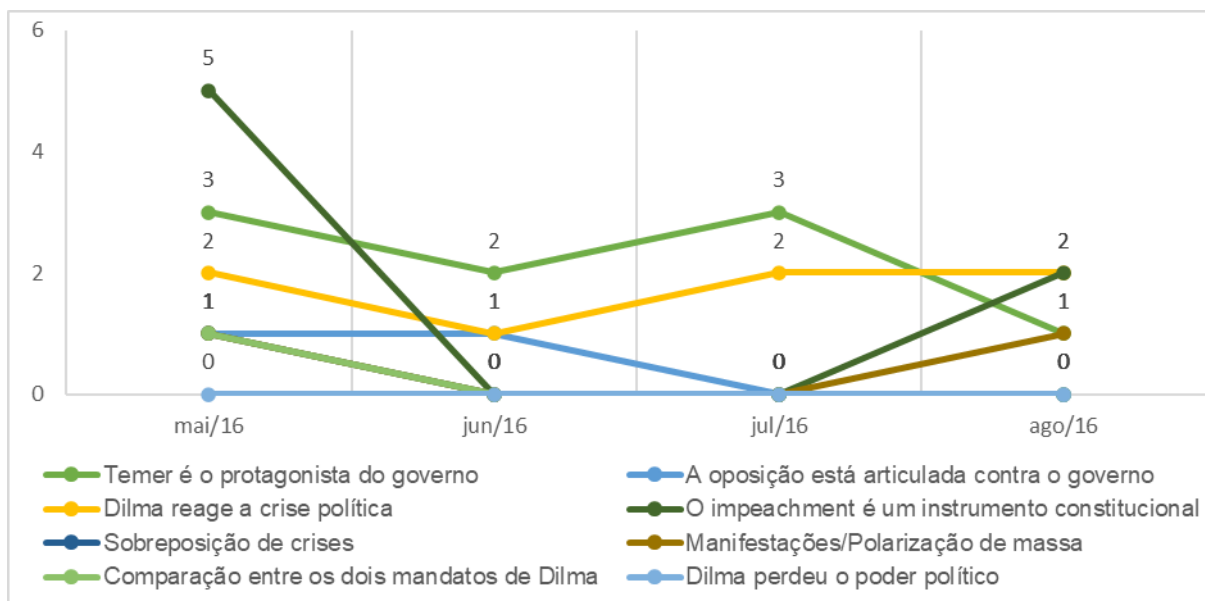
Luiz Inácio Lula da Silva voltou ao governo, agora como ministro da Casa Civil, para exercer o que na prática será seu terceiro mandato presidencial – só que, desta vez, não assumiu com a consagração das urnas, mas com a intenção de escapar de uma ordem de prisão e, quem sabe, tirar o governo de seu estado terminal. [...] Dilma transferiu a faixa presidencial [...] (VEJA, 23/03/2016, p. 49).

No mês de abril, a revista continuou a tratar da perda de autoridade da presidente, que àquela altura do mandato esteve dividido entre ela, Lula e Michel Temer.

## **5.7 O GOVERNO QUE REUNIFICA TODOS: MICHEL TEMER COMO INTERINO**

O período que compreendeu os meses de maio a agosto de 2016 correspondeu ao capítulo final do *impeachment*. Nas reportagens publicadas pela *Veja*, foi dada atenção especial ao governo interino conduzido pelo vice-presidente Michel Temer, até que ele assumisse em definitivo a cadeira do Executivo, após o julgamento do Senado Federal.

Conforme o Gráfico 25, as formas de abordagens temáticas predominantes foram: 1) Temer é o protagonista do governo; 2) Dilma reage à crise; 3) Sobreposição de crises; 4) Comparação entre os dois mandatos de Dilma; 5) A oposição está articulada contra o governo; 6) O *impeachment* é um instrumento constitucional; 7) Manifestações/Polarização de massa; e 8) Dilma perdeu o poder político.

**Gráfico 25 – Ênfase discursiva na revista *Veja* (maio/ago. 2016)**

Fonte: a autora, a partir da revista *Veja* (2016).

No dia 12 de maio, o processo de *impeachment* passou por nova avaliação no Senado Federal, quando foi aprovado. A partir dessa data a presidente Dilma Rousseff estava oficialmente afastada de seu cargo para aguardar novo julgamento, substituída interinamente na Presidência pelo vice Michel Temer.

Aproximando-se da data em que Temer assumiria o cargo, em maio, a revista *Veja* delineava um perfil do interino com base em características como “comunicativo” com os parlamentares e “moderado”, pois se mantinha imparcial em relação ao desafio de assumir o posto interinamente. Ponto a ponto, essa forma de representação criada sobre Michel Temer se apresentou como o oposto do modo como Dilma Rousseff foi caracterizada no primeiro mandato, uma figura “autoritária” e “oposta ao diálogo”:

[...] Prestes a se tornar presidente da República, o peemedebista [Temer] mal tem tempo para se alimentar e já perdeu 2 quilos e meio. Enfrenta uma maratona diária de reuniões com políticos, conselheiros, antigos aliados e candidatos a novos amigos, todos dispostos a ocupar um lugar de destaque em seu governo. [...] Temer não externa angústia nem entusiasmo ao traçar cenários [...] (VEJA, 04/05/2016, p. 44).

No mês de maio, a revista retratava que Dilma havia perdido a competência de administrar o país; conseqüentemente, com a iminente saída da presidente, havia a chance de uma grande “limpeza geral” na administração federal, para que assim

fossem removidos os maus hábitos:

No comando do país, o cenário é patético: há uma presidente que não governa, um vice que governa sem ser presidente [...]. Mas há uma boa novidade: o Brasil vive uma oportunidade histórica para fazer a faxina geral (VEJA, 11/05/2016, p. 45).

A representação de uma “faxina” na administração pública já havia sido usada anteriormente pelo periódico para descrever as demissões ministeriais realizadas por Dilma Rousseff no primeiro mandato. Como analisado no capítulo três, a ideia de uma “limpeza” esteve associada ao combate à corrupção, ao fisiologismo e a uma diminuição do Estado na vida pública. Esse parece ser o mesmo sentido aplicado nessa etapa do governo, mas desta vez caberia a Michel Temer a tarefa de remover esses entraves:

[...] cabe às autoridades aproveitar a oportunidade rara que agora se apresenta ao país para limpar a política [...] O eventual governo de Michel Temer pode exercer um papel fundamental nessa empreitada (VEJA, 11/05/2016, p. 45).

Assim, o vice-presidente emitia sinais de uma virada na condução do governo, alinhada a um receituário de direita que era reconhecido de maneira positiva pela revista.

Após a posse oficial de Temer, a revista adotou uma tonalidade simpática ao mencionar que o presidente interino tinha a missão de promover um governo de união: “Michel Temer assume a Presidência da República interinamente, prega um governo de união [...]” (VEJA, 18/05/2016, p. 65). Uma abordagem oposta do que foi noticiado sobre a presidente Dilma Rousseff, responsável por alimentar a crise político-econômica. Inclusive, um dos primeiros desafios do interino foi lidar com o rombo nas contas públicas deixado como herança pelo governo petista: “A equipe econômica de Dilma deixará como legado um rombo orçamentário sem precedentes” (VEJA, 04/05/2016, p. 64).

Esse novo governo de união não pretendia deixar o PSDB à margem; segundo a revista, a agremiação já negociava cargos com o interino, antes da posse oficial: “[...] Àquela altura, Aécio já fora convencido pela pressão interna a deixar que seus comandados embarquem no novo governo. Só negociava os termos” (VEJA, 04/05/2016, p. 47).

No mês de maio, a revista reservou um espaço para tratar do papel das

manifestações anti-Dilma sobre o encerramento eminente da era petista. Para o periódico, a insatisfação popular contra o governo teve origem nas manifestações de junho de 2013. As ideias difusas levantadas durante junho daquele ano se afunilaram o bastante para que, em uníssono, adotassem como bandeira a interrupção do mandato petista em 2015-2016:

As grandes manifestações populares se iniciaram em junho de 2013, trazendo demandas e palavras de ordem difusas. A partir de março de 2015, no entanto, um grito começou a se fazer ouvir com insistência. Na maior manifestação da nova série, [...] a palavra *impeachment* prevaleceu sobre todas as outras (VEJA, 18/06/2016, p. 82).

Mesmo que as manifestações realizadas em junho de 2013 tenham sido convocadas por coletivos que se autointitulavam como pertencentes à esquerda, o perfil do público nas ruas se alterou na última semana daquele mês. Logo, os protestos foram, predominantemente, frequentados por grupos localizados à direita, com pauta de moralização da administração pública, de diminuição dos gastos do estado e de antipetismo. Portanto, pode-se dizer que houve uma continuidade entre os eventos de 2013 e 2015-2016 (ALONSO, 2017; SINGER, 2018; TATAGIBA, 2014, 2018). No entanto, também foram relevantes os efeitos da polarização das eleições de 2014 e do ativismo da oposição sobre a configuração dos protestos anti-Dilma, que expressaram um sentimento antipetista como mote principal (TATAGIBA, 2018).

Enquanto Michel Temer planejava as novas diretrizes, segundo o periódico, a presidente promoveu entrevistas e viagens pelo País e no exterior, em que pretendia denunciar a conspiração da qual se tornou o alvo. Para a revista, essa campanha dificilmente obteria sucesso, visto que a narrativa do golpe não se sustentava ao denunciar um processo que transcorreu por meios legais. Em contrapartida, a posição combativa da presidente escondia, de acordo com a *Veja*, uma presidente cada vez mais isolada na residência oficial, além do rancor expressado contra seus antigos companheiros de coalizão.

A revista apresentou, em maio, uma retrospectiva dos mandatos petistas, onde revelou três características principais da presidente Dilma Rousseff como gestora: a “gerentona”, “faxineira” e a mais nova “vítima” de um golpe de Estado. A revista buscou desmistificar o sentido atribuído a cada uma dessas classificações. Desta perspectiva, as três imagens haviam sido criadas por equipes de *marketing* que cuidavam da sua imagem da presidente e buscavam criar fatores positivos sobre a

gestão:

Mito 1. A faxineira. Dilma viu sua popularidade crescer quando demitiu do governo ministros corruptos. Depois, chamou-os de volta [...] Mito 2. A gerentona. A administradora durona nunca percebeu que um gigantesco esquema de corrupção se apoiava nas suas costas [...] Mito 3. A vítima. Afastada do cargo, agora em seu derradeiro papel, a presidente se diz perseguida pelos adversários políticos (VEJA, 18/05/2016, p. 84-86).

Como abordado no capítulo três desta pesquisa, as qualificações de “gerentona” e “faxineira” foram amplamente exploradas por *Veja*. Apesar de não concordar com essa afirmação, a revista, ao divulgar a notícia, também contribuiu para a criação de significados em torno dessas mesmas representações, assim como fez novas formulações com o objetivo de desqualificar a presidente.

Entre os meses de junho e julho, o governo interino sofreu um abalo na estrutura, decorrente da divulgação de áudios que comprometeram ministros da nova gestão. Nos arquivos que vieram a público, Romero Jucá (PMDB-RR) explicava que a deposição de Dilma Rousseff era necessária para frear o avanço da Lava Jato sobre outros políticos. Após a divulgação do áudio, Jucá foi demitido por Temer da pasta de Planejamento.

Conforme a revista, a fala do ministro era uma das evidências do sentimento unânime dos parlamentares de medo em relação à Lava Jato, de forma que eles queriam evitar que as apurações progredissem. Sendo assim, embora os áudios confirmassem a intenção de derrubar a presidente no interior do PMDB, somente isso não era suficiente para impedir o processo de *impeachment* no Senado. Para a revista, a Lava Jato apenas continuou independente porque a própria Dilma Rousseff não havia conseguido detê-la. Ou seja, tanto petistas como demais partidos tinham a mesma intenção, e a grande conspiração em jogo se tratava, na verdade, de um esforço de toda a classe política para deter o trabalho da Lava Jato:

Todo mundo entendeu que, ali [áudio], estava dito que era preciso tirar Dilma Rousseff do cargo para poder abafar as investigações. O PT já anunciou que usará a declaração de Jucá para recorrer da decisão do Senado de afastar Dilma da Presidência. Os fatos demonstram, no entanto, que Dilma não travou a Lava-Jato porque não conseguiu, e não porque não quis (VEJA, 01/06/2016, p. 44)

No mesmo período, conforme reportagens do periódico, Dilma investiu em

publicidade para tentar reverter a opinião pública, que se mostrava favorável ao *impeachment*. Porém, para *Veja*, essa atitude escondia outra postura muito menos otimista e até mesmo a presidente havia desistido de lutar contra o inevitável desfecho: “[...] [Dilma] vive praticamente isolada no Palácio da Alvorada, do qual só sai para participar de seus atos políticos ou dar passeios matinais de bicicleta. As visitas são cada vez mais escassas” (VEJA, 27/07/2016, p. 47).

Em julho, o interino Michel Temer recebeu publicações favoráveis da revista. Seu governo, mesmo com poucos dias, já apresentava bons resultados no campo econômico, como a conquista da confiança do mercado financeiro e alta na bolsa de valores: “Na economia, Michel Temer tem sido sinônimo de boa notícia mesmo antes de virar presidente [...] Há razões para a melhora das expectativas” (VEJA, 20/07/2016, p. 75).

No mês de agosto, período em que Dilma Rousseff foi oficialmente deposta, o enquadramento da revista deu centralidade à ideia de constitucionalidade do *impeachment* da presidente.

Em uma análise sobre as oitivas em defesa de Rousseff realizadas no Senado, a revista *Veja* afirmava que os petistas não apenas tentavam salvar o mandato do impedimento, mas pretendiam impor uma narrativa sobre o acontecimento no presente. Essa narrativa visava caracterizar o processo como um golpe de estado, de modo a eximir os petistas da responsabilidade de suas ações: “A tese [do golpe] foi repetida por senadores da tropa de choque do PT [...]. A veemência dos discursos, além de defender o mandato de Dilma, atendia a outro propósito: a construção da narrativa” (VEJA, 17/08/2016, p. 43). Nesse sentido, o intuito do partido era apagar os próprios erros e construir uma história em que se tornou uma vítima política. A versão foi replicada à exaustão para repercutir no cenário exterior e possibilitar, pelo menos, uma vitória “moral” para o partido.

De acordo com *Veja*, outro discurso adotado pela presidente para salvar o seu mandato foi a proposição de um plebiscito que ouviria os brasileiros a respeito da possibilidade da convocação de novas eleições. O plebiscito se tratava de uma tática utilizada pela presidente para se manter no poder e impedir a deposição. Portanto, uma proposta que não teria continuidade.

Com os lances finais do episódio do *impeachment*, o processo de polarização do país também deveria ser encerrado, e a revista pregava um movimento de reconciliação nacional, que cessaria as manifestações pelo país:

[...] o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff causou tamanha polarização na sociedade brasileira que, agora, às vésperas da votação [...] será necessário promover uma reconciliação nacional (VEJA, 24/08/2016, p. 10).

Foi interessante reconhecer como somente a saída da presidente foi descrita como meio para solucionar uma grande variedade de problemas nacionais.

## **5.8 UM GOLPE ANUNCIADO: O FIM DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF ATRAVÉS DA REVISTA CARTA CAPITAL**

A análise da revista de informação *Carta Capital* teve como objetivo compreender como foi construído o discurso a respeito da crise de governo até o processo de *impeachment* que interrompeu o segundo mandato de Dilma Rousseff. Os dados coletados correspondem ao ano de 2015 até o mês de agosto de 2016, período em que o processo foi finalizado pelo Senado Federal. Das edições publicadas nesse intervalo, tivemos acesso a 84. Destas, foram selecionadas 257 reportagens, com 125 textos editados em 2015 e 132 em 2016.

Na etapa de tratamento do material, foi possível reconhecer a recorrência de algumas tendências discursivas. Essas repetições originaram padrões de apresentação da notícia, por meio das seguintes abordagens: 1) Dilma cometeu erros no segundo mandato; 2) A oposição está articulada contra o governo; 3) O PMDB está articulado contra o governo; 4) Sobreposição de crises; 5) O *impeachment* é um golpe; 6) Manifestações/Polarização de massa; 7) Dilma reage à crise; 8) O plebiscito é a saída para a crise; e 9) O governo Temer não tem legitimidade.

O leitor verá cada um desses itens nos gráficos inseridos no texto, que permitiram visualizar a frequência de aparição de cada elemento no tempo. Igualmente, os registros mais minuciosos estão disponíveis nos quadros de análise temática, no Apêndice – H.

Das reportagens publicadas pela *Carta Capital*, foi possível visualizar que, apesar do enfrentamento da crise político-econômica logo no início do mandato, a presidente não foi retratada como a principal responsável pelo cenário instável. Ainda assim, Dilma foi criticada pela execução de um ajuste fiscal que teve como consequência a diminuição do investimento em políticas públicas, dificultando o acesso a esses benefícios por aqueles que estão na camada da população mais

pobre.

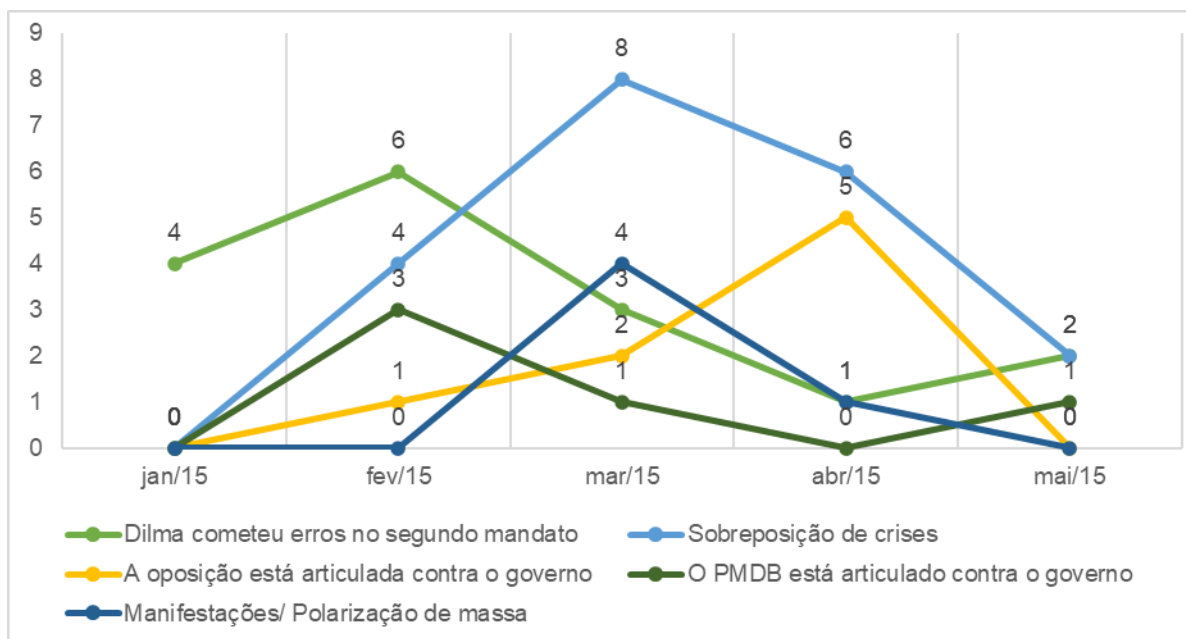
A especulação sobre um *impeachment* fez com que a *Carta Capital* discutisse a possibilidade de um golpe parlamentar em curso, movido pelas elites políticas para derrubar o PT e sua agenda. Diante disso, a revista correlacionou o evento histórico do golpe civil-militar ao presente e chamou atenção às consequências traumáticas para as instituições democráticas, decorrentes da deposição da presidente.

No que diz respeito ao governo interino de Michel Temer, este foi ligado a um período de dismantelamento de políticas sociais. Em contrapartida, a revista começou a projetar a ideia de uma nova eleição via consulta por plebiscito.

### **5.9 OS PROBLEMAS DO SEGUNDO MANDATO: “DESAJUSTE” FISCAL, PMDB E OPOSIÇÃO**

Entre os meses de janeiro e maio de 2015, *Carta Capital* discutiu a proposta de diminuição dos gastos públicos por meio do ajuste fiscal instituído pelo governo, medida que impactou o acesso a benefícios aos trabalhadores e à população de menor renda, o que contribuiu para a queda na popularidade da presidente. A revista também tratou da crise político-econômica e de como ela afetou a nova gestão, além das ameaças ao mandato da presidente exercidas pela oposição, especialmente o PSDB.

Conforme o Gráfico 26, foram recorrentes as seguintes formas de abordagens da notícia: 1) Dilma cometeu erros no segundo mandato; 2) A oposição está articulada contra o governo; 3) O PMDB está articulado contra o governo; 4) Sobreposição de crises; e 5) Manifestações/Polarização de massa.

**Gráfico 26** – Ênfase discursiva na revista *Carta Capital* (jan./maio 2015)

Fonte: a autora, a partir da revista *Carta Capital* (2015).

Conforme o gráfico apresentado, a revista *Carta Capital* entendeu como precipitadas as decisões da presidenta no que diz respeito à economia. Essa forma de abordagem se manteve constante durante todo o recorte analisado nesta seção. Isso significou uma crítica ao pacote de ajuste fiscal adotado pelo governo, que diminuiu os gastos públicos e impactavam, diretamente, a promoção e manutenção de políticas públicas e o acesso a benefícios por parte dos trabalhadores e a camada da população mais pobre: “Punhalada fiscal. Medidas do governo atingem os trabalhadores mais vulneráveis [...]” (CARTA CAPITAL, 21/01/2015, p. 44).

O “remédio amargo”, como foi nomeado o ajuste, teve por efeito imediato uma queda na popularidade da presidente perante o próprio eleitorado e uma discordância entre membros do próprio partido, pela adoção de medidas que não se coadunavam com a agenda programática do PT. Além disso, a revista ressaltou que a proposta encampada por Dilma era bastante semelhante ao programa de governo dos adversários da campanha em 2014, um receituário que ela havia prometido não adotar no período, mas que voltava atrás com sua palavra naquele momento.

A própria indicação do nome de Joaquim Levy para o ministério da Fazenda foi reconhecido pelo periódico como uma forma de atender ao mercado financeiro e sinalizava a virada ortodoxa na economia:

[...] O ajuste fiscal, ao mirar cortes mais profundos nas medidas de

proteção aos trabalhadores, abriu o caminho inspirado pela ortodoxia econômica. A reação contra isso surgiu entre os aliados, principalmente nas centrais sindicais e no PT (CARTA CAPITAL, 27/05/2015, p. 12).

Do mês de fevereiro em diante, novos problemas em relação às dificuldades da nova gestão petista foram incluídos na pauta do periódico. Nesse período, a revista delineou um processo de sobreposição de crises, conforme o seguinte excerto:

Dilma Rousseff está na aurora do segundo mandato, mas parece viver um momento crepuscular. A economia caminha para a recessão, graças à opção do governo pela austeridade fiscal e à estagnação global [...]. Embora aliadas do Palácio do Planalto, as centrais sindicais andam furiosas com o pacote restritivo de direitos trabalhistas. Um declarado inimigo presidencial assumiu o comando da Câmara dos Deputados e não esperou nem uma semana para dizer a que veio. No PT, crescem as brigas internas, especula-se, a distância entre a presidenta e Lula (CARTA CAPITAL, 11/02/2015, p. 20).

Do trecho acima, compreende-se que a crise enfrentada pelo governo representou dificuldades de ordem política e econômica. As mesmas categorias puderam ser reconhecidas nas reportagens da revista *Veja*, porém em *Carta Capital* cada uma dessas classificações adquiriu sentidos diferentes.

No campo econômico, foi possível reconhecer uma contrariedade por parte do periódico a respeito da proposta de ajuste fiscal promovido por Joaquim Levy, por entender nele a restrição aos investimentos em políticas públicas. O próprio nome indicado para a Fazenda não era considerado o mais adequado. A revista também se preocupou em localizar a crise econômica brasileira em um contexto mais amplo, de modo a reconhecer os efeitos tardios dos acontecimentos de 2008, que abalaram economias pelo mundo. Sendo assim, a crise econômica não representava apenas um efeito de uma ingerência do governo.

Segundo o periódico, a presidente tinha que lidar com as consequências das propostas econômicas entre os partidários, como os movimentos sociais e sindicais, que não estavam dispostos a ceder os direitos adquiridos pelos trabalhadores. O entendimento geral desses grupos era de que a crise econômica seria paga apenas pelos trabalhadores, através da supressão de direitos, e excluía da equação os grupos sociais que concentravam maior riqueza no país.

Ainda sobre o contexto político, a situação do governo se complicava com a eleição para a Câmara dos Deputados no mês de fevereiro. A revista mostrou que

houve uma discordância significativa entre o Legislativo e o Executivo durante o episódio da eleição, com a indicação do PT de um candidato próprio para barrar a eleição de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o que, no entanto, não foi suficiente. Com o peemedebista eleito, as votações de interesse do governo foram obstruídas na Casa e o novo presidente da Câmara foi caracterizado pelo periódico como um “inimigo presidencial”.

Além dos conflitos entre petistas e peemedebistas, houve ainda a especulação de um afastamento de Dilma Rousseff e Lula. Isto ocorreu porque o ex-presidente discordava das escolhas feitas pela presidente no início do seu mandato, especialmente na formação da equipe ministerial.

Segundo o periódico, a discussão da crise logo tornou o PT o principal alvo da oposição e da imprensa, que defendiam a saída de Dilma Rousseff como a solução para os problemas nacionais. Especialmente o PSDB já falava em um processo de *impeachment* ou da cassação da chapa da presidente recém-eleita.

Apesar de a revista ter demonstrado a parcela de responsabilidade de Dilma Rousseff no que se refere ao desenvolvimento da crise político-econômica, principalmente devido ao ajuste fiscal, esse único fator não era considerado suficiente para explicar a diversidade de problemas que cercavam o Palácio do Planalto: “As causas da crise têm origens diversas e Dilma não é, certamente, a responsável número 1 [...]” (CARTA CAPITAL, 18/02/2015, p. 14). Uma abordagem preliminar importante, uma vez que, se a presidente não era considerada unicamente a responsável, a proposta de tirá-la do cargo sob esse argumento seria prontamente descartada pelo periódico.

Para a *Carta Capital*, a crise político-econômica conseguiu insuflar setores do PSDB contra o mandato de Dilma Rousseff. Desta perspectiva, insatisfeito com o resultado eleitoral de 2014, Aécio Neves buscava promover o que foi chamado de “terceiro turno”, ou seja, uma maneira de retirar a presidente do poder e promover a própria nomeação. Essa forma de tratamento da notícia esteve presente durante todo o recorte analisado. Segundo o respectivo trecho:

O governo Dilma está mergulhado nessa grande turbulência provocada pelos desajustes na economia e na política. Mas não é só. O grau do problema é ainda mais elevado pela gana da oposição de chegar ao poder a qualquer preço [...] (CARTA CAPITAL, 15/04/2015, p. 12).

Além de defender a saída da presidente, segundo a revista, o PSDB apoiou a realização de manifestações anti-Dilma que ocorreram no mês de março daquele ano: “As manifestações pelo Fora Dilma são estimuladas e apoiadas pelo PSDB” (CARTA CAPITAL, 11/03/2015, p. 24).

Sobre essas manifestações realizadas contra a presidente, além de expressarem pautas antidemocráticas que pediam a saída de Dilma, a *Carta Capital* chamou atenção para uma nova forma do antipetismo entre os manifestantes. Desse modo, esse sentimento foi considerado novo, não em seu conteúdo, mas sobretudo em sua forma de expressão, colocada a público com orgulho, algo que não era visualizado com frequência desde as últimas manifestações ocorridas em junho de 2013:

De meados de 2013 em diante, tudo indica, o antipetismo mudou. De um sentimento real e significativo, mas expressado apenas nos períodos eleitorais, passou a ser exposto a qualquer momento. Deixou de ser quase privado, comportamento que os bons modos políticos não permitiam ser exibido, salvo para quem não tinha pudor em se mostrar radical de direita, e saiu do armário. Foi gritar na internet ou na rua (CARTA CAPITAL, 25/03/2015, p. 23).

Segundo Tatagiba (2018), o “antipetismo” pode ser caracterizado de duas maneiras: primeiro como fenômeno político-eleitoral, que se manifesta através de uma rejeição específica ao PT, com eleitores que se posicionam politicamente opostos ao partido, ou seja, tendo o partido como uma referência; e em segundo enquanto um elemento sociopolítico, que representa um “ódio ao PT” e a sua agenda programática, sendo este um sentimento de grande capacidade mobilizadora. Em ambos os casos, a rejeição ao partido tem crescido em razão da revelação dos escândalos de corrupção relacionados a seus membros, desde o ano de 2005 com início do “Mensalão”, e mais recentemente a Lava Jato também colaborou para adensar este processo a partir de 2014.

No que lhe concerne, a revista também correlacionou o antipetismo dos protestos em 2015 com as manifestações de junho de 2013. Outros autores também sustentaram essa mesma perspectiva. Apesar de as manifestações de 2013 terem sido convocadas por grupos de esquerda, as ruas foram tomadas, nos últimos dias de protesto, por grupos que representavam as direitas e que não se sentiam representadas pelo PT e a sua agenda (ALONSO, 2017; TATAGIBA, 2014).

Embora não seja possível confirmar no espaço desta pesquisa se existiu um aumento ou não do antipetismo enquanto um fenômeno sociopolítico, assim como afirma o periódico, pode-se pensar no aparecimento recorrente de grupos de direita no Brasil como um reflexo da atuação do PT após se tornarem governos e seus limites de atuação dentro dessa nova formulação.

Sendo assim, grupos de direita têm emergido como um contraponto cada vez mais atrativo e viável do ponto de vista político-eleitoral, inseridos em lacunas do discurso petista e contra pautas progressistas. As recentes revelações de falhas morais de membros do partido colaboraram para a perda de credibilidade da agremiação que teve origem em movimentos sociais. Assim como os limites dos avanços em políticas públicas têm levado ao questionamento da atuação do partido por seus próprios eleitores (TATAGIBA, 2014, 2018).

Para além das manifestações anti-Dilma, a presidente também precisou enfrentar o PMDB, principalmente Eduardo Cunha, como presidente da Câmara dos Deputados. Durante todo o recorte analisado, o peemedebista exerceu jogo duro na aprovação de medidas de interesse do governo petista. Para o periódico, Cunha atuou como oposição na Casa e poderia, inclusive, dissolver a coalizão que deu sustentação à presidenta desde 2011 por meio de sua atuação:

Na ausência de uma oposição capaz de exercitar eficientemente o anti-governismo e o antipetismo, Cunha ocupa o espaço [...] no comando da Casa, o parlamentar tomou decisões cujo principal traço comum é unir os insatisfeitos com Dilma Rousseff (CARTA CAPITAL, 18/02/2015, p. 30).

Atitudes que não tinham a previsão de serem interrompidas, mesmo que o PMDB ainda fosse considerado formalmente como aliado dos petistas.

## **5.10 O GOLPE DE ONTEM E HOJE: 1964 EM PERSPECTIVA**

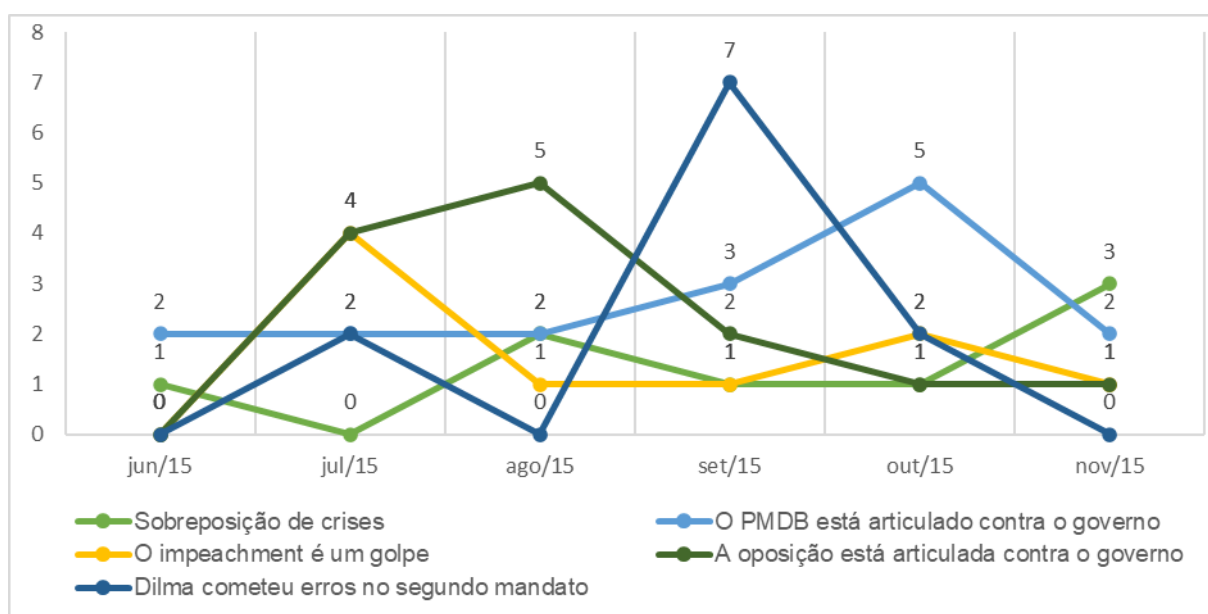
No intervalo entre os meses de junho a novembro, a revista *Carta Capital* adicionou um novo elemento à narrativa: a possibilidade de reprovação das contas do governo pelo TCU. O posicionamento do TCU inflou a vontade dos setores da oposição, especificamente do PSDB, quanto à ideia de deposição da presidente, através da fundamentação jurídica de irregularidades praticadas pelo governo.

Com as especulações cada vez mais intensas sobre a permanência da

presidente no cargo, *Carta Capital* também denunciou a existência de um golpe parlamentar em andamento, articulado pelas elites políticas contra Dilma Rousseff. Ao tratar do tema, a revista colocou em perspectiva a derrubada do ex-presidente João Goulart em 1964, evento traumático na história brasileira que deu origem a vinte e um anos de regime militar.

Como mostra o Gráfico 27, as reportagens seguiram as seguintes formas de abordagem: 1) Sobreposição de crises; 2) O *impeachment* é um golpe; 3) Dilma cometeu erros no segundo mandato; 4) O PMDB está articulado contra o governo; e 5) A oposição está articulada contra o governo.

**Gráfico 27 – Ênfase discursiva na revista *Carta Capital* (jun./nov. 2015)**



Fonte: a autora, a partir da revista *Carta Capital* (2015).

Quando o TCU, no mês de junho, solicitou explicações ao governo sobre as contas da gestão de 2014, a crise política foi agravada. Segundo a revista, esse tipo de solicitação não era uma prática padrão do órgão, o que colocava em dúvida os balanços apresentados pelo governo petista e em simultâneo alimentava a discussão do *impeachment*:

Tribunal de Contas da União estabeleceu um prazo de 30 dias para o governo explicar as chamadas 'pedaladas fiscais' [...]. Trata-se de uma mudança radical de postura do tribunal, que tem um histórico de descaso e leniência na análise das prestações de contas [...] O novo estilo do TCU reacendeu a chama da oposição [...] (CARTA CAPITAL, 24/06/2015, p. 16).

Após a solicitação do TCU, o PSDB recebeu um novo impulso para pressionar o governo. Segundo a revista, a expectativa era de que as contas fossem reprovadas e, assim, Dilma respondesse formalmente a um processo de *impeachment* por crime de responsabilidade fiscal. A partir do mês de julho o PSDB passou a se engajar na tese da reprovação das contas, além de pedir uma nova análise do Tribunal sobre o ano de 2015, ao sugerir a continuação das mesmas práticas no segundo mandato: “Líderes do PSDB e do DEM decidiram bater na porta do TCU e da Procuradoria-Geral da República para solicitar uma investigação sobre a suposta continuidade das ‘pedaladas fiscais’ em 2015 [...]” (CARTA CAPITAL, 01/07/2015, p. 24).

Havia uma controvérsia jurídica na época a respeito da validade de um processo de *impeachment* que recaísse sobre atos praticados em uma gestão já encerrada, especialmente se um presidente poderia ser deposto nessas circunstâncias. Ou seja, o que estava em discussão era se, em caso de reeleição, um mandato poderia ou não ser considerado uma continuidade de outro. Como esse entendimento não era um consenso, daí resultou a necessidade de avaliação das contas de 2015, levantadas pelo PSDB.

Segundo a revista, embora a presidente Dilma Rousseff fosse assessorada por uma equipe econômica, Aécio Neves defendia que a responsabilidade sobre as contas do governo era inteiramente da Presidente da República, uma vez que caberia a ela a anuência sobre as práticas da gestão. Um posicionamento conveniente ao ex-presidente que agia, segundo o periódico, motivado pelo inconformismo após ter sido derrotado nas eleições de 2014 pela petista:

Derrotado nas eleições presidenciais do ano passado, Aécio Neves antecipou que não se contentará com o enquadramento apenas da equipe econômica. ‘A responsabilidade é da presidente da República’, afirmou [...] (CARTA CAPITAL, 01/07/2015, p. 24).

Durante todo o recorte analisado, a revista noticiou a estratégia tucana, ao mobilizar diversas opções para abreviar o mandato da presidente, como a via da reprovação das contas do TCU e a cassação da chapa Dilma-Temer no TSE. Quando as contas do governo foram oficialmente reprovadas no mês de outubro, a oposição havia conseguido o motivo jurídico suficiente para atacar o governo e elevar o quadro crítico da crise:

[...] A presidenta está mais uma vez metida em embaraços [...]. A obsessão oposicionista em derrubá-la recebeu providenciais empurrões [...]. As contas do governo foram reprovadas pela primeira vez desde 1937 (CARTA CAPITAL, 14/10/2015, p. 24).

Em virtude da iminente discussão sobre a viabilidade de um processo de *impeachment*, que percorria os bastidores da política e o interior do próprio governo, a revista também abordou o tema em suas páginas. Durante todo o recorte analisado, entre os meses de junho a novembro, o posicionamento da *Carta Capital* chamou a atenção para o delineamento de um golpe parlamentar em curso, conduzido pela elite política de direita. Posto isto, uma publicação divulgada no mês de julho apresentava uma boa amostra sobre como este tema foi abordado:

O momento é adverso para a esquerda. A direita brasileira uniu-se com o objetivo de derrubar Dilma, desmoralizar Lula e, se possível, levá-lo à prisão. Por último, mas não menos importante, exterminar o PT. Coesão como esta ocorreu em 1964. Jango foi derrubado, *manu militari*, com sinal verde dos Estados Unidos. Desta vez, as Forças Armadas estão fora da manipulação política e as vivandeiras não rondam os quartéis. [...] O modelo de antanho parece superado. Há tentativas de golpe branco, com certas manifestações emergidas nos últimos meses e é, no momento, repetido com o método de sufocação parecido ao ataque de uma sucuri [...]. Não há surpresa nessa história. A questão social é uma intrusa na pauta da direita, que nunca deu prioridade aos pobres. O Programa Bolsa Família e a inclusão econômica são alvo desse repúdio de classe. Manifesta-se aqui e ali (CARTA CAPITAL, 01/07/2015, p. 12).

Do presente excerto, foi possível verificar que a revista exerceu um paralelo entre o golpe civil-militar, responsável por derrubar João Goulart da Presidência em 1964, com a hipótese do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2015. Uma forma de equiparação entre os dois eventos, que não se exerceu por acaso, planejou imprimir significados específicos e construir novas representações sobre o evento no presente.

De acordo com Fico (2014) e Napolitano (2014), em 31 de março de 1964, juntas militares, com o apoio dos Estados Unidos, iniciaram o golpe de estado que deu origem ao regime militar. O presidente em exercício, João Goulart (1919–1976), foi obrigado a deixar a Presidência e seguir para o exílio no Uruguai, sob pressão dos oficiais. O regime se manteve no poder por vinte e um anos, a partir de mecanismos de vigilância e violência, que feriram gravemente os Direitos Humanos no país.

“Jango”, como era chamado popularmente, assumiu o cargo de chefe do

Executivo após a renúncia de Jânio Quadros, em um momento em que as candidaturas de presidente e vice eram votadas pela população em eleições separadas. Desde a posse, o novo presidente sofreu a resistência de ministros militares, que o consideravam inadequado para o cargo devido à sua proximidade com os movimentos sindicalistas e de trabalhadores. No contexto da década de 1960 e da Guerra Fria, acreditava-se que Jango poderia instaurar uma “república sindicalista” no país, que abriria caminho para a expansão do comunismo no Brasil. Uma aproximação com a esquerda rejeitada por políticos de direita, setores civis pertencentes à classe média urbana e pelos militares (FICO, 2014; NAPOLITANO, 2014).

A desconfiança contra Goulart se avolumou, especialmente em razão das chamadas “Reformas de Base”, medidas de governo que previam, entre outras iniciativas, a reforma agrária e a reforma do sistema eleitoral. De acordo com Fico (2014), embora as propostas do governo fossem bastante tímidas, ao contrário do propagado “radicalismo”, as pequenas conquistas populares foram suficientes para trazer insegurança a setores pertencentes à classe média e de elite:

[...] é preciso reconhecer que essas pequenas possibilidades de conquistas populares encheram de receio a elite e boa parte da classe média [...]. Esse é um traço fundamental da sociedade brasileira da época [...] (FICO, 2014, p. 68).

Destarte, a insegurança política e o medo do comunismo andavam lado a lado com a má situação econômica no período, fato que colaborava para ancoragem do discurso antigovernista e antirreforma. De acordo com Napolitano (2014), uma das estratégias da direita na época foi saber associar a agenda do governo, que previa maior participação popular, com a ideia de uma limitação das liberdades individuais e o prejuízo da democracia. Para muitos civis, o golpe de 1964 foi reconhecido como uma tática “preventiva” que buscava resgatar o país de uma eminente virada à esquerda. O próprio jornalismo brasileiro teve uma função importante na tarefa de construção de uma base intelectual para a legitimação do golpe civil-militar (NAPOLITANO, 2014).

A retomada do acontecimento possui limitações, pois se trata de um capítulo complexo da história brasileira; assim, foi pretendido resenhar pontos importantes para localizar a presente análise. O exemplo do golpe civil-militar também não deve ser apreendido em seu conteúdo integral, porque a queda de Jango possuiu elementos muito diferentes da situação apresentada em 2015, a própria revista

esclareceu que não se trata de um golpe nos mesmos moldes de 1964. Posto isto, o que pode ser extraído dessa comparação realizada pela revista? Quais ideias ela sugeriu ao leitor?

O sentido mais imediato que se planeja validar foi o de ruptura democrática. Segundo a revista, em ambos os casos, o ativismo de grupos de direita promoveu o contexto ideal para a derrubada de um presidente eleito. Em outras palavras, tratava-se de um roteiro que se repetia. Assim como a derrubada de Jango trouxe prejuízos à democracia e à cidadania, que se estenderam por mais de duas décadas, a possibilidade da deposição de Dilma também poderia fraturar a democracia e as instituições que asseguravam no presente esses mesmos direitos.

Como segundo ponto, a revista tratou do caráter antipopular que havia motivado setores da direita em 1964, no golpe contra Jango, e igualmente no presente o mesmo padrão era visualizado com o caso de Dilma Rousseff. Nesse sentido, as direitas buscavam refrear o avanço de políticas implementadas para atender às camadas da população mais pobres e aos trabalhadores. No que lhe concerne, o processo contra a presidente Dilma também se estenderia a eliminação política de toda a influência de seu partido, e por isso a presidente estava sendo alvo da tentativa de golpe.

Tratando-se das outras formas de abordagens temáticas, a revista também comentou a respeito do relacionamento de Dilma com o PMDB. Sendo assim, petistas e peemedebistas desconfiavam uns dos outros e eventualmente conspiravam para a sua derrota política: “[...] uma impopular Dilma Rousseff torce pela debacle do Congresso no embalo da Operação Lava Jato. No Legislativo [...] Eduardo Cunha e Renan Calheiros conspiram contra a presidenta [...]” (CARTA CAPITAL, 22/07/2015, p. 30).

Em julho, o presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha anunciou sua deserção oficial da coalizão do governo. Por ser acusado de envolvimento em corrupção, o periódico também acreditava ser possível uma redução da influência de Eduardo Cunha sobre outros deputados na Câmara, fato que beneficiaria a presidente, considerado o seu péssimo relacionamento com o deputado:

Eduardo Cunha esperava mais de seu sonoro rompimento com o governo [...] alguns deputados consideram a situação de Cunha embaraçosa demais para que ele mantenha a força demonstrada no primeiro semestre [...] (CARTA CAPITAL, 29/07/2015, p. 40-42).

Todavia, essa previsão se mostrou equivocada nos meses subsequentes, já que Cunha deteria força suficiente para articular a aceitação e aprovação do *impeachment*.

Enquanto isso, nos meses seguintes, entre agosto e outubro, Cunha voltou a agir para atralhar o governo e ameaçava a presidente com a possibilidade de colocar em votação um pedido de deposição:

Eduardo Cunha dá mostras de ser o senhor de votos suficientes para infernizar a vida do governo. Segura os pedidos de *impeachment* contra Dilma, acelera votação de projetos que apoia e bloqueia as sessões [...] (CARTA CAPITAL, 14/10/2015, p. 19).

Mas foi no mês de novembro que a aliança do PMDB foi colocada verdadeiramente à prova, após a repercussão do documento intitulado “Uma ponte para o futuro”. Para a *Carta Capital*, a formulação do plano foi a confirmação de que o PMDB não mais se considerava parte da coalizão, muito provavelmente, nem mesmo do governo. O documento foi elaborado em reunião na Fundação Ulysses Guimarães, ligada ao partido, e continha um plano de metas para retirar o país da crise econômica. Assim, o partido mostrava-se como um plano B aos descontentes com a atual política:

Não só a punhalada nas costas é exemplo de traição. Há outros recursos, também traiçoeiros, embora mais sutis, como o recente documento difundido pelo PMDB, de Norte a Sul do País, denominado ‘Uma ponte para o futuro’ [...] (CARTA CAPITAL, 11/11/2015, p. 18).

Entre os meses de julho e outubro, *Carta Capital* também comentou os erros cometidos pelo Planalto, principalmente na política econômica, com a proposta de ajuste fiscal desde o início de 2015: “[...] O remédio amargo foi um tiro no pé [...]. Essa solução econômica traduzida em efeito político significa o aumento no risco de queda na aprovação (Ótimo/Bom) da presidenta Dilma [...]” (CARTA CAPITAL, 16/09/2015, p. 12). Em outubro, a revista criticou especificamente a escolha da presidente pelo nome de Joaquim Levy para assumir a Fazenda.

### **5.11 PRIMEIRO DILMA, DEPOIS LULA E O PT: O IMPEACHMENT NA CÂMARA COMO UMA ETAPA DO GOLPE**

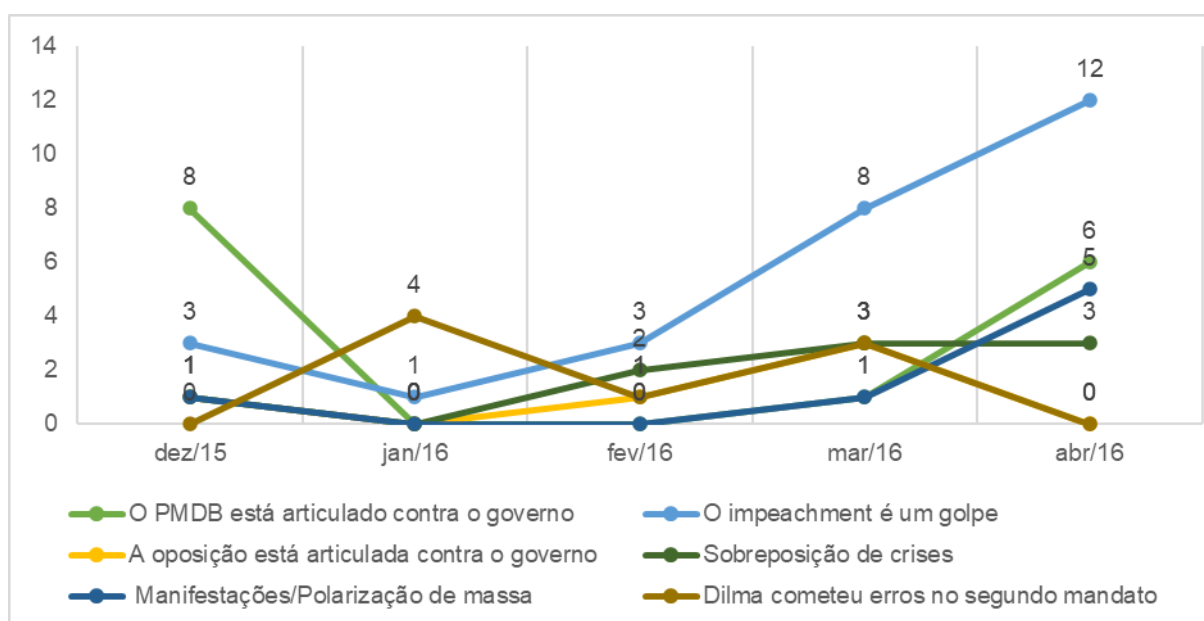
Entre os meses de dezembro a abril, a revista abordou o desenvolvimento do

*impeachment* na Câmara dos Deputados, desde o recebimento pelo presidente da Casa até a votação que decidiu, por ampla maioria, de modo favorável ao impedimento. Finalizada a votação, o processo seguiu para a análise do Senado Federal.

Nesse intervalo, *Carta Capital* deu continuidade à afirmação desenvolvida nos meses anteriores quanto à instauração de um golpe parlamentar em curso. O objetivo do *impeachment* era retirar Dilma, depois Lula e PT do poder.

Conforme mostrado no Gráfico 28, as formas de abordagens sobre a notícia foram: 1) O PMDB está articulado contra o governo; 2) A oposição está articulada contra o governo; 3) Manifestações/Polarização de massa; 4) O *impeachment* é um golpe; 5) Sobreposição de crises; e 6) Dilma cometeu erros no segundo mandato.

**Gráfico 28** – Ênfase discursiva na revista *Carta Capital* (dez. 2015 a abr. 2016)



Fonte: a autora, a partir da revista Carta Capital (2015, 2016).

Em dezembro, o periódico tratou a respeito da aceitação do processo de *impeachment* na Câmara. Paralelamente, deputados petistas haviam votado contra Eduardo Cunha no Conselho de Ética da Casa, em um movimento que poderia encurtar o seu mandato. Logo, o peemedebista decidiu pela admissibilidade do processo contra Dilma Rousseff. Em vista disso, para *Carta Capital*, o gesto de Cunha havia sido realizado em retaliação ao governo, que não havia cedido à chantagem imposta por ele, para proteger o seu próprio mandato:

A decisão tomada por Eduardo Cunha, [...], de acolher o pedido de *impeachment* de Dilma foi, acima de tudo, um ato de desespero. Ele confiava desconfiado no acordo com o feitiço de chantagem imposto por ele [...] (CARTA CAPITAL, 9/12/2015, p. 16).

Apesar da agitação causada pelo gesto de Eduardo Cunha contra a presidente, chamava a atenção do periódico o silêncio do vice Michel Temer a respeito do *impeachment*. Ele não havia se posicionado a favor nem contra, o que demonstrava uma atitude suspeita de que ele tramava com o seu partido para derrubar Rousseff:

Durou tempo demais o silêncio adotado pelo vice Michel Temer a respeito do golpe tramado, e desfechado agora, contra a presidenta Dilma Rousseff. Silêncio suspeito e também, até prova em contrário, silêncio cúmplice de um *impeachment* [...] (CARTA CAPITAL, 16/12/2015, p. 16).

Causava estranhamento que, como personalidade importante no círculo do PMDB, Temer não soubesse das intenções de Eduardo Cunha na Câmara.

Segundo a revista, o silêncio de Michel Temer e o posicionamento de Cunha já mostravam indícios de que o partido abandonaria a coalizão, o que ocorreu pouco tempo depois, no mês de abril, próximo à votação na Câmara. Daquele momento em diante, membros do partido entregaram os seus cargos na administração:

[...] O PMDB acabava de romper com Dilma Rousseff [...] Um 'momento histórico', realmente [...]. E não só por ter sido tramado para impulsionar o processo de *impeachment* [...] (CARTA CAPITAL, 06/04/2016, p. 18).

Por outro lado, Temer foi caracterizado abertamente como um conspirador nas páginas da revista: “[...] Temer, o vice que deixou o papel de ‘decorativo’ para entrar na história como ‘conspirador’” (CARTA CAPITAL, 27/04/2016, p. 18). Assim, o vice se tornava peça-chave para o *impeachment* no âmbito do PMDB.

Retornando a dezembro de 2015, quando o *impeachment* estava em jogo, a oposição apostava na realização de novas eleições presidenciais ainda em 2016. Para *Carta Capital*, tanto Marina Silva como Aécio Neves, ex-presidenciáveis, tinham a esperança de concorrer novamente ao Executivo, embalados pelos números favoráveis das pesquisas de opinião: “[...] Marina trabalha com um cálculo político semelhante ao de Aécio Neves. Os dois guiam-se pelos números das pesquisas e esperam uma nova eleição presidencial em 2016” (CARTA CAPITAL, 16/12/2015, p.

17).

Contudo, o PSDB foi obrigado a abandonar o projeto de um novo pleito pouco tempo depois, conforme publicação do mês de fevereiro, quando foram lançadas novas pesquisas que indicavam a queda na aprovação de Aécio Neves. Segundo a revista, o partido colheu os maus frutos por desestabilizar o governo, o que refletiu diretamente em sua rejeição popular: “Por imposição das pesquisas de opinião, [...] O PSDB, comandado por Aécio, quebrou a cara ao liderar o *impeachment* e ao promover uma pauta negativa [...]” (CARTA CAPITAL, 17/02/2016, p. 11).

No mês dezembro, a revista tratou sobre as manifestações a favor da permanência da presidente no Executivo. Setores da esquerda, como Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), estudantes e centrais sindicais, haviam se mobilizado para refrear a tentativa golpista em curso:

[...] em 1964, o golpe transcorreu sem o disparo de um único tiro e sem gente nas ruas. Desta vez, diante da possibilidade de um *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, viveremos situação semelhante? Os movimentos sociais dizem que não [...] (CARTA CAPITAL, 23/12/2015, p. 26).

Dessa forma, a publicação seguiu o tratamento do processo enfrentado por Dilma Rousseff, associado ao golpe de 1964.

Em abril, logo após a decisão favorável dos deputados em relação ao impedimento, os movimentos pró-presidente se reuniram novamente. Para o periódico, o desfecho do processo de *impeachment* na Câmara trouxe como ponto positivo uma reunificação de grupos da esquerda em prol de um ideal único de luta: a defesa da democracia. Havia muito, essa mesma coesão na esquerda não era visualizada: “A consigna ‘Não vai ter golpe, vai ter luta’, que em outras palavras significa a retomada, pela esquerda, da questão democrática, e a decisão pelo enfrentamento [...], funcionou como discurso aglutinador [...]” (CARTA CAPITAL, 27/04/2016, p. 33).

Segundo a revista, entre o final de 2015 e início de 2016, Dilma acenou para seus apoiadores e promoveu mudanças campo da economia: decidiu trocar o ministro da Fazenda Joaquim Levy por Nelson Barbosa. Como discutido no início do capítulo, Levy era mais associado ao mercado financeiro, enquanto Barbosa era mais próximo do desenvolvimentismo, linha econômica do primeiro mandato da presidente. *Carta Capital* enfatizou a mudança no ministério, porque entendeu nela uma mudança de

posicionamento na economia, recomendado em outras ocasiões pela revista: “[...] Dilma Rousseff ganhou um novo gás, enquanto prepara um lance ousado em defesa do próprio mandato, a troca do ministro da Fazenda. O movimento visa, sobretudo, atender à desiludida base social petista [...]” (CARTA CAPITAL, 23/12/2015, p. 16).

Todavia, somente a troca de ministro não foi o suficiente para retroceder por completo nos métodos utilizados para deter a crise econômica. Segundo publicação da revista em fevereiro, Dilma se manteve comprometida com o ajuste fiscal, mesmo com os prejuízos sobre as políticas públicas, de modo a cometer os mesmos erros do início do mandato. Era controverso que a presidente atuasse a favor de medidas políticas que poderiam ter sido propostas por outros partidos de oposição, mas que não combinavam com a agenda defendida pelo PT. A presidente foi duramente criticada pela *Carta Capital*:

Desde a guinada programática após a reeleição em outubro de 2014, há quem desconfie que a presidenta Dilma Rousseff teria sido afetada por uma espécie de síndrome de Estocolmo. Vaiada, ofendida diuturnamente, ameaçada por processos de *impeachment*, Dilma parece ter se afeiçoado pela agenda econômica de quem a agride [...] (CARTA CAPITAL, 24/02/2016, p. 16).

As críticas do periódico, sobre o posicionamento do governo no campo econômico, prosseguiram em março a partir de uma abordagem semelhante.

No que concerne ao andamento do processo de *impeachment* propriamente dito, durante todo o recorte analisado, a revista tratou a respeito do tema a partir das mesmas abordagens anteriores, ou seja, relacionadas à instauração de um golpe parlamentar em curso, por vezes associado ao golpe civil-militar desfechado contra João Goulart em 1964.

A particularidade que pode ser apontada entre os meses de dezembro a abril foi o reconhecimento, por parte do periódico, de um caráter antipopular do golpe. Assim, as elites políticas buscavam minar a influência do PT, em sua totalidade, como uma agremiação partidária que representava uma agenda social progressista e popular. A deposição de Dilma Rousseff se tratava apenas de uma etapa do processo mais complexa, de destruição da influência política do partido. Por conseguinte, era preciso deter o ex-presidente Lula de chegar à Presidência no ano de 2018, como um líder popular forte:

A secreção expelida pelas glândulas salivares da oposição na tribuna do Congresso, ou representada nas manifestações de rua, com a finalidade de fortalecer o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, [...] se expande e contamina [...]. Por que tanto ódio? A quem serve? Esse sentimento, [...] contra Dilma, contra Lula e contra o PT, é a tradução do velho preconceito de classe (CARTA CAPITAL, 06/04/2016, p. 12).

Em março, dois episódios relacionados à Lava Jato complicaram ainda mais a condição precária do governo: a prisão do marqueteiro das campanhas petistas João Santana e o convite dirigido ao ex-presidente Lula para que tomasse a frente do Ministério da Casa Civil.

Segundo a revista, os dois casos foram responsáveis por religar ao máximo os movimentos anti-Dilma, gerando uma intensa polarização popular no país: “O Brasil nunca teve, em sua breve história democrática, um período de polarização tão intensa, uma divisão ideológica tão clara” (CARTA CAPITAL, 16/03/2016, p. 24).

Sobre a ocupação da Casa Civil, a revista publicou: “A radicalização tomou conta do País [...], nem a chegada de Lula à Casa Civil, última tentativa do governo de mostrar capacidade política e econômica, é garantia de alguma normalidade [...]” (CARTA CAPITAL, 23/03/2016, p. 14). Assim, compreende-se que a nomeação do ex-presidente para o ministério foi reconhecida como uma forma de retomar o controle político perdido por Dilma, o que também demonstra que Lula era retratado como um grande negociador nas páginas do impresso.

À vista disso, o PSDB se empenhou no apoio às manifestações convocadas por movimentos anti-Dilma para o dia 13 de março, incentivado pelos desdobramentos recentes da Lava Jato. Para *Carta Capital*, com a possibilidade quase nula de chegar ao poder, o partido aderiu de vez ao golpismo:

Em mais um esforço para superar, pelos caminhos do golpe, a derrota na eleição de 2014, os tucanos vão às ruas, mesmo sem apoio militar tentarão transformar o dia 13 de março de 2016 em 31 de março de 1964 [...] (CARTA CAPITAL, 09/03/2016, p. 11).

A data citada marcou o início do golpe-civil-militar no Brasil em 1964.

## 5.12 PLEBISCITO JÁ! A SOLUÇÃO CONTRA A CRISE

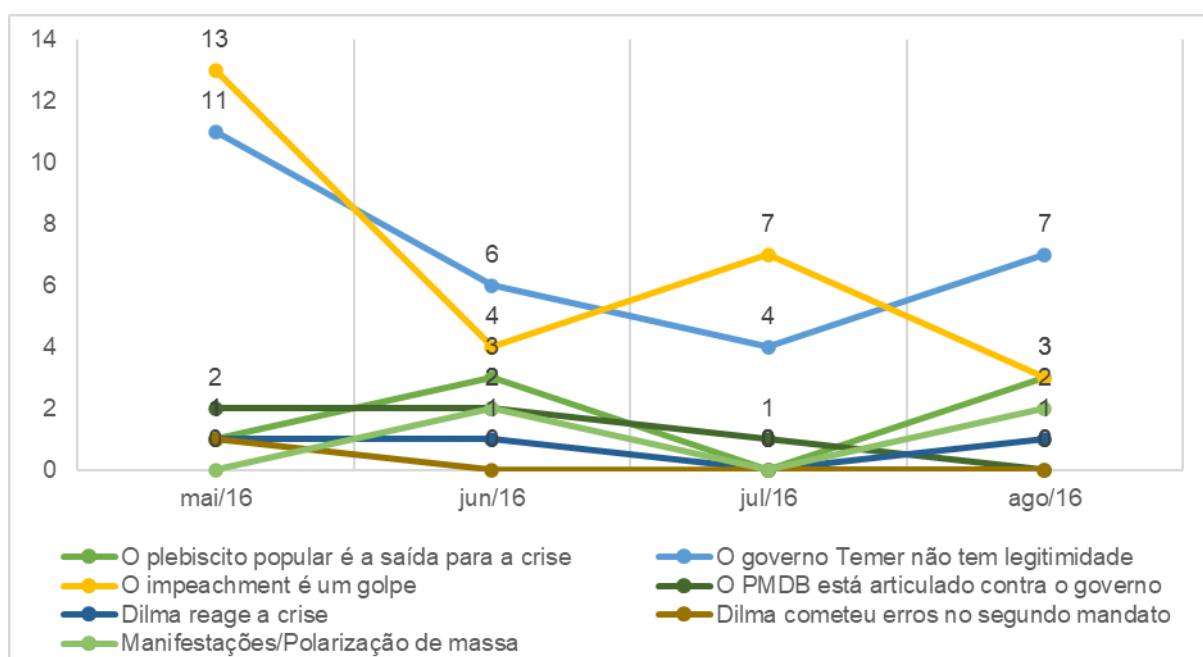
Entre os meses de maio a agosto, *Carta Capital* comentou o desenvolvimento do processo de *impeachment* no Senado Federal. Após a aprovação do impedimento

pelos senadores, Dilma Rousseff foi afastada por até 180 dias para aguardar o julgamento final. Nesse período, o vice-presidente Michel Temer assumiu a frente do governo interinamente, denominado pelo periódico como um governo ilegítimo, fruto de um processo golpista.

Com a chegada do vice ao poder, *Carta Capital* se engajou na realização de um plebiscito que pudesse autorizar a realização de novas eleições, apontado como o melhor método para solucionar a crise político-econômica.

Conforme mostrado no Gráfico 29, as formas de abordagens sobre a notícia foram: 1) O plebiscito é a saída para crise; 2) O *impeachment* é um golpe; 3) Dilma reage à crise; 4) Manifestações/Polarização de massa; 5) O governo Temer não tem legitimidade; 6) O PMDB está articulado contra o governo; e 7) Dilma cometeu erros no segundo mandato.

**Gráfico 29** – Ênfase discursiva na revista *Carta Capital* (maio/ago. 2016)



Fonte: a autora, a partir da revista *Carta Capital* (2016).

Conforme os dados do gráfico, no mês de maio, *Carta Capital* tratou a respeito do novo governo assumido pelo vice-presidente Michel Temer. Foi possível identificar que a posse do peemedebista era considerada um ato ilegítimo, seja pelo modo como ele teria alçado ao poder – entendido como um processo de conspiração –, seja perante a sua imagem pública com grande rejeição popular.

Dessa maneira, Temer assumiu a liderança do Executivo com números tão

ruins de aprovação quanto os da companheira de chapa, um fato que, para o periódico, provava que a saída de Dilma não era a solução para eliminar a crise: “O extraordinário na comparação é constatar que Dilma, no fundo do poço, é mais bem avaliada que Temer antes de começar” (CARTA CAPITAL, 18/05/2016, p. 32).

De todo modo, a revista concluía que o PMDB havia sido fundamental ao desfecho do *impeachment* para que o partido chegasse ao poder Executivo. Um exemplo da relação de interesses apontada pelo periódico foi o esvaziamento do poder de Eduardo Cunha. Logo após a finalização de seu papel como articulador do processo na Câmara, o deputado foi afastado de seu mandato como presidente da Casa, de acordo com publicações do mês de maio e julho: “Cunha detonado. O STF afasta o peemedebista, peso morto na trama do *impeachment* de Dilma” (CARTA CAPITAL, 11/05/2016, p. 20).

Para a revista, outra prova de que o PMDB conspirava contra a presidente Dilma Rousseff, desde muito cedo, foi o vazamento do conteúdo de interceptações telefônicas, divulgadas pela imprensa. Em junho, conversas gravadas entre Romero Jucá (PMDB), ministro do Planejamento do governo interino, e Sergio Machado relatavam ser necessário afastar a presidente para conter o progresso da Lava Jato sobre políticos, o que era uma prova inequívoca de que o impedimento se tratava de defender interesses pessoais, e não de cessar a crise político-econômica:

A conversa [entre Jucá e Machado] não deixa dúvidas, razão para Jucá [...] ter perdido o emprego de ministro do Planejamento após meros 13 dias no cargo. O *impeachment* moveu-se por uma conspiração [...] (CARTA CAPITAL, 01/06/2016, p. 20).

A divulgação dos diálogos também afetou a imagem de Temer, reconhecido pelo periódico não apenas como chefe de um governo ilegítimo, mas de uma equipe moralmente duvidosa, segundo publicação realizada em julho:

Enquanto as pressões sociais contra Temer crescem, a Lava Jato continua a ditar os rumos da política nacional. Os escandalosos diálogos de Jucá com Machado expuseram o acordão de bastidores, para derrubar o governo Dilma [...] (CARTA CAPITAL, 08/06/2016, p. 23).

Outro ponto levantado sobre o governo interino diz respeito à sua nova agenda política e o descompromisso com os programas sociais construídos durante os governos petistas. Para a revista, Temer desmontou políticas públicas importantes

para as camadas populares, uma tendência caracterizada como um retrocesso político: “Temer, mesmo na fase de interinidade, [...] atacará com furor as áreas de Saúde e Educação e pretende seguir em frente com mudanças na Previdência Social.” (CARTA CAPITAL, 22/06/2016, p. 13).

Entre os meses de julho e agosto, a revista deu ênfase à queda na popularidade do presidente interino: “[...] Se as pesquisas de opinião anularam os votos de 2014, [...] as mais recentes, do tempo nebuloso do governo interino, denunciam nitidamente a rejeição de Temer [...]” (CARTA CAPITAL, 20/07/2016, p. 12). No mesmo período, também afirmou que as recentes medidas políticas, propostas pelo governo provisório, contribuíram para a piora da qualidade de vida dos trabalhadores: “A agenda do governo provisório é cheia de impopularidades, entre elas a reforma da Previdência e a trabalhista e o congelamento de gastos com saúde e educação por 20 anos [...]” (CARTA CAPITAL, 17/08/2016, p. 38). De qualquer forma, foi perceptível que *Carta Capital* se mostrou contrária à gestão de Michel Temer e, em contrapartida, defenderia outras medidas para encurtar o seu mandato provisório.

No que concerne ao processo de *impeachment* propriamente dito, durante todo o recorte analisado, a revista adotou uma forma de abordagem semelhante à já tratada nos tópicos anteriores. Dessa forma, percebe-se que o processo que planejava tirar Dilma da presidência também procurava diminuir a influência do PT como uma opção eleitoral que representava uma política social progressista.

Além disso, era necessário destruir o PT para evitar que Lula se candidatasse e, conseqüentemente, assumisse o poder nas próximas eleições presidenciais que ocorreriam em 2018. Para a revista, a vitória de Lula era iminente, sendo ele o candidato favorito na opinião popular, segundo a seguinte publicação realizada em julho:

As pesquisas soletram que Lula é ainda e sempre o candidato mais forte para as eleições presidenciais [...] Há largo tempo o ex-metalúrgico é o único, autêntico líder popular brasileiro [...]. O golpe que por ora afasta Dilma Rousseff figura apenas no começo de uma pauta mais complexa e extensa, muito além da confirmação do *impeachment*. É também do conhecimento do mundo mineral que a mira da casa-grande está alçada na direção de Lula e do PT (CARTA CAPITAL, 27/07/2016, p. 14).

Ao argumentar nessa direção, a revista retomou o caráter antipopular da deposição de Dilma Rousseff como um desejo das elites de frear os avanços nas

conquistas sociais proporcionadas durante os quatro mandatos petistas consecutivos.

Durante o mês de maio, *Carta Capital* lembrou os erros cometidos pela presidente no segundo mandato, principalmente na condução do campo econômico, além de ela ter demonstrado inabilidade política quando se fazia necessário, quando cita: “A presidenta tem sido acusada de ter [...] falhado na lida com o Congresso e com diversos setores empresariais [...] Ela admite hoje ter errado, e é um notável avanço de sua parte [...]” (CARTA CAPITAL, 25/05/2016, p. 25).

Ainda assim, Dilma não seria derrotada sem oferecer resistência aos opositores. Ao contrário do que era estampado por outros órgãos de imprensa, de que a presidente mantinha uma postura derrotista e ressentida contra seus inimigos, de acordo com a *Carta Capital*, ela adotou um isolamento voluntário na residência oficial do Palácio do Alvorada, no qual planejava sua defesa e aparentava tranquilidade quanto ao andamento do julgamento no Senado:

Dilma Rousseff, ao contrário do que pretende a propaganda da mídia nativa, aparenta notável tranquilidade [...] Há uma lógica no comportamento de Dilma, surgida de uma esperança plausível [...] a mostrar que ela pretende resistir [...] (CARTA CAPITAL, 25/05/2016, p. 19).

No mês de junho, pesquisas divulgadas pela revista mostravam uma ligeira melhora no quesito de popularidade de Rousseff, em comparação com o governo interino de Temer: “O resultado surpreende. Dilma, tudo indica, está em processo de recuperação política. A velocidade do caminho será ditada pelo possível fracasso do governo provisório de Temer” (CARTA CAPITAL, 01/06/2016, p. 14). Contudo, com o desfecho do julgamento mais próximo, no mês de agosto, a revista admitia a dificuldade da presidente em angariar votos a seu favor no Senado:

Embora municiada por vitórias jurídicas relevantes, a campanha de Dilma para comprovar a ilegalidade de seu afastamento não tem conseguido produzir fatos políticos relevantes a reforçar sua defesa [...] (CARTA CAPITAL, 03/08/2016, p. 38).

No campo popular, o enquadramento da revista entre junho e agosto mostrou apoio à Rousseff, graças à frente ampla de esquerda que foi às ruas manifestar contra o golpe no Senado. Os movimentos também buscaram resistir ao governo interino a partir da campanha “Fora Temer”, que utilizou da publicidade em torno dos Jogos Olímpicos de 2016 para atrair atenção sobre a mobilização dos atos: “Uma maratona

contra Temer. Movimentos preparam atos contra o interino em meio aos Jogos” (CARTA CAPITAL, 15/06/2016, p. 42).

Ao longo de todo o período analisado, a revista abordou o tema da convocação de um plebiscito que ouviria a população quanto à proposta da realização de novas eleições. Nesse sentido, embora o periódico tivesse se posicionado negativamente sobre a convocação de novas eleições, esse posicionamento se transformou na reta final do *impeachment*, seja pelo reconhecimento da dificuldade de Dilma Rousseff em reverter o impedimento na fase de julgamento, pelo receio da continuidade de um governo de Michel Temer ou pela expectativa da volta de Lula como candidato em novas eleições.

Assim, o plebiscito foi apontado como a melhor opção para debelar a crise. A revista se fundamentava em pesquisas de opinião que apoiavam a realização de novas eleições como forma de demonstrar a apoio social da proposta. Em maio, a revista publicou:

[...] A melhor ‘saída da crise política’, a solução para 62% dos entrevistados, seria o afastamento de Dilma e Temer [...] Os eleitores querem votar. E apontam a direção: renúncia da presidenta e do vice. Ambos, hoje, em confronto absoluto (CARTA CAPITAL, 04/05/2016, p. 10).

A revista ainda pedia que a presidente se comprometesse publicamente com a tese do plebiscito para acalmar os ânimos políticos, caso o *impeachment* fosse derrotado no Senado: “Carta Capital manifesta apoio ao movimento e pede que a presidenta afastada assuma o compromisso de encampar a proposta caso não perca na próxima votação no Senado” (CARTA CAPITAL, 15/06/2016, p. 18). De fato, a presidente acenou para a proposta nos meses seguintes. Mas apesar do gesto político, ele não foi suficiente para deter o desfecho no Senado Federal, que aprovou oficialmente o afastamento em 31 de agosto de 2016.

## CONCLUSÃO

Assim como foi possível visualizar nos capítulos anteriores, cada revista de informação construiu a sua representação sobre o social, com base em elaborações discursivas que possuíram semelhanças e diferenças. No que diz respeito às semelhanças, é possível dizer que os recortes temáticos adotados sobre o contexto político se aproximaram em alguns períodos, enquanto foram encontradas diferenças nas estratégias de argumentação utilizadas por cada impresso, que se distanciaram uma da outra conforme a opinião debatida.

Enquanto atores políticos, as revistas pretenderam influir no âmbito público de modo a projetar suas agendas particulares, a partir das notícias que veicularam. À vista disso, as diferenças em cada abordagem também demarcaram um processo de disputa que envolveu os veículos de imprensa na definição dos eventos, segundo suas próprias concepções. Por vezes, a concorrência entre as revistas foi explícita, quando uma planejou responder diretamente à outra através de sua publicação.

Na análise desenvolvida no terceiro capítulo, foi discutido como cada periódico construiu a imagem pública de Dilma Rousseff, enquanto nova presidente em exercício. Mesmo que a petista não detivesse experiência eleitoral, cada periódico construiu uma *persona* singular para descrevê-la dentro do campo político. Uma imagem que foi retomada à frente, durante o encerramento de seu mandato.

Uma das primeiras características abordadas pelas duas revistas foi a definição da personalidade da presidente. Em *Veja*, Dilma foi apresentada por meio de estereótipos redutores sobre o feminino. Isso pode ser visualizado, por exemplo, na construção de um temperamento autoritário da presidente, ora usado pela qualificá-la como hostil, ora como uma figura pública assertiva, principalmente no combate às regalias de seus subordinados. Por outro lado, a revista também especulou a respeito de assuntos relacionados às rotinas privadas da presidente, como o fato de ser divorciada ou mesmo da composição de sua equipe de assessoramento, integrada majoritariamente por mulheres. O que significou a adoção de um discurso de viés conservador por parte da revista.

Na revista *Carta Capital*, a presidente foi apresentada como uma gestora de perfil técnico, com experiência na condução de duas pastas ministeriais durante o governo do ex-presidente Lula. O resgate de sua biografia também foi mencionado ao tratar do passado de Dilma como militante durante o regime militar (1964-1985). Esse

assunto foi retomado no desenvolvimento de outra pauta cara ao periódico: a questão da memória social sobre o período da ditadura. Nesse sentido, era esperado que a nova gestão tivesse como marca a defesa dos Direitos Humanos. O período ditatorial foi um tema relevante em *Carta Capital*, sendo retomado em diversos episódios, desde a posse da presidente até o encerramento de seu mandato. Sobre esse assunto, compreende-se que a construção da memória social sobre as agruras da ditadura se converteu em um tema especialmente sensível à revista. Embora ela tenha sido projetada depois da censura à imprensa, o próprio editor-chefe, Mino Carta, enfrentou embates no período e teve de se afastar da revista *Veja* a pedido dos militares à Editora Abril.

Os impressos também trataram da proximidade entre a nova presidente e seu antecessor. Na revista *Veja*, a aproximação de Lula dos bastidores do governo sempre foi visualizada com desconfiança, pois representava a continuação do ex-presidente no poder através de sua sucessora. Por meio dessa vigilância jornalística, a revista fez oposição à agenda programática do PT e, sobretudo, uma rejeição à figura de Lula, visualizado como uma ameaça política. Desse modo, *Veja* demarcou o espaço social ocupado pela revista, ao propor outro projeto político: o de uma economia liberal.

Em contrapartida, a presença de Lula foi desejada por *Carta Capital*, por vezes incentivada, como único mentor político capaz de guiar a nova presidente. Era esperado que Dilma seguisse o caminho aberto pelo antecessor, sobretudo no desenvolvimento de políticas públicas, reconhecidas como o legado do PT. Assim, a imagem da nova gestão esteve em constante comparação com aquela exercida por Lula. Um discurso que fornece indícios do projeto social defendido pela *Carta Capital*, que estava alinhado aos partidos de esquerda e, especificamente, próximo do PT.

Outro tema abordado, ainda no terceiro capítulo, por parte dos dois impressos foi o combate à corrupção. Nesse sentido, é possível indicar que o tema da corrupção tem desempenhado um elevado potencial de mobilização da opinião pública, principalmente em relação ao combate da prática e a divulgação extensiva de escândalos que envolveram figuras públicas, como ocorreria mais adiante com o caso da Lava Jato. Em ambas as revistas, o combate à corrupção apareceu como um elemento-chave durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, inserido como uma característica daquela gestão. Na *Veja*, ela foi representada através da ideia de “faxina” contra a corrupção. Já em *Carta Capital*, ela foi inserida como uma forma de

autonomia de Dilma frente às suas alianças políticas. Seria interessante a avaliação em pesquisas futuras sobre uma comparação no modo como a imprensa noticiou o início do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e o primeiro mandato de Dilma Rousseff, de modo analisar como o tema da corrupção permeou a construção simbólica desses dois governos.

Como último ponto do terceiro capítulo, as duas revistas apontaram a dificuldade de Dilma Rousseff em lidar com as relações institucionais. Na *Carta Capital*, esse traço apareceu mais como uma falta de experiência da presidente como uma figura política (pública); enquanto no discurso de *Veja*, essa característica foi retratada como uma indiferença aos pares políticos, um excesso de centralização do trabalho e o reflexo de seu temperamento autoritário. A construção dessa suposta inabilidade da presidente no cargo, de modo tão prematuro por parte dos impressos, chama a atenção em virtude da composição majoritariamente masculina do corpo de profissionais/ convidados que contribuíram para a redação das notícias. Em pesquisas futuras, talvez seja interessante acompanhar essa diferenciação entre as redações elaboradas por homens e mulheres acerca do primeiro mandato de Dilma.

Durante o quarto capítulo a análise esteve direcionada para dois acontecimentos geradores de uma instabilidade política no governo, respectivamente, as manifestações de junho de 2013 e o desenvolvimento da operação Lava Jato. No que se refere às manifestações de junho, de acordo com a literatura especializada, o primeiro protesto foi organizado por ativistas do MPL e por militantes que defendiam a instituição da tarifa zero. Na semana final daquele mês ocorreu um processo de massificação que alterou a quantidade e as pautas defendidas pelo público presente.

Da perspectiva adotada pela revista *Veja*, os ativistas do MPL teriam protagonizado episódios de violência e depredação do patrimônio público na cidade de São Paulo. Com a massificação dos protestos e a inclusão de novas pautas nas ruas, a revista mudou de posicionamento e passou a se mostrar favorável às manifestações. Isso significou um levante contra o governo petista, uma rejeição à corrupção e aos gastos da Copa (2014) e por uma limitação dos gastos públicos. A revista também comparou essa etapa de protestos ao movimento das “Diretas Já” (1984), como uma estratégia para legitimar o ato contestatório daqueles manifestantes, rumo a uma retomada da política pelo povo. No entanto, é importante ressaltar que vários manifestantes da segunda fase defendiam propostas antidemocráticas, como a intervenção militar e a retirada do PT do poder.

De acordo com *Veja*, o segundo grupo deveria ser ouvido pelos parlamentares, enquanto os primeiros manifestantes precisavam ser contidos pela polícia devido aos supostos episódios de violência, o que contribuiu para ideia de criminalização dos primeiros manifestantes, justificando, assim, a repressão policial. Ao definir uma posição de acolhimento/repressão de determinado tipo de manifestante, a revista marcou seu posicionamento favorável ao segundo grupo de reivindicações e de uma oposição ao governo petista.

Em *Carta Capital* também foi visualizada uma diferenciação de público polarizada nas reportagens sobre as manifestações. Em relação ao primeiro grupo, composto pelo MPL e demais ativistas de esquerda, a revista acolheu as pautas defendidas pelos jovens nas ruas enquanto reivindicações legítimas. Posteriormente, os protestos sofreram uma invasão por grupos de direita na semana final de junho, que pretenderam usurpar e corromper o verdadeiro sentido de estar nas ruas, ato que foi condenado pela revista. A inserção das direitas nas ruas também marcou outra transformação sensível nas mobilizações, que correspondeu ao início da violência entre os manifestantes, durando até a retirada total do MPL das ruas.

Ao contrário de *Veja*, *Carta Capital* projetou o discurso dos ativistas de esquerda e da tarifa zero nos transportes, além de sinalizar uma dificuldade do PT em se comunicar com as novas demandas da camada mais jovem. Ao fazer isso, a revista também favoreceu determinado discurso, especificamente o de esquerda, e marcou seu posicionamento progressista no social.

As revistas também discutiram como as manifestações afetaram o governo, o que também demonstrava, da perspectiva da imprensa, qual o papel representado por Dilma Rousseff frente às demandas da população. Para *Carta Capital*, além da reiterada necessidade do PT em exercer o diálogo com os movimentos nas ruas, foi chamada a atenção para o uso das manifestações como uma forma de desestabilizar a candidatura de Dilma Rousseff no ano seguinte. Dessa perspectiva, tanto os meios de comunicação como a oposição partidária alegavam um descontentamento geral da população diante do governo, sendo o papel da presidente agir para reverter essa situação antes do pleito de 2014.

Em *Veja*, as manifestações foram utilizadas como uma oportunidade para tratar do encerramento dos governos petistas e do enfraquecimento político de Dilma após os protestos. A revista também buscou projetar a candidatura de adversários da petista, como a de Marina Silva, na época bem avaliada no quesito popularidade.

Ainda neste capítulo, foi abordado o início da operação Lava Jato, durante o primeiro ano de implementação da investigação. Com o exame do tema foi pretendido identificar como a operação foi narrada pelos impressos e de que modo a gestão de Rousseff foi associada a ela. O ano de 2014 também foi marcado pela realização das eleições presidenciais, um processo decisório que poderia vir a ser afetado pelos desdobramentos da Lava Jato, ao favorecer/desfavorecer determinado candidato.

De acordo com a revista *Veja*, a estatal Petrobras teve seu desenvolvimento econômico atingido pela influência do PT em dois momentos. O primeiro foi a interferência do Estado na gestão econômica da petroleira, por meio do controle de preços dos combustíveis; o segundo foi o desenvolvimento de casos de corrupção durante esses mesmos governos. Sendo assim, os mandatos petistas foram visualizados como os principais responsáveis pela diminuição do potencial de desenvolvimento da empresa.

Com uma perspectiva diferente, *Carta Capital* deu ênfase ao potencial de desenvolvimento alcançado pela Petrobras durante os últimos anos, que teria sido acometido por problemas eventuais que não sobrepujavam a sua capacidade de conquistar recursos para o país. Com as revelações obtidas a partir da Lava Jato, a revista indicou um uso seletivo das informações da investigação contra os petistas e a presidente Dilma Rousseff, por parte de setores da mídia hegemônica e da oposição partidária, em uma tentativa de deter a reeleição da presidente.

Com o avanço das investigações federais e a aproximação das eleições presidenciais que ocorreram no mês de outubro de 2014, as duas revistas apresentaram mudanças na abordagem sobre a Lava Jato. Em matérias da *Veja*, a corrupção encontrada na estatal correspondeu a uma continuação do esquema apelidado por “Mensalão”, que atingiu o governo do ex-presidente Lula no ano de 2005. Essa associação entre os dois casos de corrupção ocorreu a partir do envolvimento dos mesmos personagens e objetivos: a compra de apoio parlamentar e o beneficiamento do PT.

A poucos dias do segundo turno eleitoral, a revista buscou interferir de maneira explícita no processo de decisão política, quando promoveu uma publicação que comprometia essencialmente a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula. O texto foi divulgado em meio eletrônico e em um período atípico, ao adiantar a matéria principal da edição impressa que circularia regularmente após as eleições. Como ator político, a revista buscou constranger os candidatos que não compartilhavam de seus

interesses particulares e pretendeu agendar o debate público através de sua influência, mesmo que fosse necessário romper com o ideal de imparcialidade defendido pelo jornalismo.

No discurso de *Carta Capital*, a divulgação de informações sobre a investigação da Lava Jato foi representada como uma tentativa de desestabilizar a candidatura petista, próximo às eleições. Desta perspectiva, inimigos de campanha da presidente colaboravam para o vazamento seletivo de dados sobre o envolvimento de petistas no esquema, que eram utilizadas pela mídia e oposição partidária contra Dilma Rousseff. Especificamente, *Carta Capital* respondeu diretamente à tentativa de *Veja* de interferir no curso eleitoral por meio de sua publicação. Ao exercer essa denúncia sobre a concorrente, a revista igualmente se posicionou como um ator político e pretendeu colocar em discussão outra versão sobre o acontecimento: era necessário comprovar a participação dos petistas no esquema, antes de divulgar.

Como estratégia na construção de seu discurso, a revista correlacionou o caso Lava Jato ao processo de crise político-econômica enfrentada por Getúlio Vargas (1950), contexto histórico em que a oposição partidária exerceu pressão sobre o governo, no sentido de sua interrupção. Dilma Rousseff enfrentava situação semelhante com uma tentativa de cerco em torno do final de seu mandato. Condição esta que perdurou mesmo depois de confirmada a reeleição petista, por meio da contestação do resultado eleitoral e da especulação sobre o *impeachment*, por parte da oposição partidária.

Com o final do ano de 2014, o prospecto das revistas sobre o curso do novo mandato de Dilma Rousseff também recebeu sentidos diferentes. Em *Veja*, a presidente recém-eleita venceu a disputa eleitoral, mas não conseguiria levar adiante a condução de seu governo, que já se iniciava em condições adversas, com uma oposição fortalecida e os problemas na economia. Em outras palavras, uma gestão enfraquecida. Para *Carta Capital*, a presidente havia sido reeleita constitucionalmente e as especulações quanto à sua permanência no poder, exercidas de modo tão prematuro por parte da oposição e da mídia, evidenciavam a tendência golpista de setores da direita partidária.

No quinto capítulo, foi intencionado identificar como cada periódico construiu a crise de governo que conduziu ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, entre os anos de 2015 e 2016. Em relação à crise, os periódicos abordaram em suas páginas um recorte temático que abrangeu problemas de ordem política e econômica

que enfraqueceram/prejudicaram a gestão da presidente.

Para *Veja*, Dilma estava cada vez mais acuada por uma série de problemas que percorriam o novo mandato, sendo eles: os efeitos de uma gestão econômica temerária, exercida no primeiro mandato, a pressão de setores da oposição, as dissidências com o PMDB, além da queda de popularidade do governo. Todos esses episódios criaram a tempestade perfeita que autorizava a especulação quanto à permanência da presidente no cargo.

Para *Carta Capital*, a crise surgia, em parte, como um efeito das decisões tomadas pela presidente no início do mandato, e a principal delas foi o ajuste fiscal, que pretendia diminuir os gastos do governo para conter os resultados precários na economia. O resultado imediato da medida, conforme a revista, foi a supressão de benefícios aos trabalhadores e do investimento em políticas públicas que atendiam às camadas mais pobres da população. Assim, a presidente colheu os frutos da impopularidade perante o próprio eleitorado, além de um descontentamento das bases de movimentos sociais e sindicais. Segmentos estes que poderiam lutar em favor da permanência da presidente através das ruas, em um eventual processo de deposição. Em segundo lugar, a presidente precisou lidar com os impasses entre ela e o novo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que fazia jogo duro ao barrar a votação de medidas importantes ao contingenciamento e ao propor outras votações que impossibilitavam a redução dos gastos federais. Esse cenário de instabilidade forneceu a oportunidade política para a oposição atacar o governo, ora no sentido de anular os resultados obtidos em 2014 e promover novas eleições, ora com a promoção do *impeachment*.

Da perspectiva da revista *Veja*, o cenário de crise autorizava a discussão a respeito do *impeachment* como uma solução para os problemas de ordem político-econômica. Desse modo, a revista explorou o caso da deposição de Fernando Collor de Mello (1992) como um precedente nacional da remoção de um governo em situação precária. Ao acolher esse evento disruptivo em seu discurso, em desfavor de outros exemplos na história nacional, a revista buscou construir novos sentidos sobre o presente, entre eles o de que era possível demover um presidente enfraquecido, sem maiores traumas institucionais.

Já em *Carta Capital*, a exploração do tema da crise foi representada como uma forma de promover o *impeachment* por parte da oposição e da mídia. Qualquer tentativa de remover a presidente Dilma Rousseff nessas condições foi abordada

como um golpe parlamentar, promovido contra um governo constitucionalmente eleito. Nesse sentido, ao construir a representação sobre o evento, a revista buscou correlacionar o processo histórico que resultou no golpe civil-militar contra o ex-presidente João Goulart (1964) que deu início a vinte e um anos de ditadura no país. Ao elaborar sua argumentação com base nesse fato histórico, a revista buscou projetar outros sentidos sobre o evento presente, entre eles o de que a remoção abrupta de presidentes do poder podem fraturar a frágil democracia brasileira, sendo um gerador de trauma institucional.

Para a revista *Veja*, a deposição da presidente foi reconhecida como a melhor solução para conter o avanço da crise político-econômica. Com o encaminhamento do processo a passos rápidos, a revista já sinalizava os reflexos positivos na economia, com a recuperação da credibilidade do país frente aos investidores do mercado financeiro. Desta perspectiva, ao apoiar o *impeachment* como uma solução econômica, *Veja* marcou seu posicionamento social como uma revista que pregava um modelo de Estado que é o liberal. A agenda programática do PT sempre foi visualizada pelo impresso como um entrave ao modelo capitalista defendido por ela, principalmente quando se tratava do investimento do governo em políticas públicas que buscavam minimizar as desigualdades sociais.

Em contrapartida, para *Carta Capital*, o *impeachment* da presidente não era reconhecido como a solução para a crise político-econômica, pelo contrário, a instauração do processo foi reconhecida como um elemento desestabilizador da política. Com os tramites do processo já avançados no Parlamento, a revista passou a defender a proposta de um plebiscito que ouviria a população a respeito da convocação de novas eleições presidenciais. A argumentação da proposta foi construída como a única forma legítima de superar a crise política. Ao defender esse tema, *Carta Capital* se posicionou como um ator político ao buscar influenciar a agenda pública. O objetivo era evitar a chegada do PMDB ao poder, reconhecido como um governo ilegítimo, golpista e que pregava o contingenciamento de gastos que inviabilizariam a expansão de políticas públicas, mantidas pelos petistas.

Sobre os primeiros passos do governo interino de Michel Temer, a revista *Veja* demonstrou simpatia com a posse do vice-presidente em diversos momentos, compreendendo nele as características de um governante moderado, comunicativo e que pretendia seguir adiante um receituário liberal na economia, através da redução dos gastos públicos. Uma agenda que já havia sido recomendada pelo impresso em

outros momentos e que demarca o seu projeto social: uma agenda liberal. Em contraponto, para *Carta Capital* o governo peemedebista representava um período de retrocesso, com o desmonte de políticas públicas e o congelamento de gastos que atingiriam a população mais pobre.

O exame das formas de representação elaboradas pelas revistas permitiu observar, na presente pesquisa, como a fonte de imprensa pode constituir um meio importante para a recuperação dos embates sociais de uma época, sendo ele, simultaneamente, um agente que tem em vista influir em seu meio e um objeto de análise para a história. Cabe ao historiador tornar visível o processo que perpassa a sua construção enquanto um discurso que se encontra imerso nas relações de poder (BORRAT, 1989; CAPELATO, 1988, 1991; CHARTIER, 1991; LUCA, 2008).

Quando reunidas as formas de abordagem da notícia propostas pela revista *Veja*, alguns elementos de sua agenda se destacaram. Foi possível visualizar que sua argumentação oscilou entre um discurso político conservador, e em alguns momentos houve a defesa de um receituário econômico liberal. Por vezes, a revista atravessou o limite da imparcialidade pregada pelo jornalismo e buscou intervir de forma explícita no âmbito público. Como um periódico que pretendeu escrever para um leitor específico e lhe prestar um serviço, neste caso, a interpretação dos acontecimentos, *Veja* esteve direcionada para um perfil conservador, ao desenvolver um paradigma de escrita próprio que é radical em suas colocações. Em pesquisas futuras seria interessante analisar como esse modelo tem se repetido em um recorte temporal mais longo, comparando a abordagem feita pela revista a respeito de outros governos e como ele se manifestam.

É igualmente interessante refletir sobre a capacidade de agendamento público do discurso da *Veja*, quando considerado seu pertencimento a um grande grupo de mídia, que trabalha com diversas linguagens e recursos, o que o torna muito mais eficiente na tarefa de convencimento de público, se comparado a outras revistas.

Sobre o discurso da revista *Carta Capital*, apesar de seu posicionamento explícito como um veículo de esquerda, o padrão de sua escrita pretendeu seguir um modelo moderado em suas colocações. O periódico esteve voltado para um perfil elitizado, com um discurso mais denso, que tem maior ancoragem entre a elite intelectual. Ao contrário de *Veja* que pretendeu ser um discurso acessível a todos, com grande apelo ao recurso das imagens. Todavia, *Carta Capital* também apresentou pontos problemáticos em sua argumentação, quando retratou um

protagonismo exacerbado do ex-presidente Lula em relação ao governo da presidente Dilma Rousseff. Assim, Dilma foi retratada por vezes como uma personagem secundária em seu próprio governo, sendo Lula a figura protagonista de um legado do PT.

Como último ponto a ser tratado, é interessante refletir como o discurso de imprensa tem utilizado de eventos históricos na construção de suas próprias narrativas, menções que aparecem como fundamentadoras de determinados comentários/opiniões elaborados pelos impressos. Assim, na presente análise foi possível visualizar um retorno sobre eventos da história política brasileira, como a deposição de Fernando Collor de Mello (1992); o golpe civil-militar (1964); o governo Vargas (1950); o movimento das Diretas Já (1984); enquanto eventos que não se encerraram em uma única temporalidade, mas que apareceram em trânsito constante, como uma resposta às demandas do tempo presente (MENESES, 2010). Dessa forma, a imprensa buscou imprimir representações sobre o presente, a partir de um passado que se encontra sempre ressignificado.

A imprensa, enquanto um espaço de produção da memória social sobre os eventos, pode alterar a percepção que os sujeitos têm da história e do seu próprio cotidiano. Uma forma de produção que também busca atingir a opinião pública, mas que se encontra transpassada por interesses que são próprios daquele órgão de imprensa. Desse modo, o campo de produção midiática se trata de um terreno movediço, determinado por práticas e intencionalidade que nem sempre estão disponíveis aos leitores. Como um espaço que corrobora a formação histórica dos sujeitos no presente, importa reconhecer quem são seus produtores e de qual posição social os órgãos de imprensa partem na produção de seu discurso (CAPELATO, 1988, 1991; MENESES, 2010).

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer 1. **Novos Estudos**, p. 49, 2017.
- ALVES, Giovanna Nascimento. **Eleições presidenciais de 1960: a campanha de Jânio Quadros e Henrique Teixeira Lott nas páginas da revista Manchete (1959-1960)**. 2018. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- AMARAL, Renata Maria do. A radical Dilma x o preparado Serra: eleições 2010 e a falácia da imparcialidade na revista Veja. **VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. São Luís, 2010.
- AREND, Silvia Maria Fávero (org). **Um país impresso: história do tempo presente e revistas semanais no Brasil – 1960-1980** -1. Ed. – Curitiba, PR:CRV, 2014. 233 p.
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. 1º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Imagens memória do tempo presente. In: AREND, Silvia Maria Fávero (org). **Um país impresso: história do tempo presente e revistas semanais no Brasil – 1960-1980** -1. Ed. – Curitiba, PR:CRV, 2014. 233 p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, José D’Assunção. História comparada. Um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jun. 2007. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/144>> Acesso em 20 jan 2023.
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presente da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.
- BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J. & SIRINELLI, J. (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p.349-363.
- BERTRAN, M. P. et. al. Neutralidade e viés judicial: Filiação partidária e os réus da Operação Lava Jato. **SciELO Preprints**, 2022. Disponível em:

<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4689/9079>. Acesso em 17 de out. de 2022.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu** [online]. 2010, n. 34, pp. 269-299. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332010000100011>>. Epub 04 Ago 2010. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332010000100011>. Acesso 23 ago. 2022.

BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise. A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do "mensalão". **Opinião Pública**, v. 20, p. 204-218, 2014.

BORRAT, HÉCTOR. **El periódico actor político**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1989.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Decisão da Presidência, de 02 dez. 2015. **Diário da Câmara dos Deputados**: Brasília, DF, p.3720-3741, 18 mar. 2016.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Denúncia por crime de reponsabilidade nº1/2015, 02 dez 2015. **Diário da Câmara dos Deputados**. Brasília, DF, p. 4-81.18 mar. 2016.

BRASIL. **Lei Nº 12.850, de 2 de agosto de 2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. 2013. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.850%2C%20DE%20%20DE%20AGOSTO%20DE,de%20maio%20de%201995%3B%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.>](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.850%2C%20DE%20%20DE%20AGOSTO%20DE,de%20maio%20de%201995%3B%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.>)> Acesso em 01 nov. de 2022.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto Editora/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucila de Almeida Neves, FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História do tempo presente**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa: uma mercadoria política. **História e Perspectivas**, n. jan/jun 1991, p. 131-9, 1991.

CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. Algés: Portugal: Difel, 2002.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601> . Acesso em: 20 jan. 2023.

CIOCCARI, Daysi. Operação Lava Jato: escândalo, agendamento e enquadramento. **Revista AlterJor**, São Paulo, Ano 06, v.02, ed. 12 jun-dez, 2015. Disponível em: < Operação Lava Jato: escândalo, agendamento e enquadramento | Revista Alterjor (usp.br)> Acesso em: 9 dez. 2021.

CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tania Regina de. (org). **História da Imprensa no Brasil**. 2. Ed., 2° reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

DATAFOLHA. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff após dois anos de governo**. Instituto de Pesquisa Datafolha. Pesquisa de opinião, n°03372. Disponível em: < [https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/3154](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/3154)> Acesso em: 19 jan. 2023.

DATAFOLHA. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff**. Instituto de Pesquisa Datafolha. Pesquisa de Opinião, n°PO813694, 28 jun. 2013.

DATAFOLHA. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff**. Instituto de Pesquisa Datafolha. Pesquisa de opinião, n° 04407, mar. 2015. Disponível em: < [https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/4238](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4238)>. Acesso em: 19 jan. 2023.

DATAFOLHA. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff**. Instituto de Pesquisa Datafolha. Pesquisa de opinião, n° 04408, abr. 201. Disponível em: < [https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/4239](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4239)> . Acesso em: 19 jan. 2023.

DATAFOLHA. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff**. Instituto de Pesquisa Datafolha. Pesquisa de opinião, n° 04410. Disponível em: < [https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/4258](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4258)> Acesso em: 19 jan. 2023.

DATAFOLHA. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff**. Instituto de Pesquisa Datafolha. Pesquisa de opinião, n° 04409. Disponível em: < [https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/4240](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4240)>. Acesso em: 19 jan. 2023.

DATAFOLHA. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff**. Instituto de Pesquisa Datafolha. Pesquisa de opinião, n° 04412. Disponível em: < [https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/4242](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4242)> Acesso em: 19 jan. 2023.

DATAFOLHA. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff**. Instituto de Pesquisa Datafolha. Pesquisa de opinião, n° 04413. Disponível em: < [https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/4243](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4243)> . Acesso em: 19 jan. 2023.

DATAFOLHA. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff**. Instituto de Pesquisa Datafolha. Pesquisa de opinião, n° 04414. Disponível em: [https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/4245](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4245). Acesso em: 19 jan. 2023.

DATAFOLHA. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff**. Instituto de Pesquisa Datafolha. Pesquisa de opinião, nº 04415. Disponível em: <[https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/4246](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4246)> . Acesso em: 19 jan. 2023.

DATAFOLHA. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff**. Instituto de Pesquisa Datafolha. Pesquisa de opinião, nº 04416. Disponível em: <[https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/4247](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4247)> . Acesso em: 19 jan. 2023.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, v.2, nº4, p. 19-34, 2013.

ENGELMANN, Fabiano. Julgar a política, condenar a democracia? Justiça e crise no Brasil. **Conjuntura Austral**, v. 7, n. 37, p. 09-16, 2016.

FALCON. Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia** – Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, no 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

FERREIRA. Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Editora FGV, 2014.

FICO. Carlos. História que temos vivido. In: VARELLA (org.), [et al.]. **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, 294 p.

GÖRGEN, James. **Sistema central de mídia: proposta de um modelo sobre os conglomerados de Comunicação no Brasil**. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

GROSSI, Eduardo. **Aspectos folkcomunicacionais da propaganda política de Jânio Quadros na campanha presidencial de 1960**. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande, 2001.

IBOPE. **Confiança nas instituições brasileiras**. Instituto Brasileiro de Opinião

Pública e Estatística. Pesquisa de opinião, nº 04637, jul. 2013. Disponível em: [https://www.cesop.unicamp.br/por/banco\\_de\\_dados/v/4482](https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4482). Acesso em 19 de set. de 2022.

JÚNIOR, João Ferres, et al. A Lava Jato e a Mídia. *In*: KERCHE, Fábio; FERES Júnior, João; et al. **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018, p. 199-227

LE GOFF, Jacque, NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Tradução de (Theo Santiago). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1995

LE GOFF, Jacques. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves e Editora S.A., 1995.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos, *In*: Carla Bessanezi Pinsky, (organizadora). **Fontes Históricas**. 2 eds., 1º reimpressão, - São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. 2. Ed., 2º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

MENESES, Sônia. Escrita histórica e escrita midiática: a produção de sentidos históricos e o acontecimento emblemático contemporâneo. *In*: **Revista História em Reflexão**. Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia**. – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: o caso da Editora Abril**. 1997. 359f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280039>> Acesso em: 23 de ago. de 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Org). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. 1º ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. Editora Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. **Estudos Avançados**, v. 33, p. 395-420, 2019.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. *In*: **Revista Lugar Comum. Estudos de mídia, cultura & democracia** (Rio de Janeiro, CNPq/nepcom-eco/ufrrj), nº11, maio-agosto de 2000, p 25-44.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SALLUM JR, Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, p. 163-200, 2011.

SALLUM JR. Brasílio. O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Org). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. 1º ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A judicialização da política. **Jornal Público**, v. 26, 2003. Artigo. Disponível em: < <https://www.publico.pt/2003/05/27/jornal/a-judicializacao-da-politica-201706>> Acesso em 20 jan. 2023.

SANTOS, Elaine de Moraes. A produção de efeito discursivo de copresença Lula-Dilma em 2010: enquadramentos da revista Época. In: **Estudos linguísticos**, São Paulo, n 45, p. 776-790, 2016, Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i3.771>. Acesso em 23 ago de 2022.

SINGER, ANDRÉ. **O lulismo em crise: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016)**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 388 p.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil/1984, 1992 e 2013. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, p. 35, 2014.

TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**, v. 17, n. 1, p. 112-135, 2018.

TSE. **Portal de dados abertos**. Tribunal Superior Eleitoral. 21 ago. 2021. Site: Coligações. Disponível em: [https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/candidatos-2010/resource/a2c64d9f-a48f-412a-9aa4-15fa91ee7448?inner\\_span=True](https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/candidatos-2010/resource/a2c64d9f-a48f-412a-9aa4-15fa91ee7448?inner_span=True). Acesso em 9 de jun. de 2022.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História: revista do programa de estudos pós-graduados de história**, v. 4, 1985.

## REVISTAS

#Fera, odiado e do mal. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº 2475, 24 abr. 2016.

“Lula comandava o esquema”. **Veja**. São Paulo: Editora Abril. nº 2470, 23 mar. 2016.

2011, o ano na tormenta. **Carta Capital**. Carta Editora Confiança. nº 678. 28 dez. 2011.

A águia é o Big Brother. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº 756, 10 jul.

2013.

A batalha dos 100 dias. **Veja**. São Paulo: Editora Abril. n° 2198. 05 jan. 2011.

A face feroz da China. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2441, 2 set. 2015.

A fúria contra Marina. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2391, 17 set. 2014.

A implosão da esperança. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2443, 16 set. 2015.

A insustentável leveza. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2434, 16 jul. 2015.

A Lava Jato vai emergir. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n°2448, 21 out. 2015.

A lista de Janot. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, n°840, 11 mar. 2015.

A máquina do atraso de Dilma. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2456, 16 dez. 2016.

A marca de Dilma. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança. n° 632. 9 jan. 2011.

A operação Lava-Jato e o PT. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n°2403, 10 dez. 2014.

A promoção do caos. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, n° 893, 23 mar. 2016.

A queda do príncipe dos empreiteiros. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2431, 24 jun. 2015.

A República do Pixuleco. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2439, 19 ago. 2015.

A revolta dos jovens. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2326, 19 jun. 2013.

A Roseta e o mistério da Água. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2400, 19 nov. 2014.

A ruína do PT. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2478, 18 mai. 2016.

A súbita força de Eduardo Cunha. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n°2418, 25 mar. 2015.

A vez dele. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2436, 29 jul. 2015.

Aécio na sombra. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, n° 904, 8 jun. 2016.

Ao povo, a decisão. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, n°905, 15 jun. 2016.

As 100 horas de Dilma. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança. n° 628.12 jan. 2011.

As apostas de Temer. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2476, 4 mai. 2016.

- As leis da atração. **Veja**. São Paulo: Editora Abril. nº2261. 21 mar. 2012.
- As prisioneiras do crack. **Veja**. São Paulo: Editora Abril. nº2222. 22 jun. 2011.
- Assim caminha o Brasil. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº 875, 11 nov. 2015.
- Brasil, 1964-2013. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº 895, 6 abr. 2016.
- Brasil, quarta de cinzas. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº 837, 18 fev. 2015.
- Choque de ilusão. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº 2330, 17 jul. 2013.
- Circo Brasil. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº836, 11 fev. 2015.
- Como esmagar o leão. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº 845, 15 abr. 2015.
- Como juntar os cacos. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº 856, 1 jul. 2015.
- Como o PT está afundando a Petrobrás. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº2368, 09 abr. 2014.
- Concurso público, as lições dos campeões. **Veja**. São Paulo: Editora Abril. nº 2225. 13 jul. 2011.
- Corrida Indefinida. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº819, 01 out. 2014.
- Desajuste. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº: 860, 29 jul. 2015.
- Dez motivos para se indignar com a corrupção. **Veja**. São Paulo: Editora Abril. nº 2240. 26 out. 2011.
- Dilma com a palavra. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº 822, 22 out. 2014.
- É minha!. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº2421, 15 abr. 2015.
- Edição especial da crise. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº 901, 18 mai. 2016.
- Ela passou a faixa. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº 2446, 7 out. 2015.
- Eles sabiam de tudo. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº 2397, 29 out. 2014.
- Elizabeth Taylor eterna. **Veja**. São Paulo: Editora Abril. nº 2210. 30 mar. 2011.
- Em decomposição. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº 906, 22 jun. 2016.

Empreiteira delata ministro do Supremo. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº2492, 24 ago. 2016.

Então é no grito?. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº 2328, 03 jul. 2013.

Entrevista Dilma Rousseff. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº902, 25 mai. 2016.

Escravos da tecnologia. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança. nº 646. 18 mai. 2011.

Especial Eleições. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº823, 29 out. 2014.

EsPécie em ExTinção?. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº 2422, 22 abr. 2015.

Fora do baralho. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº 2474, 20 abr. 2016.

Francisco contra os donos do dinheiro. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº859, 22 jul. 2015.

Frustração e vingança. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº 9 dez. 2015.

Futuro vs. Passado. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº821, 15 out. 2014.

Golpe. A prova dos nove. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº 903, 1 jun. 2016.

Iguais perante a Lei. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº2440, 26 ago. 2015.

Imolaram o homem bomba. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº900, 11 mai. 2016.

Impeachment, **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº 2455, 9 dez. 2016.

Lava Jato onde quer chegar?. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº888, 17 fev. 2016.

Lava Jato. A primeira leva. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº830, 17 dez. 2014.

Lula e a Lei. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº 2468, 9 mar. 2016.

Lula e o complô. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº892, 16 mar. 2016.

Mãos sujas, Lava Jato. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº 827, 26 nov. 2014.

Menor + álcool, proibido, mas ninguém liga. **Veja**. São Paulo: Editora Abril. nº 2277. 11 jul. 2012.

Moralistas imorais. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº910, 20 jul. 2016.

Na cola de Dilma. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº 871, 14 out. 2015.

Negócios da China. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº 851, 27 mai. 2015

Nem Alá nem EUA. **Carta Capital** São Paulo: Editora Confiança. nº 634. 23 fev. 2011.

O Brasil aos olhos do mundo. **Veja**. São Paulo: Editora Abril. nº 2250. 04 jan. 2012.

O Brasil de Dilma. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança. nº 660. 24 ago. 2011.

O Brasil entre a fagulha e a fumaça. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº755, 03 jul. 2013.

O Brasil pede socorro. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº 2438, 12 ago. 2015.

O Brasil surpreende o mundo. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº2491, 17 ago. 2016.

O cadáver da Lava-Jato. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº 2472, 6 abr. 2016.

O complô e três personagens. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº891, 9 mar. 2016.

O complô para calar a Lava-Jato. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº 2480, 1 jun. 2016.

O complô. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº880, 16 dez. 2015.

O delator fala. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº 2390, 10 set. 2014.

O doleiro fala. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº 2396, 22 out. 2014.

O enigma Lily Safra. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº855, 24 jun. 2015.

O futuro da saga. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, nº2457, 23 dez. 2015.

O gladiador tranquilo. **Veja**. São Paulo: Editora Abril. nº 2260. 14 mar. 2012.

O governo no Breu. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº842, 25 mar. 2015.

O grande roubo de joias. **Veja**. São Paulo: Editora Abril. nº 2234. 14 set. 2011.

O legado de Lula. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança. nº 629. 19 jan. 2011.

O massacre em Paris...E a crise de ideias. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, nº833, 21 jan. 2015.

O plano secreto de Lula para evitar a prisão: pedir asilo à Itália e deixar o Brasil. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2471, 30 mar. 2016.

O plano Temer. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2452, 18 nov. 2015.

O poder do doleiro. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, n°795, 16 abr. 2014.

O poder e o saber. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2407, 7 jan. 2015.

O poderoso chefão. **Veja**. São Paulo: Editora Abril. n° 2232. 31 ago. 2011.

O que era solução virou problema. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n°2366, 26 mar. 2014.

O STF freia Cunha. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, n°881, 23 dez. 2015.

O suicídio do Brasil. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, n°914, 17 ago. 2016.

O terror. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2487, 20 jul. 2016.

Operação mão-sujas. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n°2398, 05 nov. 2014.

Os apuros de Temer. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, n°911, 27 jul. 2016.

Os percalços de Dilma. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, n°826, 19 nov. 2014.

Os sete dias que mudaram o Brasil. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2327, 26 jun. 2013.

Papa Francisco no Brasil: "Quero que a Igreja vá para as ruas". **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n°2332, 31 jul. 2013.

Parem de subestimar o povo. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, n° 754, 26 jun. 2013.

Petrobras: O escândalo e a eleição. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, n°817, 19 set. 2014.

Por dentro do Irã. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, n° 792, 26 mar. 2014.

Preso e ainda no comando. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2203. 09 jan. 2011.

Previdência. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, n°889, 24 fev. 2016.

Promessa. Realidade. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2409, 21 jan. 2015.

Quem paga a conta?. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, n°867, 16 set.

2015.

Republiqueta das bananas. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, n°898, 27 abr. 2016.

Retrospectiva 2011. **Veja**. São Paulo: Editora Abril. n° 2249. 28 dez. 2011.

Saiu! A lista de Janot. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2416, 11 mar. 2015.

*Sem título*. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2417, 18 mar. 2015.

Sete de junho de 2011. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança. n. 650. 15 jun. 2011.

Sorria, você está sendo espionado. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, n°753, 19 jun. 2013.

Surfista do golpe. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, n°899, 4 mai. 2016.

Tchau, querida. Tchau, querido. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2477, 11 mai. 2016.

Terror à brasileira. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, n°912, 3 ago. 2016.

Terror no país da paz. **Veja**. São Paulo: Editora Abril. n° 2227. 27 jul. 2011.

Terrorismo à brasileira. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2488, 27 jul. 2016.

Vai passar....**Veja**. São Paulo: Editora Abril, n° 2464, 10 fev. 2016.

## APÊNDICES

## APÊNCICE A – REVISTA VEJA (2011-2012)

Categoria de Contexto	Mês	Freq.	Ênfase Discursiva	Exemplos
Perfil de Dilma Rousseff	Jan. 2011	2/9	Atenção para aspectos “femininos”	“[...] Dilma é divorciada e não terá um cavalheiro a seu lado para fazer figuração em compromissos oficiais”; “[...] Dilma pediu, com toda a razão, uma equipe feminina para atendê-la no avião presidencial. Que mulher quer olhos masculinos estranhos enquanto repousa, tira os sapatos e a maquiagem”
		7/9	Dilma é autoritária	“A presidente tem um jeito conhecido de trabalhar: deixar subordinados — ou não — em estado permanente de terror”; “São três os estados de espírito mais comuns da presidente Dilma Rousseff: brava, muito brava e superbrava”
	Fev. 2011	4/4	Dilma é autoritária	“De um político com décadas de intimidade com o Palácio do Planalto, sobre a relação entre Dilma Rousseff e sua equipe: ‘Desde o Geisel, não vejo ministros temerem tanto um presidente’”
	Mar. 2011	1/3	Dilma é uma gestora diferente de Lula	“[...] Dilma chamou a atenção por anunciar decisões e assumir uma postura diametralmente oposta ao que pregava seu antecessor”
		2/3	Dilma tem altos índices de popularidade	“[...] As pesquisas qualitativas que o governo tem nas mãos indicam que nestes primeiros três meses não foi detectado o ‘efeito saudade’ – ou seja, uma possível nostalgia da figura de Lula”
	Abr. 2011	1/1	Dilma é autoritária	“[...] Depois de cancelar o fim de semana antecipado dos ministros [sextas-feiras], marcando despachos na sexta-feira à tarde, Dilma Rousseff resolveu disciplinar o uso de jatinhos da Aeronáutica. Passou a cobrar relatórios semanais de quem foi até onde e fazer o quê nesses aviões”
	Mai. 2011	0	----	Não tiveram ocorrências na categoria analisada
	Jun. 2011	1/1	Dilma é uma gestora diferente de Lula	“[...] A presidente Dilma Rousseff dá uma demonstração de grandeza política ao enviar uma carga aberta a Fernando Henrique Cardoso em que reconhece as conquistas de seu governo – que o PT sempre tentou esconder”
	Jul. 2011	3/4	Dilma é autoritária	“[...] O temperamento de pugilista da presidente”; “Temor Reverencial. A propósito, a maioria dos ministros ainda fica em estado de tensão máxima nas audiências com Dilma Rousseff”
		1/4	Dilma não compactua com malfeitos	“[...] A presidente Dilma agiu com rapidez [nas demissões ministeriais] e, com isso, abriu caminho para que a intolerância com a corrupção deixe de ser episódica e se torne a regra”
	Ago. 2011	2/10	Dilma é autoritária	“[...] A falta de paciência de Dilma Rousseff para paparicar parlamentares ganhou um novo episódio há duas semanas”
		5/10	Dilma está fazendo uma “faxina” contra a	“[...] Dilma Rousseff: que ela continue a limpar a administração pública dos corruptos que a infestam por causa do loteamento político”; “[...]”

			corrupção	a operação de faxina que ela [Dilma] desencadeou em Brasília contra os corruptos que infestam a máquina pública”
	3/10		Dilma tem altos índices de popularidade	“Dilma age como quer a maioria da cidadania: preserva a dignidade do cargo e afasta firmemente os de conduta frágil. Tudo isso é novidade”
Set. 2011	2/10		Dilma é autoritária	“Bico fechado. Dilma Rousseff já deu o recado à diretoria da Petrobrás: o primeiro que defender em público o reajuste da gasolina roda”
	6/10		Dilma está fazendo uma “faxina” contra a corrupção	“[...] Às voltas com uma tentativa de faxina ética custosa do ponto de vista político, Dilma Rousseff tem a dimensão do risco decorrente desse flerte entre interesses públicos e privados”; “[...] Dilma como a principal depositária da esperança de diferentes segmentos de ver um país livre da roubalheira e da impunidade”
	2/10		Atenção para aspectos “femininos”	“[...] Já ficou acertado com Dilma Rousseff que Luiza Trajano entra no futuro Ministério da Micro e Pequena Empresa. Sorriso de ministra Luiza: mais uma mulher e mais um ministério”
Out. 2011	1/1		Dilma está fazendo uma “faxina” contra a corrupção	“A atitude firme da presidente [na demissão de ministros] ajudou a despertar a população para o descalabro do desvio em massa do dinheiro do povo. Agora é preciso dar urgentemente o passo seguinte, [...] pois os atuais mecanismos de prevenção e punição da corrupção não estão funcionando [...] As principais causas da corrupção são velhas conhecidas: instituições frágeis, hipertrofia do estado, burocracia e impunidade. [...] a vitória contra a corrupção passa também pela racionalização tributária, pela simplificação do estado cartorial brasileiro e pela diminuição do estado que consome 40% da riqueza nacional e não devolve em serviços um décimo disso”
Nov. 2011	2/6		Dilma é autoritária	“Como é de praxe nas reuniões que Dilma Rousseff tem com empresários, o clima nunca é de tapinhas nas costas. É de embate”
	4/6		Dilma está fazendo uma “faxina” contra a corrupção	“[...] A escalada de substituições no primeiro escalão [ministérios] rendeu à presidente pontos a mais em popularidade. No campo político, no entanto, acentuou a insatisfação de Lula e do PT com a “faxina ética” em curso. Na lógica do petismo, Dilma estaria carimbando a pecha de corrupção na legenda e, pior, pondo em risco companheiros que estão à frente de cargos importantes”
Dez. 2011	3/9		Dilma é autoritária	“[...] O temperamento de pugilistas da presidente, visível nas descomposturas que passa em ministros e outros arquiduques da burocracia federal [...]”
	5/9		Dilma está fazendo uma “faxina” contra a corrupção	“[...] O que foi chamado, não sem certo exagero, de “faxina” representa um passo importante no reestabelecimento de um código de conduta rigoroso para os ocupantes de cargos público [...]”
	1/9		“Aparelhamento” de ministérios	“[...] de que adianta mudar os titulares se permanecem no sistema básico de loteamento do governo e seu aparelhamento com duas

				dezenas de milhares de companheiros mal qualificados?”
--	--	--	--	--

Fonte: A autora, a partir da revista Veja (2011).

Categoria de Contexto	Mês	Freq.	Ênfase Discursiva	Exemplos
Perfil de Dilma Rousseff	Jan. 2012	1/2	Dilma tem dificuldade com o Congresso	“[...] Muita gente deve achar que os momentos mais desconfortáveis de Dilma Rousseff em seu primeiro ano foram as sete quedas de ministros em sete meses. Menos a própria Dilma. [...] a ocasião que mais abomina no dia a dia como presidente é quando tem de negociar com o Congresso”
		1/2	Dilma é autoritária	“Quem acha que a vida de ministro de Dilma Rousseff é difícil [...] não sabe o que passa a turma encarregada de cuidar da sua bagagem nas viagens mundo afora. Dilma costuma levar entre oito e dez malas [...] Faz questão de fiscalizar as malas, e quando encontra algum arranhão... Sai de baixo”
	Fev. 2012	1/4	Dilma é autoritária	“A presidente Dilma Rousseff ordenou a seus principais assessores que até junho, todo o ministério tenha um projeto prioritário que possa ser acompanhado online por ela [...] O objetivo de Dilma é agilizar a gestão e, principalmente, poder cobrar de seus auxiliares assim que algum problema for detectado.”
		3/4	Dilma assume uma postura ideológica	“[...] A desastrada fala de Dilma Rousseff sobre os direitos humanos em Cuba foi obra dela. Dilma recebeu uma série de sugestões para declarações em outro diapasão. Desprezou-as, entretanto.”; “Dívida do passado. Ao nomear para o ministério da Mulher um ex-colega de prisão que milita pela legalização do aborto, a presidente Dilma compra briga e reacende uma discussão”
	Mar. 2012	4/6	Dilma é autoritária	“[...] Dilma Rousseff tem horror de ser interrompida enquanto fala. Disso sabem bem os que a rodeiam – e deveriam saber todos os que lidam com ela”
		1/6	Dilma está fazendo uma “faxina” contra a corrupção	“[...] No primeiro ano de mandato, a presidente Dilma Rousseff demitiu seis ministros acusados de corrupção [...] Até agora a faxina no Executivo funcionou como um dínamo do capital político eleitoral de Dilma”
		1/6	Dilma tem altos índices de popularidade	“[...] A alta popularidade de Dilma é hoje uma das suas mais poderosas armas em sua batalha contra o fisiologismo dos partidos aliados”
	Abr. 2012	2/6	Dilma é autoritária	“[...] a pesquisa do IBOPE em que Dilma Rousseff aparece com 77% de aprovação, um de seus ministros mandou está: ‘Com a quantidade de broncas que ela distribui, se essa pesquisa fosse feita na Esplanada dos Ministérios e no Palácio, não daria esses 77%...’”
		3/6	Dilma está fazendo uma “faxina” contra a	“Em entrevista a VEJA publicada na semana passada, a presidente Dilma Rousseff manifestou de forma cristalina sua intolerância

			corrupção	com a corrupção e seu desconforto com a manutenção da governabilidade pelo mecanismo do 'toma lá dá cá' [...] na qual partidos da coalizão no poder vendem sua fidelidade temporária ao Executivo em troca de cargos e verbas"
	1/6		Dilma tem altos índices de popularidade	"A presidente teve, em março, aprovação de 77% dos brasileiros, a maior desde que assumiu o cargo"
Mai. 2012	2/2		Dilma é autoritária	"Com pitos, Dilma atacou os juros altos e até as tarifas de hotéis. O problema é que as leis básicas da economia são surdas, não reagem a ordens e passam por cima de qualquer artificialismo"
Jun. 2012	2/2		Dilma é autoritária	"Os maiores produtores de etanol do país se reuniram com Dilma Rousseff na semana passada. Reclamaram da elevada carga de impostos e da manutenção artificial do preço da gasolina, o que retira a competitividade do setor. [...] A presidente, por sua vez, reclamou da falta de investimento. Sem titubear, [Rubens] Ometto respondeu: 'Não tenho nenhum sinal do governo de que vou ganhar dinheiro com etanol. Não sou de investir pra perder'. Dilma encerrou a reunião na mesma hora. Sem dar esperanças de atender aos pedidos do setor"
Jul. 2012	2/2		"Aparelhamento" de cargos públicos	"[...] O ex-presidente Lula foi muito criticado no final de seu mandato por nomear para o Supremo Tribunal Federal um ex-advogado do PT, José Antonio Dias Toffoli. Isso não impediu que a sua sucessora seguisse o exemplo e escolhesse Luciana Lossio para ser um dos sete ministros do Tribunal Superior Eleitoral. Luciana foi advogada do PT na campanha presidencial de Dilma em 2010 e fazia parte de uma lista tríplice enviada pelo Judiciário ao Executivo"
	3/4		Dilma é autoritária	"[...] A greve dos servidores federais já cria problemas para os consumidores. [...] Mesmo com riscos como esse, Dilma Rousseff promete seguir intransigente com os grevistas, para não comprometer o orçamento em tempo de crise"
Ago. 2012	1/4		Atenção para aspectos "femininos"	"[...] Dilma não gostou do privilégio dado a Michelle Obama em detrimento dos chefes de estado que participaram da cerimônia de abertura dos Jogos [olímpicos]. Mas o que houve? [...] Enquanto os chefes de estado foram obrigados a esperar em um local fechado o momento de ir para a festa, Michelle Obama pôde tranquilamente ir ao hotel para trocar de roupa e retocar a maquiagem"
Set. 2012	1/1		Dilma é autoritária	"Na paralisação que se iniciou há mais de três meses, os servidores federais - que já têm estabilidade no emprego, aposentadoria integral e, com exceções que o governo reconheceu, salários dignos, quando não mais altos que os da iniciativa privada - demandavam aumentos que, se concedidos, significariam um gasto extra-anual de 90 bilhões para os cofres públicos [...] Diante disso, a presidente Dilma Rousseff endureceu [...] e aceitou o braço de ferro com sindicalistas"

	Out. 2012	2/2	Dilma é autoritária	"Dilmandona"
	Nov. 2012	1/1	Dilma é autoritária	"Quem manda. Em dado momento da reunião com as bancadas do PTB e do PR na semana passada, um senador citou nomeações que o PT fizera no governo. Dilma Rousseff bateu na mesa, cortou sua palavra e disse com todas as letras: "O PT não manda no meu governo; quem manda no meu governo sou eu"
	Dez. 2012	0	---	Não tiveram ocorrências na categoria analisada

Fonte: A autora, a partir da revista Veja (2012).

### APENDICE B – REVISTA CARTA CAPITAL (2011–2012)

Categoria de Contexto	Mês	Freq.	Ênfase Discursiva	Exemplos
Perfil de Dilma Rousseff	Jan. 2011	3/6	Dilma é discreta e competente	"[...] suas primeiras cem horas no poder representam ao público o seu velho estilo: uma dirigente focada, organizada e amante da pontualidade"; "[...] Não que a presidenta seja totalmente refratária aos holofotes, mas as suas primeiras cem horas no poder representam ao público o seu velho estilo: uma dirigente focada, organizada e amante da pontualidade"
		2/6	Dilma age em defesa dos Direitos Humanos	"[...] A presidenta pretende destacar sua administração pela 'defesa intransigente dos direitos humanos' como declarou na posse. O que inclui rapidez na instalação da Comissão Nacional da Verdade, que vai apurar informações sobre mortos e desaparecidos durante a ditadura"
		1/6	Dilma não teve apoio de grupos conservadores	"[...] A boa recepção [pública] de Dilma Rousseff contrasta com o esperado azedume dos colonistas de jornais, mas coincide com as pesquisas de opinião que apontam o otimismo do País com sua chegada à Presidência"
	Fev. 2011	1/3	Dilma age em defesa dos Direitos Humanos	"[...] Faz parte do plano de Dilma se destacar como defensora dos Direitos Humanos"
		2/3	A gestão de Dilma é uma continuação do governo Lula	"[...] Continuidade e novidade. Dilma vai na esteira de Lula, mas também mostra seu próprio estilo"; "[...] Ela recebe afagos e ele, pedradas. Procura-se, sem muito disfarce, cavar um fosso entre o ex e a presidenta. Situação que levou Lula, na festa de aniversário do PT, a reagir: 'Minha relação com Dilma é indissociável'"
	Mar. 2011	1/3	Dilma tem altos índices de popularidade	"Dilma governa em silêncio. Em março, as primeiras pesquisas de opinião pública dirão o que pensa o brasileiro sobre o governo dela. A oposição, como se sabe, está inquieta"
		2/3	Dilma enfrenta problemas com o Congresso	"Maus humores à esquerda. Em ambientes do PT surgem dúvidas a respeito da linha ideológica do governo da presidenta Dilma"
	Abr.	1/1	Dilma é	"Promessas no ar. Na internet, há rastro de uma

2011		discreta e competente	promessa não cumprida pela presidenta Dilma, após os cem primeiros dias de governo. Vitoriosa, ela despediu-se dos seus 477.786 seguidores no Twitter [...], prometendo 'conversar mais em 2011'. Desde então, ela não mais tuitou"
Mai. 2011	1/1	"Efeito Dilma" em candidaturas femininas	"Cabeça por cabeça. As senadoras defendem a adoção de cotas par garantir mais mulheres no Parlamento brasileiro", "[...] O ideal seria que, influenciados por um 'efeito Dilma', os partidos investissem em atrair mulheres para suas listas, até para evita o risco de se tornarem anacrônicos. Como isso não vai acontecer, as senadoras decidem que estratégia poderia obrigar partidos a correrem atrás de mulheres para preencher as vagas: punição ou premiação?"
Jun. 2011	2/2	Dilma imprime sua marca de gestão	"E Dilma realmente assume. Na queda de Palocci, a presidenta mostra quem manda"; "[...] Ao se afirmar de forma tão peremptória, a presidenta define seu poder, com um grau de independência que até dia 7 de junho guardava a prova [...]"; "Ao demitir Palocci e nomear Gleisi Hoffmann, a presidenta parece disposta a retomar a iniciativa política e imprimir sua marca em Brasília"
Jul. 2011	3/4	Dilma imprime sua marca de gestão	"A gestação do governo de Dilma. A presidenta ganha a oportunidade de formar, finalmente, o seu próprio ministério"; "Os acontecimentos recentes [...] uma presidenta ainda em busca do formato definitivo de sua administração. Pode-se afirmar que de um modo um tanto tortuoso o Palácio do Planalto opera por etapas uma reforma ministerial"
	1/4	Dilma enfrenta problemas com o Congresso	"A presidenta Dilma Rousseff partiu para o enfrentamento com o Partido da República (PR), que conta com 41 deputados e 7 senadores no Congresso. Ela faz um movimento necessário para mudar as regras do jogo sujo, no qual se troca apoio político por benefícios ilegítimos na administração federal. Essa decisão, corajosa e arriscada em princípio enfraquece Dilma no Congresso, onde é necessária uma base governista solida para governar [...]"
Ago. 2011	4/8	Dilma está fazendo uma "faxina" contra a corrupção	"[...] Dilma mostra ter menos disposição de considerar natural o que os outros achavam inevitável. Talvez em razão de sua pequena familiaridade com o modo de ser dos políticos, está sendo diferente do que se esperava. Qual foi a última vez em que um presidente disse, sem papas na língua, que ia fazer 'uma faxina' nas burocracias mais famosas por sua aparente blindagem?"
	3/8	Dilma tem altos índices de popularidade	"[...] Anunciam que o Planalto tem pesquisas com resultados que mostram o apoio da população à faxina anticorrupção que Dilma faz [...]"
	1/8	Dilma age em defesa dos Direitos Humanos	"[...] Muito mais significativo diante do profundo conservadorismo brasileiro do que ser governado por uma mulher é ter uma presidenta que conheceu, por dentro e na pele, a violência e o arbítrio da ditadura militar"
Set. 2011	1/1	Dilma está fazendo uma "faxina" contra	"[...] a foto acima foi tirada dia 2 passado, em Brasília, durante o IV Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, e focaliza o ex-presidente Lula,

			a corrupção	o ex-chefe da Casa Civil José Dirceu e a presidenta da República Dilma Rousseff. Que diz a mim com razoável clareza? [...] Não me permito a maiores interpretações, mas não escapo a um sentimento de profunda simpatia por Dilma Rousseff e seu desconforto, por mais momentâneo. É ela quem mantém a postura digna da situação, e está a sua maneira sempre responsável de ficar à altura dos acontecimentos"
	Out. 2011	3/3	Dilma tem altos índices de popularidade	"Dilma é maior que o PT. A aprovação da presidenta cresce nas classes média e alta"; "[...] A própria presidenta, oriunda da classe média que se meteu na luta armada contra a ditadura, baixou o nível de rejeição ao PT e a ela. Uma mulher de gostos e gestos diferentes de Lula"
	Nov. 2011	0	---	Não tiveram ocorrências na categoria analisada
	Dez. 2011	1/2	Dilma imprime sua marca de gestão	"[...] Ao cabo de um ano de governo, a presidenta mostrou a que veio. Com sua determinação, energia, senso de responsabilidade, qualidades transparentes e indiscutíveis"
		1/2	O tema da corrupção foi usado para prejudicar o governo	"[...] Como se deu com Lula, a presidenta foi alvo constante de denunciismo midiático com resultado oposto àquele visado pelos barões do jornalismo nativo e dos seus sabujos"; "[...] uma campanha para fazer da corrupção um tema capaz de mobilizar a opinião pública contra o governo. Não faltaram patrocinadores, das grandes corporações da mídia a algumas associações empresariais e grupos de pressão da direita. Fazia tempo que não se via tanta gente, nos principais veículos de comunicação, batendo, ao mesmo tempo, na mesma tecla"

Fonte: A autora, a partir da revista Carta Capital (2011).

Categoria de Contexto	Mês	Freq.	Ênfase Discursiva	Exemplos
Perfil de Dilma Rousseff	Jan. 2012	0	---	Não tiveram ocorrências na categoria analisada
	Fev. 2012	1/1	Dilma não compactua com malfeitos	"[...] O senador Francisco Dornelles tinha a unanimidade do seu partido para assumir o Ministério das Cidades. Ele recusou e argumentou para um aliado muito próximo: 'De jeito nenhum. A Dilma não é o Lula'"
	Mar. 2012	1/1	"Efeito Dilma" em candidaturas femininas	"A presidenta. Por que a imprensa chama naturalmente de 'ministras' as nove mulheres, 25% dos 37 ministérios do governo? Chama também de 'prefeitas' e 'governadoras' as mulheres nesses cargos, mas insiste em identificar Dilma como 'presidente'. Publicamente, ela já disse que gostaria de ser chamada 'presidenta', para homenagear a já longa luta de liberação das mulheres. Seria isso picuinha infantil ou, mais grave, machismo ou misoginia da mídia, em relação ao fato de uma mulher presidir o País pela primeira vez?"
	Abr. 2012	1/2	Dilma não compactua com	"[...] Na palestra que fez para uma plateia de estudantes na Universidade de Harvard,

			malfeitos	durante a recém-concluída viagem aos Estados Unidos, a presidenta Dilma Rousseff apontou o dedo num equívoco da sociedade brasileira: olhar só para quem é corrupto, sem olhar para o corruptor é um erro [...] Talvez por isso a presidenta, que já afastou meia dúzia de ministros acusados de ilícitos, tenha citado o sábio Montesquieu - 'os homens não são virtuosos, as instituições têm de ser virtuosas' - para, em seguida, concluir: 'Temos de garantir o controle institucional dos processos, das práticas'
	1/2		Dilma tem altos índices de popularidade	"[...] Para tristeza da oposição e desespero de integrantes da base governista, a aprovação do governo, segundo pesquisa Ibope/CNI, aumentou. Pulou de 72%, em dezembro, para 77% e atingiu o maior índice de aprovação. Superior a Lula e FHC no mesmo tempo de administração no primeiro mandato"
Mai. 2012	0	---		Não tiveram ocorrências na categoria analisada
Jun. 2012	1/1		Dilma imprime sua marca de gestão	"[...] Dilma, neste curto período de ano e meio, contrariou os mais importantes atores políticos do País"
Jul. 2012	0	---		Não tiveram ocorrências na categoria analisada
Ago. 2012	1/1		Dilma Rousseff é reconhecida internacionalmente	"Pelos poderes de Dilma. A revista elege a presidenta a terceira mulher mais influente do planeta"
Set. 2012	0	---		Não tiveram ocorrências na categoria analisada
Out. 2012	1/1		Dilma tem altos índices de popularidade	"[...] 62% dos brasileiros consideram o governo de Dilma Rousseff bom ou ótimo, revela o IBOPE. A aprovação pessoal da presidenta é de 77%"
Nov. 2012	0	---		Não tiveram ocorrências na categoria analisada
Dez. 2012	0	---		Não tiveram ocorrências na categoria analisada

Fonte: A autora, a partir da revista Carta Capital (2012).

### APENDICE C – REVISTA VEJA (JUN. A JUL. DE 2013)

Categoria de Contexto	Mês	Freq.	Ênfase Discursiva	Exemplos
Manifestações de junho	Jun. 2013	4/17	Manifestantes: estudantes de classe média e partidários	"Eles têm em comum principalmente o fato de pertencer às classes médias e ricas"; "[...] As minorias que participaram ativamente do quebra-quebra são os suspeitos de sempre: militantes de partidos de extrema esquerda (PSTU, PSOL, PCO e PCdoB), militantes radicais de partidos de centro-esquerda (PT e PMDB)"; "Nas ruas manifestantes em frente ao Teatro Municipal de São Paulo na noite de quinta-feira, no protesto que produziu o maior número de detidos em confronto com a polícia desde o regime militar"
		1/17	Manifestantes:	"[...] As ruas brasileiras hoje pertencem aos

		"o povo brasileiro"	brasileiros que não se sentem representados por essas legendas e que fizeram questão de obrigar os militantes do PT, do PSOL e de outras agremiações a baixar suas bandeiras", "Os brasileiros que estão indo as ruas não admitem mais ser usados como massa de manobra por partidos e políticos profissionais"
	3/17	Motivação: insatisfação com o governo	"O poder acuado. Dilma Rousseff assistiu perplexa, do Palácio do Planalto, à maior manifestação popular desde as Diretas Já. Perdido, o governo tenta achar formas de ganhar tempo e vislumbrar um plano para serenar a fúria do povo nas ruas", "Acuados no palácio, Dilma e seus principais assessores"
	7/17	Motivações: gastos públicos, Copa e PEC 37	"Quando se espalhou por São Paulo um protesto contra o aumento das passagens de ônibus, todo mundo sentiu que a coisa era bem maior", "Os cartazes fizeram das Copas símbolos odiados do gasto público de péssima qualidade, do desvio de dinheiro e do abuso de poder", "Os manifestantes pediram o fim da PEC 37, a emenda que, se aprovada, limita os poderes de investigação do Ministério Público. O Congresso adiou a votação"
	1/17	Motivações "ocultas"	"Os jovens já marcharam pela paz, democracia e liberdade. Os de agora vão às ruas para baixar o preço das passagens. Mas isso é tudo?"
	1/17	Efeitos das manifestações na política	"[...] Há um consenso no Palácio do Planalto. Potencialmente, só houve um ganhador com as manifestações das últimas semanas, Marina Silva"
Jul. 2013	1/25	Manifestantes: estudantes de classe média e partidários	"Os atos de vandalismo estão espantando gente dos protestos"
	1/25	Motivações: gastos públicos, Copa e PEC 37	"Os governos não atenderam às prioridades da população. Ela queria metrô, não estádios. O povo recusou as prioridades dos governos. E tão simples quanto isso"
	17/25	Efeitos das manifestações na política	"Em quem eles vão votar? De maneira geral, toda a classe política sai arranha dos protestos de rua - momento para quem tem propostas a apresentar"; "Não é que funciona mesmo? Em poucos dias, os protestos conseguiram a façanha inédita de fazer o Congresso aprovar projetos contra a corrupção, os governos reduzirem tarifas e o Judiciário mandar um político para a cadeia. O grito dos manifestantes acordou os três poderes"; "O Congresso pega no tranco. Lei mais dura contra a corrupção, fim do voto secreto, cassação imediata de deputado preso, rejeição da PEC que limitava os poderes do Ministério Público"; "O ex-presidente Lula recebeu na semana passada pesquisas que mostram que a popularidade de Dilma Rousseff continua caindo e se aproxima dos 30% de aprovação - índice considerado limite para que concorra à reeleição com chance de êxito [...] Mas se a queda for irreversível, Lula admite concorrer em seu lugar"
	6/25	Dilma atende	"O plebiscito proposto pelo governo e pelo PT é

			aos manifestantes	um golpismo por diversos motivos"; "[...] o PT e o governo não estão genuinamente interessados na consulta popular. Eles querem mesmo é usar o tempo de televisão destinado à discussão das questões a serem propostas no plebiscito para colocar Lula fazendo propaganda da presidente Dilma Rousseff, a candidata do partido à reeleição em 2014"; "O golpe da consulta popular. O PT tenta imprimir o verniz democrático à ideia, mas o objetivo de plebiscito é dar mais dinheiro ao partido e instituir o voto de cabresto"; "Depois da Constituinte e do plebiscito, Dilma que resolver o problema da saúde obrigando estudantes de medicina a trabalhar dois anos para o governo - mais uma proposta autoritária produzida pelo 'pensamento magico' e destinada ao fracasso"
--	--	--	-------------------	---

Fonte: A autora, a partir da revista Veja (2013).

#### APENDICE D – REVISTA CARTA CAPITAL (JUN. A JUL. DE 2013)

Categoria de Contexto	Mês	Freq.	Ênfase Discursiva	Exemplos
Manifestações de junho	Jun. 2013	1/9	Manifestantes: MPL e outros ativistas	"Rebeldes com causa", "Com recursos próprios e sem vinculações partidárias, o grupo reúne um número indeterminado de militantes cativos em torno de uma bandeira: a tarifa zero. Universitários, estudantes secundaristas e trabalhadores de bairros periféricos compõem a maioria do grupo com organização horizontal, sem líderes ou porta-vozes constituídos, "Unem-se a eles [MPL] militantes de partidos de esquerda, como PSOL, PSTU e PCO, além de feministas, gays, cicloativistas, anarquistas, punks e até jovens que raramente se mobilizam"
		1/9	Manifestantes: grupos de direita	Os integrantes do MPL apresentaram-se como apartidários, não como antipartidários. São militantes de esquerda, dizem, irritados com os 'parasitas' interessados em manipular os jovens mobilizados para abraçar as mais variadas bandeiras da redução de impostos ao <i>impeachment</i> da presidente Dilma Rousseff", "A invasão de jovens com cara pintada e nariz de palhaço, bandeiras pró-privatização ou contra a PEC 37 nas mãos, gerou conflitos dentro e fora das ruas", "Nas ruas, grupos hostilizam partidos e o MPL se queixa da direita que "parasita" sua pauta"
		1/9	Violência Policial	"Despreparo e arbitrariedade. A PM prende repórter de Carta Capital por filmar ação contra manifestantes e portar um frasco de vinagre"
		2/9	O PT se distanciou do ativismo jovem	"O governo e o PT têm experiência no diálogo com movimentos sociais tradicionais, mas não sabem se relacionar com aqueles não institucionalizados", "[...] Dilma [...] Nunca se reuniu com líderes indígenas ou do movimento gay. Governa com foco total na melhoria da

				infraestrutura do País, iniciativa fundamental, mas sem apelo entre os jovens"
		4/9	Efeitos das manifestações na política	"[...] Impávida, a mídia nativa, depois de recomendar repressão enérgica contra os baderneiros, percebeu a possibilidade de enganar os incautos ao sabor de sua vocação e tradição, e agora afirma com a devida veemência o caráter antigovernista das manifestações. Mira-se logo nas próximas eleições"
	Jul. 2013	1/17	Dilma atende aos manifestantes	"No calor dos acontecimentos, Dilma, tocada pelas cenas transmitidas para o Brasil e para o mundo, 'juntou-se' ao movimento. Anunciou decisões e propôs a formação de uma Constituinte restrita, no entanto, à tarefa de fazer a reforma política. A presidente foi freada. Recuou e não avançou"
		11/17	Efeitos políticos das manifestações	"As ruas empurram o poder. Dilma Rousseff exerce a Política, o Congresso vota vários projetos e até o Supremo se mobiliza", "Daqui pra frente a presidenta vai dar mais entrevistas, fazer mais discursos, reforçar a defesa pública de decisões oficiais. Sentindo-se acuados pelo estilo retraído da chefe, os ministros também falam pouco, mas agora estão sendo cobrados a se expor, a concluir obras e programas e a divulgar melhor as realizações", "A intenção de Dilma de reinventar-se na comunicação é uma das consequências mais importantes impostas ao governo pelos protestos", "Dilma em queda livre", "Os votos saídos de Dilma se esparramaram"
		2/17	Manifestantes: grupos de direita	"Para dizer o óbvio, quem deu o sentido das manifestações foi a classe média antipetista, predominantemente de direita. Nem sempre, nem todos os participantes, mas em seu núcleo característico. Ou seja: embora tenham participado do movimento desde punks neonazistas até adolescentes apenas curiosos (e mesmo gente genuinamente progressista), seu rosto é nítido"
		2/17	Motivações: melhoria nos serviços públicos	"Prioridades esquecidas. Há um aumento da insatisfação pela má qualidade dos serviços públicos essenciais"; "A voz das ruas' relembra as prioridades simplesmente esquecidas pelos governos. No mundo inteiro elas se alternam"
		1/17	A mídia ataca o governo	"[...] Seria interessante, em todo caso, avaliar até que ponto a mídia nativa influenciou as manifestações recentes. Observadores e altamente confiáveis me dizem que, passado o momento da revolta da periferia precipitada pelo aumento das passagens de ônibus, as passeatas contaram com a presença majoritaria de representantes da chamada classe média. Sim, esses leem a imprensa e ligam na Globo", "Já se justificou afirmar que, a despeito do empenho concentrado e maciço da mídia nativa de dificultar a vida da presidenta e do seu partido, Dilma ganharia com folga no primeiro turno do pleito de 2014"

Fonte: A autora, a partir da revista Carta Capital (2013).

### APENDICE E – REVISTA VEJA (2014)

Categoria de Contexto	Mês	Freq.	Ênfase Discursiva	Exemplos
Lava Jato	Jan. 2014	0	---	Não tiveram ocorrências na categoria analisada
	Fev. 2014	0	---	Não tiveram ocorrências na categoria analisada
	Mar. 2014	1/1	A Petrobras é uma ferramenta política	"O PT sempre usou a Petrobras como arma política."; "[...] A Petrobras foi usada como vitrine para alardear a competência administrativa de Dilma Rousseff — e, antes, a sorte de Lula pela descoberta em seu governo do 'bilhete premiado' do pré-sal"
	Abr. 2014	1/4	A Petrobras é uma ferramenta política	"A marca da ruína vai ficar. Transformada em braço do partido, instrumento de política econômica e foco de corrupção, a Petrobras resistirá à gestão petista, mas vai demorar para recuperar a excelência", " [...] É de consenso também que o potencial da Petrobras é tão grande que, deixada em paz pelo governo, em pouco tempo retomará a trajetória que fez dela, no auge, uma das empresas petroleiras mais valiosas do mundo. Mas abusaram do aparelhamento político da Petrobras, transformando-a em uma fonte de escândalos de corrupção"
		3/4	O "Petrolão" foi uma continuação do "Mensalão"	"Na gênese do mensalão, o maior escândalo de corrupção já investigado e julgado da história política do país, funcionários públicos escolhidos a dedo por partidos políticos se posicionavam estrategicamente na máquina federal com uma meta definida: arrecadar recursos entre fornecedores que tinham contratos com o governo [...] Era de se esperar que, com a descoberta do mensalão, os saqueadores se sentissem intimidados. Mas não foi o que ocorreu. Com o passar do tempo, a Petrobras, com seus contratos bilionários, virou alvo preferencial"; "Foi demais até para os padrões éticos de um partido cuja antiga cúpula cumpre pena na penitenciária da Papuda, em Brasília"
	Mai. 2014	1/1	Políticos da base governista são investigados	"Há um mês, VEJA revelou que, entre outros documentos apreendidos no escritório de Youssef [doleiro], os agentes haviam encontrado um comprovante de depósito feito na conta pessoal do senador e ex-presidente da República Fernando Collor de Mello (PTB-AL) [...] No caso de Fernando Collor que na semana passada estrelou o almoço em que seu partido anunciou apoio à reeleição de Dilma Rousseff - há pisas concretas a seguir"
	Jun. 2014	1/1	Políticos da base governista são investigados	"Na terça-feira, a deputada Aline Corrêa, uma das mais assíduas visitantes de Youssef [doleiro], participou tranquilamente de um almoço com a presidente Dilma Rousseff, organizado para oficializar o apoio do PP à reeleição da

				petista"
Jul. 2014	0	---		Não tiveram ocorrências na categoria analisada
Ago. 2014	0	---		Não tiveram ocorrências na categoria analisada
Set. 2014	3/4	O "Petrolão" foi uma continuação do "Mensalão"		"[...] A Petrobras, disse PRC [Paulo Roberto Costa], foi usada nos governos de Lula e Dilma Rousseff como instrumento de corrupção para canalizar recursos para as campanhas de três partidos"; "Segundo Paulo Roberto Costa, o esquema na Petrobras funcionou ao longo dos dois governos Lula e adentrou no governo Dilma Rousseff. Assim como no mensalão, a distribuição de dinheiro servia para garantir que os partidos aliados continuassem a apoiar o Palácio do Planalto no Congresso Nacional"
	1/4	Efeito das investigações nas eleições de 2014		"As declarações de Paulo Roberto Costa atingiram em cheio o governo. O ex-presidente Lula demonstrou muita preocupação com os depoimentos já prestados. [...]há preocupação com o impacto das informações na reeleição de Dilma e na biografia de seu antecessor"
Out. 2014	2/9	Efeito das investigações nas eleições de 2014		"Há um certo consenso de que, se as delações premiadas de Paulo Roberto Costa e de Alberto Youssef vazarem antes do segundo turno, a possibilidade de reeleição de Dilma Rousseff diminuiria poderosamente. Faz todo sentido. Se, no entanto, as delações vazarem apenas em 2015, desenha-se da mesma forma um tenebroso cenário para uma Dilma reeleita"
	7/9	O PT é o principal beneficiado pela corrupção		"[...] Ficou delineada a existência de um propinoduto, cujo objetivo, ao fim e ao cabo, era manter firme a base aliada. O esquema foi logo apelidado de 'petrolão', o irmão mais robusto, mas menos conhecido do mensalão"; "A companhia [Petrobras] foi transformada num monumental centro de prospecção de propina para subornar políticos e financiar campanhas eleitorais de aliados dos governos Lula e Dilma. O PT foi o partido que mais se beneficiou dos desvios", "O Planalto sabia de tudo"; "O doleiro Alberto Youssef afirma em depoimento à Polícia Federal que o ex e a atual presidente da República não só conheciam como também usavam o esquema de corrupção na Petrobras", "A década dos escândalos. Uma marca deletéria: nos doze anos de governo do PT, houve quase um grande escândalo por ano. Em comum entre eles, poder, dinheiro e corrupção"
Nov. 2014	1/5	A Petrobras é uma ferramenta política		"Os bilhões de reais subtraídos da Petrobras no caso do petrolão abalaram as suas finanças [...] O prejuízo da maior empresa do país com o seu uso político pelo governo Dilma Rousseff, entretanto, supera, em muito, o valor desviado pela gangue capturada na Operação Lava-Jato"
	1/5	O "Petrolão" foi uma continuação do "Mensalão"		"[...] Relator do processo do mensalão, o ex-ministro Joaquim Barbosa recebe do PT a alcunha de traidor e foi atacado, de forma impiedosa, antes mesmo de decretar a prisão da cúpula do partido [...] Moro agora é quem carrega

				as responsabilidades que foram de Barbosa e Gurgel e também enfrentará poderosos interesses contrariados", "Lula teve o mensalão. Dilma agora tem o petrolão"
		3/5	O PT é o principal beneficiado pela corrupção	"VEJA não procurou criar efeitos eleitorais contra ou a favor de nenhum candidato ao publicar a capa da semana passada com a revelação de que o doleiro Alberto Youssef disse aos policiais e procuradores federais que Lula e Dilma sabiam do funcionamento do esquema de corrupção da Petrobras"; "[...] segundo declaração de Alberto Youssef à Justiça, tudo isso teria se passado sob o olhar complacente do ex-presidente Lula e de sua sucessora reeleita, Dilma Rousseff"
	Dez. 2014	1/4	A Petrobras é uma ferramenta política	"A Petrobras resistirá à tormenta. A empresa enfrenta um golpe triplo: o uso e abuso político na manipulação de preços, os desvios do petrolão e a desvalorização do petróleo. Seu potencial produtivo, porém, permanece promissor"
		1/4	O "Petrolão" foi uma continuação do "Mensalão"	"Em 2005, Duda Mendonça confessou ter recebido do PT 5 milhões de dólares por debaixo do pano, dinheiro depositado em contas bancárias no exterior. Era o começo do mensalão. Agora, empresários admitem ter pago 150 milhões de reais em propina ao PT e a aliados. É o início do petrolão"
		2/4	O PT é o principal beneficiado pela corrupção	"Caso se confirme acima de qualquer dúvida que entrou dinheiro sujo para pagar despesas de campanha do PT em todos os níveis, até mesmo a presidente Dilma Rousseff teria o que temer [...] Se Dilma tiver mesmo que enfrentar questionamentos semelhantes, ela o faria enfraquecida por uma reeleição muito apertada, pelo ressurgimento da oposição e por uma economia de prospectos desanimadores"

Fonte: A autora, a partir da revista Veja (2014).

### APENDICE F – REVISTA CARTA CAPITAL (2014)

Categoria de Contexto	Mês	Freq.	Ênfase Discursiva	Exemplos
Lava Jato	Jan. 2014	0	---	Não tiveram ocorrências na categoria analisada
	Fev. 2014	0	---	Não tiveram ocorrências na categoria analisada
	Mar. 2014	1/1	A Lava Jato é usada contra a candidatura de Dilma	"[...] No Brasil, em ano eleitoral e com a possibilidade de manutenção de um mesmo partido no poder pelo quarto mandato sucessivo, o encadeamento de escândalos na Petrobras parece destinado a avolumar-se"; ", "A onda de casos de corrupção, o questionamento à qualidade da sua gestão e a insuficiência de refinarias, tornando obrigatória a importação de gasolina, contrastam com o progresso da exploração de petróleo do pré-sal e o avanço da construção de plataformas marítimas. Fatos

			dessa gravidade atiram pedras no caminho da reeleição de Dilma Rousseff"
Abr. 2014	1/1	A Lava Jato é usada contra a candidatura de Dilma	"Dilma Rousseff tomou uma decisão que alvoroçaria o clima em Brasília. Culpou um parecer 'falho' de um ex-diretor da Petrobras pela aprovação, em 2006, no conselho de administração por ela comandado, da compra de uma refinaria nos Estados Unidos. O negócio gerava dúvidas e investigações havia tempos, mas a Petrobras sempre o defendera. Com a decisão a presidenta alimentou a cobrança de uma CPI por parte da oposição sedenta para desgastar o governo em um ano eleitoral"
Mai. 2014	1/1	A Lava Jato é usada contra a candidatura de Dilma	"A criação de uma CPI para investigar a Petrobras é um pretexto para tentar atingir diretamente a presidenta e enfraquecê-la para a eleição"
Jun. 2014	0	---	Não tiveram ocorrências na categoria analisada
Jul. 2014	0	---	Não tiveram ocorrências na categoria analisada
Ago. 2014	0	---	Não tiveram ocorrências na categoria analisada
Set. 2014	2/2	A Lava Jato é usada contra a candidatura de Dilma	"A informação vazada e vazia de provas ocorreu em momento calculado para embaralhar a eleição que parecia arrumada e projetava, como ainda projeta um confronto de segundo turno entre Dilma Rousseff e Marina Silva", "Oportunista e inútil. O vazamento da delação premiada de Paulo Roberto Costa por ora não afeta o cenário eleitoral, mas atrapalha as investigações da Justiça"
	3/7	A Lava Jato é usada contra a candidatura de Dilma	"A oposição ainda tenta extrair do escândalo em torno da Petrobras uma maneira de derrubar Dilma Rousseff [na campanha]", "De intensidades e efeitos diferentes, as denúncias de corrupção às vésperas das eleições tornaram-se uma aposta recorrente da oposição na tentativa de apejar o PT do poder [...] No início do segundo turno, o escândalo da Petrobras voltou com força ao noticiário"
Out. 2014	4/7	Dilma é alvo de uma tentativa de golpe eleitoral	"Surgiram da 'delação premiada de Costa [Paulo Roberto Costa], cuja integra foi amputada por interesses eleitorais, pequenos trechos lançados em plena disputa pela Presidência da República. A presidenta Dilma Rousseff falou em golpe e acertou. Assim é a política golpista"; "[...] a revista Veja noticiou na noite da quinta-feira 23, sem apresentar provas, que o doleiro Alberto Youssef teria acusado dois dias antes, em uma delação premiada Dilma e Lula de conhecerem e autorizarem os desvios na Petrobras. O golpe era a resposta à dúvida da presidenta a respeito de como seria atacada pelo udenismo que vitimara Vargas"
Nov. 2014	4/7	Os vazamentos de informações prejudicam a Lava Jato	"Que a farsa não atrapalhe. Os investigadores tentam proteger a Lava jato dos defeitos deletérios do uso eleitoral do escândalo"; "Um bom exemplo das dificuldades a ser enfrentadas pela Lava Jato é a repercussão da última

				armação da revista Veja. Três dias antes do segundo turno, a semanal sustentou, com base na suposta delação, que a candidata Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula 'sabiam de tudo' [...]; "Os federais da Operação Lava Jato, eleitores de Aécio Neves, ultrapassaram a linha que separa os direitos de cidadãos militantes partidários daqueles que não podem ser"
		3/7	Dilma é alvo de uma tentativa de golpe parlamentar	"A partir dos resultados alcançados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público na Operação Lava Jato, a oposição tem um objetivo: [...] Querem expor a presidente a partir da denúncia atribuída ao doleiro Alberto Youssef de que 'Lula e Dilma sabiam de tudo'. Os oposicionistas acreditam que a frase é suficiente para alavancar a proposta de <i>impeachment</i> que ronda o processo político desde o primeiro governo Lula"
	Dez. 2014	1/4	Os vazamentos de informações prejudicam a Lava Jato	"Embora tenha servido ao sórdido conluio entre autoridades e jornalistas, acusações sem consistência viram espuma e se desmancham na areia, como ocorreu com a declaração atribuída ao doleiro Alberto Youssef, divulgada três dias antes da eleição presidencial, de que Dilma e Lula sabiam de tudo o que se passava na Petrobras. Além de atropelar o segredo de Justiça, não seria, ou não será, preciso provar antes de divulgar?"
		3/4	Dilma é alvo de uma tentativa de golpe parlamentar	"Há fatias da sociedade graúda, por exemplo, dispostos a acreditar que, ao sabor do escândalo da Petrobras, o <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff é inescapável, quando, a bem da verdade factual, a presidenta só poderia ser derrubada pelo golpe, habilitado a jogar a Constituição no lixo"; "Uma certa falta de senso ronda os ares do debate público brasileiro. De um lado, setores da direita mais radical, insatisfeitos com o resultado das urnas pleiteiam abertamente o <i>impeachment</i> da presidenta da República, antes mesmo dela tomar posse em um segundo mandato [...]"

Fonte: A autora, a partir da revista Carta Capital (2014).

### APENDICE G – REVISTA VEJA (2015–2016)

Categoria de Contexto	Mês	Freq.	Ênfase Discursiva	Exemplos
Crise/ Impeachment	Jan. 2015	1/5	Comparação entre os dois mandatos de Dilma	"[...] Em quatro anos, o país que a presidente desenhou originalmente não é aquele que ela continuará a comandar a partir de 2015, até 2018. O Brasil que Dilma herdou da gestora exemplar que passara pelo Ministério de Minas e Energia e pela chefia da Casa Civil de Lula pede uma ampla arrumação tanto na economia quanto do ponto de vista ético [...]; "[...] Em frente ao parlatório, [...] 10.000 pessoas ouviram Dilma, em cena de melancólica audiência, no avesso da extraordinária empolgação da primeira posse de Lula — e mesmo da segunda e da inaugural de

			Dilma”
	1/5	Sobreposição de crises	"Parece fim de governo"; "[...] embora recém-eleita, a presidente enfrenta um cenário político desfavorável, que limita suas decisões [...]"
	2/5	A oposição está articulada contra o governo	"[...] Marina Silva e Aécio Neves vêm apontando as contradições de Dilma. Em entrevista a VEJA, Aécio condenou aquilo que chamou de 'estelionato eleitoral sem precedentes' [...]"
	1/5	O PMDB está articulado contra o governo	"Dilma Rousseff, Aloizio Mercadante, Pepe Vargas e Ricardo Berzoini se reuniram na semana passada no Palácio do Planalto para tratar de um dos temas que mais afligem o governo: a eleição para a presidência da Câmara [...] o que pesa mesmo no núcleo duro do governo contra Eduardo Cunha [...] é o receio de que o peemedebista possa pôr em votação - ou liderar - um processo de <i>impeachment</i> contra Dilma. Cunha já mandou recados de que não agirá assim. Mas o Planalto não acredita”
Fev. 2015	2/4	Sobreposição de crises	"[...] Dilma planeja voltar a rodar o país, dar entrevistas e fazer pronunciamentos. Será uma ofensiva marqueteira que visa tirar o governo das cordas em termos de imagem”
	2/4	O PMDB está articulado contra o governo	"O novo presidente da Câmara [Eduardo Cunha] diz que as relações do PMDB com o PT e o governo não são nada boas e alerta a necessidade de uma reaproximação. Caso contrário..."
Mar. 2015	9/16	Sobreposição de crises	"O Brasil está passando por três crises. Na economia, uma nova equipe tenta minimizar as consequências do apagão de racionalidade do primeiro governo de Dilma Rousseff, que devastou as contas públicas, arruinou a credibilidade do país e lançou a atividade produtiva em uma recessão que ameaça ser profunda [...] Na política, o Executivo e o Legislativo travam uma guerra particular em que as decisões de cada lado são tomadas por motivações em que apenas raramente o interesse nacional é o objetivo [...] No campo social, a paz das ruas esconde uma tensão montante nas redes sociais, nas quais as pessoas estão combinando extravasar sua insatisfação em manifestações convocadas para o próximo domingo, dia 15. Em nenhuma dessas frentes, a economia, política e a social, esperam-se melhoras significativas a curto prazo. Ao contrário, a sensação geral é que os próximos meses serão piores"; "[...] são quatro os fatores de instabilidade que levam à queda de presidentes: problemas na economia, mobilizações de rua, queda de popularidade e perda de maioria no Congresso. A presidente Dilma enfrenta todos esses em maior ou menor grau [...]"
	5/16	O PMDB está articulado contra o governo	"Aliados, PT e PMDB parecem adversários, tantas são as intrigas, as desconfianças e as disputas. [...] O PT não passa um dia sem pôr em dúvida a fidelidade e as intenções do parceiro no Congresso. Já o PMDB não perde uma

			oportunidade de acusar o PT de monopolizar o poder [...]"
	2/16	Manifestações / Polarização de massa	"[...] Muitas pessoas que vão às ruas se manifestarem neste domingo acreditam que a única saída para a crise é a renúncia ou mesmo a destituição da presidente por um processo de <i>impeachment</i> "
Abr. 2015	2/7	Sobreposição de crises	"Desde o início de seu segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff desmente com frequência a candidata Dilma Rousseff o que tem provocado desgastes para a mandatária"
	1/7	A oposição está articulada contra o governo	"[...] Até pouco antes da manifestação do dia 15 de março, os tucanos estavam convencidos de que embarcar na tese do <i>impeachment</i> seria um erro. [...] A situação é que ficou diferente, afirmam. A popularidade de Lula despencou, a população foi às ruas, gritou 'Fora Dilma' e bateu panelas contra a presidente [...]"
	4/7	O PMDB está articulado contra o governo	"[...] o poder abomina o vácuo, o que em Brasília significa que, quando o Palácio do Planalto vacila, o centro gravitacional da República começa a atravessar a Praça dos Três Poderes e migrar para o Congresso [...]"
Mai. 2015	0	---	tiveram ocorrências na categoria analisada
Jun. 2015	6/7	Sobreposição de crises	"[...] a popularidade de Dilma nunca esteve tão baixa. E o Palácio do Planalto não espera melhora nem a médio prazo."; [...] Nunca antes uma ordem semelhante [esclarecimentos das contas] foi imposta a um presidente — e isso indica o tamanho do descrédito que pesa sobre as contas de um governo que, nos quatro primeiros anos de mandato, foi prodigo em 'pedaladas', truques contábeis e voluntarismo no uso do dinheiro público [...] uma sentença desfavorável no tribunal pode criar as condições políticas, hoje inexistentes, para que Dilma se veja enredada num processo por ato de improbidade administrativa, ou mesmo numa ação de <i>impeachment</i> "
	1/7	O PMDB está articulado contra o governo	"[...] Nem no ano passado, quando Dilma concluía seu primeiro mandato num clima de penúria política que já se prenunciava o atual desterro presidencial. Agora, a cada semana, por iniciativa de Cunha e Renan, vota-se alguma matéria de relevância, deflagra-se algum debate polêmico, analisa-se alguma proposta que repousava nas gavetas há décadas [...]"
Jul. 2015	7/14	Sobreposição de crises	"O porcentual de brasileiros favoráveis a um processo que afaste a presidente Dilma Rousseff do poder foi de 59%, em março, para 63%, neste mês, segundo pesquisa CNT [...]"
	1/14	A oposição está articulada contra o governo	"Sonho tucano. O PSDB - Aécio Neves e FHC à frente - não admitirá publicamente, mas sonha com o seguinte cenário: o TSE cassa a chapa Dilma/Temer e, em vez de empossar o segundo colocado, convoca novas eleições. A cúpula tucana avalia que a necessária legitimidade só viria com um novo pleito"
	4/14	O PMDB está	"Acusado por um delator do petrolão de cobrar 5

		articulado contra o governo	milhões de dólares em propina, Cunha interpretou a ação como parte de uma conspiração, rompeu com o governo e que rifar a petista da Presidência [...]"
	2/14	O <i>impeachment</i> é um instrumento constitucional	"[...] O <i>impeachment</i> que se pede nas ruas é, até aqui, expressão de mau humor e legítima decepção com Dilma. Isso não é golpe. Nem dos tucanos, nem dos manifestantes. A própria Dilma passou recibo da má situação [...]. Mas suspeitas e impopularidade não são razões para a anulação de um mandato presidencial [...]"
Ago. 2015	6/12	Sobreposição de crises	"Crise econômica, crise política, traições, <i>impeachment</i> , Lava-Jato, impopularidade. O governo petista está desorientado, pede socorro, mas finge que não ouve o barulho das ruas"
	3/12	A oposição está articulada contra o governo	"[...] Aécio está certo de que será quase impossível a Dilma Rousseff retomar as condições mínimas de governabilidade. [...] para quem um eventual processo de <i>impeachment</i> da presidente, se ocorrer dentro dos limites constitucionais, não pode ser chamado de golpe [...]"
	1/12	O PMDB está articulado contra o governo	"[...] sob o comando de Renan Calheiros e Eduardo Cunha, o Congresso [...] foi o que menos apoio deu a Dilma Rousseff desde 2011 [...]"
	1/12	Manifestações / Polarização de massa	"Depois do protesto de domingo, movimentos tentam reforçar apoios políticos, planejam ações para pressionar o TCU e partem em busca da classe C"
	1/12	Comparação entre Dilma e Collor	"[...] Em duas dezenas de cidades brasileiras, centenas de milhares de pessoas saíram às ruas 'para protestar contra a corrupção, o abuso de poder, os privilégios, o tráfico de influência, a mentira' — assim, a Carta ao Leitor de VEJA descreveu a data que entrou para a história como 'domingo negro'. Calma gente! Estamos falando de 1992, o fim da era Collor, o presidente afastado do poder por um processo de <i>impeachment</i> . Vinte e três anos depois, de novo em um domingo, 16, milhares de brasileiros estarão nas ruas para protestar contra o governo, desta vez o de Dilma Rousseff. As razões para a indignação popular de 1992 — 'a corrupção, o abuso de poder, os privilégios, o tráfico de influência, a mentira' — são muito parecidas com as de agora"
Set. 2015	6/16	Sobreposição de crises	"Há três semanas, numa reunião [...] Lula permitiu-se uma estocada em Dilma. [...] Com sua prosa característica, disse que, numa mesa de bar junte dez brasileiros, os assuntos serão obrigatoriamente mulher, futebol e política: 'Quando falarem de política, de mim, três dos dez me defenderão; já quando chegar a vez dela, ninguém vai defendê-la. Ela tem apenas 7% de aprovação. Isso é menos de um em dez..."
	2/16	A oposição está articulada contra o governo	"O PSDB já começa, nos bastidores, a se entender com Michel Temer. Fora José Serra, que quer participar de um eventual governo Temer, a maioria do partido já avisou que

			apoiaria o governo no Congresso, mas não quer cargos na administração federal"; "A propósito, na avaliação do PSDB, Dilma Rousseff ainda tem de sangrar pelo menos mais alguns meses antes do <i>impeachment</i> "
	4/16	O PMDB está articulado contra o governo	"Diferentemente do primeiro mandato, as relações da presidente e seu vice não podem mais ser definidas nem como apenas protocolares. Dilma acredita que Temer conspira contra ela. Temer acredita que Dilma conspira contra ele. Os dois mal se falavam desde que o vice-presidente concedeu uma surpreendente entrevista em que reconheceu a gravidade da crise instalada no governo e, ao que parecia, desincumbia a presidente da tarefa de conciliadora. 'É preciso que alguém tenha a capacidade de reunificar a todos', disse Temer. Dilma não gostou"
	2/16	O <i>impeachment</i> é um instrumento constitucional	"[...] Quem sofre a crise não quer dar golpe, quer se livrar da crise. Na medida em que o governo faz parte da crise, começam a perguntar se ele vai durar. Mas não é golpe'. Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República, no lançamento de seu livro [...]"
	2/16	Dilma perdeu o poder político	"Dilma Rousseff perdeu a força política, a credibilidade e o apoio necessários para guiar o país rumo à superação da crise. Está cada vez mais sozinha e, por isso mesmo, cada vez menos presidente da República"
Out. 2015	3/10	A oposição está articulada contra o governo	"'É difícil Dilma se recuperar'. Fernando Henrique fala sobre a crise, que segundo ele ainda vai piorar"
	2/10	O PMDB está articulado contra o governo	"O PMDB tem de ser a solução. O senador [Romero Jucá] defende o rompimento da sigla com o governo, diz que ela é a única capaz de protagonizar a transição em caso de <i>impeachment</i> e traça cenários para um Brasil pós-Dilma"
	1/10	Dilma perdeu o poder político	"[Dilma] aceitou transferir a tarefa de governar a nomes escolhidos por Lula e caciques do PMDB. Em troca de ajuda para completar seu segundo mandato, ela renunciou de fato e passou a batuta ao antecessor. Depois de meses de pressão, o criador, enfim, dobrou a criatura - e o terceiro mandato de Lula começou [...]"
	4/10	Dilma reage a crise política	"[...] Dilma deu uma demonstração daquela moral de conveniência que tanto desacredita os políticos: autorizou seus ministros a negociar um acordo de salvação mútua com o mesmo Eduardo Cunha [...]"
Nov. 2015	1/4	Sobreposição de crises	"'O <i>impeachment</i> pode ser uma solução. (...) Poderia sim, destravar alguma coisa, com certeza'. Arminio Fraga, economista, ex-presidente do Banco do Central, na Folha de São Paulo"
	3/4	O PMDB está articulado contra o governo	"O vice-presidente [Temer] se prepara para a cada vez mais presente eventualidade de a titular ser afastada do poder. Ele conversa com políticos, juristas, empresários. Tem um plano

				para si e para o Brasil pós-Dilma. Não vê conspiração, mas cautela
	Dez. 2015	8/25	O <i>impeachment</i> é um instrumento constitucional	"[...] o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff, iniciado na semana passada, tem como título ' <i>Impeachment</i> não é guerra'. Também não é golpe. O <i>impeachment</i> é previsto na Constituição brasileira e seus termos estão definidos em lei desde 1950"; "A beleza do processo de <i>impeachment</i> está no fato de que, ao ser concluído, e seja qual for seu desfecho, o Brasil terá a chance de ter de volta um presidente e um Congresso não mais devotados a saber quem quer vingar o quê [...]"
		6/25	O PMDB está articulado contra o governo	"[...] Temer já se preparava havia algum tempo, com a discrição e a reserva que lhe são peculiares, para a hipótese de ter de assumir o comando do país. Na semana passada, essa hipótese se aproximou um pouco mais da realidade. O vice deu sinais claros aos peemedebistas de que a hora de desembarcar do governo está próxima [...]" ; "Aliados do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, vão pôr carros de som em frente à casa de deputados contrários ao <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff. A ideia é alertar vizinhos para que pressionem os parlamentares pela derrubada da presidente [...]"
		5/25	A oposição está articulada contra o governo	"Embora apoie o <i>impeachment</i> , o PSDB ainda aposta na ação para cassar a chapa Dilma-Temer na Justiça Eleitoral [...]"
		5/25	Sobreposição de crises	"Dilma e o PT destruíram as bases da economia, jogando o Brasil na recessão e, agora, na depressão, com o pior desempenho em três décadas. Se faltava motivo para o <i>impeachment</i> ..."; "[...] A derrota de Levy carrega significados profundos. Dilma sinaliza que o ajuste nas contas públicas, que mal começou a ser executado, deverá ser postergado"
		1/25	Manifestações / Polarização de massa	"O papel das ruas. Movimento pró e contra o <i>impeachment</i> convocam manifestações. Os grupos têm algo em comum: querem manter o Congresso sob pressão"

Fonte: A autora, a partir da revista Veja (2015).

Categoria de Contexto	Mês	Freq.	Ênfase Discursiva	Exemplos
Crise/ Impeachment	Jan. 2016	1/3	O <i>impeachment</i> é um instrumento constitucional	"[...] Hoje o senhor [Cristovam Buarque] é a favor do <i>impeachment</i> ? <i>Impeachment</i> não é golpe, está na Constituição e até já fizemos um. Se for discutir golpe no Brasil, talvez ele tenha ocorrido em outubro de 2014, com todo aquele estelionato eleitoral [...]"
		2/3	A oposição está articulada contra o governo	" <i>Impeachment</i> não se fabrica, ele se explicita em função dos fatos que os justificam (...) no meu entendimento, o processo no TSE deve ser agilizado'. Marina Silva, ex-senadora [...]"
	Fev. 2016	1/1	Sobreposição de crises	"[...] Em junho do ano passado, o ministro do Tribunal de Contas da União [...] concluiu que a

			presidente Dilma Rousseff atrasou repasses a bancos públicos para financiar programas do governo [...]"
Mar. 2016	1/16	O <i>impeachment</i> é um instrumento constitucional	"[...] Dilma também falou em campanha da legalidade, ao dizer que o país voltou 'a viver um momento' em que se faz necessário mobilizar a sociedade para defender a lei [...] Dilma arrematou seu discurso repetindo o refrão inventado por seus apoiadores: 'Não vai ter golpe'. A presidente [...] Dá a entender que o crime fiscal que cometeu não é 'base legal' para o <i>impeachment</i> [...]"
	1/16	O PMDB está articulado contra o governo	"Temer finaliza o projeto de governo. Em um escritório na região da Faria Lima, em São Paulo, longe dos holofotes de Brasília, o vice-presidente se encontra regularmente com um grupo de colaboradores e cuida dos últimos detalhes de seu programa de transição, caso assuma no lugar de Dilma"
	5/16	A oposição está articulada contra o governo	"Nos últimos tempos, Marina incorporou à sua agenda outra atividade. Eleita há duas semanas uma das porta-vozes da Rede, o partido que ajudou a fundar, a favorita nas pesquisas de intenção de voto para presidente da República trabalha para viabilizar aquela que considera ser a única saída para a crise brasileira: a cassação da chapa Dilma Rousseff e Michel Temer pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), seguida da convocação de novas eleições [...]"
	5/16	Sobreposição de crises	"O custo Dilma. A retração na economia entre 2014 e 2016 vai empobrecer os brasileiros [...]. Uma destruição de riqueza dessa magnitude é algo inédito na história do Brasil. Culpa da incompetência de Dilma Rousseff e da miopia ideológica de seus gurus econômicos [...]"; "Na gestão da economia, o governo Dilma Rousseff é um exemplo cristalino do poder destrutivo das ideias ruins [...]"
	1/16	Manifestações / Polarização de massa	"Um país dividido não precisa ser um país hostil [...]. Em boa medida, o ambiente de intolerância que se registra no país é responsabilidade do próprio PT. Primeiro, porque os escândalos de corrupção vieram demonstrar de modo acachapante o grau de cinismo do partido quando pregava a 'ética na política' como bandeira essencial. Segundo, porque sua liderança máxima, o ex-presidente Luiz Inacio Lula da Silva, insistiu em fracionar o país no binarismo rudimentar do 'nós' e 'eles' [...]"
	3/16	Dilma perdeu o poder político	"[...] Luiz Inácio Lula da Silva voltou ao governo, agora como ministro da Casa Civil, para exercer o que na prática será seu terceiro mandato presidencial - só que, desta vez, não assumiu com a consagração das urnas, mas com a intenção de escapar de uma ordem de prisão e, quem sabe, tirar o governo de seu estado terminal. [...] Dilma transferiu a faixa presidencial [...]"
	Abr. 2016	1/26	O <i>impeachment</i>

		é um instrumento constitucional	que a acusação contra ela — as pedaladas fiscais — nunca foi usada para cassar o mandato de outros presidentes que também pedalaram. Seria, nesse sentido, um 'golpe parlamentar'. Que a acusação é frágil para ceifar seu mandato é uma questão que rende debate. O terreno em que não há margem para dúvida é o fato de que, além das pedaladas fiscais, Dilma está ficando cada vez mais enclacrada no próprio petróleo [...]. Pode-se alegar que essas acusações não constam da base jurídica do <i>impeachment</i> , mas é evidente que constam da base política — e o impedimento é instrumento da política
	6/26	O PMDB está articulado contra o governo	“o vice-presidente Michel Temer, aos 75 anos, será o terceiro vice a assumir a cadeira do titular [...] no seu caso, nada será como antes. Temer enfrentará uma realidade toda própria. Em boa medida, ele terá obstáculos que poriam à prova qualquer político que viesse a substituir Dilma, dada a magnitude do desastre que a petista produziu no país [...].
	3/26	A oposição está articulada contra o governo	“[...] O tucano Aécio Neves quer o <i>impeachment</i> depois de ter apoiado uma saída que o punha na cadeira presidencial. A ex-senadora Marina Silva, Líder da Rede, defende a cassação de Dilma e Temer e a convocação de novas eleições, logo ela que está na frente das pesquisas eleitorais [...]”; “Enquanto o governo afunda, a oposição... Afunda também. Os três principais nomes do PSDB despencam nas pesquisas para a Presidência e Marina Silva não sai do lugar”
	5/26	Sobreposição de crises	“No mercado financeiro, a valorização das ações e a queda no dólar antecipam o fim dos anos Dilma [...]”
	4/26	Manifestações / Polarização de massa	[...] Até agora, o PT é a vítima mais frequente da sanha que tomou conta do país. Mas não se pode dizer que seus líderes estejam se esforçando para esfriar os ânimos. Ao invocaram o 'exército do Stédile', como fez Lula recentemente, ou dizerem que o PT 'quer a paz, mas não teme a guerra', como declarou o presidente da sigla, Rui Falcão, os petistas jogam água quente na fervura [...]
	2/26	Dilma perdeu o poder político	"Nem semipresidencialismo nem parlamentarismo. O Brasil tem hoje uma presidente de direito, Dilma, um presidente de fato, Lula, e um presidente de véspera, Temer [...]"
	5/26	Dilma reage a crise política	“[...] Para barrar a provação do <i>impeachment</i> da presidente Dilma Rousseff, o governo montou o velho balcão de negócios, oferecendo 600 cargos e alguns milhões de reais em verbas públicas [...]”; “Para evitar sua liquidação do governo, Dilma faz uma liquidação de cargos e abre uma estupenda queima de estoque, oferecendo posições de baixo clero da Câmara”; “[...] A troca de cargos por votos em Brasília não é nova, todos os governos da era democrática recorreram a esse recurso para cabalar apoio no

				Congresso, mas sua aplicação é tão danosa que não se pode deixar de denunciá-la”
Mai. 2016	3/14	Temer é o protagonista do governo		"[...] Prestes a se tornar presidente da República, o peemedebista [Temer] mal tem tempo para se alimentar e já perdeu 2 quilos e meio. Enfrenta uma maratona diária de reuniões com políticos, conselheiros, antigos aliados e candidatos a novos amigos, todos dispostos a ocupar um lugar de destaque em seu governo. [...] Temer não externa angústia nem entusiasmo ao traçar cenários [...]; “[...] cabe as autoridades aproveitar a oportunidade rara que agora se apresenta ao país para limpar a política [...] O eventual governo de Michel Temer pode exercer um papel fundamental nessa empreitada
	1/14	A oposição está articulada contra o governo		“Sem o PSDB não haverá governo Temer [...] Àquela altura, Aécio já fora convencido pela pressão interna a deixar que seus comandados embarquem no novo governo. Só negociava os termos”
	2/14	Dilma reage a crise política		"Às vésperas do <i>impeachment</i> , a presidente se isola e evita até mesmo os empregados do palácio. Sem expectativas de sobreviver à sessão no Senado e com poucas esperanças de vencer no julgamento final, já faz planos para um futuro longe do poder e não esconde a mágoa por aquele que a traíram [...]"
	5/14	O <i>impeachment</i> é um instrumento constitucional		“A equipe da presidente Dilma Rousseff está estudando levá-la para um tour no exterior. A ideia é denunciar ao mundo que a presidente está sendo apeada do poder com um golpe, uma violação da Constituição, uma agressão à democracia. A viagem ao exterior parece mesmo necessária, pois, a julgar pelo noticiário da imprensa internacional, a denúncia de golpe não colou [...]; “O fim da era PT”
	1/14	Sobreposição de crises		“A equipe econômica de Dilma deixará como legado um rombo orçamentário sem precedentes, que poderá levar à paralisação de serviços públicos, além da indefinição sobre a dívida pública”
	1/14	Manifestações /Polarização de massa		“As grandes manifestações populares se iniciaram em junho de 2013, trazendo demandas e palavras de ordem difusas. A partir de março de 2015, no entanto, um grito começou a se fazer ouvir com insistência. Na maior manifestação da nova série, [...] a palavra <i>impeachment</i> prevaleceu sobre todas as outras”
	1/14	Comparação entre os dois mandatos de Dilma		“Mito 1. A faxineira. Dilma viu sua popularidade crescer quando demitiu do governo ministros corruptos. Depois, chamou-os de volta [...] Mito 2. A gerentona. A administradora durona nunca percebeu que um gigantesco esquema de corrupção se apoiava nas suas costas [...] Mito 3. A vítima. Afastada do cargo, agora em seu derradeiro papel, a presidente se diz perseguida pelos adversários políticos”
	Jun. 2016	2/4	Temer é o protagonista do governo	

		1/4	A oposição está articulada contra o governo	“[...] o PSDB se viu na estranha condição de ser, em relação ao governo [Temer], um partido de sustentação que trabalha para a sua desestabilização. Isso porque são enormes as possibilidades de a derrota de Dilma no TSE ser também a derrota de Temer, seu companheiro de chapa”
		1/4	Dilma reage a crise política	“Na tentativa de reverter sua impopularidade e escapar do <i>impeachment</i> , Dilma Rousseff apostou em aparições ao vivo na NBR, a TV do governo. O gasto com essas transmissões - que incluíram clássicos como a saudação à mandioca - foi de 15 milhões de reais no último ano: 10 milhões em eventos nacionais e 5 milhões no exterior”
Jul. 2016		3/5	Temer é o protagonista do governo	“Na economia, Michel Temer tem sido sinônimo de boa notícia mesmo antes de virar presidente interino. Quando o afastamento de Dilma Rousseff se tornou iminente, investidores voltaram a comprar ações de empresas brasileiras: a bolsa subiu [...]”; “Perto de completar dois meses na Presidência da República, o presidente em exercício, Michel Temer, tem trabalhado até dezessete horas por dia - preço que paga por liderar um governo montado em prazo bíblico [...]”
		2/5	Dilma reage a crise política	“Em público, os petistas alegam que a questão não está resolvida porque conseguiram semear a dúvida em senadores que foram favoráveis ao afastamento temporário de Dilma [...] 'A acusação é frágil ', escreveu Dilma numa rede social. Longe dos holofotes, a postura é outra. Ela tem enviado seus pertences a Porto Alegre, onde mora sua família. Também vive praticamente isolada no Palácio da Alvorada, do qual só sai para participar de seus atos políticos ou dar passeios matinais de bicicleta. As visitas são cada vez mais escassas [...]”
Ago. 2016		1/6	Temer é o protagonista do governo	“Enquanto o <i>impeachment</i> não vem, o governo Temer cede nas medidas de contenção de despesas, e os empresários estão ficando receosos”
		2/6	Dilma reage a crise política	“[...] Dilma também prometeu defender um plebiscito sobre a antecipação da próxima eleição presidencial, mas a proposta soou mais como última tentativa para ficar no cargo do que propriamente como saída política - a qual Dilma jamais cogitou enquanto estava no exercício da Presidência [...]”
		2/6	O <i>impeachment</i> é um instrumento constitucional	“A tese [do golpe] foi repetida por senadores da tropa de choque do PT [...]. A veemência dos discursos, além de defender o mandato de Dilma, atendia a outro propósito: a construção da narrativa”
		1/6	Manifestações /Polarização de massa	“A reconciliação de uma nação é sempre um processo doloroso e lento [...] o processo de <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff causou tamanha polarização na sociedade brasileira que, agora, às vésperas da votação que deverá resultar no afastamento definitivo da presidente,

				será necessário promover uma reconciliação nacional, de modo que os brasileiros possam voltar a conviver no palco político sem rancores tribais”
--	--	--	--	--

Fonte: A autora, a partir da revista Veja (2016)

## APENDICE H – REVISTA CARTA CAPITAL (2015–2016)

Categoria de Contexto	Mês	Freq.	Ênfase Discursiva	Exemplos
Crise/ Impeachment	Jan. 2015	4/4	Dilma cometeu erros no segundo mandato	“Punhalada fiscal. Medidas do governo atingem os trabalhadores mais vulneráveis [...]”
	Fev. 2015	6/14	Dilma cometeu erros no segundo mandato	“Os trabalhadores das fábricas, diz, estão especialmente incomodados com os aumentos salariais concedidos ao Judiciário em dezembro. Segundo o sindicalista, a classe não pode ser responsável por pagar a conta sozinha [...], “[...] o ajuste excogitado pelo ministro da Fazenda prejudica os eleitores da presidenta, antes de quaisquer outros [...]”
		4/14	Sobreposição de crises	“[...] Dilma Rousseff está na aurora do segundo mandato, mas parece viver um momento crepuscular. A economia caminha para a recessão, graças à opção do governo pela austeridade fiscal e à estagnação global [...]. Embora aliadas do Palácio do Planalto, as centrais sindicais andam furiosas com o pacote restritivo de direitos trabalhistas. Um declarado inimigo presidencial assumiu o comando da Câmara dos Deputados e não esperou nem uma semana para dizer a que veio. No PT, crescem as brigas internas, especula-se, a distância entre a presidenta e Lula [...]; “As causas da crise têm origens diversas e Dilma não é, certamente, a responsável número 1 [...]”
		1/14	A oposição está articulada contra o governo	“Já não falta à oposição a figura necessária para tentar vencer a batalha política travada agora, o 'terceiro turno', com certos elementos ilegítimos invocados para suprir o que não conseguiram fazer durante a eleição presidencial de 2014 [...]. Vejam o prato servido pelo senador Aécio Neves: 'Falar em <i>impeachment</i> não é crime'. Não é. Mas é, certamente, uma frase vergonhosa para quem perdeu para Dilma a eleição nas urnas”
		3/14	O PMDB está articulado contra o governo	“Na ausência de uma oposição capaz de exercitar eficientemente o anti-governismo e o antipetismo, Cunha ocupa o espaço [...] no comando da Casa, o parlamentar tomou decisões cujo principal traço comum é unir os insatisfeitos com Dilma Rousseff”; “Eduardo Cunha ocupa o vácuo. O presidente da Câmara organiza forças anti-Dilma”
		Mar. 2015	3/18	Dilma cometeu erros no segundo

		mandato	ou ao anunciar programas anticorrupção, [...], está profunda e irremediavelmente errada [...]"
	8/18	Sobreposição de crises	"[...] Acuada pelas manifestações pró- <i>impeachment</i> e pelas queixas contra o ajuste fiscal, sempre em choque contra a classe política e tímida diante dos microfones a presidenta vê seu ibope em queda livre [...]"
	2/18	A oposição está articulada contra o governo	"As manifestações pelo Fora Dilma são estimuladas e apoiadas pelo PSDB"; "Os tucanos vão para a tocaia. Empoleirados numa arvore seca, sem folhas e sem frutos, torcendo, porém, pelo sucesso das manifestações de 15 de março, batizadas de ' <i>Impeachment Já</i> '. A passeata visa a desestabilização do governo [...]"
	1/18	O PMDB está articulado contra o governo	"Renan Calheiros, presidente do Senado, e Eduardo Cunha, presidente da Câmara de Deputados, jogam bruto contra o governo [...]"
	4/18	Manifestações / Polarização de massa	"De meados de 2013 em diante, tudo indica, o antipetismo mudou. De um sentimento real e significativo, mas expressado apenas nos períodos eleitorais, passou a ser exposto a qualquer momento. Deixou de ser quase privado, comportamento que os bons modos políticos não permitiam ser exibido, salvo para quem não tinha pudor em se mostrar radical de direita, e saiu do armário. Foi gritar na internet ou na rua"
Abr. 2015	1/13	Dilma cometeu erros no segundo mandato	"As pesquisas mostram um tenebroso quadro de reprovação do governo Dilma Rousseff em todo o País com forte influência do pessimismo criado basicamente pela inflação.[...] Nesse segmento estão os eleitores que tiveram mobilidade social nos governos Lula e Dilma"
	6/13	Sobreposição de crises	"O PT tornou-se o bode expiatório fácil de todas as situações difíceis por que passa o Brasil, em um contexto internacional difícil [...]"; "Quanto ao governo, é tolo e irresponsável quem acredita que 'foradilma' é o 'abracadabra' de um sortilégio que redime o Brasil [...]"
	5/13	A oposição está articulada contra o governo	"O governo Dilma está mergulhado nessa grande turbulência provocada pelos desajustes na economia e na política. Mas não é só. O grau do problema é ainda mais elevado pela gana da oposição de chegar ao poder a qualquer preço, nem que, para isso, incentive manifestações de rua com propostas antidemocráticas [...]"
	1/13	Manifestações / Polarização de massa	"Um típico ciclista classe média pedalava por uma rua movimentada de São Paulo. Branco, olhos claros, eleitor de Marina Silva no primeiro turno de 2014 e de Aécio Neves no segundo [...], nada o constrange, ou deveria constranger. Até um senhor de, aproximadamente, 50 anos abrir a janela de sua SUV e gritar: 'Seu petralha safado, vai pedalar em Cuba'. [...] Em milésimos de segundo, as descargas elétricas entre os neurônios produziram a seguinte conexão: 'Se é ciclista, apoia as ciclovias do prefeito Fernando Haddad, portanto, só pode ser petista e se é petista é a favor do mensalão e do petrolão e defende a destruição do Brasil'. Ou, em uma

				equação simples: 'ciclista = corrupto' [...]"
Mai. 2015	2/5	Dilma cometeu erros no segundo mandato		"[...] O ajuste fiscal, ao mirar cortes mais profundos nas medidas de proteção aos trabalhadores, abriu o caminho inspirado pela ortodoxia econômica. A reação contra isso surgiu entre os aliados, principalmente nas centrais sindicais, e no PT [...]"
	2/5	Sobreposição de crises		"Dilma entendeu não haver possibilidade de saída pela esquerda. E cedeu. Convidou Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda e o vice-presidente Michel Temer para conduzir a aproximação dela com o Congresso. Errou? Acertou? O tempo dirá. [...] Na Câmara, Cunha diz que o <i>impeachment</i> não passa. No Senado, Renan resiste à terceirização. Cada um a seu modo. Decisões favoráveis à presidenta e ao governo dela. Dilma entregou os anéis para não perder os dedos"
	1/5	O PMDB está articulado contra o governo		"Em relação ao governo, as diatribes de Cunha já se tornaram clássicas [...]"
Jun. 2015	1/3	Sobreposição de crises		"[...] Tribunal de Contas da União estabeleceu um prazo de 30 dias para o governo explicar as chamadas 'pedaladas fiscais'. [...] O novo estilo do TCU reacendeu a chama da oposição. A tese do impedimento via crime de responsabilidade por causa das manobras fiscais [...]"
	2/3	O PMDB está articulado contra o governo		"No calor da crise política, marcada por passeatas e painéis de uma parte majoritária da classe média, inculta e burra o suficiente para pedir a intervenção dos militares no processo [...] A presidenta e o ex-presidente, petistas foram forçados a ceder controle político ao PMDB [...]"
Jul. 2015	2/12	O PMDB está articulado contra o governo		"Eduardo Cunha esperava mais de seu sonoro rompimento com o governo [...] alguns deputados consideram a situação de Cunha embaraçosa demais para que ele mantenha a força demonstrada no primeiro semestre [...]"
	4/12	O <i>impeachment</i> é um golpe		"O momento é adverso para a esquerda. A direita brasileira uniu-se com o objetivo de derrubar Dilma, desmoralizar Lula e, se possível, levá-lo à prisão. Por último, mas não menos importante, exterminar o PT. Coesão como esta ocorreu em 1964. Jango foi derrubado, <i>manu militari</i> , com sinal verde dos Estados Unidos. Desta vez, as Forças Armadas estão fora da manipulação política e as vivandeiras não rondam os quartéis. [...] O modelo de antanho parece superado. Há tentativas de golpe branco, com certas manifestações emergidas nos últimos meses e é, no momento, repetido com o método de sufocação parecido ao ataque de uma sucuri [...]. Não há surpresa nessa história. A questão social é uma intrusa na pauta da direita, que nunca deu prioridade aos pobres. O Programa Bolsa Família

			e a inclusão econômica são alvo desse repúdio de classe. Manifesta-se aqui e ali”
	4/12	A oposição está articulada contra o governo	“Derrotado nas eleições presidenciais do ano passado, Aécio Neves antecipou que não se contentará com o enquadramento apenas da equipe econômica. 'A responsabilidade é da presidente da República', afirmou [...]”; “Líderes do PSDB e do DEM decidiram bater na porta do TCU e da Procuradoria-Geral da República para solicitar uma investigação sobre a suposta continuidade das 'pedaladas fiscais' em 2015 [...]”; “Como os tucanos esperam para voltar ao poder poucos meses após a derrotada pelo caminho democrático? Com o golpe. Dilma cai e eles assumem”
	2/12	Dilma cometeu erros no segundo mandato	"Como qualquer um, Dilma ora acerta, ora se equivoca. [...], na Presidência da República, pela segunda vez, virou precipitadamente à direita, embora a sinalização sugerisse: 'Vire à esquerda'. Aguardamos o desfecho [...]"
Ago. 2015	2/10	Sobreposição de crises	"[...] Dilma esforça-se ela mesma para fortalecer-se politicamente e defender o mandato. Nos últimos dias, teve uma agenda digna de candidato em campanha. [...] Caso o Brasil supere logo a questão do <i>impeachment</i> , seria bom ela manter essa energia para encontrar um rumo para o País”
	2/10	O PMDB está articulado contra o governo	"O desvario não se explica só pela impopularidade do governo. Resulta também do duelo entre Cunha e Dilma. [...] o peemedebista decidiu fazer de tudo para atazanar a petista. Trama o <i>impeachment</i> , arma CPIs com a oposição, monta uma pauta de votações capaz de jogar o Palácio do Planalto contra os deputados”
	1/10	O <i>impeachment</i> é um golpe	“Em relação à situação atual, gravemente turvada pelo descontrole parlamentar, pelo fracasso petista, pelo reacionarismo tucano, pelo terrorismo da mídia em meio a uma profunda crise econômica [...] Carta Capital já foi exposta inúmeras vezes. Entendemos como golpismo puro qualquer proposito de <i>impeachment</i> ou de convocação de novas eleições [...]"
	5/10	A oposição está articulada contra o governo	"[...] derrotado na eleição presidencial de 2014 [Aécio Neves], tornou-se porta-voz político da marcha anunciada, parte do golpe contra Dilma camuflado pelo mecanismo do <i>impeachment</i> ”
	1/14	Sobreposição de crises	"Pesquisa concluída recentemente pelo Ibope aponta: 64% da população apoia o <i>impeachment</i> da presidenta Dilma Rousseff [...]"
Set. 2015	3/14	O PMDB está articulado contra o governo	"O senador Romero Jucá, do PMDB, é um evadido da base do governo. Mas não assume essa condição. É dele o pedido público: 'O governo está na UTI, por favor, não racionem o oxigênio'. Afirmções como essa não expressão os problemas da presidenta Dilma com o fogo amigo. É fogo pesado de inimigo”
	1/14	O <i>impeachment</i> é um golpe	"[...] O <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff é totalmente impossível à luz da Constituição. Se quiserem mandar as aparências as favas, seria

			golpe mesmo, conforme conhecimento até do mundo mineral”
	2/14	A oposição está articulada contra o governo	“Aécio Neves e seguidores tinham um roteiro prévio. A queda de Dilma Rousseff se daria por meio de um processo de <i>impeachment</i> aberto na Câmara pelo desatinado Eduardo Cunha, com base em um parecer do Tribunal de Contas da União [...] A falta de apoio político e a denúncia contra Cunha impuseram uma mudança de rumo. Aposta-se agora em quatro votos no Tribunal Superior Eleitoral [...]”
	7/14	Dilma cometeu erros no segundo mandato	“O rombo no orçamento de 2016 estimado pelo governo iniciou uma guerra em Brasília [...] Em jogo, duas opções: empurrar a conta do ajuste para quem raramente paga a conta, os mais ricos, ou espetá-la nas costas da maioria, principalmente os beneficiários de programas sociais. Enfraquecida por uma popularidade ao rés do chão, Dilma Rousseff tenta resistir à pressão para limar iniciativas como Minha Casa Minha Vida, Fies e companhia [...]”; “[...] O remédio amargo foi um tiro no pé [...]. Essa solução econômica traduzida em efeito político significa o aumento no risco de queda na aprovação (Ótimo/Bom) da presidenta Dilma [...]”
Out. 2015	1/11	Sobreposição de crises	“[...] A presidenta está mais uma vez metida em embaraços [...]. A obsessão oposicionista em derrubá-la recebeu providenciais empurrões [...]. As contas do governo foram reprovadas pela primeira vez desde 1937”
	5/11	O PMDB está articulado contra o governo	“Eduardo Cunha dá mostras de ser o senhor de votos suficientes para infernizar a vida do governo. Segura os pedidos de <i>impeachment</i> contra Dilma, acelera votação de projetos que apoia e bloqueia as sessões [...]”
	2/11	O <i>impeachment</i> é um golpe	“Entende-se que o mundo se preocupe com o futuro, mas nós aqui estamos a discutir o <i>impeachment</i> como se fosse possível rasgar a Constituição em nome, apenas e tão somente, do que nos proporciona, diária e inexoravelmente, a mídia nativa, [...] os interesses da casa-grande e o atual estágio da sociedade brasileira [...]”
	1/11	A oposição está articulada contra o governo	“Na competição interna do PSDB, os pré-candidatos do partido, o governador Geraldo Alckimin e o senador Aécio Neves, trabalham com tempos diferentes para o desfecho da crise política. Alckimin diz, e torce, para que nada seja decidido agora. Acredita que, se nada acontecer até dezembro, o tempo favorecerá Dilma quando começar 2016. Aécio espera ansioso uma solução mais rápida, ainda em 2015 [...]”
	2/11	Dilma cometeu erros no segundo mandato	“Joaquim Levy é um ministro da Fazenda cada vez mais isolado. Não consegue emplacar um ajuste fiscal da magnitude desejada, dada a resistência no próprio governo e às 'pautas-bomba' no Congresso. Mesmo assim, as medidas adotadas até o momento por sua orientação amplificaram a recessão e o desemprego [...]”
Nov.	3/7	Sobreposição	“Os adeptos do 'Fora Dilma' acham, em boa ou

2015		de crises	má-fé, que o <i>impeachment</i> resolve. Enganam-se, obviamente. Nada do que golpear fatalmente a nossa incipiente democracia [...]"
	2/7	O PMDB está articulado contra o governo	"Não só a punhalada nas costas é exemplo de traição. Há outros recursos, também traiçoeiros, embora mais sutis, como o recente documento difundido pelo PMDB, de Norte a Sul do País, denominado 'Uma ponte para o futuro', e chancelado por Michel Temer, presidente do partido, como proposta de 'debate interno'"
	1/7	O <i>impeachment</i> é um golpe	"[...] as forças políticas derrotadas nas eleições de 2014 procuram a todo custo, inclusive com a ameaça à própria democracia, qualquer pretexto para interromper o mandato da presidenta da República. Desconsideram que o <i>impeachment</i> , nos termos da Constituição Federal, é instrumento legal para punir governantes que cometeram crime [...] Até o momento, não há notícia de que a presidenta tenha cometido crime [...]"
	1/7	A oposição está articulada contra o governo	"Em discurso feito na reunião do Diretório Nacional do PT, Lula falou do rol de ações golpistas da oposição sob o comando de Aécio Neves. O tucano deu a largada com o pedido, junto ao TSE, da recontagem de votos. Posteriormente, apresento mais três ações, no mesmo tribunal, em torno da prestação de contas da campanha da reeleição de Dilma. Aécio ainda politizou a votação das contas do governo no TCU, em torno das 'pedaladas', ao ir com aliados àquele tribunal, e incentivou 19 pedidos de <i>impeachment</i> da presidenta protocolados na Câmara dos Deputados. Esse tem sido o caminho da oposição"
Dez. 2015	8/14	O PMDB está articulado contra o governo	"Não foi qualquer razão de natureza técnica. Ao contrário. A decisão tomada por Eduardo Cunha, presidente da Câmara de Deputados, de acolher o pedido de <i>impeachment</i> de Dilma foi, acima de tudo, um ato de desespero. Ele confiava desconfiado no acordo com o feitiço de chantagem imposto por ele ao Partido dos Trabalhadores. [...]"; "Durou tempo demais o silêncio adotado pelo vice Michel Temer a respeito do golpe tramado, e desfechado agora, contra a presidenta Dilma Rousseff. Silêncio suspeito e também, até prova em contrário, silêncio cúmplice de um <i>impeachment</i> [...]"
	3/14	O <i>impeachment</i> é um golpe	"[...] Hoje para a casa-grande é indispensável impedir a permanência do PT no comando. Por mais decepcionante que tenha sido o comportamento do partido depois da eleição de 2002, há decisões que um governo petista jamais tomaria. Com o golpe, fica aberto o caminho da privatização da Petrobras, incluída a negociação do pré-sal [...]"
	1/14	A oposição está articulada contra o governo	"Marina Silva, no comando da Rede Sustentabilidade, adotou uma posição ambígua sobre o <i>impeachment</i> de Dilma. Ela finge que não quer, mas quer. [...] Marina trabalha com um cálculo político semelhante ao de Aécio Neves.

			Os dois guiam-se pelos números das pesquisas e esperam uma nova eleição presidencial em 2016”
		1/14	Sobreposição de crises [...] Dilma Rousseff ganhou um novo gás, enquanto prepara um lance ousado em defesa do próprio mandato, a troca do ministro da Fazenda. O movimento visa, sobretudo, atender à desiludida base social petista”
		1/14	Manifestações /Polarização de massa “[...] em 1964, o golpe transcorreu sem o disparo de um único tiro e sem gente nas ruas. Desta vez, diante da possibilidade de um <i>impeachment</i> da presidenta Dilma Rousseff, viveremos situação semelhante? Os movimentos sociais dizem que não [...]”

Fonte: A autora, a partir da revista Carta Capital (2015).

Categoria de Contexto	Mês	Freq.	Ênfase Discursiva	Exemplos
Crise/ Impeachment	Jan. 2016	1/5	O <i>impeachment</i> é um golpe	“[...] [Geraldo] Alckimin comenta que as famosas 'pedaladas fiscais', um dos combustíveis do Fora Dilma, são comuns de Norte a Sul. Se virasse motivo de cassação, uma penca de governadores e prefeitos deveria botar as barbas de molho [...]”
		4/5	Dilma cometeu erros no segundo mandato	[...] São crescentes, porém, as pressões por uma 'guinada à esquerda' na política econômica, ainda que a presidenta e seu novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, tenham reafirmado o compromisso com o aperto fiscal e o controle da inflação [...] Os constantes acenos para o mercado financeiro insiram forte desconfiança das principais centrais sindicais do País, que tiveram papel decisivo na mobilização dos protestos [...]”
	Fev. 2016	3/7	O <i>impeachment</i> é um golpe	“[...] Se é golpista a tentativa de <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff, é por igual pateticamente golpista a manobra urdida em várias frentes na busca frenética de motivos para incriminar Lula [...]”; “O golpismo tem sido o eixo da reação radical da direita brasileira após ter fracassado nas urnas [...] Quando não age em bloco, ora convoca os quartéis, ora bate à porta da Justiça com o intuito de interromper a normalidade constitucional”
		1/7	A oposição está articulada contra o governo	“Por imposição das pesquisas de opinião, [...] O PSDB, comandado por Aécio, quebrou a cara ao liderar o <i>impeachment</i> e ao promover uma pauta negativa [...]”
		2/7	Sobreposição de crises	“Feliz ano velho. Vaias a Dilma Rousseff, manobras de Eduardo Cunha, disputas no PMDB. O Parlamento volta a funcionar”
		1/7	Dilma cometeu erros no segundo mandato	“Desde a guinada programática após a reeleição em outubro de 2014, há quem desconfie que a presidenta Dilma Rousseff teria sido afetada por uma espécie de síndrome de Estocolmo. Vaiada, ofendida diuturnamente, ameaçada por processos de <i>impeachment</i> , Dilma parece ter se afeiçoado pela agenda econômica de quem

			agride [...] Mais uma vez, para perplexidade de seus apoiadores nos movimentos sociais e nos sindicatos [...]"
Mar. 2016	1/19	O PMDB está articulado contra o governo	"O vice-presidente da República, Michel Temer, sofre de um problema de transparência. Não há dignidade em mergulhar na clandestinidade nos momentos de crise política. Salvo se estiver a favor da crise (leia-se golpe) [...]"
	8/19	O <i>impeachment</i> é um golpe	"A resistência do ousado metalúrgico, apesar de um grande desgaste político, certamente impressiona a oposição e empurra pelo caminho treloucado do golpismo: a deposição de Dilma e a prisão de Lula [...]" ; "O golpe de 64 foi desfechado para salvar a democracia e resolver a crise econômica. Agora um golpe judicial-policial-midiático sem tanques na rua arvora-se a salvar o País da praga petista e, como então, resolver a crise econômica"
	3/19	A oposição está articulada contra o governo	"Em mais um esforço para superar, pelos caminhos do golpe, a derrota na eleição de 2014, os tucanos vão às ruas. Mesmo sem apoio militar tentarão transformar o dia 13 de março de 2016, em 31 de março de 1964"; "O PSDB promete cair de cabeça na campanha pelo <i>impeachment</i> [...]"
	3/19	Sobreposição de crises	"A radicalização tomou conta do País após uma escalada policial, judicial, midiática e política contra o governo e o PT. Os endinheirados, chamados de 'classe média' apenas por falsa modéstia, estão tomados por fúria antipetista. Segundo se observa em protestos de rua, redes sociais da internet, bares, reuniões familiares e no plenário do Congresso, parece iminente um acontecimento mais grave. O mandato de Dilma Rousseff corre riscos enormes e nem a chegada de Lula à Casa Civil, última tentativa do governo de mostrar capacidade política e econômica, é garantia de alguma normalidade. Ao contrário"
	1/19	Manifestações /Polarização de massa	"O Brasil nunca teve, em sua breve história democrática, um período de polarização tão intensa, uma divisão ideológica tão clara"
	3/19	Dilma cometeu erros no segundo mandato	"[...] Cada vez mais distante de sua base social e sindical, o governo passou a enfrentar o fogo amigo de parlamentares petistas, entrincheirados na resistência à austeridade fiscal [...]"
Abr. 2016	6/26	O PMDB está articulado contra o governo	"[...] O PMDB acabava de romper com Dilma Rousseff e dali em diante nenhum filiado ocuparia um cargo federal em nome do partido. Um 'momento histórico', realmente [...]. E não só por ter sido tramado para impulsionar o processo de <i>impeachment</i> [...]" ; "[...] Temer, o vice que deixou o papel de 'decorativo' para entrar na história como 'conspirador'"
	12/26	O <i>impeachment</i> é um golpe	"A secreção expelida pelas glândulas salivares da oposição na tribuna do Congresso, ou representada nas manifestações de rua, com a finalidade de fortalecer o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, [...] se expande e contamina [...]. Por que tanto ódio? A quem serve? Esse sentimento, [...] contra Dilma, contra Lula e contra o PT, é a tradução do velho

			preconceito de classe”; “O golpe em andamento contém e expressa um trágico engodo, [...] O complô visava Lula como candidato em 2018, com o intuito de abater Dilma pelo caminho [...]”
	3/26	Sobreposição de crises	“[...] quem haverá, neste Brasil em apuros, capaz de entender que o <i>impeachment</i> não resolve a crise, pelo contrário, a complicaria?”
	5/26	Manifestações /Polarização de massa	“A consigna 'Não vai ter golpe, vai ter luta', que em outras palavras significa a retomada, pela esquerda, da questão democrática, e a decisão pelo enfrentamento, tanto funcionou como discurso aglutinador quanto orientou a ação. Nas ruas, as massas redescobriram sua força, e não pretendem refluir [...]”
Mai. 2016	1/29	O plebiscito popular é a saída para a crise	"[...] A melhor 'saída da crise política', a solução para 62% dos entrevistados, seria o afastamento de Dilma e Temer [...] Os eleitores querem votar. E apontam a direção: renúncia da presidenta e do vice. Ambos, hoje, em confronto absoluto’
	11/29	O governo Temer não tem legitimidade	"O extraordinário na comparação é constatar que Dilma, no fundo do poço, é mais bem avaliada que Temer antes de começar”; O gabinete provisório [...] nasce com incertezas, e não só por causa da ilegitimidade de Temer, alçado a número 1 da República após uma atuação ostensiva na trama anti-Dilma”; “Crescem o número de insatisfeitos e o coro de 'Fora Temer [...]”
	13/29	O <i>impeachment</i> é um golpe	"[...] O <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff não passa de uma etapa do golpe, outras hão de vir”; “O objetivo da trama golpista, alijar o ex-presidente da eleição de 2018. O <i>impeachment</i> é apenas uma passagem do processo [...]”
	2/29	O PMDB está articulado contra o governo	"Cunha detonado. O STF afasta o peemedebista, peso morto na trama do <i>impeachment</i> de Dilma”; “O PMDB, mais uma vez, é o instrumento do jogo de sempre. O partido supostamente aliado da presidenta Dilma Rousseff, tornou-se promotor da conspiração golpista. E Michel Temer traiu”
	1/29	Dilma reage a crise	"Dilma Rousseff, ao contrário do que pretende a propaganda da mídia nativa, aparenta notável tranquilidade [...] Há uma lógica no comportamento de Dilma, surgida de uma esperança plausível [...] a mostrar que ela pretende resistir [...]”
	1/29	Dilma cometeu erros no segundo mandato	"A presidenta tem sido acusada de ter [...] falhado na lida com o Congresso e com diversos setores empresariais [...] Ela admite hoje ter errado, e é um notável avanço de sua parte [...]”
	Jun. 2016	3/18	O plebiscito popular é a saída para a crise

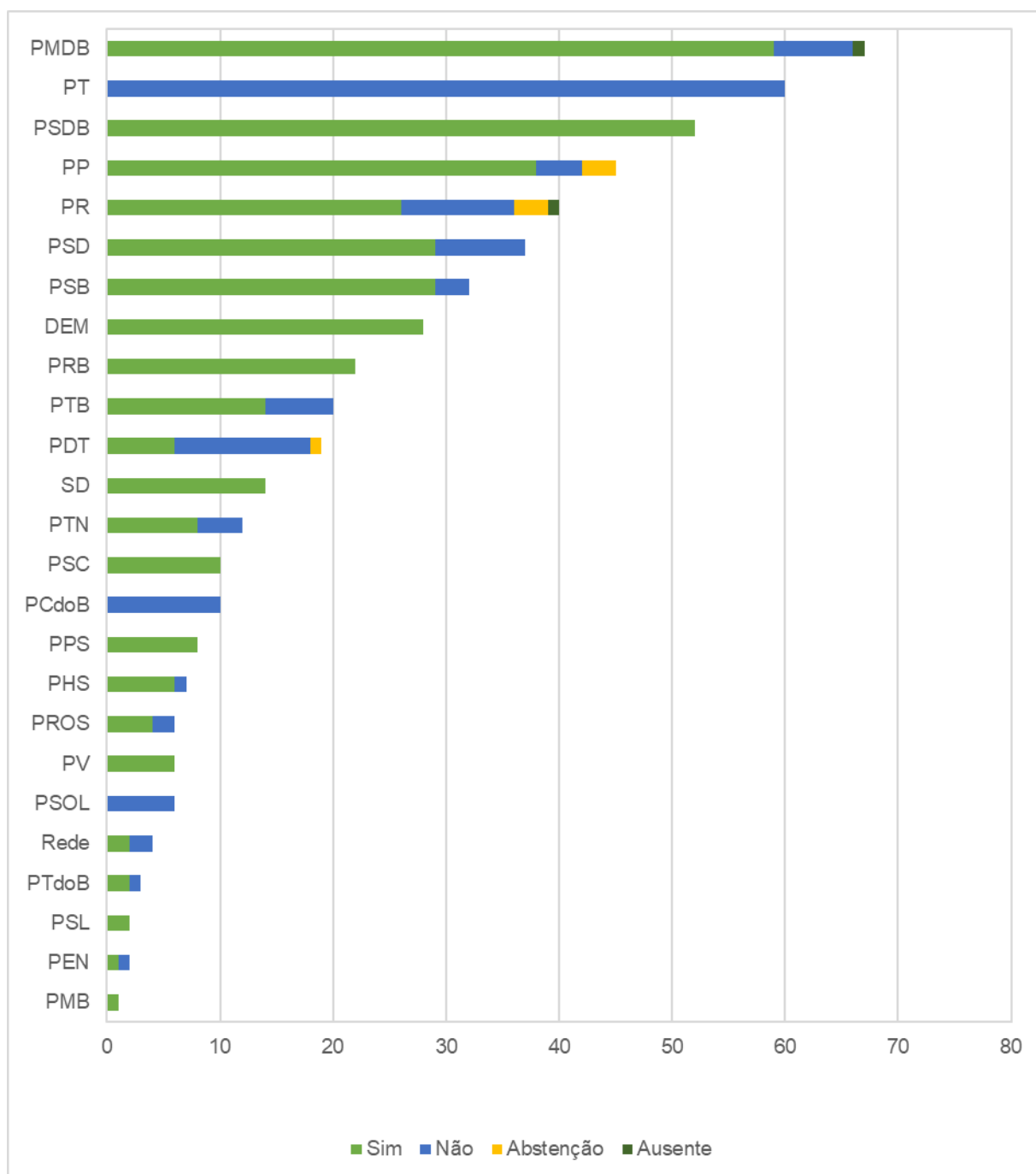
		6/18	O governo Temer não tem legitimidade	"Temer, mesmo na fase de interinidade, [...] atacará com furor as áreas de Saúde e Educação e pretende seguir em frente com mudanças na Previdência Social."
		4/18	O <i>impeachment</i> é um golpe	"[...] Em condições democráticas, só o poder constituinte da população, diretamente em plebiscitos ou por meio de assembleias especificamente eleitas, pode deliberar sobre o que é e o que não é. Por isso os parâmetros ritualísticos de golpes parlamentares são irrelevantes [...]"
		2/18	O PMDB está articulado contra o governo	"A conversa [entre Jucá e Machado], não deixa dúvidas, razão para Jucá [...] ter perdido o emprego de ministro do Planejamento após meros 13 dias no cargo. O <i>impeachment</i> moveu-se por uma conspiração [...]"
		1/18	Dilma reage a crise	"O resultado surpreende. Dilma, tudo indica, está em processo de recuperação política. A velocidade do caminho será ditada pelo possível fracasso do governo provisório de Temer"; "Enquanto as pressões sociais contra Temer crescem, a Lava Jato continua a ditar os rumos da política nacional. Os escandalosos diálogos de Jucá com Machado expuseram o acordão de bastidores, para derrubar o governo Dilma [...]"
		2/18	Manifestações /Polarização de massa	"Uma maratona contra Temer. Movimentos preparam atos contra o interino em meio aos Jogos"
	Jul. 2016	4/12	O governo Temer não tem legitimidade	"[...] Se as pesquisas de opinião anularam os votos de 2014, a justificar o complô golpista, as mais recentes, do tempo nebuloso de governo interino, denunciam nitidamente a rejeição de Temer e a aspiração do voto antecipado"; "O governo interino logo mostrou seu teto de vidro. Ao assumir, Michel Temer escolheu para sua equipe diversos ministros investigados por corrupção [...]"
		7/12	O <i>impeachment</i> é um golpe	"As pesquisas soletram que Lula é ainda e sempre o candidato mais forte para as eleições presidenciais [...] Há largo tempo o ex-metalúrgico é o único, autêntico líder popular brasileiro [...]. O golpe que por ora afasta Dilma Rousseff figura apenas no começo de uma pauta mais complexa e extensa, muito além da confirmação do <i>impeachment</i> . É também do conhecimento do mundo mineral que a mira da casa-grande está alçada na direção de Lula e do PT"; "O impedimento na verdade é um golpe ainda não consolidado. Os golpistas tentam anular 54 milhões de votos que reelegeram a presidenta, em 2014"
		1/12	O PMDB está articulado contra o governo	"Com a renúncia, Cunha costura um acordo para emplacar um aliado no comando da Casa. [...]. De quebra, ao retornar para as sombras, Cunha espera colher um empenho menos envergonhado da equipe de Michel Temer, seu parceiro e principal beneficiário na aventura do <i>impeachment</i> "
	Ago. 2016	3/16	O plebiscito popular é a	"Quem gosta de Temer? Com a volta de Dilma Rousseff ou sem ela, 61% dos brasileiros querem

		saída para a crise	eleições para presidente já”; “Nova proposta. Dilma Rousseff, se cair o <i>impeachment</i> , propõe um plebiscito para conhecer a vontade popular”
	7/16	O governo Temer não tem legitimidade	"A agenda do governo provisório é cheia de impopularidades, entre elas, a reforma da Previdência e a trabalhista e o congelamento de gastos com saúde e educação por 20 anos [...]"
	3/16	O <i>impeachment</i> é um golpe	"Se for confirmado o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, ela vai se tornar a 'culpada' preferencial dos aliados mais próximos. Pagará por ter cão e por não ter cão. Dilma será castigada por razões de misoginia de muitos dos partidários dela. O ambiente político ainda é dominado pelo machismo”
	1/16	Dilma reage a crise	"Embora municiada por vitórias jurídicas relevantes, a campanha de Dilma para comprovar a ilegalidade de seu afastamento não tem conseguido produzir fatos políticos relevantes a reforçar sua defesa [...]"
	2/16	Manifestações /Polarização de massa	"Inominável. Nove cidadãos foram retirados do Mineirão por se manifestarem contra o interino [Temer]. Em resposta, alguns passaram a omitir Temer dos cartazes”

Fonte: A autora, a partir da revista Carta Capital (2016)

## ANEXOS

**ANEXO A – Impeachment Dilma - Como votaram os deputados de cada partido (em números absolutos).**



Fonte: Portal EBC. In: Singer (2018).